

**Companhia Riograndense
de Saneamento
CORSAN**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Resumo Executivo

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, bem como ao disposto na Lei 13.303/2016, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração e Sustentabilidade à apreciação dos acionistas e da sociedade.

O presente relatório estrutura-se a partir de uma visão geral da Corsan como organização sustentável e inserida em um contexto concorrencial e regulado. É apresentado o modelo de negócio da empresa, considerando os capitais, os riscos e oportunidades, o planejamento estratégico e o desempenho ao longo do tempo, em especial no último ano. Por fim, o relato encerra-se apontando as perspectivas futuras.

Mensagem da Administração

Hoje as pessoas se relacionam em rede, não mais em hierarquias fechadas. A geração de valor está na experiência do cliente, não mais no produto entregue ao consumidor. Saúde é sinônimo de qualidade de vida e bem estar, não mais de ausência de doenças. Hoje o mundo é VUCA (*volatil, uncertain, complex, ambiguous*), e nele as organizações lidam diariamente com a mudança, transitam em mercados que nascem e perecem ao sabor de tecnologias e legislações disruptivas.

Entender o mundo VUCA como uma oportunidade de crescimento e reinvenção é o que tem movido a Corsan nos últimos anos, especialmente em 2019. Embora o desafio de universalizar o acesso a esgotamento sanitário seja presente e palpável, o caminho para vencê-lo cada vez mais se revela plural e fluido. Ao lado da rede coletora exclusivamente cloacal, o sistema misto e a solução individual vêm se configurando como alternativas menos custosas e mais ágeis na composição do plano de expansão da empresa. No que se refere aos capitais para investir em saneamento, o ano de 2019 foi marcado pelo leilão da Parceria Público Privada da Região Metropolitana de Porto Alegre. Essa operação, novidade no estado, tem o propósito de ampliar a cobertura em esgoto para 87% em onze anos nos nove municípios contemplados pelo projeto, beneficiando inicialmente 500 mil pessoas, chegando a 1,7 milhão até 2055.

Além do esgotamento sanitário, o abastecimento de água também mobilizou a Corsan em 2019. De fato, a empresa leva água potável a seis milhões de pessoas em 317 municípios, o que supera os 96% de cobertura. Mas universalização é mais do que isso. É garantir qualidade, quantidade e regularidade 24 horas por dia. Todos os dias. Por isso a Companhia investiu pesado nos Centros de Controle Operacional, no programa de gestão de perdas na distribuição, no parque de hidrômetros, no georreferenciamento, entre outras melhorias na operação.

Quanto ao relacionamento com o cliente, a empresa apostou na mobilidade do App Corsan e na conscientização socioambiental do game H2OJE. Por meio dessas ferramentas, usuários e não usuários têm acesso rápido e descomplicado a serviços comerciais e operacionais, além de farto conteúdo voltado à sustentabilidade ambiental, ao uso racional da água, ao consumo consciente.

Estes breves destaques, por certo, não são exaustivos em relação à condução dos negócios da Corsan em 2019. Ao contrário, servem como um convite à leitura do Relatório. Um convite para conhecer a empresa, e perceber com que fôlego ela vem se movendo em um mundo que não para de instigar o desenvolvimento.

A Corsan

A Corsan é uma companhia de economia mista de capital aberto controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul (99,99% das ações ordinárias), criada na década de 1960 com o objetivo de prover infraestrutura, operar sistemas e prestar serviços de saneamento à população. Manter-se por mais cinquenta anos em um mercado que evoluiu do monopólio absoluto e autorregulado para um modelo concorrencial e regulado externamente, convertendo experiência em expertise ao longo do tempo, coloca a empresa hoje na vantajosa posição de ter atingido estatura para olhar em perspectiva quando se trata de enfrentar os desafios, ter ousadia para inovar e maturidade para aprender.



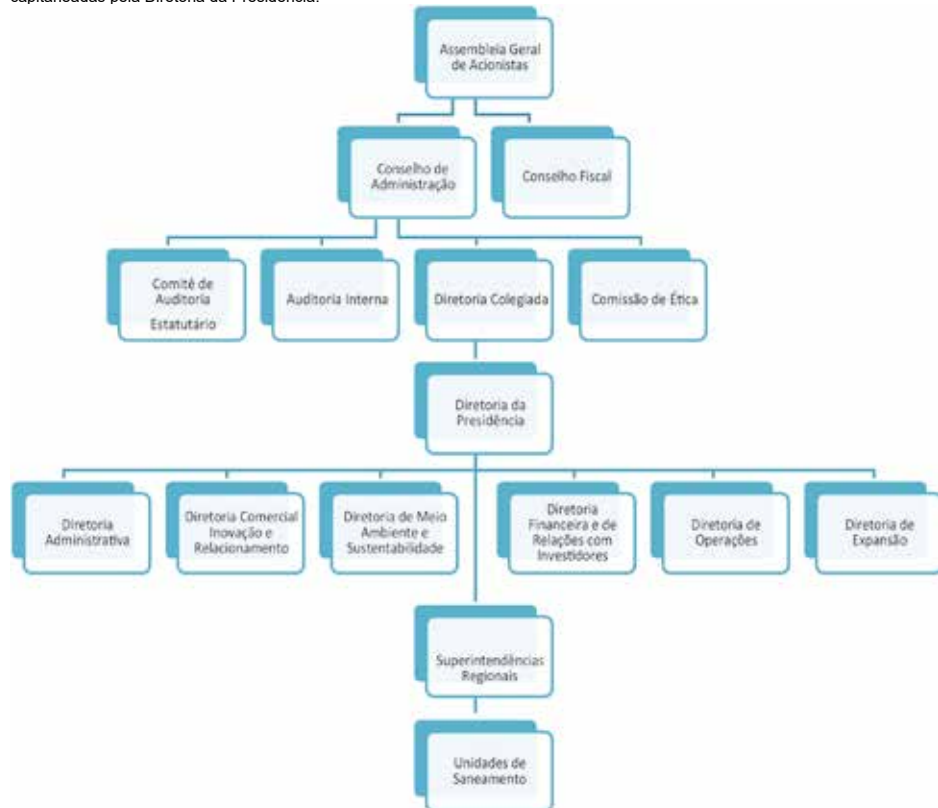
Do ponto de vista do arranjo institucional, a Corsan é a principal executora das políticas públicas de saneamento do governo do estado. Do ponto de vista do cotidiano das pessoas, a Companhia entrega água potável a dois terços da população gaúcha, e assume o desafio de universalizar o acesso a esgotamento sanitário nos 317 municípios onde detém a concessão do saneamento.

ÁGUA	ESGOTO	COBERTURA	ABRANGÊNCIA	FATURAMENTO	ARRECAÇÃO
2,7 milhões economias ativas	428 mil economias ativas	96,7% NUA 16,3% NUE	6 milhões de pessoas 317 municípios	R\$ 2.879.624 mil acumulado 2019	R\$ 2.859.874 mil acumulado 2019

Modelo de Negócio

mobilizar capitais		prestar serviços	gerar valor
natureza	mais de mil pontos de captação de água (entre superficial e subterrânea)	562 milhões de m3 de água potável produzidos em 2019	saúde para as pessoas
pessoas	5 mil empregados diretos		
infraestrutura	27 mil km de rede de água; 5 mil km de rede de esgoto; 177 estações de tratamento de água; 86 estações de tratamento de esgoto; 364 laboratórios (água e esgoto); 296 pontos de atendimento presencial	49 milhões de m3 de esgoto tratado em 2019	sustentabilidade socioambiental
relacionamento	diálogo constante com usuários, reguladores, fiscalizadores, governos estadual e municipais, parceiros de negócios, fornecedores, organizações sociais e ambientais	Qualidade, Eficiência, Presença	
inovação	centros de controle operacional; automação, aplicativos de relacionamento com clientes, start ups, projetos de pesquisa		inclusão e cidadania
finanças	R\$ 2,8 Bi de Receita Operacional Líquida R\$ 2,4 Bi de Patrimônio Líquido		

A estrutura organizacional da Corsan tem na sua mais alta instância deliberativa a Assembleia Geral de Acionistas, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento da empresa. Subordinam-se à Assembleia o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Respondem ao Conselho de Administração o Conselho de Auditoria Estatutário, a Auditoria Interna e a Comissão de Ética, bem como a Diretoria Colegiada, esta com prerrogativas de deliberação sobre os negócios da empresa. Compõem a Colegiada, seis diretorias executivas, capitaneadas pela Diretoria da Presidência.



Diretamente vinculadas à Diretoria da Presidência, operam dez superintendências regionais com o objetivo de interiorizar a execução das políticas da empresa, valorizando as vocações das diferentes regiões do estado (litoral, fronteira oeste, centro, missões, metropolitana, sul, serra, planalto médio, pampa e rio dos Sinos) buscando o equilíbrio do sistema na sua integralidade. Em 2019 teve início um processo de reestruturação das superintendências, com especial impacto na região metropolitana de Porto Alegre, a fim de tornar a regionalização mais aderente ao regime de parcerias e novos negócios em perspectiva para 2020.

Governança, Riscos & Compliance

A governança corporativa da Corsan baliza-se pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e pela Bolsa Brasil Balcão - B3. Sob essa perspectiva, a Companhia vem utilizando um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da Administração sejam tomadas em linha com o planejamento estratégico, observando os princípios da governança, da transparência, da equidade, da prestação de contas (*accountability*) e da responsabilidade corporativa.



Quanto à gestão de riscos, esta se dá a partir da revisão periódica da Matriz de Riscos, essencial na medida em que permite verificar se os controles são eficazes, além de apontar se há risco residual (que permanece após a aplicação dos controles). Assim é possível definir o tratamento a ser dado aos riscos, ainda que seja assumi-los, caso o resíduo não seja tão relevante.

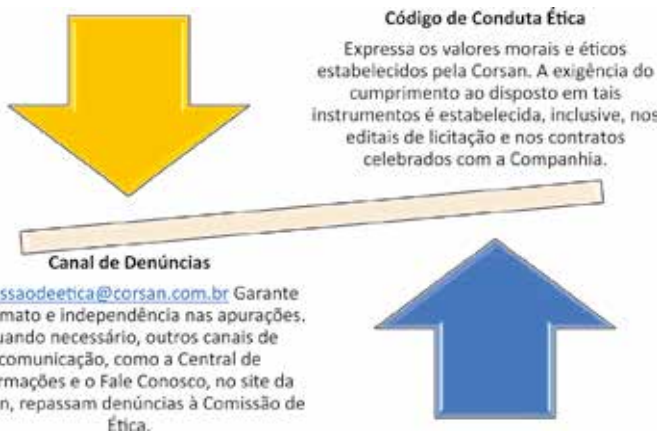
MATRIZ DE RISCOS		PROBABILIDADE	IMPACTO	TRATAMENTO
RISCOS				
1	Passivo trabalhista	Muito alta	Catastrófico	A
2	Ineficácia da PPP	Alta	Severo	A
3	Aumento Expressivo da Coparticipação da Corsan na Funcorsan	Alta	Severo	A
4	Baixo desempenho dos recursos humanos	Muito alta	Catastrófico	A
5	Perda dos contratos de programa	Muito alta	Severo	A
6	Inviabilidade de fluxo de caixa	Alta	Severo	A
7	Vazamento de dados - LGPD	Alta	Moderado	B
8	Inexequibilidade do processo de limpeza de fossas	Alta	Moderado	B
9	Ausência da política de consequências voltada a resultados	Alta	Moderado	B
10	Não atendimento ao RSAE	Alta	Moderado	B
11	Passivo ambiental	Média	Severo	B
12	Críticas e processo de formação ineficientes para a sucessão das lideranças	Média	Severo	B
13	Insucesso na implantação do ERP	Baixa	Severo	B
14	Dificuldade na emissão de licenças (LP-LI-LO)	Média	Severo	B
15	Ampliação das áreas irregulares	Média	Moderado	C
16	Ineficiência da medição	Alta	Leve	C
17	Incapacidade de prestar o serviço de ligação intradomiciliar do esgoto	Alta	Leve	C
18	Insatisfação do cliente	Média	Moderado	C
19	Escassez de recursos para investimentos	Média	Moderado	C
20	Inexecução do plano de investimentos	Média	Moderado	C
21	Obsolescência das redes de distribuição	Média	Moderado	C
22	Vulnerabilidade e indisponibilidade do ERP	Média	Moderado	C
23	Saturação dos sistemas de abastecimento de água	Média	Moderado	C
24	Perda das licenças de operação	Baixa	Moderado	C
25	Defasagem tecnológica	Média	Leve	D
26	Ineficiência dos processos licitatórios	Média	Leve	D
27	Ineficiência da cobrança	Média	Leve	D
28	Ações de marketing e comunicação insuficientes	Baixa	Leve	D

Em termos gerais, *Compliance* é conjunto de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da instituição ou empresa, bem como evitar detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer. Na Corsan, embora haja uma estrutura dedicada a governança, *compliance* e riscos, a prática envolve todas as estruturas organizacionais por meio das políticas que vêm sendo implementadas desde antes do advento da Lei 13.303/2016.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019



PROGRAMA DE INTEGRIDADE: estabelece diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e apuração de denúncias e irregularidades, contribui de forma decisiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a empresa, tais como desvios, fraudes e irregularidades. O instrumento aplica-se a todos os colaboradores, administradores e conselheiros da Companhia, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, ao universo de *stakeholders* da organização.



TRANSPARÊNCIA



Mercado, Concorrência & Regulação

A Corsan é a maior operadora de saneamento do Rio Grande do Sul, ainda que não detenha a concessão na capital, esta sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre - DMAE. A geração de economia de escala e o subsídio cruzado permitem que a Companhia tenha fôlego financeiro e operacional para atender a 317 municípios, investir na universalização dos serviços, respeitando as particularidades socioambientais de cada região. Assim é possível garantir tratamento isonômico aos seis milhões de usuários dos sistemas de água e esgoto, independentemente do perfil econômico ou do porte da localidade.

Dentre os municípios atendidos, 93% possuem a delegação dos serviços firmada em Contrato de Programa, nos termos da Lei 11.445/2007, com vigência média de 25 anos. Os demais possuem Contratos de Concessão, no modelo anterior à Lei do Saneamento. Analisando a representatividade na receita, os municípios com Contrato de Programa detêm 97% do faturamento total. Os 3% restantes da receita, vinculados a concessões que ainda não migraram para Contrato de Programa, são na maioria contratos com vigência até o ano de 2029. Por conseguinte, menos de 1% da receita advém das 12 concessões por ora precárias, mas já em adiantado processo de negociação.



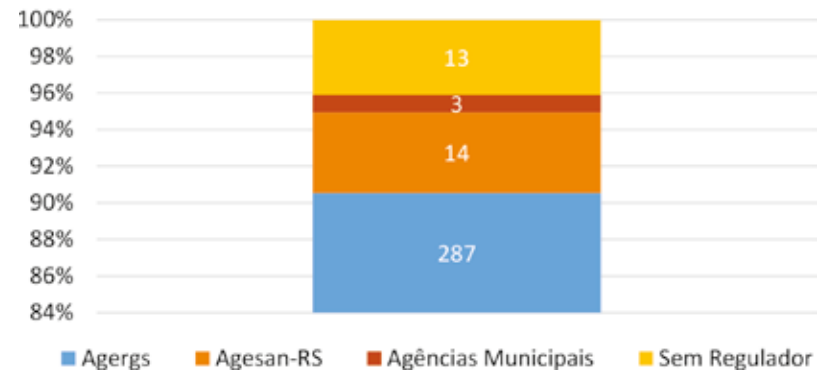
PROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA REVISÃO DOS PMSB: tendo em vista que os Planos Municipais de Saneamento Básico devem ser revisados pelos municípios a cada quatro anos, e que muitos PMSB foram instituídos em 2015 como condição para acesso aos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o ano de 2019 ensejou grande número de revisões em curto intervalo de tempo. Além disso, houve expressivas mudanças de cenário nesse período, com impactos socioeconômicos nas localidades, no grau de utilização e saturação da infraestrutura, nos arranjos institucionais, na captação de recursos, nas tecnologias disponíveis. Para dar conta dessa dinâmica sob a perspectiva do sistema Corsan e prestar auxílio técnico na revisão/elaboração dos Planos de Saneamento vigentes, a Companhia vem trabalhando intensamente na modelagem do Programa de Apoio aos Municípios, com foco no suporte técnico à construção de diagnósticos fidedignos dos sistemas de água e esgoto, prognósticos efetivos do ponto de vista socioambiental, e metas viáveis em termos econômico-financeiros. Em 2020 serão apresentadas propostas aos municípios e abertas as negociações com o poder concedente.

Quanto ao ambiente concorrencial, este vem se exacerbando no Brasil à medida que cresce a participação da iniciativa privada no setor do saneamento e que se suavizam as barreiras de entrada no mercado. O ponto culminante desse processo é o Projeto de Lei 3261/2019, cujo objeto é a alteração da Lei 11.445/2007, com ênfase na ampliação da participação de capital privado. Dentre diversos impactos no setor, caso aprovado o atual texto do PL, será imposta ao Poder Concedente a obrigação de publicar edital de chamamento público para prestação descentralizada dos serviços de saneamento. Na hipótese de não haver interessados, o titular procederá à assinatura de contrato com dispensa de licitação. De acordo com o texto do projeto de lei, ainda que os atuais contratos de programa permaneçam válidos dentro de sua vigência (25 anos em média na Corsan), pesadas obrigações serão impostas via aditivos, a fim de dar conformidade a esses instrumentos até o final do período contratado.

Do ponto de vista da regulação, a Lei do Saneamento atribui ao município o poder de delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões e a fiscalização da qualidade dos serviços, a aferição do cumprimento das metas e compromissos dos planos de saneamento e dos contratos de programa, além da arbitragem de conflitos com os clientes.

A maioria dos contratos de programa da Corsan é regulada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande Sul - Agergs. A Agência Reguladora Intermunicipal do Rio Grande do Sul - Agesan-RS, por sua vez, abrange um grupo menor de municípios, porém com representatividade em termos de economias e receita. Além da Agergs e da Agesan-RS, 200 há mais três reguladores municipais: Agência Reguladora de Erechim - Ager, Agência Reguladora de Serviços Delegados de São Borja - Agesb e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul - Agerst.

Municípios por Agência Reguladora



Em 2019, a Corsan propôs às cinco agências que os temas regulatórios mais expressivos passassem a ser deliberados em conjunto, a fim de tratar os usuários de forma isonômica, e assegurar a sustentabilidade do sistema como um todo. Os reguladores aderiram à ideia e, desde então, muito se tem avançado nas reuniões sistemáticas do GT da Regulação.

A Lei do Saneamento prevê ainda que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados seja assegurada por uma receita tarifária suficiente para cobrir os custos operacionais eficientes e para remunerar de forma adequada o capital prudentemente investido. Em contrapartida a concessionária deve atuar com eficiência, reservando aos clientes o direito de pagar uma tarifa justa e de receber o serviço nos níveis de qualidade estabelecidos pela legislação e pelo contrato de concessão ou de programa. O modelo de tarifa adotado pela Corsan é o *Cost Plus*, segundo o qual a receita requerida iguala-se ao custo da prestação dos serviços, de modo a ressarcir os custos e investimentos realizados, bem como a remuneração do capital. Não obstante certa elasticidade do modelo, o regulador tem a última palavra quando se trata de definir índices de reposicionamento ou reajuste tarifário. Tal configuração implica que a Revisão Tarifária (RTP ou RTE) tem o propósito de reavaliar toda estrutura de custos, contrapondo a receita requerida à geração de valor para as partes interessadas. Em relação aos Reajustes Tarifários, o objetivo limita-se à recomposição inflacionária da Receita Requerida a partir da aplicação de índices específicos, segregados e ponderados pelos grupos de despesas que compõem a estrutura de custos da empresa.



Tarifa e Comercialização

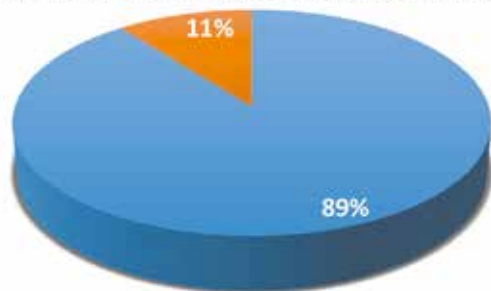
Com o propósito estimular o uso racional da água, a Corsan pratica a tarifa consumo composta por uma parcela variável (água/esgoto) e uma parcela fixa (serviço básico). A parcela variável cobre os gastos com insumos para produção, tratamento e distribuição da água, coleta e tratamento do esgoto. A parcela fixa, por seu turno, garante o equilíbrio econômico financeiro da prestação dos serviços, cobrindo os custos de operação dos sistemas, manutenção da infraestrutura, administração e gestão, além da amortização dos investimentos. O diferencial da tarifa da Corsan é a aplicação de exponenciais crescentes sobre os consumos excessivos que configurem desperdício.



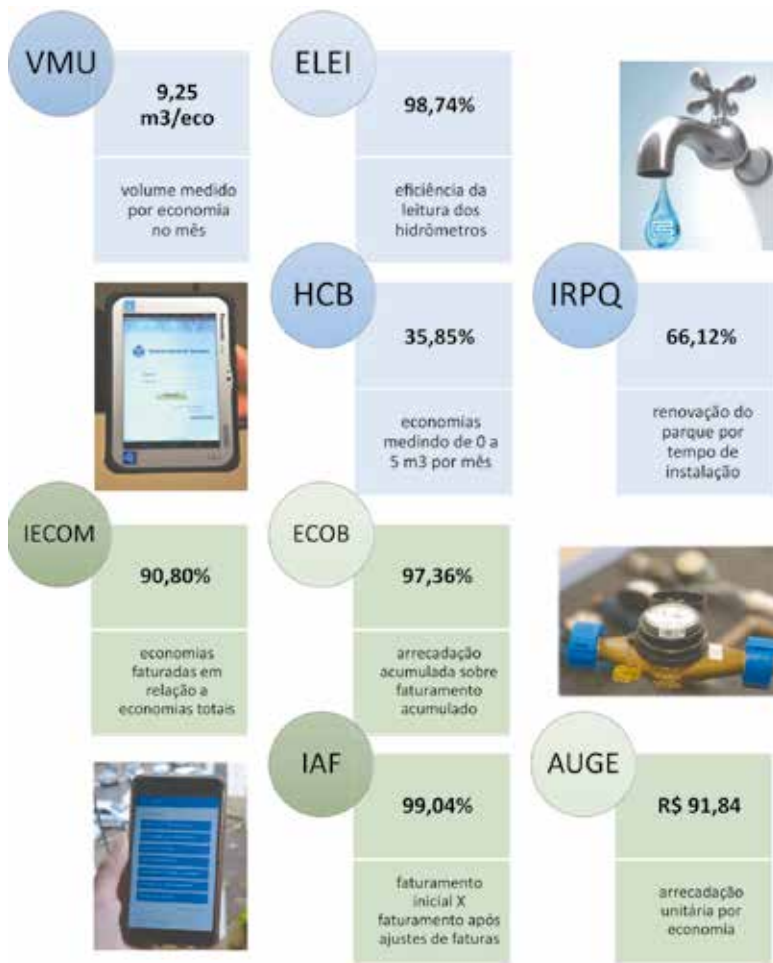
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Os principais perfis de atividade socioeconômica são considerados na estrutura tarifária da Corsan, o que resulta em três grandes categorias: Social, Básica e Empresarial. A Categoria Social é composta de residências e bicas públicas e tem como diferencial o subsídio de 60% concedido a imóveis ocupados por famílias de comprovada baixa renda. A Categoria Básica, por sua vez, abrange todas as demais residências em cadastro. A Categoria Empresarial, por fim, contempla a atividade econômica em geral – comércio, indústrias e órgãos públicos. Nesta última categoria, merece destaque o fomento aos pequenos negócios, por meio da subcategoria C1, cujo valor equivale ao da tarifa residencial básica.

2,7 milhões de economias de água ativas em 12/2019



■ RESIDENCIAL ■ NÃO RESIDENCIAL



Desafios & Oportunidades

Ao contrário do que se acredita ao senso comum, desafios não são obstáculos, mas sim pontes para o crescimento da organização. Reconhecê-los e dimensioná-los faz parte do processo de enfrentamento, como ponto de partida para mobilizar recursos e reconhecer as oportunidades à medida que elas se apresentam.

DESAFIOS



OPORTUNIDADES

Parcerias Público Privadas - PPP

Oferta de ações no mercado via IPO (Initial Public Offering)

Programa de apoio aos municípios para elaboração e revisão dos PMSB

Solução individual e sistema misto de esgotamento sanitário

Gestão matricial de custos

Programa de eficiência energética

Novo ERP corporativo

Visão de Futuro

A partir da análise dos ambientes interno e externo, e da tradução das principais forças e fraquezas da empresa em termos de ameaças, desafios e oportunidades, a Corsan construiu o seu Planejamento Estratégico para o período 2014-2019. Do ponto de vista do arranjo institucional, o Planejamento obedece às orientações do Governo do Estado a fim de compatibilizar a estratégia da Companhia com as políticas governamentais. Do ponto de vista da metodologia, foi adotado o Balance Scorecard – BSC, modelo consolidado no mercado, que tem como ponto de partida a tradução da empresa em termos de Missão, Visão e Valores.

MISSÃO

- Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.

VISÃO 2016 - 2019

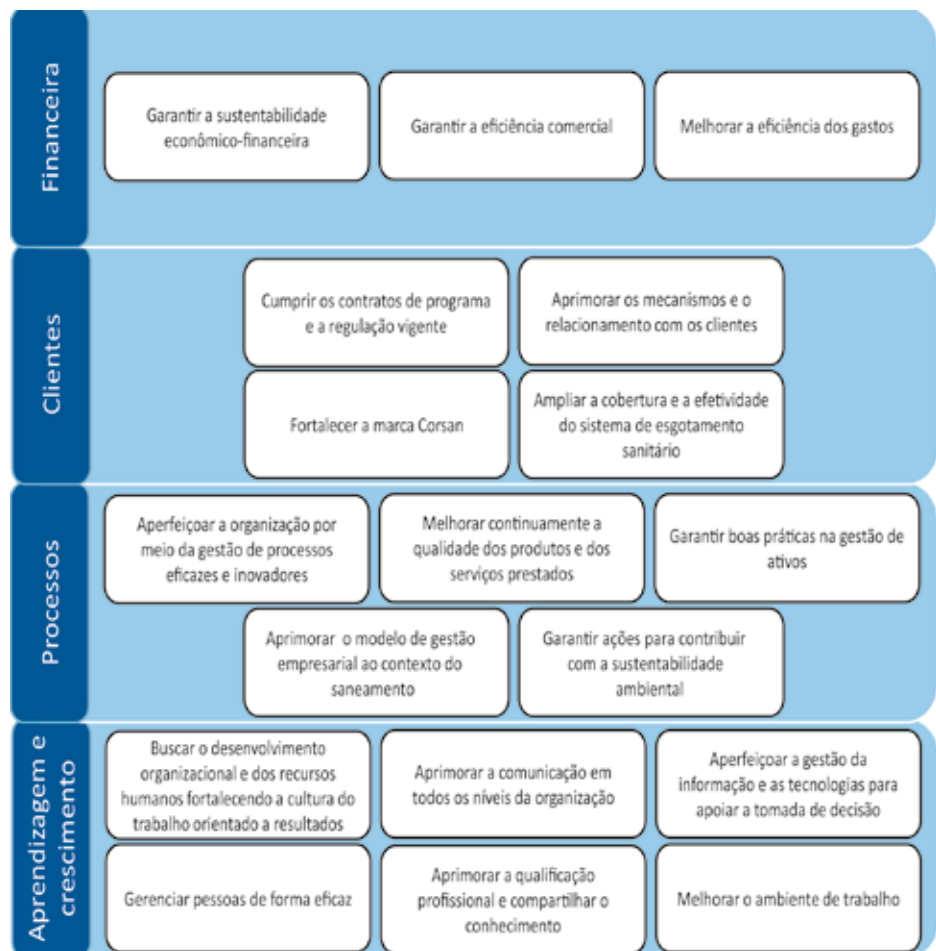
- Em 2019, manter a Universalização da cobertura de água e atender 30% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes.

VISÃO 2030

- Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender a população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus produtos e pela consolidação de novos negócios.

VALORES

- Sustentabilidade - Responsabilidade social - Ética - Transparência Produtividade, segurança
- Gestão compartilhada - Valorização das pessoas - Integração entre as áreas



Com patrocínio da Administração e participação dos representantes dos macroprocessos da empresa, está em curso a revisão do Planejamento Estratégico. O processo tem por base a análise de ambiente, a partir da qual serão identificadas as principais oportunidades, ameaças, forças e fraquezas, resultando na revisão das diretrizes estratégicas nas perspectivas de curto, médio e longo prazo.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Desdobramento da estratégia

O desdobramento da estratégia no interior do estado é conduzido pelas Superintendências Regionais, envolvendo todas as unidades de saneamento mediante planos de ação anuais no formato 5W2H. O foco do trabalho é o aperfeiçoamento da gestão, baseado no Modelo de Excelência da Gestão do Saneamento Ambiental (MEGSA) do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS). Em 2019 a Companhia avançou no aprendizado e na melhoria dos processos gerenciais nas dez regionais, com ênfase na geração de resultados para as partes interessadas. Entre as atividades realizadas, destacam-se o desenvolvimento das lideranças, a disseminação de conhecimentos pela rede dos facilitadores da qualidade, o diagnóstico da gestão das regionais interna e externamente pela participação no processo do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS). Ao longo do ano foram realizados inúmeros eventos, mobilizando as equipes das superintendências regionais, e esse debate frutificou na forma do Acordo de Resultados - um compromisso que será assinado em 2020 entre os gestores de unidades de saneamento e superintendentes regionais com a Diretoria. No acordo constará uma série de metas de desempenho associadas à produtividade das equipes. Quanto à participação da Corsan no Programa Nacional da Qualidade em Saneamento, houve um aumento significativo na pontuação da maioria das regionais, e diversas premiações foram recebidas no Seminário de Benchmarking do PNQS, ocorrido em novembro de 2019. O evento fechou do ciclo anual de avaliação da gestão do prêmio mais importante do setor de saneamento na América Latina.



Melhores na Gestão do Saneamento

- SURMET - Troféu Prata Nível II
- SURLIT - Certificado de Finalista Nível II



Inovação em Gestão do Saneamento

- SURPLA - Finalista IGS
- Case Controle de recebimento e pagamento de documentos financeiros



Prêmio Eficiência Operacional

- SURCEN - Finalista PEOS
- Case Melhoria da eficiência operacional do sistema de abastecimento de água de Júlio de Castilhos



Prêmio Eficiência Operacional

- SURLIT - Prêmio máximo da categoria Esgotamento Sanitário
- Case Projeto de regularização de ligações clandestinas – Bairro Agual



Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento

- CORSAN
- Destaque em Gestão do Conhecimento

Projetos Estratégicos

No que se refere ao desdobramento da estratégia em nível corporativo, a Corsan trata as principais questões em regime de projetos estratégicos, os quais são patrocinados pelas diretorias afins, porém interdependentes quanto às áreas envolvidas. Para o gerenciamento dos projetos, a empresa adota o modelo *Project Management Office - PMO*, mantendo um escritório de gerenciamento de projetos diretamente vinculado ao Planejamento Estratégico.

PROJETOS EM ANDAMENTO

- Melhorar a eficiência energética
- Implantar uma política de gestão do parque de hidrômetros
- Redução de perdas com execução própria dos serviços de eficiência operacional
- Redução de perdas com contrato de performance
- Aprimorar a gestão da segurança patrimonial
- Implantar plano integrado de gestão de perdas
- Ajustar a estrutura tarifária aos serviços prestados

- Implantar a prestação de serviços dos sistemas misto e individual em esgotamento
- Comercialização especial em imóveis com fonte alternativa
- Elaborar planos de segurança da água em 18 sistemas de abastecimento de água
- Regularizar ligações clandestinas em áreas de ocupações consolidadas
- Capacitar estações de tratamento de esgotos para receber efluentes externos
- Estruturação e modelagem do projeto PPP

- Implementar programa de gestão patrimonial
- Implantar automação e CCO
- Implantação do novo sistema ERP
- Gestão da manutenção civil de estruturas hidráulicas
- Gestão dos resíduos sólidos de ETA e ETE
- Gestão da qualidade nos processos operacionais de água e esgoto
- Modelo para gestão da manutenção eletromecânica
- Aperfeiçoar os processos de tratamento e controle analítico

- Implantar sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica – SISPLAN
- Implantar modelo de gestão do conhecimento orientado a resultados
- Implantar sistema de gestão eletrônica de documentos - GED
- Implantar Sistema de Georreferenciamento – SCTGEO

Monitoramento da estratégia

Os Objetivos Estratégicos da empresa são monitorados por meio de um conjunto de 39 Indicadores, segregados pelas quatro perspectivas do Mapa Estratégico. Em ciclos bimestrais, os resultados são aferidos, são apresentadas as justificativas para o desempenho positivo ou negativo em cada indicador, e tomadas medidas de correção de rumo quando necessário.

PERSPECTIVA FINANCEIRA

- Margem de investimentos com recursos próprios
- Arrecadação Geral
- Ebitda sem margem de construção
- Eficiência Comercial
- Razão Operacional sem margem de construção
- Margem energia elétrica acumulado ano
- Margem pessoal próprio acumulado ano



PERSPECTIVA CLIENTES

- NUA IBGE
- NUE IBGE
- Índice de reclamação de problemas
- Satisfação do cliente
- Tempo médio de atendimento ao cliente
- Ligações factíveis de esgoto
- Notificações para ligação de esgoto
- Ranking Top of Mind - Empresa Pública Eficiente
- Ranking Marcas de Quem Decide - Mais Lembrada
- Ranking Marcas de Quem Decide - Preferida Gaúchos
- Imagem da Corsan em pesquisa de satisfação

PERSPECTIVA PROCESSOS

- Índice de perdas na distribuição - IPD
- Medição dos investimentos SAA/SES (PAC)
- Execução anual dos investimento SAA/SES expansão
- Índice de Qualidade da Água - IQA Microbiológico
- Índice de Qualidade da Água - IQA Físico-químico
- Índice de qualidade do esgoto tratado - IQE
- Novas ligações de Esgoto
- Reabilitação de redes de água (por substituição)
- Regularidade dos contratos de programa
- Adução em ETA com sistema de tratamento de lodo
- Estações Tratamento Esgotos Licenciadas
- Adução em ETA licenciada



PERSPECTIVA APRENDIZAGEM & CRESCIMENTO

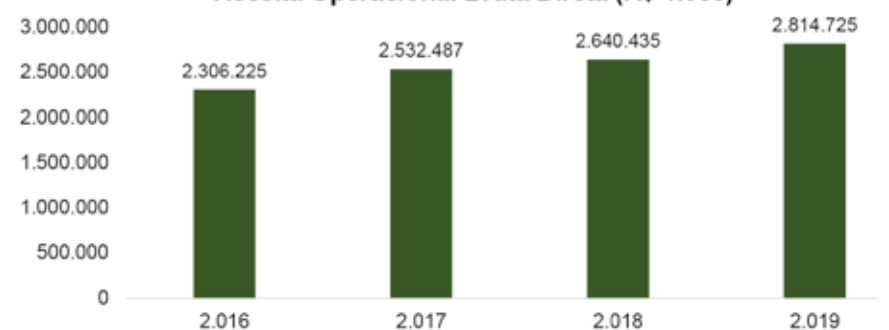
- Produtividade de pessoal para SAA e SES
- Você se sente bem informado(a) sobre o que acontece na Corsan?
- Satisfação Geral Comunicação
- As informações necessárias para o desenvolvimento das suas atividades chegam a você com antecedência?
- Horas Extra por Empregado
- Índice de ações trabalhistas
- Oportunidades de Capacitação
- Cursos com Instrutoria Interna
- Satisfação Geral com o Ambiente Físico



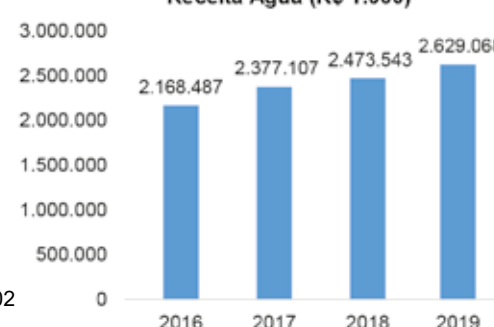
Sustentabilidade econômico-financeira

RECEITA OPERACIONAL BRUTA DIRETA

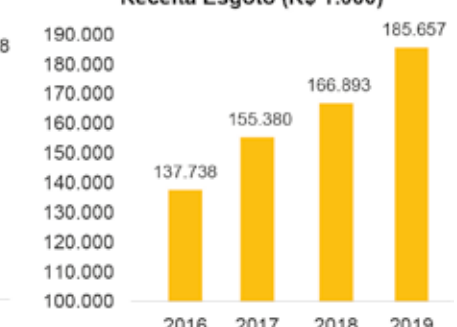
Receita Operacional Bruta Direta (R\$ 1.000)



Receita Água (R\$ 1.000)



Receita Esgoto (R\$ 1.000)



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

LUCRO LÍQUIDO



COMPOSIÇÃO EBITDA

	2018	2019
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	387.672	635.527
(+) Despesas Financeiras	60.552	59.963
(-) Receitas Financeiras	(104.198)	(77.063)
(+) Depreciações e Amortizações	128.553	148.151
EBITDA	472.579	766.577
Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida)	17,54%	26,90%

em R\$ 1.000

Em 2019, a Companhia apresentou resultados positivos evidenciados no EBITDA, impactados principalmente pelo reconhecimento de ativos de precatórios e redução dos saldos de contingências civis e trabalhistas.

INVESTIMENTOS REALIZADOS

	2019
Água	110.290
Esgoto	189.172
Desenvolvimento	32.760
Total	332.222

em R\$ 1.000

Margem de Investimento com Recursos Próprios

• 11,54%

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Água	138.674	150.266	108.934	84.697	60.732	543.303
Esgoto	239.285	241.513	264.734	267.852	268.257	1.281.641
Desenvolvimento	167.059	87.320	73.821	52.154	573	380.927
Total	545.018	479.099	447.489	404.703	329.562	2.205.871

em R\$ 1.000

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FONTE

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Contrapartida	46.861	36.365	33.044	26.112	19.943	162.325
Financiado	201.414	219.220	213.201	224.796	217.016	1.075.647
Próprio	244.636	155.648	122.194	84.253	31.443	638.173
Repassé	52.107	67.868	79.050	69.541	61.160	329.726
Total	545.019	479.100	447.489	404.703	329.561	2.205.871

em R\$ 1.000

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

A Corsan vem aprimorando sua estrutura de gerenciamento para captação de recursos, de modo a acompanhar a evolução dos mercados, especialmente no que tange a oferta e condições, bem como monitorando os acontecimentos atrelados ao setor de saneamento e infraestrutura. A partir das metas definidas para universalização dos serviços de esgotamento sanitário e manutenção/resiliência dos sistemas de abastecimento de água, estabelecidas no Plano de Expansão da Companhia, estimou-se a necessidade de investimentos na ordem de **R\$ 17 bilhões**. Uma vez que esse volume de recursos excede a disponibilidade de caixa da empresa, vêm sendo intensificados esforços na obtenção de financiamentos e/ou repasses não onerosos.

RECURSOS CONTRATADOS E EM UTILIZAÇÃO	
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento: recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados à implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção. Água: projetos e ampliação de sistemas em diversos municípios. Esgoto: projetos e ampliação/implantação de sistemas em diversos municípios
IN 14 MCIDADES	Instrução Normativa do Ministério das Cidades N° 14/2014: recursos do FGTS contratados para ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Todos os pleitos contemplados estão contratados. Água: Gravataí Esgoto: Ibirubá, Tramandaí, Xangri-lá, Pedras Altas, Rio Grande, Capão da Canoa
FOCEM	Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul: recursos internacionais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Aceguá Esgoto: Aceguá
FINEM BNDES	Financiamento Empresa: recursos do FAT, contratados para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, telemetria e renovação do parque de hidrômetros. Esgoto: Campo Bom, Santa Maria/Camobi, Torres, Jaguarão, Rio Grande e Xangri-lá Telemetria e Hidrômetros: diversos municípios
AVANÇAR CIDADES SANEAMENTO	Programa Avançar Cidades Saneamento/ Fase 1: Recursos federais (BNDES - FAT) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e implantação de sistema de esgotamento. SAA: Panambi SES: São Luiz Gonzaga
RECURSOS EM CAPTAÇÃO/ CONTRATAÇÃO/ PROSPECÇÃO	
BID / PROSASUL	Programa de Ampliação e Melhoria dos Serviços de Saneamento do Rio Grande do Sul: o objetivo principal do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, mantendo a cobertura dos serviços de abastecimento de água, preservando o meio ambiente, aumentando a segurança hídrica e fortalecendo a gestão operacional e institucional da Corsan. Componente 1: Melhorias e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água Componente 2: Sustentabilidade Operacional e Institucional
AVANÇAR CIDADES SANEAMENTO	Programa Avançar Cidades - Saneamento para Todos: Recursos federais (FAT/FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como controle de perdas de água, em diversos municípios Seleção Contínua: recursos planejados, em análise e contratação para diversos municípios
PROSPECÇÃO	Avaliação de alternativas para financiamentos de médio e longo prazo junto ao mercado financeiro (bancos públicos e privados), tais como emissão de debêntures, debêntures incentivadas, FIDC, entre outras modalidades e, alternativamente, financiamentos em moeda estrangeira com organizações multilaterais internacionais.

CUSTO REFERÊNCIA NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO: com base na metodologia de Gerenciamento Matricial de Despesas – GMD e no Sistema de Gestão de Custos – SISGEC (ambos produtos de projetos estratégicos), foi ampliado o escopo da Gestão

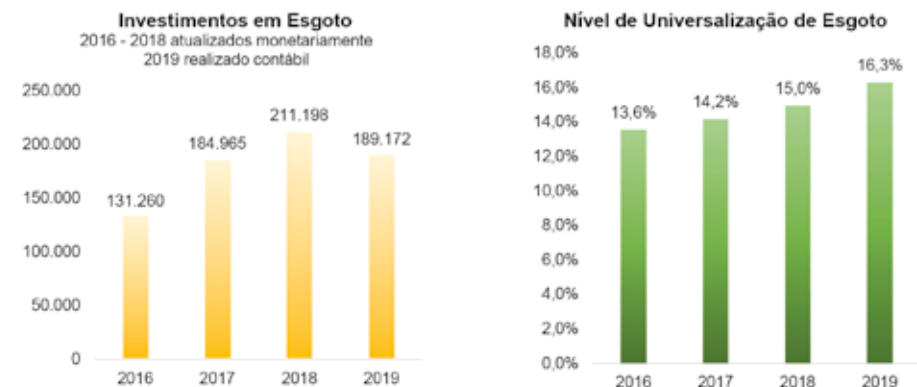
de Custos na Corsan, iniciado em 2018 com o propósito de adotar o custo referência como balizador na elaboração do orçamento anual da empresa. Ao longo do processo, destaca-se a natureza de combustíveis, por apresentar um retorno bastante positivo: a redução de 9% no valor orçado para o ano de 2020, o que gerou **economia de R\$ 1.110.000,00**. Esse resultado é fruto do monitoramento por meio da ferramenta de telemetria Frotalog, e da conscientização dos empregados especialmente com relação à prática da marcha lenta (tempo que o veículo fica ligado, porém sem estar em movimento). A redução teria sido ainda mais expressiva não fosse o exacerbado aumento do preço dos combustíveis.

ESCOPO DA GESTÃO DE CUSTOS 2018-2019	critérios adotados	despesas monitoradas
	extensão de rede de água	combustíveis
	número de empregados	locação de veículos
	economias de água	diárias
	economias de esgoto	retro, caçamba e reaterro
	volume faturado de água	luz
		força

AQUISIÇÃO DE ENERGIA EM AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE: considerando que a energia elétrica é o segundo maior custo dentro da Despesa de Exploração da Corsan, é imprescindível o permanente controle dos contratos de fornecimento, buscando a tarifa mais adequada ao perfil operacional de cada unidade consumidora. Nessa perspectiva, a Corsan promoveu um pregão eletrônico em dezembro de 2019 para aquisição de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL. A expectativa é reduzir em média 10% da conta de energia nos próximos 10 anos, economizando até R\$284 milhões.

Universalização em esgoto – parcerias & alternativas

O grande volume de recursos aplicados em obras de esgoto ao longo dos últimos anos, a infraestrutura disponibilizada à medida que se concluem grandes obras por todo o estado e a regulamentação da cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento em 2016 têm reflexo no crescimento do NUE, ainda que a efetivação das ligações não ocorra na mesma intensidade do montante investido. Por outro lado, cabe refletir sobre as mudanças no mercado de capitais destinados ao saneamento, fato que levou a Corsan a, não apenas diversificar a prospecção de financiamentos, mas lançar-se a novas alternativas para a universalização, tais como as parcerias público privadas e a incorporação da solução individual ao sistema público.



PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP

O escopo da operação é a contratação de parceiro privado, na modalidade de concessão administrativa, para operação dos serviços de esgotamento sanitário, gestão do parque de hidrômetros e identificação e eliminação de fraudes pelo prazo de 35 anos, incluindo a complementação das obras de infraestrutura necessárias para atingimento da meta de 87,3% de atendimento em esgoto, no prazo de até 11 anos, e manutenção desta ao longo do período da concessão. O projeto abrange nove municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA (Canoas, Esteio, Sapucaia, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Guaíba e Eldorado do Sul). Os estudos de impacto evidenciaram que, além de uma alternativa de alavancagem de recursos de terceiros para execução das obras de infraestrutura, o modelo proporcionará ganhos em efetividade operacional e contribuirá, em médio prazo, na redução da Razão Operacional sem Receita de Construção (ROP). A universalização nos nove municípios contribuirá com o aumento de 15,77% no NUE corporativo, beneficiando a população da área urbana da região com a melhoria nos indicadores de saúde pública e na qualidade dos recursos hídricos. Contribuirá positivamente com outros indicadores corporativos, destacando-se EBITDA, Índice do Parque de Hidrômetros a Renovar, Satisfação do Cliente e Notificação Ligação Esgoto Corporativo. Estima-se que a população beneficiada seja, em um primeiro momento, de 500 mil pessoas, chegando a 1,7 milhão até o ano de 2055.



O edital da PPP da RMPA, lançado em agosto de 2019, foi pautado pelo respeito à livre concorrência e pela transparência. Ao longo do processo licitatório, houve reuniões com as empresas interessadas, visitas técnicas à infraestrutura atual, esclarecimento de dúvidas das licitantes, além de duas sessões públicas. Em novembro de 2019, foram recebidos três envelopes de proponentes para o certame e, após análise e pré-qualificação, foi realizado o leilão da licitação. O evento ocorreu na sede da B3, em São Paulo, chegando-se a uma proposta com desconto de 27,7% em relação ao preço máximo admissível (R\$ 3,41). O Consórcio Aegae foi o vencedor, propondo R\$ 2,40 por m3 de esgoto faturado, o que irá gerar uma **economia de R\$ 2,6 bilhões** na contraprestação total do projeto.

Contraprestação total no período da PPP

Original	Leilão
R\$ 9.555.218	R\$ 6.928.255

em R\$ 1.000

SOLUÇÃO INDIVIDUAL

A solução individual é admitida pelo PLANSAB como parte do sistema público de esgotamento sanitário, em especial quando as

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

fossas sépticas são construídas e operadas adequadamente, e fiscalizadas com responsabilidade. Uma vez que essa solução é amplamente disseminada em todo o estado, em 2017 a Corsan iniciou a modelagem de sua inserção no escopo das iniciativas para a universalização. Desde então, muito se avançou para ofertar aos usuários da Companhia o serviço de limpeza programada de fossas, visto que assumir a limpeza e executar o serviço na frequência ideal vem a garantir que o lodo seja destinado de maneira ambientalmente correta.

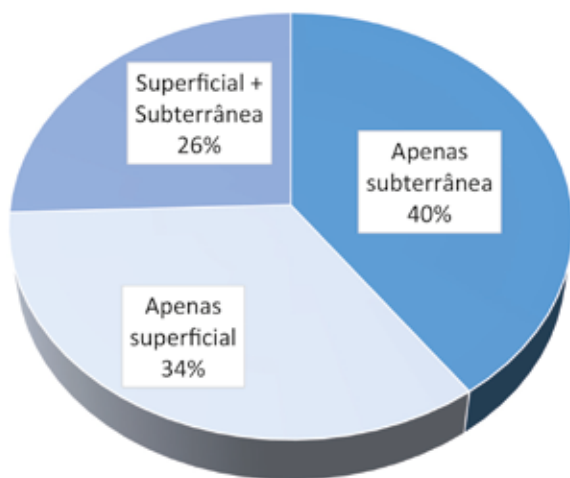
Nesse contexto, o ano de 2019 foi marcado pela aprovação da Resolução Normativa 50/2019 Agergs, que veio a regulamentar o serviço de limpeza programada de fossas sépticas no âmbito de 284 municípios. A alternativa, indicada para locais de baixa densidade demográfica, comporá o plano de expansão em esgoto na maioria dos municípios do estado, total ou parcialmente. Com a regulamentação, a Corsan poderá planejar os investimentos e negociar os planos municipais de saneamento básico com o conforto de já possuir regramento e tarifa homologados pelo regulador de maior abrangência territorial.

Água universalizada – compromisso com a eficiência

ÁGUAS SUBTERRÂNEAS: o sistema de abastecimento de água por poços apresenta vantagens significativas, principalmente pela qualidade da água nas fontes subterrâneas. Muito embora a maioria dos poços perfurados não alcance vazões satisfatórias para o atendimento de uma grande cidade, em pequenas comunidades mostra-se a melhor alternativa diante dos investimentos necessários para um sistema de captação e tratamento convencional. A Corsan atua na captação e gestão de água subterrânea em municípios onde possui concessão dos sistemas de água e esgoto, e em pequenas comunidades não abastecidas pela rede pública estadual, através de Convênio com o Governo do Estado.

Cerca de 70% dos municípios atendidos pela Companhia utilizam água de poços tubulares em seu sistema. A água subterrânea representa de 15 a 20% do volume total de água disponibilizada.

Municípios atendidos X captação de água



Em períodos de estiagem, quando há a escassez de recursos hídricos superficiais, a importância dos poços tubulares fica ainda mais aparente, por se tratar de uma solução de menor custo de implantação e manutenção. Apesar de a utilização de poços no abastecimento gerar economia com energia, pessoal, insumos e manutenção, nem todas as regiões são favoráveis à perfuração. Em 2019, 22% dos poços perfurados se revelaram secos. Nesse mesmo ano, o investimento de R\$1 milhão permitiu ampliar significativamente a capacidade de perfuração de poços profundos:

	Corsan	Secretaria de obras do RS	Total
Total de poços perfurados	68	33	101
Poços produtivos	38	20	58
Poços Secos	16	6	22
Poços nulos (desmoronamento, vazão insuficiente, água imprópria, etc.)	14	7	21
Poços improdutos (nulos+secos)	30	13	43
% poços secos	24	18	42
% poços nulos + secos	44	39	84
Municípios atendidos	49	19	68
Localidades atendidas	49	28	77
Metros perfurados	12.368	6.584	18.952

5,6 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS

GESTÃO DAS PERDAS DE ÁGUA NA DISTRIBUIÇÃO: o compromisso com a redução das perdas é compartilhado por todas as áreas da empresa, uma vez que envolve aspectos operacionais, comerciais, administrativos, financeiros, tecnológicos e de infraestrutura. Nesse sentido, está em curso o Projeto Estratégico *Implantar Plano Integrado de Gestão de Perdas*, com o objetivo de constituir e implantar uma política de gestão de perdas e um programa de ações transversal na organização, além de realizar ações imediatas de mitigação nos SAA. O orçamento de R\$ 128 milhões do projeto destina-se essencialmente à macromedição, substituição de redes, setorização de redes, controle e redução de pressões, pesquisa de vazamentos e capacitação de pessoal. Dentre as ações realizadas até o final de 2019, destacam-se:



CENTROS DE CONTROLE OPERACIONAL – CCO: para atender melhor aos sistemas de abastecimento e prevenir desabastecimento, a Corsan vem aplicando tecnologias de primeira linha no controle à distância dos níveis dos seus reservatórios, operação de estações de bombeamento, pressões das redes e vazões. A partir de sensores eletrônicos instalados em pontos estratégicos da rede distribuidora, os dados são coletados e transmitidos ao Centro de Controle Operacional. As informações, visualizáveis instantaneamente e armazenadas em meio digital, propiciam tanto análises mais profundas do sistema como as rápidas tomadas de decisão, permitindo antecipar as ações técnicas corretivas antes mesmo da comunicação de problemas pelos usuários. Estão previstos 31 Centros de Controle Operacional em toda a empresa, o que cobrirá 80% das economias com automação e/ou telemetria.

CCO inaugurados até 2019

Sistema Integrado Gravataí/Cachoeirinha
Santa Cruz do Sul
Bento Gonçalves
Imbé/Tramandaí
Xangri-lá/Capão da Canoa
Canoas
Corporativo

CCO previstos para 2020

Santa Maria
Passo Fundo
Sistema Integrado Alvorada/Viamão
Sistema Integrado Guaíba/Eldorado
Rio Grande
Campo Bom
Gramado/Canela

O CCO Corporativo Corsan, localizado em Porto Alegre, oferece infraestrutura e tecnologia para monitorar 24 horas por dia e em tempo real 29 sistemas automatizados no interior do estado.

Sustentabilidade socioambiental

FATURA POR E-MAIL CRESCE 400%: o envio da fatura dos serviços de água e esgoto via e-mail para usuários com cadastro de endereço alternativo passou de 108 mil beneficiados em 2018 para 440 mil em 2019, o que representa um incremento de 405%. A ação elimina a impressão da fatura (menos papel) e o envio ao destinatário pelos Correios (menos tempo), reduzindo custos e agilizando a disponibilização do documento para pagamento.

DOCUMENTAÇÃO DIGITAL BENEFICIA 2.000 ENTIDADES FILANTRÓPICAS: a documentação comprobatória para solicitação ou renovação de descontos para entidades filantrópicas passou a ser digitalizada no Sistema Comercial da Corsan. Essa

funcionalidade beneficiou mais de 2.000 entidades em 2019, eliminando a impressão e a tramitação de documentos físicos e reduzindo tempo de análise e concessão dos descontos.

CORSAN DESTINA 680 ELETROELETRÔNICOS VIA PROGRAMA SUSTENTARE: a Corsan, em parceria com a Procergs, aderiu ao programa de descarte de equipamentos de TI capitaneado pelo governo do estado. As ações da Companhia no programa consistem na separação de componentes dos equipamentos eletroeletrônicos e a posterior destinação ao processo de reciclagem adequado. Desde janeiro de 2018 até o momento, já foram destinados 680 volumes.

INCLUSÃO PARA 2.000 FAMÍLIAS NO PROGRAMA ÁGUA VIDA E CIDADANIA: o programa tem o propósito de definir critérios e requisitos para a regularização de ligações clandestinas em áreas de ocupações consolidadas, promovendo melhoria da qualidade de vida das pessoas e resgate da cidadania por meio do fornecimento de água tratada. Além disso, contribui para a redução das perdas no sistema de abastecimento, não apenas pela inclusão das famílias na formalidade, mas pela disseminação da cultura do consumo consciente e adequado. O programa vem sendo desenvolvido nos municípios de Eldorado do Sul, Viamão, Canoas e Horizontina, onde a expectativa é regularizar aproximadamente 2.000 ligações.

REGULARIDADE AMBIENTAL: a Companhia atuou com êxito nos processos de Licenciamento Ambiental de SAA e SES junto aos órgãos licenciadores dos empreendimentos em implantação e em operação, mediante a manutenção de 116 licenças de instalação e 202 licenças de operação vigentes ao final do ano de 2019. Quanto aos sistemas em fase de expansão, apenas no ano de 2019, foram obtidas 47 novas licenças para sistemas de esgotamento sanitário e para sistemas de abastecimento de água. Merece destaque também a atuação de equipes de supervisão ambiental em 56 contratos de obras em andamento, a fim de manter a regularidade dos empreendimentos, com fiscalização e orientação técnica sistemática.



RECUPERAÇÃO DE BIOMAS E HORTO FLORESTAL: desde 2018, a Corsan vem investindo na regularização de um passivo de Reposição Florestal Obrigatória, junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema-RS). O déficit refere-se a obras realizadas ao longo de mais de duas décadas. Como carro-chefe das ações, destaca-se a assinatura de dois convênios, um com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Sul (Fetagr-RS) para desenvolvimento do projeto Recuperação de Biomas, e outro com o município de Cachoeirinha para revitalização da educação ambiental por intermédio do Horto Florestal Municipal Chico Mendes. Com esses dois projetos, a Companhia regulariza um passivo de 154 mil mudas de árvores nativas, adotando uma alternativa mais efetiva para a empresa e para o meio ambiente.

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL – 29 EMPREENDIMENTOS, 23 MUNICÍPIOS, 28 MIL PESSOAS: durante as obras de implantação e ampliação de sistemas de água e de esgoto, é desenvolvido o Trabalho Técnico Social (TTS) junto às comunidades beneficiadas, com o propósito de preparar as populações para receber e usufruir dos benefícios do saneamento de forma consciente e cidadã. A ação se dá em três momentos distintos: antes do início das obras, para conhecer a comunidade beneficiária; durante as intervenções de engenharia, para informar a população sobre o andamento e a importância da obra para a saúde e o meio ambiente; após a conclusão e funcionalidade das obras, para sensibilizar as pessoas sobre a importância de se conectar à rede. Em 2019, o TTS foi desenvolvido em 29 empreendimentos que abrangem 23 municípios. Foram realizadas 261 atividades com a população, envolvendo aproximadamente 28.000 pessoas. Destaca-se, nesse período, o aumento de atividades da fase de incentivo à efetivação das ligações, com 18 atividades realizadas, mobilizando cerca de 9.500 pessoas.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: no aspecto legal, os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos – PGRS objetivam atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos e à Política Estadual de Resíduos Sólidos. No entanto, o propósito dos programas é bem mais amplo na Corsan, considerando que a cultura da sustentabilidade deve ancorar-se em instrumentos que materializem intenções em ações efetivas. Nesse sentido, o ano de 2019 foi profícuo, com a elaboração de 52 PGRS de Sistemas de Abastecimento de Água e de Sistemas de Esgotamento Sanitário, abrangendo municípios de todas as Regionais.



Gestão de Pessoas

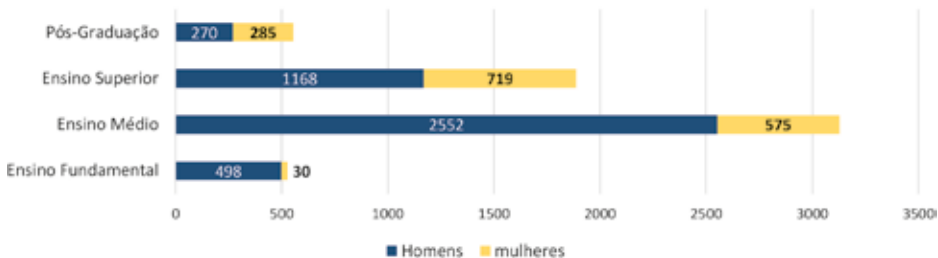
Considerando que a presença da Corsan nos 317 municípios atendidos depende essencialmente da ação humana, a força de trabalho é um dos principais capitais da empresa. Nesse sentido, a política de gestão de pessoas assenta-se no respeito às individualidades de quase seis mil empregados (na sua maioria usuários dos serviços que prestam), salvaguardado sempre o interesse da sociedade, as estratégias do negócio e o incentivo a trajetórias profissionais que agreguem vantagens competitivas para a Companhia.

Total de Empregados

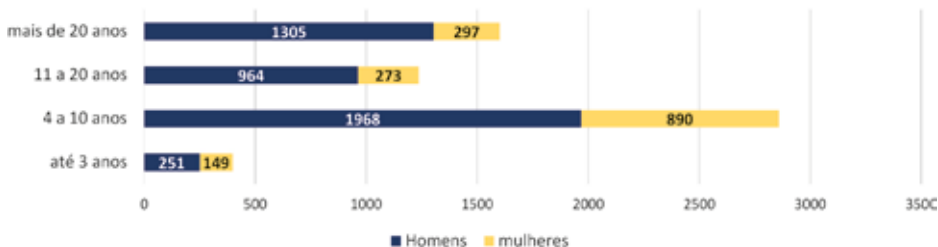


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE 2019

Empregados por grau de instrução



Empregados por tempo de serviço



AÇÕES ESTRATÉGICAS NA GESTÃO DE PESSOAS

Modelo de Gestão de Pessoas	Consolidação do novo modelo de gestão por competências e da cultura de desenvolvimento do empregado
Avaliação de Desempenho	Aprimoramento do processo de avaliação dos empregados, inserindo as habilidades sociais/comportamentais (soft skills), além da tradicional aferição das habilidades técnicas/intelectuais (hard skills)
Capacitação em SST - Saúde e Segurança no Trabalho - 2.300 oportunidades de atualização em 2019	NR 05 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA NR 33 – Trabalho em Espaço Confinado NR 35 – Trabalho em Altura Segurança com Cloro em ETA
Projeto Qualidade de Vida na Corsan	Ações de saúde preventiva do trabalhador nas Regionais (palestras e dinâmicas de grupo)

O *Projeto Qualidade de Vida na Corsan* fomenta a discussão de temas essenciais sobre saúde física, mental e emocional, com o diferencial de ocorrer no local de trabalho, onde o diálogo se torna mais próximo das realidades de cada comunidade, respeitando a diversidade e a riqueza que emergem dessa aproximação. O principal propósito é dar atenção, cuidar e valorizar as pessoas, estratégia que tem potencial de diminuir o número de afastamentos, acidentes do trabalho e faltas. As ações iniciaram em setembro de 2018 e findarão em maio de 2021. Com 51% de realização até o final de 2019, o Projeto já alcançou 890 empregados, abordando diferentes questões, de acordo com cada mês do ano:



Janeiro Branco – Saúde Mental
Fevereiro Laranja – Doenças Autoimune
Março Dourado – Pessoa com Deficiência
Abril Verde – Saúde do Trabalhador
Maio Lilás – Assédio Moral e Sexual
Junho Turquesa – Álcool e Outras Drogas
Julho Grenal – Acidente do trabalho
Agosto Prata – Combate ao Fumo
Setembro Amarelo – Prevenção ao Suicídio
Outubro Rosa – Saúde da Mulher
Novembro Azul – Saúde do Homem
Dezembro Vermelho – AIDS e ISTs

Inovação – tecnologia & pesquisa em parceria

NOVO ERP CORSAN – INVESTIMENTO DE R\$ 18 MILHÕES PARA CONECTAR PROCESSOS E PESSOAS: dentro do planejamento estratégico da Companhia, o projeto *Corsan Conecta* implantará um novo sistema de gestão empresarial, integrando sistemas utilizados no âmbito administrativo, financeiro e de planejamento. A solução adquirida foi a SAP S/4HANA, e o cronograma prevê que o Go Live será dado em novembro de 2020. Após três meses de produção assistida, serão entregues os módulos Gestão de Recursos Humanos – GRH, Gestão Financeira e Contábil – GFC, Gestão de Ativos – GAT, Gestão de Aquisições – GAQ e Gestão de Planejamento – GPL. O investimento de R\$ 18,5 milhões em dois anos transformará radicalmente a estrutura e os processos da Companhia, resultando em benefícios tais como a gestão integrada, com *feedback* em tempo real, proporcionando maior agilidade na tomada de decisão e maior confiabilidade nas informações prestadas. Além disso, o ganho com a otimização dos recursos financeiros e de capital humano contribuirá para tornar a empresa mais sustentável.



CADASTRO TÉCNICO GEORREFERENCIADO: o cadastro georreferenciado das redes de água e esgoto cobrirá os 78 maiores sistemas da Companhia. Atualmente há 18 núcleos de geoinformação implantados nas coordenadorias operacionais locais. A estimativa é chegar a 30 núcleos. A gestão do cadastro de redes é feita por meio do Sistema Geoportail Corsan, que hoje já integra informações do cadastro comercial correspondentes a 80% da integração já concluída com o CCO Corporativo. Extrapolando o escopo do projeto estratégico, o SCTGEO (atualização) e o Geoportail (gestão) já têm se mostrando excelentes ferramentas de apoio às diversas áreas da empresa, tais como operacional, comercial, ambiental, dentre diversas outras que já estão sendo beneficiadas pela informação dinâmica, ágil e produtiva para a tomada de decisão.

AUTOMATIZAÇÃO DA GESTÃO DE OBRAS CONCLUÍDAS: durante o ano de 2019 foi desenvolvido um *workflow* para mapeamento, integração e automatização das etapas que se seguem à conclusão de uma obra (água ou esgoto), até a efetivação das ligações e sua comercialização. O trabalho mobilizou uma equipe interdisciplinar, utilizando 160 horas de desenvolvimento e 12 horas de treinamento. A fase de homologação e implantação ocorrerá nos primeiros meses de 2020, quando serão carregados mais de 140 empreendimentos finalizados (o legado histórico), bem como todos os novos empreendimentos.

PROTOCOLOS DE INTENÇÃO PARA PESQUISA E INOVAÇÃO: em 2019 foram assinados dois protocolos de mútua colaboração em pesquisa, com a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha e com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, para desenvolvimento e inovação em diversas áreas de atuação da Corsan.

CORSAN E SABESP: foi assinado em dezembro de 2019 Memorando de Entendimento com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, visando à execução conjunta de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor do saneamento.

II SEMINÁRIO CORSAN DE PESQUISA E INOVAÇÃO: durante o XIV Simpósio Latino-Americano de Química Analítica Ambiental, o IX Encontro Nacional de Química Ambiental e o XII Workshop em Avanços Recentes no Preparo de Amostras, a Corsan se fez presente com palestras conjuntas ministrada por pesquisadores e técnicos da empresa, dando visibilidade às pesquisas aplicadas, ao desenvolvimento de protótipos e à garantia de patentes compartilhadas.

DESAFIO CORSAN & FUNDAÇÃO LIBERATO DE EMPREENDEDORISMO E SOLUÇÕES INOVADORAS: o evento conjunto desafiou os alunos do ensino técnico da instituição a desenvolverem soluções para problemas propostos pela Companhia. Foram mobilizados 250 estudantes.

PESQUISAS COM INCENTIVO DA LEI FEDERAL 11.196/05 – LEI DO BEM:

	APORTE	LEI DO BEM	CONTRAPARTIDA
FURG			
Processos Oxidativos	26.386	15.832	24.000
Ecotoxicologia	36.193	21.716	17.055
Respirometria on-line	26.515	15.909	-
Novos Coagulantes	128.319	76.991	59.625
Novos Contaminantes	293.567	176.140	70.000
	293.567	176.140	70.000
EMBRAPA			
Potencial do uso dos lodos	505.790	303.474	-
Zoneamento agrossilvicultural	66.536	39.922	-
Cotimento de ETES	205.877	123.526	-
	205.877	123.526	-
UNISINOS			
Método Genômica	127.759	76.655	-
UFRGS			
Abatimento de Cargas	691.090	414.654	-
Novos Contaminantes	226.740	136.044	372.696
Gestão da Conservação	155.554	93.332	60.526
	1.073.384	644.030	433.222
FEEVALE			
Água de reúso	86.000	51.600	28.500
UFSM			
Desfluoretação	263.356	158.013	91.193
Filtração Margem / Disco	169.150	101.490	24.050
Eletrocoagulação-flotação	164.787	98.872	101.160
Novos Contaminantes	594.100	356.460	80.000
	1.191.393	714.836	296.403
UPF			
Rede de Telemetria	211.029	126.617	-
Sistema inteligente e chatbot	135.428	81.257	-
H2OJE	205.621	123.373	-
	552.078	331.247	-
OCEANTEC			
ETA 4.0	863.836	518.302	-
	4.393.893	2.636.336	828.125
		7.858.353	

Relacionamento com a sociedade

OPERAÇÃO VERÃO 2019: a tradicional mobilização da Corsan para oferecer serviços de qualidade a moradores e veranistas do litoral gaúcho contempla uma série de ações especiais: reforço das equipes e equipamentos, ampliação do horário de atendimento nas unidades, instalação e manutenção de chuveirinhos nas praias, apoio a projetos culturais, esportivos e de lazer, etc.

SEMANA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE MOVIMENTA 90 MUNICÍPIOS: entre 03 e 07 de junho de 2019, as superintendências regionais da Corsan movimentaram a população de 90 municípios, com visitas orientadas a estações de tratamento de água, palestras e atividades em escolas, coleta e destinação de resíduos, distribuição de material educativo para o público infanto-juvenil, doação de mudas de árvores nativas e frutíferas e sementes de hortaliças.

SEMANA INTERAMERICANA DA ÁGUA MOBILIZA 14 MIL PESSOAS: entre 04 e 11 de outubro foi a vez de 120 municípios participarem das ações de educação ambiental da Corsan – visitas a estações de tratamento, palestras, plantio de mudas, coleta e destinação de resíduos e limpeza em cursos d'água. Em 2019, o tema desenvolvido foi *Água segura = vida saudável*. Mais de 14 mil pessoas participaram das atividades, nas dez regionais.

APP H2OJE – GAME, INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: em 2019 foi lançado o aplicativo/portal H2OJE, que dissemina a cultura da sustentabilidade para além das portas da Corsan. Está disponível para download gratuito nas lojas Google Play e Apple Store, e pode ser acessado ainda pela plataforma www.h2oje.com. O H2OJE funciona como um agregador de informações, notícias, vídeos, game, materiais de apoio e materiais pedagógicos relacionados ao meio ambiente, à poluição, à preservação da água e à importância do tratamento do esgoto para o planeta. É indicado para todas as idades e para todos os públicos.



CERTIFICAÇÕES, PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

ISO 9001:2015	Certificação de 40 processos operacionais, envolvendo 14 municípios, abrangendo tratamento e monitoramento de água e esgoto, serviços de manutenção eletromecânica, controle analítico de água e esgoto, produção de sulfato de alumínio e distribuição de produtos químicos.
ISO 17025:2017	Reconhecimento, junto à Rede Metrológica RS, dos 67 parâmetros utilizados pelos laboratórios da Superintendência de tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico - SITEL.
ISO 14001:2015	Recertificação do Sistema de Gestão Ambiental da SITEL, de acordo com os requisitos da Norma ABNT NBR ISO 14001:2015 para o período de 2019 a 2022.
Responsabilidade Social 2019	A Corsan foi vencedora, pelo terceiro ano consecutivo, na categoria Entidades Governamentais, no evento promovido pela Assembleia Legislativa do RS.
500 Maiores do Sul 2019	A Corsan destacou-se na posição 37 do ranking de Grandes & Líderes, o qual avalia as maiores empresas da região sul do Brasil, segundo pesquisa da Revista Amanhã.
100 Maiores do RS 2019	A Corsan destacou-se com a posição 14 no ranking Grandes & Líderes da Revista Amanhã.
Marcas de quem decide	Na 21ª edição da premiação promovida pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, a Corsan conquistou o segundo lugar entre as Empresas Públicas Gaúchas. A posição foi obtida nos dois segmentos da pesquisa: Lembreança e Preferência.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado para o encerramento do exercício de 2019. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2019.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		736.947	637.436
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	92.981	66.164
Contas a receber de clientes	6	359.533	342.051
Estoques	7	94.536	82.261
Tributos a recuperar	8.c	10.384	9.775
Depósitos judiciais	22	171.450	129.338
Outros créditos		8.063	7.847
NÃO CIRCULANTE		4.730.131	4.579.828
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.709.960	2.651.852
Aplicações financeiras	5.b, 18	70.196	66.965
Contas a receber de clientes	6	5.346	7.285
Aplicações no caixa único do Estado	25.a	2.214	6.915
Créditos fiscais diferidos	8.a	91.313	454.428
Depósitos judiciais	22	239.779	259.420
Ativos financeiros contratuais	11	341.039	365.781
Indenização por desapropriação	10	97.377	87.877
Tributos a recuperar	8.c	10.966	-
Ativos de contratos	12	1.625.243	1.396.320
Indenizações contratuais	9	224.768	1.989
Outros créditos		1.719	4.872
INVESTIMENTOS		923	923
IMOBILIZADO	13, 15.a	183.849	121.625
INTANGÍVEL	14	1.835.399	1.805.428
TOTAL ATIVO		5.467.078	5.217.264
PASSIVO			
CIRCULANTE		975.333	753.818
Empréstimos e financiamentos	17	71.199	65.811
Debêntures	18	9.591	9.232
Fornecedores		123.106	113.736
Impostos e contribuições		63.035	53.321
Parcelamentos de impostos e contribuições	19	15.255	14.471
Dívidas com Fundação Corsan	25.e	21.585	21.332
Ordenados, férias e encargos a pagar		82.449	72.593
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	193.821	144.596
Participação nos resultados		19.489	25.727
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25.a	285.761	222.613
Passivos de arrendamento	15.b	23.445	-
Obrigações contratuais	20	53.604	-
Outros débitos		12.993	10.386
NÃO CIRCULANTE		2.091.451	2.320.969
Empréstimos e financiamentos	17	512.849	545.261
Debêntures	18	4.548	13.924
Parcelamentos de impostos e contribuições	19	30.511	43.415
Dívidas com Fundação Corsan	25.e	-	18.914
Contratos de repasse	21	43.437	21.331
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	595.854	687.753
Provisão para benefício pós-emprego	23	846.590	982.864
Débitos fiscais diferidos	8.b	16.727	7.507
Passivos de arrendamento	15.b	40.935	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.353.111	2.095.294
Capital social	24.a	1.635.145	1.635.145
Reservas de capital	24.b	17.148	17.148
Reservas de lucros	24.e	669.844	499.554
Outros resultados abrangentes	24.c	30.974	(56.553)
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.f	47.183	47.183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		2.400.294	2.142.477
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.467.078	5.217.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	26	2.849.490	2.693.600
Custos das vendas, serviços e de construção	27	(1.984.344)	(1.781.746)
LUCRO BRUTO		865.146	911.854
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(246.720)	(567.828)
Despesas comerciais	27	(138.861)	(131.361)
Despesas administrativas	27	(444.035)	(504.012)
Outras receitas operacionais	27	390.043	93.776
Outras despesas operacionais	27	(53.867)	(26.231)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		618.426	344.026
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	28	17.101	43.646
Receitas financeiras		77.063	104.198
Despesas financeiras		(59.962)	(60.552)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		635.527	387.672
Corrente	8.a	(31.343)	(123.287)
Contribuição social		(31.343)	(34.601)
Imposto de renda		-	(88.686)
Diferido	8.a	(303.031)	27.702
Contribuição social diferida		(16.518)	7.343
Imposto de renda diferido		(286.513)	20.359
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		301.153	292.087
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,49087	0,47609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	301.153	292.087
Outros resultados abrangentes	87.527	(46.739)
Realização da reserva de reavaliação	16.894	(1.649)
Ganho (perda) atuarial - Fundação Corsan	130.717	(68.318)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.084)	23.228
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	388.680	245.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	635.527	387.672
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	148.151	128.553
Baixa de imobilizado e intangível	160	1.020
Provisão para perda esperada	9.940	(2.264)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(66.048)	129.207
Provisão para benefício pós-emprego	(5.557)	(13.865)
Reversão de provisão precatórios	(143.100)	-
Atualização monetária de precatórios	(74.848)	-
Juros e variações monetárias	78.010	84.157
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	(1.969)	3.342
Ajuste a valor presente sobre clientes	1.115	(5.067)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(31.242)	(41.298)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(2.975)	(3.246)
Provisão para tributos diferidos (Cofins/Pasep)	9.221	(454)
Lucro líquido ajustado	556.385	667.757
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(26.597)	(11.616)
Aumento de estoques	(12.275)	(5.804)
Aumento de depósitos judiciais	(22.472)	(61.128)
Redução (aumento) de rendimentos Caixa Único	4.701	(3.092)
Aumento de indenização por desapropriação	(9.500)	(11.272)
Aumento de depósitos em garantia	(128)	(69)
Aumento de outros créditos	(3.086)	(506)
Variações nos passivos:		
Aumento (redução) de fornecedores	9.363	(4.684)
Aumento de impostos e contribuições	9.714	4.218
Redução de impostos e contribuições - parcelamento	(14.906)	(14.093)
Redução de dívidas com Fundação Corsan	(21.815)	(52.999)
Aumento de férias e encargos a pagar	9.856	2.705
Redução de participação nos resultados	(6.238)	(5.324)
Aumento de obrigações contratuais	53.604	-
Aumento (redução) de outros débitos	2.608	(1.031)
Caixa proveniente das operações	529.214	503.062
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.727)	(130.333)
Caixa líquido das atividades operacionais	487.487	372.729
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(1.135)	(6.929)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(19.998)	(39.840)
Custos de construção - contratos de concessão	(235.009)	(249.708)
Outras aquisições intangível	(68.062)	(78.253)
Caixa líquido das atividades de investimento	(324.204)	(374.730)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	59.515	248.390
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(134.086)	(124.460)
Debêntures - pagamento	(10.157)	(10.464)
Contratos de repasse - Governo Estadual/Funasa/ANA	22.106	16.189
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(50.821)	(152.375)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	11.182
Baixa de passivo de arrendamento	(23.023)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(136.466)	(11.538)
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.817	(13.539)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	92.981	66.164
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	66.164	79.703
Variação de caixa e equivalentes de caixa	26.817	(13.539)
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	26.219	89.232
Transferências entre estoque e intangível	5.590	8.652
Juros capitalizados	22.024	23.075
Transferência entre contratos de repasse e AFAC	-	4.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas	3.452.547	2.993.297
Vendas de mercadorias e serviços	2.879.624	2.690.473
Receitas de construção	237.983	252.955
Provisão para perda esperada	(9.940)	2.264
Outras receitas	344.880	47.605
Insumos adquiridos de terceiros	(1.225.059)	(1.146.088)
Custos dos serviços	(1.039.499)	(928.113)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(189.753)	(196.125)
Outros	4.193	(21.850)
Valor adicionado bruto	2.227.488	1.847.209
Depreciação e amortização	(148.151)	(128.553)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	2.079.337	1.718.656
Valor adicionado recebido em transferência	96.919	115.677
Receitas financeiras	77.063	104.198
Doações e subvenções	19.856	11.479
Valor adicionado total a distribuir	2.176.256	1.834.333
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	1.051.354	969.304
Remuneração	724.058	687.989
FGTS	37.001	33.935
Benefícios	221.195	221.235
Fundo de previdência	69.100	26.145
Impostos, taxas e contribuições	757.631	483.434
Federal	737.909	466.424
Estadual	17.895	15.061
Municipal	1.827	1.949
Remuneração de capitais de terceiros	66.118	89.508
Despesas financeiras	59.962	60.552
Aluguéis	6.156	28.956
Remuneração de capitais próprios	301.153	292.087
Juros sobre o capital próprio	113.969	133.792
Lucros retidos	187.184	158.295
Total do valor adicionado distribuído	2.176.256	1.834.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	939.148	9.262	7.886	106.896	1.754	926.957	(9.814)	-	1.982.089	31.911	2.014.000
Integralização de Capital	695.997	-	-	-	-	(695.997)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.272	15.272
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(1.649)	1.649	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(45.090)	-	(45.090)	-	(45.090)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	292.087	292.087	-	292.087
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(133.792)	(133.792)	-	(133.792)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	14.604	582	144.758	-	(159.944)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	16.894	(16.894)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	70.633	-	70.633	-	70.633
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	301.153	301.153	-	301.153
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(113.969)	(113.969)	-	(113.969)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	15.058	58	155.174	-	(170.290)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.635.145	9.262	7.886	136.558	2.394	530.892	30.974	-	2.353.111	47.183	2.400.294

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da Corsan é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto social da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, relativas à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com a prestação do serviço de abastecimento de água, sendo 299 contratos de programa e 18 contratos de concessão, e, concomitantemente, em 299 municípios com a prestação do serviço de esgotamento sanitário. Em 31 de dezembro de 2019, há 08 contratos de concessão cujos prazos expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 10 de março de 2020.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

2.4) Ativos financeiros contratuais

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para perdas esperadas

As perdas esperadas foram calculadas com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. A política de recuperação de créditos praticada contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes.

A Companhia entende que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto em suas estimativas e não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia, por se tratar de parte relacionada e controladora (no caso do Estado) e devido ao seu histórico de regularização de débitos através de encontro de contas.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou de construção. Quando uma manutenção relevante for feita e gerar expectativa de benefício futuro, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Sistemas de esgoto próprios	25 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente

requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.

2.9) Arrendamento mercantil

A Corsan aplicou as diretrizes do CPC 06 (R2)/IFRS 16, a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2019, que determina o reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o passivo dos pagamentos futuros para contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de arrendamento, e que incluem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinados ativos.

A Companhia definiu a mensuração de determinados Ativos de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento - locação de imóveis") pelo valor igual ao seu Passivo de Arrendamento, sendo sua realização conforme os prazos dos contratos, sem a representação de períodos comparativos. Os passivos de arrendamento foram mensurados a valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos. Para estes contratos, foi aplicada taxa CDI à razão de 5,94% a.a., mais 0,5% a.a., a título de risco de crédito.

A Companhia analisou os contratos de arrendamentos vigentes em 31 de dezembro de 2018. Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de veículos, imóveis e equipamentos de informática locados de terceiros. Foram identificados 36 contratos aos quais se aplicam a IFRS16.

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento prevista no CPC 06(R2) / IFRS16, especificamente a seus arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e arrendamentos de ativos de baixo valor, mantendo o reconhecimento destas despesas ao longo do seu período de arrendamento.

Os valores envolvidos na contabilização estão descritos na nota 15.

2.10) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

Com a adoção desse procedimento, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial, no Ativo Não Circulante, a rubrica Ativos de Contratos. Este montante, anteriormente reconhecido como parte do Ativo Intangível, foi reclassificado, não impactando a demonstração do resultado. As informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reapresentadas e o impacto da adoção em 1º de janeiro de 2019 está apresentado a seguir:

Ativo não circulante	31/12/2018 Divulgado	Reclassificação	31/12/2018 Reclassificado	Movimentação	31/12/2019
Ativos de contratos	-	1.396.320	1.396.320	228.923	3.021.563
Intangível (saldo líquido)	3.201.748	(1.396.320)	1.805.428	29.971	1.835.399

2.11) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.16, deduzida do valor alocado no ativo financeiro trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. É calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo.

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens seguem abaixo:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	50 a 60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	50 a 60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que estejam prontos para serem utilizados.

A Companhia iniciou a implantação do Sistema Integrado de Gestão Empresarial (Enterprise Resource Planning - ERP SAP) em julho de 2019 tendo prazo de execução estimado em 24 meses.

2.12) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativos financeiros contratuais e indenizações contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, dívidas com a Fundação Corsan e contratos de programa.

A Companhia não realizou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, operações com instrumentos derivativos.

2.13) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e no IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.15) Impostos e contribuições

Contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. A alíquota da contribuição social (9%) e as regras tributárias utilizadas para apurar o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Contribuição social diferida

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Tributos diferidos, ativos e passivos, são reconhecidos no não circulante e mensurados pela taxa de tributo que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de impostos federais

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural).

Embora a decisão tenha condenado a União à devolução dos valores pagos, não há informações que nos permitam estabelecer o montante preciso, nem o momento em que o crédito será disponibilizado.

Diante disso e de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente não foi reconhecido contabilmente.

Contribuições sobre receitas de serviços

As receitas de serviços estão sujeitas as seguintes contribuições, pelas alíquotas básicas, de acordo com as normas tributárias:

	Alíquotas
Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

2.16) Reconhecimento da receita

Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,27% em 31 de dezembro de 2019 e 1,30% em 31 de dezembro de 2018).

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.17) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12, sendo dedutível para fins de apuração da contribuição social. As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na nota 24d.

2.18) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.19) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, as contas a receber de longo prazo e os arrendamentos foram ajustados a valor presente.

2.20) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.21) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, consequentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.22) Programa de participação nos lucros e resultados – PLRL

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.23) Redução ao valor recuperável – Impairment

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.24) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo. Conforme o ICP 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores serão registrados no resultado do período em que ocorrerem.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano efetuando alterações de acordo com eventos processuais.

4. PRONUNCIAMENTOS IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

208A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil:

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente.

Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.

- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato.

Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento, foram feitas com auxílio de especialista externo à Companhia.

ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A IFRIC 23 (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal.

Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2019

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). As alterações esclarecem que o ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, são reconhecidos (as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultante da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos (as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou *joint venture*.

O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre a posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos bancários livres	66.849	37.678
Depósitos bancários vinculados	26.132	28.485
Total	92.981	66.163

A conta Depósitos bancários vinculados apresenta valores referentes a liberações/desembolsos de recursos de terceiros vinculados aos contratos de financiamento e repasse celebrados junto aos agentes financeiros (Caixa, BNDES, Funasa e Focem).

Os referidos recursos mantêm-se aplicados em contas bancárias exclusivamente dedicadas à operacionalização financeira dos contratos para execução de investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$70.196 em 31 de dezembro de 2019 (R\$66.965 em 31 de dezembro de 2018) e referem-se a valores depositados para constituição de garantias contratuais de operações de financiamento/empréstimos pactuados junto aos agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, destinados à execução do plano de investimentos da Companhia, contemplando ações de ampliação/melhorias nos sistemas de abastecimento de água, desenvolvimento comercial/institucional e implantação/ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Caixa Econômica Federal - ANA	2021	7.490
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.537
Banrisul Reserva BNDES - PAC 1	2023	5.745
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2	2027	1.909
Banrisul Reserva BNDES - PAC 2 e Repactuação	2029	6.102
Caixa Econômica Federal - Reserva	2034	45.413
Total		70.196

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber vincendas		
Particular	182.888	175.086
Pública	8.520	9.146
Contas a receber vencidas		
Particular	85.960	79.048
Pública	8.575	7.444
Receitas a faturar	92.651	82.386
Total de contas a receber	378.594	353.110
Provisão para perdas esperadas	(13.715)	(3.774)
	364.879	349.336
Circulante	359.533	342.051
Não circulante	5.346	7.285

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	182.888	8.520	175.086	9.146
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	58.765	5.908	53.276	3.601
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	19.144	573	17.341	1.669
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.643	178	6.179	652
Créditos vencidos - mais de 181 dias	1.408	1.916	1.457	866
Total	268.848	17.095	254.134	16.590

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.16).

A provisão para perda esperada foi constituída considerando a expectativa de perda futura da conta clientes.

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(3.774)	(6.038)
Adições	(20.303)	(17.836)
Reversões/realização de perda	10.362	20.100
Saldo no final do exercício	(13.715)	(3.774)

7. ESTOQUES

	31/12/2019	31/12/2018
Tubulações de água e esgoto	68.897	59.135
Materiais de tratamento/laboratório	5.889	5.167
Materiais diversos	19.750	17.959
Total	94.536	82.261

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contratos.

8. TRIBUTOS

a) Créditos fiscais diferidos

Composição da contribuição social diferida (2019) e imposto de renda/contribuição social diferidos (2018)

	31/12/2019	31/12/2018
Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	846.590	982.864
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	12.314	10.357
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	789.675	832.349
Provisões para perda esperada	13.715	3.774
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo	(88.744)	58.792
Reserva de reavaliação	(58.084)	(74.239)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(230.467)	(245.358)
Encargos financeiros capitalizados	(255.360)	(235.913)
Variação cambial tributada por regime de caixa	1.940	2.742
Outras provisões e diferenças temporárias	(26.598)	(8.423)
Total das diferenças temporárias	1.014.591	1.336.555
Alíquota vigente	9%	34%
Total da contribuição social e imposto de renda diferidos líquidos	91.313	454.428

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes da contribuição social (CSLL)	635.527	387.672
Alíquota vigente	9%	34%
Expectativa de despesa de CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(57.197)	(131.808)
Efeito da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	10.257	45.489
Incentivos fiscais	-	7.776
Outras diferenças permanentes	(921)	(17.042)
Contribuição social no resultado	(47.861)	(95.585)
Corrente	(31.343)	(123.287)
Diferido	(16.518)	27.702
Alíquota efetiva	8%	25%

Em razão da imunidade tributária obtida de imposto de renda (nota 2.15) a alíquota aplicada a partir de 2019 passou a ser de 9% relativa a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2018 a alíquota aplicada era de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

No exercício de 2019 a Companhia contabilizou a baixa do saldo de imposto de renda diferido, gerando um impacto negativo de R\$286.513 no resultado.

b) Débitos fiscais diferidos

	31/12/2019			31/12/2018		
	Cofins	Pasep	Total	Cofins	Pasep	Total
RTT	13.744	2.983	16.727	6.168	1.339	7.507
Valor passivo	(13.744)	(2.983)	(16.727)	(6.168)	(1.339)	(7.507)

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei nº 11.638/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição passou a ser obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei 12.973/2014.

c) Tributos a recuperar

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda a recuperar	-	8.760	9.892	-
Contribuição social a compensar	10.384	1.015	1.074	-
Total	10.384	9.775	10.966	-

9. INDENIZAÇÕES CONTRATUAIS

Município	Natureza	31/12/2019	31/12/2018
Novo Hamburgo	Serviço da dívida	39.162	-
Novo Hamburgo	Indenização ao patrimônio	142.487	-
Novo Hamburgo	Faturas de água	32.523	-
Bagé	Faturas de água	9.549	1.989
Cachoeirinha	Tributária	1.010	-
São Gabriel	Tributária	37	-
Total		224.768	1.989

Novo Hamburgo:

a) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.15.0168335-8, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a indenizar a Corsan pelo ressarcimento dos financiamentos contraiados para a prestação dos serviços de saneamento que eram executados no Município de Novo Hamburgo. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

b) A ação judicial nº 001/1.05.0286812-4, discutiu a indenização relativa ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

c) Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.0286844-2, que tramitou perante a 3ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Novo Hamburgo condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo Município no período de 12/1998 a 12/2016. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

Com base no parecer da Superintendência Jurídica, que reforça que os precatórios do município vêm sendo pagos regularmente, e posição da Administração de não haver perspectiva de retomada do sistema a Companhia reverteu a provisão para perda constituída.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Barrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Bagé:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 001/1.05.2084867-9, que tramitou perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, restou o Município de Bagé condenado a pagar à Corsan faturas de água devidas pelo município relativas ao período de 04/1987 a 09/1992. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

Cachoeirinha:

Por força de decisão judicial exarada no processo nº 086/1.15.0000427-4, que tramitou perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha, restou o Município de Cachoeirinha condenado a ressarcir à Corsan o IPTU pago pela Companhia no período de 2010 a 2015, já que a Corsan é imune a tal imposto. O referido processo transitou em julgado, resultando na expedição de precatório.

10. INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO

Refere-se a áreas para construção e/ou ampliação de seus sistemas de água e esgoto que foram desapropriadas aguardando documentação de transferência de propriedade para a Corsan.

11. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, R\$341.039 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$365.781 em 31 de dezembro de 2018). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros	872.825	953.242
(-) Ajuste a valor presente	(531.786)	(587.461)
Total	341.039	365.781
Movimentação do ativo financeiro	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	365.781	458.612
Constituição/realização de AVP	31.241	41.298
Adições/(baixas)	(26.209)	(38.304)
Transferências líquidas	(29.774)	(95.825)
Saldo no final do exercício	341.039	365.781

Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

a) Uruguaiana: No ano de 2014 foi ajuizada ação de indenização estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$32.190 (R\$24.991 em 31 de dezembro de 2018).

b) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$3.831 (R\$3.816 em 31 de dezembro de 2018).

c) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2019 totaliza R\$296 (R\$304 em 31 de dezembro de 2018).

12. ATIVOS DE CONTRATOS

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 31/12/2018	1.358.820	37.500	1.396.320
Adições	272.230	1.398	273.628
Baixas e perdas	(64)	-	(64)
Transferências para intangível	(39.051)	(5.590)	(44.641)
Saldos em 31/12/2019	1.591.935	33.308	1.625.243

As adições compreendem R\$90.312 para sistemas de água e R\$181.918 para sistemas de esgoto.

O critério de classificação está descrito na nota 2.10.

13. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680
Adições	24	19.563	411	19.998
Baixas	-	(58)	-	(58)
Transferências	382	851	(1.734)	(501)
Saldos em 31/12/2019	22.534	404.838	1.747	429.119
Depreciação				
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)
Depreciações	(343)	(21.257)	-	(21.600)
Baixas	-	23	-	23
Transferências	-	70	-	70
Saldos em 31/12/2019	(19.687)	(289.875)	-	(309.562)
Saldos líquidos em 31/12/2018	2.784	115.772	3.070	121.625
Saldos líquidos em 31/12/2019	2.847	114.963	1.747	119.557

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$10.913 (R\$11.800 em 31 de dezembro de 2018), R\$1.828 (R\$1.847 em 31 de dezembro de 2018) como despesa comercial e R\$8.859 (R\$6.040 em 31 de dezembro de 2018) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

14. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Licenças de software	Total do intangível
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	-	2.447.463
Adições	17.630	3.491	8.928	7.998	38.047
Baixas	(12.626)	-	(2)	-	(12.628)
Transferências	55.870	32.479	7.154	-	95.503
Saldos em 31/12/2019	1.217.259	1.139.381	203.747	7.998	2.568.385
Amortização					
Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	-	(642.035)
Amortizações	(53.741)	(36.426)	(13.273)	-	(103.440)
Baixas	12.565	-	2	-	12.567
Transferências	-	-	(78)	-	(78)
Saldos em 31/12/2019	(396.133)	(248.138)	(88.715)	-	(732.986)
Saldos líquidos em 31/12/2018	801.428	891.699	112.301	-	1.805.428
Saldos líquidos em 31/12/2019	821.126	891.243	115.032	7.998	1.835.399

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$103.440 (R\$108.886 em 31 de dezembro de 2018).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

Licença de uso de software não apresenta amortização, pois o projeto está em fase de implantação (nota 2.11).

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$22.024 (R\$23.075 em 31 de dezembro de 2018).

15. DIRETOS DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Ativos de direito de uso

Ativo - Imobilizado	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Adoção inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	4.858	71.484	8.145	84.487
Novos contratos	2.916	-	-	2.916
(-) Depreciação acumulada	(2.486)	(18.892)	(1.733)	(23.111)
Saldos em 31/12/2019	5.288	52.592	6.412	64.292

b) Passivos de arrendamento

Passivo	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Adoção inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	4.858	80.065	9.267	94.190
(-) AVP - Adoção inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	-	(8.579)	(1.122)	(9.701)
Novos contratos	3.244	-	-	3.244
(-) AVP - Novos contratos - CPC 06(R2)/IFRS 16	(329)	-	-	(329)
(-) Pagamentos	(2.411)	(22.410)	(2.224)	(27.045)
Realização do AVP	13	3.518	490	4.021
Saldos em 31/12/2019	5.375	52.594	6.411	64.380
Circulante				23.445
Não circulante				40.935

A metodologia utilizada está descrita na nota 2.9.

c) Cronograma de vencimento dos arrendamentos

Ano de vencimento	Imóveis	Veículos	Equipamentos de informática	Total
2020	2.587	21.885	1.717	26.189
2021	1.345	21.520	2.458	25.323
2022	869	14.250	2.458	17.577
2023	787	-	409	1.196
2024	103	-	-	103
	5.691	57.655	7.042	70.388
Juros embutidos	(316)	(5.061)	(631)	(6.008)
Saldo do passivo de arrendamento	5.375	52.594	6.411	64.380

d) Direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de Pasep/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos nominais e saldos ajustados a valor presente:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	68.243	62.219
Pasep/Cofins (9,25%)	6.312	5.755

e) "Misleading" provocado pela aplicação do CPC 06(R2)

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06(R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06(R2). Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Assim, para resguardar a representação fidedigna da informação, e para atender orientação das áreas técnicas da CVM visando preservar os investidores do mercado brasileiro, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado:

Fluxo real	01/01/2019	31/12/2019
Passivo de arrendamento	94.190	70.388
Juros embutidos	(9.701)	(6.008)
	84.489	64.380
Fluxo inflacionado	01/01/2019	31/12/2019
Passivo de arrendamento	100.906	75.411
Juros embutidos	(10.393)	(6.436)
	90.513	68.975

16. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos, a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante	Não circulante
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	42.504	38.200
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	466	447
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	315	297
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	14.980	14.763
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	10.644	9.977
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	73	144
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.873	1.637
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	344	346
Total				71.199	65.811

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, de Osório e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - FINEM existem dois subcréditos obtidos para implantação, ampliação e modernização do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Campo Bom, Jaguarão, Rio Grande, Santa Maria, Torres e Xangri-Lá, para renovação do parque de hidrômetros e implantação de sistemas padronizados de telemetria em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O crédito do BNDES - CG foi destinado ao apoio financeiro para capital de giro.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Estes estão garantidos pela arrecadação da receita da Corsan, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices contrato 08.2.0251.1 e 09.2.0953.1 BNDES	Metas	Realizado 2019	Garantia
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 2,0	0,76	
Cobertura do serviço da dívida (Investimentos - aportes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9	3,38	R\$5.739
	Igual ou inferior a 18%	12%	
Índices contrato 14.2.0430.1 BNDES	Metas	Realizado 2019	Garantia
Dívida líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 2,1	0,76	
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	3,38	R\$394
Índices contrato 11.2.0801.1 BNDES	Metas	Realizado 2019	Garantia
Endividamento líquido total / EBITDA	Igual ou inferior a 2,1	0,76	
Índice de cobertura do serviço da dívida total (Investimentos - ajustes) / receita líquida	Igual ou superior a 1,9	3,38	R\$1.908
	Igual ou inferior a 26%	12%	
Índices contrato 12.2.0524.1 BNDES	Metas	Realizado 2019	Garantia
Dívida Líquida total / EBITDA	Igual ou inferior a 2,1	0,76	
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	3,38	R\$5.702
Margem / EBITDA	Igual ou superior a 20%	29%	
Índices contrato 18.2.0259.1 BNDES	Metas	Realizado 2019	Garantia
Dívida líquida + outras dívidas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 4,0	1,89	
Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)	Igual ou superior a 1,5	3,38	sem garantia

Em 31 de dezembro de 2019 os índices foram integralmente atendidos.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2021	71.801
2022	74.055
2023	69.374
2024	34.309
2025	35.598
Após 2025	227.712
Total	512.849

18. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 parcelas mensais.

Segunda emissão: são 30 debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 meses de carência do principal e vencimentos em 7 parcelas anuais.

Terceira emissão: são 35 debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 meses de carência do principal e vencimentos em 85 parcelas mensais.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.370	2.099	197	2.823
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.258	4.172	4.105	7.910
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.963	2.961	246	3.191
Total			9.591	9.232	4.548	13.924

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2021	4.548
Total	4.548

De acordo com cláusula contratual a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas	Realizado 2019	Garantia
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1	0,76	R\$3.534
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9	3,38	
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%	12%	

Em 31 de dezembro de 2019 os índices foram integralmente atendidos.

19. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cofins	Selic	04/2022	7.524	7.137	15.049	21.414
Pasep	Selic	04/2022	1.634	1.550	3.267	4.649
Contribuição social	Selic	04/2022	781	741	1.563	2.223
Imposto de renda	Selic	04/2022	5.316	5.043	10.632	15.129
Total			15.255	14.471	30.511	43.415

20. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Alvorada	1.892	-
Canoas	18.000	-
Gravataí	11.492	-
Santa Maria	18.000	-
Santo Ângelo	4.219	-
Total	53.604	-

21. CONTRATOS DE REPASSE

	31/12/2019	31/12/2018
Orçamento Geral da União - OGU	36.145	16.189
Agência Nacional de Águas - ANA	5.142	5.142
Fundo Convergência Estrutural do Mercosul - Focem	2.150	-
Total	43.437	21.331

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2019 foi liberado um total de R\$338.634, referente a 53 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$255.306 foram incorporados ao seu Capital Social nos anos de 2011 e 2015, R\$47.183 estão contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital, R\$36.145 estão inscritos no passivo não circulante, derivados de 11 contratos que ainda não se encontram finalizados ou possuem a possibilidade de devolução dos valores recebidos bem como da atualização financeira até sua prestação de contas final e novas liberações no exercício de 2019.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/Ana/2014 – Prodes entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação.

c) Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul – Focem

Foi aprovado em 30 de novembro de 2011 o projeto Saneamento Urbano Integrado Aceguá/Brasil e Aceguá/Uruguai para a implantação de obras de infraestrutura hídrica para contenção e adução de água bruta, de saneamento ambiental e de macrodrenagem.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Trabalhistas	Cíveis e tributários	Trabalhistas	Cíveis e tributários
Saldo inicial	675.311	157.038	553.330	124.768
Adições	280.282	7.744	268.969	38.184
Saques/reversões	(302.412)	(51.664)	(165.982)	(11.964)
Despesas financeiras	16.750	6.626	18.994	6.050
Saldo final	669.931	119.744	675.311	157.038
Total		789.675		832.349
Circulante		193.821		144.596
Não circulante		595.854		687.753

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	388.758	327.629
Adições	285.996	249.338
Saques/reversões	(263.525)	(188.209)
Saldo final	411.229	388.758
Circulante	171.450	129.338
Não circulante	239.779	259.420

Ações trabalhistas

a) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 Arno dos Reis Junqueira - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a Corsan restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da demissão, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de execução. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2019, R\$13.265 (R\$15.096 em 31 de dezembro 2018).

b) Nos autos do processo de nº 0000972-51.2012.5.04.0021 ajuizado pelo Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Rio Grande do Sul - Sintec, a Corsan foi condenada a pagar diferenças salariais decorrentes da consideração de diversas parcelas de natureza salarial na base de cálculo do adicional de periculosidade. A execução é definitiva. A Corsan a fim de minorar o impacto no fluxo de caixa apresentou proposta de acordo parcial. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2019 R\$9.450 (R\$22.272 em 31 de dezembro de 2018).

c) Nos autos do processo nº 0190300-60.2004.5.04.0221 ajuizada pelo Sindiágua, a Corsan foi condenada ao pagamento de adicional noturno e diferenças de horas extras em razão do cômputo da jornada reduzida, em parcelas vencidas e vincendas, bem como às diferenças salariais decorrentes da concessão de promoções por antiguidade, também em parcelas vencidas e vincendas. Esta provisão totaliza em 31 de dezembro de 2019 R\$12.769 (R\$9.402 em 31 de dezembro de 2018).

d) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 3.206 ações. Em 31 de dezembro de 2019, as provisões referentes a outras reclamatórias trabalhistas totalizam R\$634.447 (R\$628.541 em 31 de dezembro de 2018).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$220.295 em 31 de dezembro de 2019 (R\$253.307 em 31 de dezembro de 2018).

Ações cíveis e tributárias

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - A Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a Corsan e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2018).

b) O processo 001/1.16.0062447-3 ajuizado pela empresa Goetze Lobato Engenharia, em 27/05/2016, ação em face da Corsan, pretendendo obter indenização por alegado desequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado para a execução de estação de tratamento de esgoto sanitário e implantação de sistema de esgoto sanitário na região de Esteio e Sapucaia do Sul. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$11.958 (R\$11.958 em 31 de dezembro de 2018).

c) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 19/09/2016, processo sob nº 001/1.16.0124873-4, pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para ampliação do sistema de esgoto sanitário nas localidades de Esteio e Sapucaia do Sul. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$7.328 (R\$7.328 em 31 de dezembro de 2018).

d) A empresa Marco Projetos Ltda. ajuizou ação em face da Corsan, em 11/08/2016, processo sob nº 001/1.16.0095286-1 pretendendo obter indenização referente ao contrato firmado para a execução de obras da nova estação de tratamento de esgoto de Alvorada. A empresa requereu a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, afirmou que a Corsan não pagou diversas faturas no prazo pactuado, gerando prejuízos. Apresentada contestação pela Corsan, o feito encontra-se atualmente na fase instrutória. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro 2019 no montante de R\$7.033 (R\$7.033 em 31 de dezembro de 2018).

e) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza em 31 de dezembro de 2019 R\$6.798 (R\$6.335 em 31 de dezembro de 2018).

f) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações tributárias referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.335 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro 2019 o montante de R\$81.959 (R\$119.716 em 31 de dezembro de 2018).

g) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e tributárias para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$233.699 em 31 de dezembro de 2019 (R\$295.836 em 31 de dezembro de 2018).

23. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2019	31/12/2018
Plano de benefício definido	609.084	846.752
Sistema de assistência a saúde IPE-SAÚDE	223.033	79.022
Incentivo à demissão voluntária	14.473	57.090
Total	846.590	982.864

Contribuição esperada para a patrocinadora	2020	2019
Plano de benefício definido	135.174	127.373
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	10.497	2.149
Incentivo à demissão voluntária	11.923	42.510
Total	157.594	172.032

A Companhia reconheceu, no exercício de 2019, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV" de R\$(5.557). Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

a.1) Reconhecimento da paridade contributiva

Por imposição da Constituição Federal Brasileira, e em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias aplicáveis aos fundos de pensão do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de plano de benefício definido para seus funcionários por meio da Fundação Corsan, decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Constituição Federal, no parágrafo 3º do seu artigo 202, estabelece que "é vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado" (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998).

A Lei Complementar nº 108/2001, disciplina nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às sociedades de economia mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar (como é o caso da Fundação Corsan). Nessa esteira, o Parágrafo 1º do artigo 6º da referida Lei Complementar determina que "A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador". Ainda, é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Diante desse arcabouço legal, considerando que a Lei Complementar nº 109/2001 determina em seu artigo 21 que "O resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar", a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano BD nº 001 administrado pela Fundação Corsan, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente apurado.

Nessa esteira, e considerando que o reconhecimento paritário do déficit atuarial pressupõe julgamento, a Administração atual, considerando a natureza societária da Companhia (S/A Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores na condição de gestores públicos, firmou entendimento de reconhecer o ajuste do passivo do Plano BD nº 001 administrado pela Fundação Corsan na proporção paritária, correspondente a 50% do déficit calculado pelas regras do *accounting*, os quais estão de acordo com as disposições estabelecido sobre Reconhecimento e Mensuração de Plano de Benefício Definido, no CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados.

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações atuariais	3.308.708	2.632.015
Valor justo dos ativos do plano	(2.047.370)	(1.745.017)
Déficit/(Superávit) apurado	1.261.338	886.998
Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	50%	100%
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	630.669	886.998
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 25.e)	(21.585)	(40.246)
Passivo atuarial provisionado	609.084	846.752

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora Fundação Corsan no valor de R\$21.585 em 31 de dezembro de 2019 (R\$40.246 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	2019	2018
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	886.998	697.672
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	80.223	61.823
Contribuições do empregador vertidas no ano	(71.793)	(82.977)
Outros resultados abrangentes	(264.759)	210.480
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	630.669	886.998

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2019, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2020 são explicadas no quadro a seguir:

	2020	2019
Custo do serviço corrente líquido	16.642	3.999
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	109.799	233.265
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(69.869)	(157.041)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	56.572	80.223

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2019	2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.632.015	2.289.511
Custo do serviço corrente líquido	3.999	621
Custo do serviço corrente bruto	55.400	46.029
Contribuições esperadas dos participantes	(51.401)	(45.408)
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	60.513	61.817
Juros sobre obrigação atuarial	233.265	210.879
Benefícios pagos no ano	(184.419)	(158.395)
(Ganhos) perdas atuariais	563.335	227.582
Valor das obrigações atuariais no final do ano	3.308.708	2.632.015

Evolução do valor justo dos ativos

	2019	2018
Valor justo dos ativos no início do ano	(1.745.017)	(1.591.839)
Benefícios pagos durante o exercício	184.419	158.395
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	(60.513)	(61.817)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	(71.793)	(82.977)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(157.042)	(149.677)
Ganhos (perdas) atuariais	(197.424)	(17.102)
Valor justo dos ativos no fim do ano	(2.047.370)	(1.745.017)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	3,29%	4,92%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,29%	4,92%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,30%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,61%	4,01%
Taxa de desconto nominal	7,02%	9,13%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,02%	9,13%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,99%	5,97%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,61%	4,01%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%

Demográficas	2019	2018
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (D15%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora Corsan e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

Para o exercício de 2019 houve um incremento considerável em função da redução das taxas de juros e das informações adicionais de dependentes que refletem na sinistralidade.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	2019	2018
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	79.022	73.634
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	10.210	9.248
Contribuições do empregador vertidas no ano	(7.071)	(14.979)
Outros resultados abrangentes	140.872	11.119
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	223.033	79.022

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2019, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2020, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

	2020	2019
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	8.648	3.069
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	15.676	7.141
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	24.324	10.210

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2019	2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	79.022	73.634
Custo do serviço corrente líquido	3.069	2.283
Juros sobre obrigação atuarial	7.141	6.965
Benefícios pagos no ano	(7.071)	(14.979)
(Ganhos) perdas atuariais	140.872	11.119
Valor das obrigações atuariais no final do ano	223.033	79.022

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	3,46%	4,95%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,46%	4,95%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde)	2,50%	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os benefícios	Não aplicável	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	100,00%
Inflação esperada	3,61%	4,01%
Taxa de desconto nominal	7,19%	9,16%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,19%	9,16%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	5,97%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	6,20%	4,01%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%

Demográficas	2019	2018
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 M&F (D15%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA (D10%)	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Não aplicável	Não aplicável
Aging factor	Pesquisa Unidas 2018	Não aplicável

c) Incentivo à demissão voluntária

A Corsan manteve benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017.

O prazo para adesões encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. O prazo final para desligamentos foi em 30 de junho de 2019, quando os últimos 71 funcionários foram desligados da Companhia.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completam as carências junto da Fundação Corsan, o que ocorrer primeiro. Em 31 de dezembro de 2019 há 286 funcionários recebendo a indenização mensal. O valor pago a título de indenizações do plano de incentivo a demissão voluntária no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 38.621 (R\$ 47.325 em 31 de dezembro de 2018)

Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2019 e 2018 foi a seguinte:

	2019	2018
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	57.090	242.100
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	2.585	15.191
Contribuições do empregador vertidas no ano	(38.372)	(46.920)
Outros resultados abrangentes	(6.830)	(153.281)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	14.473	57.090

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

	2020	2019
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	309	2.585
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	309	2.585

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2019	2018
Valor das obrigações atuariais no início do ano	57.090	242.100
Juros sobre obrigação atuarial	2.585	15.191
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	4.077	17.012
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(1.492)	(1.821)
Benefícios pagos no ano	(38.372)	(46.920)
(Ganhos) perdas atuariais	(6.830)	(153.281)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	14.473	57.090

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2019	2018
Taxa real de desconto atuarial	0,00%	3,01%
Retorno real esperado sobre os ativos	0,00%	3,01%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,30%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%
Inflação esperada	3,61%	4,01%
Taxa de desconto nominal	3,61%	7,14%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	3,61%	7,14%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,99%	5,97%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	3,61%	4,01%
Reajuste salários INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%
Reajuste benefícios INPC JUN - DEZ	1,01%	1,03%

Demográficas	2019	2018
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F) (D15%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	IAPB-57 FRACA	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	" Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

No ano de 2019 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$38.373 (R\$46.920 no ano de 2018).

d) Investimentos

O retorno dos investimentos do plano da Fundação Corsan em 2019 foi de R\$ 238.788 (R\$157.555 em 2018).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

Segmento	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %	Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 percentagem ou faixa de percentagem
	2019	2018	Límite
Renda fixa	74,34%	78,89%	100%
Renda variável	9,81%	6,77%	70%
Investimentos estruturados	9,03%	6,88%	20%
Carteira de imóveis	4,65%	4,68%	20%
Empréstimos	2,17%	2,77%	15%
Disponível	0,00%	0,01%	-
Fundo Garantidor	100%	100%	

e) Fundação Corsan Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI. O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- a) contribuição de participantes ativos e assistidos;
- b) contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- c) receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Fundação Corsan delega a instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

Os recursos destinados ao custeio administrativo são estabelecidos anualmente, sendo que no exercício de 2019 foram utilizadas como fontes de custeio: a taxa de administração dos empréstimos concedidos aos participantes, o percentual das contribuições vertidas ao Plano de Benefícios, a rentabilidade dos ativos do fundo administrativo, a transferência da rentabilidade dos investimentos em parcela equivalente à despesa apurada e, quando necessário, reversão do fundo administrativo.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2019 monta R\$87.905 (R\$71.010 em 31 de dezembro de 2018), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição (1º de janeiro de 2009) e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício totalizou R\$(16.894), líquido dos efeitos tributários (R\$1.649 em 31 de dezembro de 2018). Os valores de R\$(25.446) e R\$(1.348) referem-se a reversão de IRPJ em função da imunidade tributária (nota 2.15).

	31/12/2019	31/12/2018
Realização das reservas	9.900	1.649
Reversão de tributos sobre reserva de reavaliação	(25.446)	-
Reversão de tributos sobre ajuste de avaliação patrimonial	(1.348)	-
	(16.894)	1.649

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$56.931, líquida dos seus efeitos tributários (R\$127.564 em 31 de dezembro de 2018).

d) Remuneração aos acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos da Companhia prevê que do lucro líquido no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2019, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 70, de 13 de dezembro de 2019, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 18 de dezembro de 2019, foi deliberado que do lucro líquido ajustado, 40% será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	301.153	292.087
(-) Reserva legal (5%)	(15.058)	(14.604)
(-) Ajustes lei nº 12.973/14	(1.114)	1.814
(-) Reserva de incentivos fiscais	(58)	(582)
Base de cálculo para dividendos	284.923	278.715
Juros sobre capital próprio atribuídos aos dividendos	113.969	133.792
Total dos juros e dividendos distribuídos	113.969	133.792

Para apuração dos dividendos foram considerados os métodos e critérios contábeis vigentes, conforme estabelece a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6.404/76.

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Dividendos	JSCP
Ações ordinárias	54.271	54.271
Ações preferenciais	59.698	59.698
Total	113.969	113.969

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$113.969 (R\$133.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido, observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração da contribuição social. A contribuição social do exercício foi reduzida em R\$10.257 (R\$45.489 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referente ao imposto de renda e contribuição social) em decorrência da dedução da mesma pelos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações é constituída à base de 5% do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de lucros	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal	136.558	121.500
Reserva de incentivos fiscais	2.394	2.336
Reserva de retenção de lucros	530.892	375.718
Total	669.844	499.554

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em facultade prevista pelo Estatuto Social, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R\$47.183 em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU, da Fundação Nacional da Saúde – Funasa e do Orçamento Geral do Estado – OGE.

25. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – Funcorsan, Instituto de Previdência do Estado – IPE.

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2019	31/12/2018
Contas de água e esgoto - saldo a receber	11.516	6.566
Rendimentos do caixa único do Estado	2.214	6.915
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado (*)	(285.761)	(222.613)

(*) Nota Explicativa 24.d

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi R\$56.575 (R\$50.852 em 31 de dezembro de 2018).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul

As despesas referentes ao serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasse no exercício de 2019 foi R\$8.262 (R\$ 6.407 em 31 de dezembro de 2018). O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2019 foi R\$404 (R\$293 em 31 de dezembro de 2018).

c) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se à compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da Corsan. O valor da despesa durante o exercício de 2019 foi R\$56.507 (R\$53.280 em 2018). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$4.813 (R\$4.448 em 31 de dezembro de 2018).

d) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – Procergs

Os valores devidos à Procergs referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor da despesa durante o exercício de 2019 foi R\$37.605 (R\$45.181 em 2018). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$3.014 (R\$3.054 em 31 de dezembro de 2018).

e) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/2020	21.585	21.332	-	18.914
				21.585	21.332	-	18.914

O contrato refere-se a parcelamento de custo de serviço passado e está garantido pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite da obrigação (principal e encargos).

f) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan, o valor da despesa durante o exercício de 2019 é de R\$16.788 (R\$14.981 em 2018). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.338 (R\$4.234 em 31 de dezembro de 2018).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	2019	2018
Remuneração e benefícios	3.108	2.635
Encargos sociais	354	276
Total	3.462	2.911

26. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Serviços de abastecimento de água	2.690.499	2.519.769
Serviços de esgoto	189.125	170.704
Receitas de construção	237.983	252.955
Impostos sobre receita serviços	(268.117)	(249.828)
Total	2.849.490	2.693.600

27. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26(R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Custos e despesas por natureza	2019	2018
Pessoal	1.116.155	1.011.070
Materiais	105.872	98.265
Energia elétrica	297.967	256.917
Serviços de terceiros	322.910	299.191
Gerais	270.223	219.390
Depreciações e amortizações	148.151	128.553
Provisões	70.953	154.025
Custos de construção	235.009	249.708
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(336.176)	(67.545)
Total	2.231.064	2.349.574

Classificados como:		
Custos dos serviços	1.984.344	1.781.746
Despesas comerciais	138.861	131.361
Despesas administrativas	444.035	504.012
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(336.176)	(67.545)
Total	2.231.064	2.349.574

	2019	2018
Outras receitas operacionais	390.043	93.776
Receita de serviços técnicos e locações	3.760	1.950
Doações e subvenções	19.856	11.480
Recuperação de receitas	12.180	13.630
Reversão PDD	3.774	20.100
Reversão de provisão precatórios	143.100	-
Inscrição de precatório	74.848	29.724
Indenizações e ressarcimentos	2.250	1.492
Reversão de provisões para causas judiciais	116.922	-
Reversão de provisão para benefício pós-emprego	12.688	13.865
Receitas não operacionais	665	1.535
Outras despesas operacionais	(53.867)	(26.231)
Taxa de regulação órgãos fiscalizadores	(16.952)	(14.230)
Baixa patrimonial Novo Hamburgo	(21.186)	-
Baixa de inservíveis	(347)	(727)
Outros tributos e taxas	(15.382)	(11.274)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	336.176	67.545

As reversões das provisões foram realizadas conforme descritas nas notas 2.13, 2.14 e 9.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018
Receitas financeiras	77.063	104.198
Acréscimos por inadimplementos	32.709	31.992
Variações monetárias ativas	5.456	5.284
Receitas financeiras pela realização de AVP	31.242	41.298
Variações cambiais ativas	3.702	5.639
Outras receitas financeiras	3.954	19.985
Despesas financeiras	(59.962)	(60.552)
Juros e taxas sobre financiamentos	(16.930)	(11.197)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(3.871)	(6.237)
Variações monetárias passivas	(31.273)	(32.112)
Despesas financeiras pela realização de AVP	(4.022)	-
Variações cambiais passivas	(3.866)	(10.247)
Outras despesas financeiras	-	(759)
Resultado financeiro líquido	17.101	43.646

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relacionados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	70.196	66.965
Indenizações contratuais	224.768	1.989
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes	92.981	66.164
Contas a receber de clientes	359.533	342.051
Ativos financeiros	341.039	365.781
Total	1.088.517	842.950
Passivos		
Custo amortizado		
Fornecedores	123.106	113.736
Empréstimos e financiamentos	584.048	611.072
Debêntures	14.139	23.156
Dívidas Fundação Corsan	21.585	40.246
Obrigações contratuais	53.604	-
Total	796.482	788.210

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.12.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo,

swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes e a possibilidade de pagamento das faturas via cartão de crédito. Não há clientes que individualmente representem mais que 1% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. Como formas de controle para este risco, podemos citar: ajuste da estrutura tarifária aos serviços prestados; implementação do gerenciamento matricial de despesas – GMD; melhoria da gestão do passivo trabalhista em execuções judiciais; combate às fraudes e ligações clandestinas; implantação do sistema de gestão estratégica de custos – SISGEC; dentre outras.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	98.453	278.250	409.419	786.122
Parcelamento de impostos	16.171	34.172	-	50.343
Debêntures	10.095	4.720	-	14.815
Fornecedores	123.106	-	-	123.106
Dívidas Fundação CORSAN	22.880	-	-	22.880
Total	270.705	317.142	409.419	997.266

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2019	(Perdas) Ganhos financeiros			
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25% Aumento 50%
Empréstimos	TR	(221.957)	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(179.329)	(7.991)	(6.659)	(9.989)	(12.486) (14.983)
Empréstimos	IPCA	(60.416)	(556)	(463)	(695)	(868) (1.042)
Empréstimos	SELIC	(107.366)	(4.020)	(3.350)	(5.025)	(6.281) (7.537)
Empréstimos	US Dólar	(14.980)	3.054	5.042	73	(3.654) (7.380)
Debêntures	TJLP	(14.139)	(630)	(525)	(788)	(984) (1.181)
Total		(598.187)	(10.143)	(5.955)	(16.424)	(24.273) (32.123)
Indexador	TR / UPR		0,00	0,00	0,00*	0,00 0,00
	TJLP		4,46	3,71	5,57**	6,96 8,36
	IPCA / IBGE		0,92	0,77	1,15*	1,44 1,73
	SELIC		3,74	3,12	4,68*	5,85 7,02
	US Dólar	4,10	3,26	2,72	4,08***	5,10 6,12

Fontes: * Portal Brasil. ** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. *** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	17	584.048	611.072
Debêntures	18	14.139	23.156
Fornecedores		123.106	113.736
Parcelamento de impostos e contribuições	19	45.766	57.886
Dívida Fundação Corsan	25.e	21.585	40.246
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(92.981)	(66.164)
(-) Aplicações financeiras	5	(70.196)	(66.965)
Dívida líquida		625.467	712.967
Patrimônio e adiantamentos		2.400.294	2.142.477
Capital social e dívida líquida		3.025.761	2.855.444
Quociente de alavancagem		20,67%	25,06%

30. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Fluxo		Variações		Juros	Transferências	31/12/2019
	31/12/2018	de caixa	Adições	monetárias			
Empréstimos e financiamentos circulante	65.811	(107.244)	-	394	41.106	71.132	71.199
Debêntures circulante	9.232	(10.157)	-	-	806	9.710	9.591
Dividendos e JSCP a pagar	222.613	(50.821)	113.969	-	-	-	285.761
Empréstimos e financiamentos não circulante	545.261	32.673	-	6.047	-	(71.132)	512.849
Debêntures não circulante	13.924	-	-	334	-	(9.710)	4.548
Contratos de repasse (OGU/ ANA/Focem)	21.331	22.106	-	-	-	-	43.437
Passivos de arrendamento	-	(23.023)	97.433	-	(10.031)	-	64.380

Diretoria	Conselho de Administração	Contadora
ROBERTO CORREA BARBUTI Presidente	MARIO ENGLER PINTO JUNIOR Presidente	GRAZIELA BOHN FLORES CRC/RS nº 070280/0-7
ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR FABIANO SIQUEIRA JEAN CARLO FLORES BORDIN JORGE LUIZ COSTA MELO JÚLIO ELOI HOFER LILIANI ADAMI CAFRUNI Diretores	GIOVANNI FIORESE HENRIQUE ZANDONÁ LUIZ GUSTAVO DE SOUZA PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA RAFAEL FALCÃO NODA ROBERTO CORREA BARBUTI Conselheiros	



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Acionistas da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
Porto Alegre - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

• Seguros

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, com base em programa de gerenciamento de risco a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro, não promovendo a contratação de seguros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

• Fundação Corsan - FUNCORSAN

Conforme nota explicativa nº 23 a CORSAN é patrocinadora de um Plano de Benefícios de Entidade Fechada de Previdência Complementar, denominado BD nº 001, administrado atualmente pela FUNCORSAN, cujas demonstrações financeiras são auditadas por outros auditores independentes. Até a presente data a CORSAN, ainda, não havia recebido o Relatório do Auditor Independente referente às demonstrações financeiras, nem o parecer do atuariado da Fundação, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

• Indenizações Contratuais - Município de Novo Hamburgo - RS

Conforme nota explicativa nº 9 a Companhia é autora de processos contra o Município de Novo Hamburgo – RS, onde foi reconhecido o dever do citado Município em indenizar a Companhia. Nesse sentido, foram expedidos precatórios para pagamento da dívida, que em 31 de dezembro de 2019, perfazem o montante de R\$214.172 mil. Muito embora o precatório estabeleça um valor, não permite identificar o momento em que o pagamento será realizado, pois depende de eventos futuros. Considerando que o Município está em um regime especial de pagamento de precatórios, conforme Emenda Constitucional 99/2017, deverá efetuar o pagamento dessa dívida até o final de 2024. Por esse motivo, no exercício de 2019, foi revertida a provisão para perdas desse direito de crédito constituída anteriormente. (nota explicativa nº 27). Não obstante, há uma proposta de emenda constitucional que objetiva prorrogar o prazo final de pagamento para o ano de 2028 (PEC 95/2019), porém, tal proposta após ser aprovada no Senado Federal encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), na Câmara dos Deputados, sujeita a apreciação no plenário da casa, em regime de tramitação especial. Nossa opinião não apresenta modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Reconhecimento das receitas a faturar

Parte das receitas reconhecidas pela Companhia refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores finais ("receitas a faturar"), uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos sucede ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 92.651 mil em 31 de dezembro de 2019 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras.
O cálculo da receita não faturada foi um assunto significativo para a nossa auditoria da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Administração acerca da estimativa de consumo pelos consumidores, a fim de garantir que a receita seja contabilizada na competência correta.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia para o cálculo da receita não faturada, incluindo a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração. Utilizamos, também, os nossos especialistas em auditoria de sistemas para testar a integridade e precisão dos dados e relatórios extraídos do sistema de faturamento e que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, além do recálculo destas receitas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais

Conforme divulgado na nota explicativa nº 22, a Companhia é parte em diversos processos fiscais, trabalhistas e cíveis, cujo valor agregado totaliza R\$ 453.994 mil em 31 de dezembro de 2019, para os quais não foi constituída provisão para perdas considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível, pelos seus consultores jurídicos. Desse montante, R\$ 233.699 mil se referem a ações de natureza cíveis e fiscais.
Focamos nesta área devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação de uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas para auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia, bem como na realização de reuniões periódicas com a Administração e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto. Também obtivemos cartas de confirmação dos consultores jurídicos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Administração.

Avaliamos as premissas e os julgamentos feitos pela administração para a mensuração dessas contingências, considerando os critérios e a política contábil de reconhecimento desses riscos adotados pela Companhia. Também obtivemos entendimento da metodologia de provisionamento e questionamos premissas utilizando o conhecimento e experiência de nossos especialistas. Além disso, obtivemos confirmações formais de advogados da Companhia quando apropriado.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados nas notas explicativas nºs 2.13 e 22 às demonstrações financeiras, feitas em relação às provisões e contingências dos riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, especificamente sobre as contingências mais significativas.

• Ativo Financeiro, Ativos de Contratos e Intangível - Infraestrutura da Concessão

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 11, 12 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui registrado como ativo financeiro, ativos de contratos e intangível da concessão, os montantes de R\$ 341.039 mil, R\$ 1.625.243 e R\$ 1.827.401 mil, respectivamente, que representam a infraestrutura da concessão.

O valor dos investimentos aplicados na infraestrutura a serviço da concessão é parte essencial na metodologia aplicada pelo poder concedente para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia aos consumidores finais, nos termos dos Contratos de Concessão. As definições de quais gastos são elegíveis e que devem ser capitalizados como custo da infraestrutura são passíveis de julgamento por parte da Administração. Durante o ano de 2019, a Companhia reconheceu em seu ativo, investimentos na infraestrutura da concessão o montante de R\$ 303.677 mil. Adicionalmente, a determinação dos gastos que se qualificam como investimento na infraestrutura da concessão também impacta diretamente na avaliação do ativo financeiro da concessão, que representa a parcela dos investimentos efetuados pela Companhia e que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão, e serão indenizados pelo poder concedente.
Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização e avaliação subsequente de gastos com infraestrutura, além da magnitude dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros, a avaliação dos controles internos implementados pela Companhia sobre a contabilização dos investimentos em infraestrutura, incluindo os custos, as políticas estabelecidas pela Administração para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes.

Avaliamos também os valores do ativo financeiro registrados pela Companhia com critérios estabelecidas pelas normas contábeis vigentes.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

• Redução ao valor recuperável – Impairment

De acordo com a nota explicativa nº 2.23 os ativos financeiros e não financeiros foram revistos na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as bases de dados e projeções feitas pela Administração, relativas à geração futura de caixa, previsto no CPC 01 (R1), ressaltando que modelos de projeção estão sempre sujeitos à crítica e à avaliação e que seus resultados refletem opções metodológicas de modelagem. De acordo com os estudos apresentados e o conhecimento de nossos especialistas, obtivemos entendimento de que a metodologia utilizada está adequada às atividades da Companhia.

Nos estudos elaborados pela Companhia não foi identificado qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável desses ativos.

• Tributos - Créditos Fiscais Diferidos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, os créditos fiscais oriundos de diferenças temporárias são registrados na medida em que a Administração considera provável que haverá lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração. Conforme está divulgado na nota explicativa nº 8 a Companhia possui registrado como crédito fiscal diferido o montante de R\$ 91.313 mil.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Testamos a efetividade dos principais controles estabelecidos pela Administração para apuração dos créditos fiscais, seu registro nos termos das normas contábeis que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros, para a Companhia.
Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como, comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.
Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

• Benefícios concedidos a empregados

Em 31 de dezembro de 2019, os valores provisionados no balanço patrimonial divulgado na nota explicativa nº 23, somavam o montante de R\$ 846.590 mil. O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica. A provisão para déficit atuarial foi reconhecida de forma proporcional à razão do percentual de responsabilidade da patrocinadora conforme estabelecido no Regulamento do Plano, na proporção de 50% de responsabilidade por parte da patrocinadora e 50% por parte dos participantes do plano.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados e julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria, consideradas necessárias, foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica. Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto.

Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram ainda a revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar o cálculo atuarial e revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações financeiras da Companhia. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

• Arrendamento Mercantil

Conforme nota explicativa às demonstrações financeiras nº 15 e metodologia descrita na nota nº 2.9, o CPC 06 (R2) / IFRS 16, entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019. Essa norma específica como uma entidade deve reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar seus contratos de arrendamento, promovendo um único modelo de contabilização de arrendamentos, o que exige o reconhecimento de ativos de uso e passivos de arrendamento para todos contratos de arrendamento, exceto aqueles cujos termos contratuais são de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Em função do alto grau de julgamento necessário para determinar tais montantes, incluindo a determinação da taxa de desconto, do elevado volume de transações avaliadas na transição, da aplicação de nova prática contábil, e do impacto financeiro de eventuais alterações nos dados, critérios, e premissas associadas aos julgamentos adotados pela Companhia, consideramos esse tema um principal assunto de auditoria.

• Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do desenho dos controles internos implementados pela Administração em relação às principais premissas e critérios e à precisão matemática, além do reconhecimento contábil dos efeitos da aplicação da nova norma, incluíram também:

- avaliação sobre os critérios de prazo de arrendamento, de taxa de desconto e contraprestação e as políticas utilizados pela Companhia para a aplicação da nova prática contábil e expedientes práticos aplicados e a verificação da aderência dos contratos de arrendamento da Companhia ao escopo da norma;
- através de amostragem, testamos a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia, acima citados, considerando informações do contrato original e seus respectivos aditivos, bem como, o montante mensurado pela Companhia;
- analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras foram suficientes em relação aos requerimentos da norma e orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, não identificamos distorções decorrentes da aplicação da política contábil desenvolvida pela Administração às quais são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros Assuntos

Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e Sustentabilidade.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e Sustentabilidade e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e Sustentabilidade e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e Sustentabilidade, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Eldorado do Sul, 10 de março de 2020.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC-RS 003688/F-O

Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120, 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

RESUMO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Aos Conselheiros de Administração da
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

2. RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 27 reuniões.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 – Auditoria interna
- 3.2 – Auditoria independente
- 3.3 – Demonstrações contábeis
- 3.4 – Partes relacionadas
- 3.5 – Controles internos, gestão de riscos e compliance
- 3.6 – Canal de denúncias, apurações e ouvidoria
- 3.7 – Benefício pós emprego / Funcorsan – Fundação Corsan
- 3.8 – Avaliação de riscos das contingências judiciais
- 3.9 – Outros assuntos

4 – CONCLUSÃO

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame das demonstrações contábeis de 2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e tomou conhecimento da minuta do relatório dos auditores independentes que manifestam opinião sem ressalvas. Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão, exceto pelo informado ao Conselho de Administração, o Comitê entende que os fatos relevantes trazidos a seu conhecimento estão divulgados nas demonstrações contábeis do exercício de 2019.

Conforme previamente discutido com a Diretoria Financeira e Presidência, o CAE recomenda que se aprimorem os procedimentos e controles sobre determinadas contas e transações.

Porto Alegre, 12 de março de 2020.

Marco Antônio Mayer Foletto
Coordenador do CAE

Luiz José Nogueira Lima
Membro do CAE

Nilton dos Santos
Membro do CAE

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para Destinação dos Lucros referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório sem ressalvas do Auditor Independente, Audlink & Cia Auditores, datado de 10 de março de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 11 de março de 2020.

KEVIN CHAVES KRIEGER
Conselheiro

MARIA BETÂNIA BRAUN
Conselheiro

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
Conselheiro



“Contabilização e Elaboração das Demonstrações Financeiras da Corsan”

**Caixa de Administração da Dívida
Pública Estadual S.A.
CADIP**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Atendendo disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação e deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Contábeis da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No cenário internacional predominou a disputa comercial entre os Estados Unidos e China, que gerou consequências em cadeia em outros países ao longo do ano de 2019, inclusive no Brasil.

No plano interno, a economia brasileira registrou um crescimento da ordem de 1,17% em 2019, segundo variação do PIB apurada pelo Banco Central. Para o ano de 2020, é estimado um crescimento de 2,30% para o PIB.

As indefinições políticas em relação às reformas necessárias, da previdência, política, tributária e trabalhista contribuem para o clima de incertezas que caracteriza o atual momento da economia brasileira.

A taxa básica de juros (SELIC), definida pelo Banco Central como instrumento de combate à inflação, sofreu redução de 6,50% para 4,50% em 2019.

A inflação apurada pelo IPCA, situou-se em 4,31% em 2019, contra 3,75% em 2018. A estimativa do mercado para o ano de 2020 situa-se em 3,61%.

O mercado de capitais, avaliado pela evolução do índice BOVESPA, registrou valorização de 31,58% no ano, alcançando 115.645 pontos em 31 de dezembro de 2019.

O volume de ações registrado na CVM para oferta pública em 2019 alcançou R\$ 35,2 bilhões, enquanto que o volume de debêntures situou-se em R\$ 14,7 bilhões, totalizando R\$ 49,9 bilhões no ano.

O Balanço Patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 não apresenta variações relevantes em relação aos saldos do exercício anterior.

As Demonstrações do Resultado do exercício de 2019 apresentam receitas de R\$ 110 mil e despesas de R\$ 145 mil, resultando um prejuízo de R\$ 35 mil no exercício. Serviços de terceiros, impostos, taxas e emolumentos correspondem a 93,8% do total das referidas despesas.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

A CADIP prudentemente procede a atualização dos valores correspondentes às provisões para riscos.

As condições ainda desfavoráveis do mercado de capitais não permitiram a efetivação de operações pela Companhia no exercício de 2019. Entretanto, a CADIP continua com sua estrutura técnica e operacional em plenas condições com vistas a auxiliar o Tesouro Estadual na administração da dívida pública do Estado conforme disposto em seu Estatuto Social, já tendo realizado a emissão e colocação de 11 emissões de debêntures, em montante atualizado de R\$ 5,4 bilhões.

A empresa de auditoria independente Maciel Auditores S/S, contratada para auditar as demonstrações do exercício de 2019 presta exclusivamente serviços de auditoria contábil independente.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2019.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro					
Em milhares de reais					
Ativo	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	221.618	221.752	Impostos e Taxas	4	1
	221.618	221.752		4	1
Não circulante			Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 3)	115	163	Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	337	481
Depósitos judiciais	155	149		337	481
	270	312			
Total do ativo	221.888	222.064	Patrimônio líquido (Nota 6)		
			Capital social	210.200	210.200
			Reservas de lucros	11.347	11.382
				221.547	221.582
			Total do passivo e do patrimônio líquido	221.888	222.064
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

Demonstração do Resultado Abrangente		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	(35)	(184)
Atribuível a:		
Controladores	(34)	(183)
Não Controladores	(1)	(1)
Outros componentes do resultado abrangente		0
Resultado abrangente do período	(35)	(184)
Atribuível a:		
Controladores	(34)	(183)
Não Controladores	(1)	(1)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstrações do Resultado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado		
	2019	2018
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(136)	(186)
Provisão para riscos fiscais	(9)	(15)
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	(145)	(201)
Receitas financeiras	110	6
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(35)	(195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	11
Prejuízo líquido do exercício	(35)	(184)
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R\$	(0,00051)	(0,00266)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(35)	(195)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:		
Ajustes Tributos Diferidos	49	-
Provisão para riscos fiscais	(144)	15
	(130)	(180)
Variações de ativos e passivos operacionais:		
Redução em depósitos judiciais	(6)	12
Aumento em tributos e taxas a pagar	3	1
	(3)	13
	(133)	(167)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	-	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(133)	(167)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	221.619	221.752
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	221.752	221.919
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(133)	(167)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstração do Valor Adicionado		
Exercícios findos em 31 de Dezembro		
Em milhares de reais		
	2019	2018
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	110	6
Valor adicionado a distribuir	110	6
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos, taxas e emolumentos	136	157
Provisão para riscos fiscais	9	33
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-
Prejuízos absorvidos	(35)	(184)
Valor adicionado distribuído	110	6
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido					
Em milhares de reais					
	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Retenção de Lucros		
Em 1º de janeiro de 2018	210.200	2.040	9.526	-	221.766
Aumento de capital social				(184)	(184)
Prejuízo líquido do exercício			(184)	184	-
Absorção do prejuízo					
Em 31 de dezembro de 2018	210.200	2.040	9.342	-	221.582
Prejuízo líquido do exercício			(35)	35	(35)
Absorção do prejuízo			(35)		
Em 31 de dezembro de 2019	210.200	2.040	9.307	-	221.547
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 2 de janeiro de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Continua »»»

»»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.6. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.7. Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2019, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.929 (2018 - R\$ 22.904), e prejuízos fiscais, no montante de 22.929 R\$ (2018 - R\$ 22.904), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.796 (2018 - R\$ 7.787), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 115 (2018 - R\$ 163).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Bancos - conta movimento	53	79
Aplicações financeiras	221.565	221.673
	221.618	221.752

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

- (i)** 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e
(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de dezembro de 1995, como de serviço público relevante.

8. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 162, em 31 de dezembro de 2019, (2018 - R\$ 313) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 175, em 31 de dezembro de 2019, (2018 - R\$ 168), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal. Em conformidade com o Acórdão nº 02-89.221 da 2ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizonte onde julgaram procedente a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia, no processo nº 11080.908886/212-57, homologando a compensação realizadas no ano de 2006, neste exercício social foi revertida a sua respectiva provisão no valor de R\$ 104 mil e tributos diferidos no valor R\$ 54 mil.

9. Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2019	2018
Serviços de terceiros	42	47
Impostos, taxas e emolumentos	52	52
Publicações	42	87
	136	186

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos acionistas da

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CADIP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião não modificada sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

De acordo com o item 9, da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

(a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente;

(b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa;

(c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

Contudo, conforme item A59, da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, entidade listada com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa. Foi o caso da CADIP, que no exercício de 2019 apresentou um número reduzidíssimo de operações.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis da CADIP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 11 de janeiro de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de janeiro de 2020.

Russell Bedford Brasil
MACIEL AUDITORES S/S - 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

LUCIANO GOMES DOS SANTOS
Contador 1 CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

**Badesul Desenvolvimento S.A. -
Agência de Fomento/RS**

Badesul 040/2020
Superintendência de Contabilidade

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2020.

À
MACIEL AUDITORES
Av: Bastian, 366 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre – RS - Brasil
CEP: 90130-020

Demonstrações financeiras para o semestre findo em 31 de dezembro de 2019.

Prezados senhores:

Esta carta de representação da Administração é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS (“Instituição”) para o exercício findo 31 de dezembro de 2019, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações financeiras examinadas por V. Sas. apresentam os seguintes valores básicos:

(em milhares de reais)		
	31/12/2019	31/12/2018
	Exercício	Exercício
Ativo	2.668.880	2.993.722
Patrimônio líquido	732.864	708.845
Resultado do período	28.113	17.522

Confirmamos que as representações feitas nesta carta estão de acordo com as definições do anexo desta carta.

Esta carta será entregue e aprovada na reunião do Conselho de Administração em 21/02/2020.

Confirmamos que, com base em nosso entendimento e opinião depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente:

Demonstrações financeiras

1. Reconhecemos nossas responsabilidades, tal como estabelecida nos termos do Contrato nº ADM – 031/2019, aditado em 06/05/2019, para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente das demonstrações contábeis, pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e, em particular, que as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente em conformidade com essas práticas.

2. Os métodos de mensuração e premissas significativas utilizados pela Administração para a contabilização das estimativas contábeis, incluindo aquelas de mensuração do valor justo, são razoáveis.
3. Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, e para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requerem ajuste ou divulgação, foram ajustados ou divulgados.

Informações fornecidas

4. Fornecemos-lhes:
 - acesso a todas as informações que estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros, documentações e outros;
 - informações adicionais que nos foram solicitadas com o propósito de efetuar a sua auditoria; e
 - acesso irrestrito às pessoas da Instituição, para obtenção de evidências de auditoria.
5. Todas as transações relevantes foram reconhecidas nos registros contábeis e estão refletidas em nossas demonstrações financeiras.
6. Confirmamos que:

- i) Divulgamos a V. Sas. os resultados de nossa avaliação do risco de que as demonstrações financeiras estão livres de ter distorção relevante como resultado de fraude.

No anexo desta carta está a definição de fraude, incluindo distorções decorrentes de relatórios financeiros fraudulentos e de apropriação indevida de ativos.

- ii) Não houve casos de fraude ou suspeita de fraude que sejam de nosso conhecimento que afetem esta Agência de Fomento, envolvendo:

- A Administração;
- Empregados que tenham funções significativas nos controles internos; e
- Outros, onde a fraude poderia ter efeito material sobre as demonstrações financeiras.

- iii) Não houve denúncias de fraude ou suspeita de fraude comunicados por funcionários, ex-funcionários, analistas, órgãos reguladores entre outros, que afetem as demonstrações financeiras desta Instituição.

- iv) Não temos conhecimento de transações ou outros eventos que pudessem ser caracterizados como lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo nos termos da Lei aplicável.

Com relação aos assuntos acima, reconhecemos nossa responsabilidade pelo controle interno tal como determinado necessário para que as demonstrações financeiras estejam livres de distorções materiais resultantes de fraude ou erro. Especificamente, reconhecemos nossa responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção do controle interno para evitar e detectar fraude e erro.

7. Levamos ao seu conhecimento comunicações recebidas do Banco Central do Brasil, as quais seguem descritas abaixo. Não foram recebidas outras comunicações de órgãos reguladores, representantes governamentais, autoridades fiscais ou outras notificações ou alegações de não conformidade com leis e regulamentos,

deficiências na elaboração de relatórios financeiros ou outros assuntos que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

- *Ofício 7659/2019 – BSB/DEROPI, emitida em 19/04/19;*
- *Ofício 13823-BCB/DEROP, emitido em 05/07/2019;*
- *Ofício 24100/2019-BCB/DESUC, emitido em 29/10/2019;*
- *Ofício 25091/2019-BCB/DESUC, emitido em 11/11/2019;*

Não existem:

- Outros passivos a serem reconhecidos e outros ativos contingentes e passivos contingentes que devem ser divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a CPC 25 (Resolução CMN 3823) Provisões, Passivos contingentes e ativos contingentes, incluindo os passivos ou passivos contingentes resultantes de possíveis atos ilegais; ou
 - *Outras questões ambientais que possam ter um impacto sobre as demonstrações financeiras.*
8. Divulgamos a V.Sas. a identidade de todas as partes relacionadas desta Instituição e todos os relacionamentos e transações de que temos conhecimento e todos esses relacionamentos e transações foram apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- Compreendemos as definições de partes relacionadas e transações com partes relacionadas nos termos da CPC 05 (Resolução CMN 3750) e conforme anexo a esta carta de representação.
9. Em complemento ao divulgado na nota explicativa nº 1, que é parte integrante das demonstrações financeiras, confirmamos que não identificamos eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa sobre a capacidade desta Instituição de continuar em operação.

Representações relacionadas com intenções e planos da administração e outras informações que sejam somente de conhecimento da administração

10. Não há nenhum ônus ou gravame sobre os ativos do Badesul.

Confirmamos que divulgamos para V. Sas. todas as informações relacionadas aos seguintes assuntos:

- contratos onerosos, como por exemplo, aqueles contratos em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedam os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, incluindo perdas relacionadas com compromissos assumidos considerados como contratos onerosos de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN 3823);

- a natureza do envolvimento e das transações com entidades estruturadas que não estão consolidadas, incluindo aquelas em que a Instituição é a patrocinadora.

11. A Instituição tem cumprido com todos os requisitos contratuais que poderiam ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras em caso de descumprimento como por exemplo, “*debt covenants*”.
12. Com exceção do divulgado nas notas explicativas, não existe nenhum acordo formal ou informal com instituições financeiras envolvendo saldos compensatórios ou outras restrições sobre saldos bancários disponíveis e linhas de crédito abertas ou outras semelhantes.
13. Não temos planos ou intenções que possam afetar o valor contábil ou classificação de ativos e passivos.

Representações relacionadas com a titularidade dos ativos, classificação e valores contábeis e *impairment* dos ativos

14. O Badesul possui títulos de propriedade para todos os seus ativos e não tem conhecimento de hipotecas, penhoras ou garantias sobre tais ativos, além daquelas divulgadas nas demonstrações financeiras. Não existem quaisquer outros ativos que não tenham sido apresentados nessas demonstrações.
15. O Badesul possui Ativos não-circulantes classificados como Bens Não de Uso Próprio em que o valor mais relevante refere-se a adjudicação de imóvel no bojo do processo de execução dos avalistas de uma operação em que a tomadora principal entrou em Recuperação Judicial. O Badesul prosseguiu a cobrança judicial da empresa avalista (interveniente hipotecante). Após penhora e avaliação do bem imóvel garantidor, o Badesul entendeu conveniente e oportuno a adjudicação do imóvel.
16. Confirmamos que não temos conhecimento de quaisquer indicativos, internos ou externos, conforme definido no item 12 do CPC 01, que possam gerar dúvida de que os ativos do Badesul possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação, bem como, não possuímos quaisquer ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso ou ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Instrumentos financeiros

17. Exceto conforme divulgado nas demonstrações financeiras ou notas explicativas às demonstrações financeiras da Instituição cumpriu todas as exigências de capital impostas externamente.
18. Divulgamos de maneira apropriada o valor de mercado dos ativos nas demonstrações financeiras de acordo com o requerido pelo BACEN. Acreditamos que as divulgações categorizam de maneira adequada as mensurações do valor de mercado.
19. Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor de mercado de cada classe de instrumentos financeiros.
20. Conforme divulgado nas demonstrações financeiras a Instituição cumpriu as exigências de capital impostas em relação à apuração do Patrimônio de Referência, conforme regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital – Basileia III.

Derivativos embutidos

21. O Badesul não possui operações com derivativos embutidos.

Representações relacionadas à exposição de riscos decorrentes de instrumentos financeiros

22. Confirmamos que disponibilizamos a V.Sas. todas as informações relacionadas às exposições a riscos do Badesul oriundas das demonstrações financeiras que são adequadas para permitir aos usuários avaliar a natureza e extensão desses riscos aos quais a Instituição está exposta ao final do período para o qual as demonstrações financeiras foram elaboradas, incluindo as exposições a riscos e como eles surgem, nossos objetivos, políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos, os métodos utilizados para gerenciamento dos riscos e um resumo dos dados quantitativos sobre nossa exposição a riscos.

23. Concentrações relevantes de risco de crédito decorrentes de instrumentos financeiros e informações sobre as garantias sobre tais instrumentos financeiros foram adequadamente divulgados nas demonstrações financeiras. Além disso, os dados quantitativos divulgados são representativos da exposição a riscos decorrentes dos instrumentos financeiros do Badesul.

24. Confirmamos nosso entendimento de que:

- Não há saídas de caixa que poderiam ocorrer de maneira significativamente antecipada ao indicado nos dados quantitativos resumidos a respeito da exposição ao risco de liquidez ou que poderiam ocorrer em valores significativamente diferentes daqueles incluídos naqueles dados.

Representações relacionadas ao valor justo de ativos e passivos financeiros

25. Acreditamos que as premissas e as técnicas por nós utilizadas são apropriadas e que todas as mensurações do valor justo são determinadas de acordo com as respectivas regulamentações do CMN e do BACEN, aplicáveis às Agências de Fomento.

26. Divulgamos apropriadamente o valor justo dos ativos e passivos financeiros nas demonstrações financeiras de acordo com as premissas reguladas pelo CMN e pelo BACEN, aplicáveis às Agências de Fomento.

27. Divulgamos os métodos e premissas aplicados na determinação do valor justo de cada classe de instrumento financeiro.

28. O valor de mercado divulgado na nota explicativa 5.b das Demonstrações Financeiras, relativo a Cotas de Fundos em Participações, no montante de R\$ 16.680 (em milhares de reais) se refere à data base 31/12/2019, conforme informação dos Fundos, somente são reavaliados os investimentos anualmente, para a data base 31 de dezembro.

Representações relacionadas a benefícios pós emprego

29. Confirmamos que todos os planos de benefícios pós-emprego estão adequadamente classificados e contabilizados, como plano de benefício definido ou como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. Não existem outros planos. A última avaliação atuarial realizada é a de

31/12/2019, portanto permanecem válidas as informações divulgadas em notas explicativas relativas aquela avaliação.

- disponibilizamos para V. Sas. todas as informações relativas às premissas relevantes aplicadas na mensuração do valor justo dos ativos dos planos por ocasião da avaliação atuarial realizada para a data base 31/12/2019.

Representações relacionadas a pagamento baseado em ações e acordos de repagamento

30. Confirmamos que não possuímos plano de pagamento baseado em ações ou acordos de repagamento.

Representações relacionadas a aspectos fiscais

31. Ativos fiscais diferidos reconhecidos são mensurados pelas alíquotas de tributos aprovadas ou substancialmente aprovadas no final do período que está sendo reportado e representam aqueles valores cuja realização é provável levando em conta as expectativas da Administração de lucro tributável futuro. Ao determinar expectativas de lucro tributável futuro contra o qual ativos fiscais diferidos podem ser utilizados, a Administração considerou a existência de diferenças temporárias tributáveis que irão se reverter no mesmo período em que as diferenças temporárias dedutíveis irão reverter, e também considerou oportunidades apropriadas de planejamento tributário verificando quando é mais provável do que não, que venha aproveitar na geração de lucro tributável futuro.

- A mensuração dos passivos fiscais diferidos e ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma pela qual o Badesul, no final do período, pretende recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.
- O Badesul é capaz de controlar o momento da reversão de todas as diferenças temporárias para as quais os tributos diferidos não tenham sido reconhecidos, e é provável que estas diferenças temporárias não serão revertidas em um futuro previsível;
- Não recebemos nenhum aconselhamento ou opinião que contradiga os registros do Badesul de tributos sobre o lucro, ou que contradiga os montantes das demonstrações financeiras e apresentações relativas a tributos, ou que sejam necessárias para entender a provisão para tributos e afins da Instituição e que não tenham sido divulgados para V. Sas.
- Confirmamos que divulgamos a V.Sas. nossa avaliação da exposição do Badesul aos riscos relacionados à tributação, que contabilizamos apropriadamente tais riscos e que divulgamos informações adequadas para permitir que os usuários avaliem a natureza e extensão dos riscos aos quais a Instituição está exposta na data do Balanço.

Outras representações

Moeda funcional

32. Confirmamos que a moeda funcional é o Real, porque todas as transações e seu gerenciamento são realizados em função dessa moeda.

Combinações de negócios

33. Confirmamos que o Badesul não possui operações de combinações de negócios.

Representações relativas a integridade da informação fornecida relacionada com as principais premissas e julgamentos feitos pela administração

34. Confirmamos que disponibilizamos para V.Sas. todas as informações relevantes com relação a:

- a) julgamentos, além daqueles envolvendo estimativas, que a Administração fez no processo de aplicação das práticas contábeis da entidade que têm os efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.
- b) Premissas chave com relação ao futuro, e outras fontes chave de incerteza de estimativas determinadas na data do Balanço que têm o risco de causar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício, incluindo:
 - principais premissas com relação a eventos futuros que afetam as classes de provisões, como requerido nas circunstâncias pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN 3.823);
 - que a Instituição não possui propriedade para investimento;

Outras representações

Foram colocados à disposição de V.Sas. todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória e todas as atas ou minutas de assembleia de acionistas, reuniões da diretoria, alterações estatutárias, ou resumo de providências de reuniões recentes, cujas respectivas atas foram aprovadas e também as minutas que ainda não tenham sido preparadas, conforme abaixo relacionado:

- | | |
|--|------------|
| • Ata Conselho de Administração nº 006/2019-2021 | 23/01/2020 |
| • Ata Diretoria n.º 029/2019-2021 | 29/01/2020 |
| • Ata Conselho Fiscal nº 197/2019-2021 | 30/01/2020 |
| • Ata Conselho de Administração nº 007/2019-2021 | 21/02/2020 |
| • Ata Conselho Fiscal nº 198/2019-2021 | 20/02/2020 |

35. Confirmamos que não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a Administração ou seus empregados graduados.

36. Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer e que possam impedir a continuidade normal dos negócios.

37. Confirmamos a seguir o nome de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios relacionados a tributos, ações trabalhistas e quaisquer outros processos a favor do ou contra o Badesul, bem como de qualquer outro fato que possa ser considerado como contingência:

Nome	Natureza dos serviços prestados
ADVOGADOS DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO	
BEATRIZ ALBUQUERQUE ACIOLI - TÉCNICA DESENVOLVIMENTO	ASSESSORIA JURÍDICA - GESTÃO
LUCIANA DORNELLES MULLER - TÉCNICA DESENVOLVIMENTO	ASSESSORIA JURÍDICA - GESTÃO
MELINA PRISCILA PIRES MARTINS - TÉCNICA DESENVOLVIMENTO	ASSESSORIA JURÍDICA - GESTÃO
MIGUEL ASSUMPCAO POHLMANN - TÉCNICO DESENVOLVIMENTO	ASSESSORIA JURÍDICA - GESTÃO
<u>ESCRITÓRIOS CREDENCIADOS DE ADVOCACIA:</u>	
ABDE/FERRAZ DE CAMARGO, AZEVEDO E MATSUNAGA ADV.	TRIBUTÁRIA
ARANALDE ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
BERTELLI ASSESSORIA JURÍDICA	CÍVEL
BEVILACQUA, LUCION E CERESER ADVOGADOS	CÍVEL
BOTHOMÉ ADVOGADOS	PREVIDENCIÁRIA
CARLES DE SOUZA	CÍVEL
GOES & NICOLADELLI ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
LIMONGI FARACO FERREIRA ADVOGADOS	TRABALHISTA
LYRIO & MENEGUZZO ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
MADEIRA & MUNDSTOCK ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
MARTINEZ & MARTINEZ ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
MENEGAT & MENEGAT ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
MORBINI ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
PEREIRA LIMA E ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S	CÍVEL
ROCHA FERRACINI, SCHAURICH & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/S	CÍVEL
RUBIN ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL
STIFELMAN ADVOGADOS	CÍVEL
STURMER, CORREA DA SILVA JAEGER & SPINDLER DOS SANTOS ADVOGADOS	CÍVEL
TOZZINIFREIRE ADVOGADOS	TRIBUTÁRIA
WALDO PEREIRA FILHO ADVOGADOS ASSOCIADOS	CÍVEL

Não temos conhecimento de litígios ou reivindicações que estejam sob os cuidados de outros assessores jurídicos senão os mencionados acima.

Atenciosamente,


Jeanette Halmenschlager Lontra

Diretora Presidente, acumulando a Diretoria de Operações


José Claudio Silva dos Santos

Diretor Vice-Presidente e Administrativo


Kalil Sehbe Neto

Diretor Financeiro, responsável pela área contábil


Neiva Ferreira dos Santos

Contadora – CRC/RS 68.534/O-3

Anexo à carta de representação da Administração do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS

Definições

Demonstrações financeiras

O CPC 26.10 (IAS 1) estabelece que o conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- balanço patrimonial ao final do período;
- demonstração do resultado do período;
- demonstração do resultado abrangente do período;
- demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- demonstração dos fluxos de caixa do período;
- notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações financeiras; e
- demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. (Não requerido para fins das IFRSs)

Questões significativas

Determinadas representações nesta carta são descritas como sendo limitadas a assuntos que são materiais.

Os CPC 26.7 (IAS 1.7) e o CPC 23.5 (IAS 8.5) afirmam o seguinte:

“Omissão material ou divulgação distorcida material - As omissões ou divulgações distorcidas são materiais se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões econômicas que os usuários das demonstrações contábeis tomam com base nessas demonstrações. A materialidade depende do tamanho e da natureza da omissão ou da divulgação distorcida, julgada à luz das circunstâncias que a rodeiam. O tamanho ou a natureza do item, ou combinação de ambos, pode ser o fator determinante para a definição da materialidade.”

Fraude

Preparar relatórios financeiros fraudulentos envolve distorções intencionais incluindo omissões de valores ou divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os seus usuários.

Apropriação indevida de ativos envolve o furto/roubo de ativos. É muitas vezes acompanhado por registros falsos ou enganosos ou documentos com o objetivo de ocultar o fato de que os ativos não mais existem ou foram cedidos sem a devida autorização .

Erro

Um erro é uma distorção não intencional nas demonstrações financeiras, incluindo a omissão de um valor ou uma divulgação.

Erros de períodos anteriores são omissões ou declarações incorretas nas demonstrações financeiras da entidade de um ou mais períodos anteriores decorrentes da falta ou uso incorreto de informação confiável que:

- a) estava disponível quando as demonstrações financeiras desses períodos foram autorizadas para emissão e
- b) poderia ser razoável esperar que tivesse sido obtida e considerada na preparação e apresentação dessas demonstrações financeiras.

Tais erros incluem os efeitos de erros materiais, erros na aplicação de políticas contábeis, descuidos ou interpretações incorretas de fatos e fraude.

Administração

Para fins desta carta, referências para “Administração” devem ser lidas como administração e, quando apropriado, aqueles responsáveis pela governança corporativa.

Partes relacionadas e transações com partes relacionadas

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando as demonstrações financeiras (tratada no CPC 5 (IAS 24) como “entidade que reporta a informação”).

- a) Uma pessoa, ou um membro próximo de sua família, está relacionada com a entidade que reporta a informação se:
 - i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação;
 - ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; ou
 - iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.
- b) Uma entidade está relacionada com a entidade que reporta a informação se qualquer das condições abaixo for observada:
 - i) a entidade e a entidade que reporta a informação são membros do mesmo grupo econômico (o que significa dizer que a controladora e cada controlada são inter-relacionadas, bem como as entidades sob controle comum são relacionadas entre si);
 - ii) a entidade é coligada ou controlada em conjunto (joint venture) de outra entidade (ou coligada ou controlada em conjunto de entidade membro de grupo econômico do qual a outra entidade é membro);
 - iii) ambas as entidades estão sob o controle conjunto (joint ventures) de uma terceira entidade;
 - iv) uma entidade está sob o controle conjunto (joint venture) de uma terceira entidade e a outra entidade for coligada dessa terceira entidade;
 - v) a entidade é um plano de benefício pós-emprego cujos beneficiários são os empregados de ambas as entidades, a que reporta a informação e a que está relacionada com a que reporta a informação. Se a entidade que reporta a informação for ela própria um plano de benefício pós-emprego, os empregados que contribuem com a mesma serão também considerados partes relacionadas com a entidade que reporta a informação;
 - vi) a entidade é controlada, de modo pleno ou sob controle conjunto, por uma pessoa identificada na letra (a);
 - vii) uma pessoa identificada na letra (a)(i) tem influência significativa sobre a entidade, ou for membro do pessoal chave da administração da entidade (ou de controladora da entidade);

viii) a entidade, ou qualquer membro de grupo do qual ela faz parte, fornece serviços de pessoal-chave da administração da entidade que reporta ou à controladora da entidade que reporta.

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.





BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Dezembro de 2019

A MENSAGEM DA DIRETORIA

Ao encerrarmos o ano de 2019, dirigimo-nos à sociedade gaúcha, especialmente aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais e trabalhadores, que dão forma e conteúdo ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, para transmitirmos o desempenho operacional, administrativo e financeiro do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS no exercício findo.

O BADESUL, em 2019, voltou a apresentar melhoria na sua atuação operacional precípua, que é a de prover crédito de longo prazo aos investidores na economia gaúcha. Esta Agência de Fomento desembolsou, em 2019, o valor de R\$ 332 milhões, valor este destinado ao financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, o que representa um acréscimo de 54,4% em relação aos R\$ 215,0 milhões liberados em 2018. Com isso, o Saldo de Operações Ativas desta Instituição foi de R\$ 2,0 bilhões em dezembro de 2019.

O resultado registrado pelo Badesul no exercício de 2019 foi de R\$ 28,1 milhões. Em decorrência, o Patrimônio Líquido de R\$ 737,0 milhões, com que esta Agência de Fomento encerrou o ano referido exercício, foi 4,0% superior ao montante de R\$ 708,8 milhões registrado no final de 2018.

Temos muito orgulho do papel essencial desempenhado pelo Badesul no crédito ao desenvolvimento gaúcho, em especial no que se refere ao apoio desta Agência de Fomento à modernização do agronegócio do Rio Grande do Sul e aos investimentos públicos projetados pelas prefeituras municipais riograndenses, além do seu apoio à sustentação e à expansão da estrutura empresarial estadual em geral.

A título de ilustração, informamos-lhes que nas operações de financiamento a investimentos públicos municipais no Rio Grande do Sul aprovadas pelo Badesul em 2019, no valor de R\$ 148,6 milhões, destinados a 63 municípios, abrangem uma população assistida de 1,47 milhões de habitantes. Acrescentamos que a tradição histórica do Badesul no crédito de longo prazo a investimentos públicos no RS já permitiu que 76% dos 497 municípios tivessem seus projetos de infraestrutura e de gestão apoiados pela Agência de Fomento dos gaúchos.

Em relação ao setor privado o Badesul permaneceu com seu tradicional apoio ao agronegócio, onde financiou 30 sistemas de armazenagem, em seus 105 projetos de infraestrutura para produtores rurais. No setor empresarial, fazemos menção ao crescimento de projetos voltados ao turismo gaúcho, que representou 15% das operações realizadas.

No que se refere também ao seu desempenho institucional, cabe destacar a liderança do Badesul, numa ação coordenada junto com o Governo do Rio Grande do Sul, na iniciativa de tornar o Rio Grande do Sul polo de referência em inovação, mediante o apoio técnico e financeiro aos Programas Tecnova, voltado para apoio à inovação tecnológica em micro e pequenas empresas, e Centelha, voltado à promoção da criação de empresas de base tecnológica inovadoras. Cabe ressaltar que com a finalidade de apoiar micro, pequenas e médias empresas inovadoras gaúchas, o Badesul possui, em 2019, o montante de R\$ 16,7 milhões em Fundos de Investimento Privados (FIPs), montante que permitiu o emprego de R\$ 29,4 milhões em empresas do Rio Grande do Sul. Entendemos que o crescimento de 29,1% das contratações realizadas em 2019, no valor de R\$ 442,3 milhões, frente ao montante de R\$ 342,5 milhões registrado no final de 2018, sinaliza a permanência, em 2020, da trajetória operacional ascendente desta Instituição Pública Estadual de Desenvolvimento.

Adicionalmente, informamos que as decisões desta Diretoria à frente do Badesul, no próximo exercício de 2020, continuarão focadas no apoio operacional e institucional desta Agência de Fomento à execução das diretrizes estratégicas do Poder Executivo Estadual associadas com o financiamento do desenvolvimento econômico e social sustentável do Rio Grande do Sul. Para facilitar esta disposição estratégica, o Badesul dará ênfase em 2020 ao projeto de digitalização desta instituição para seus clientes.

Para superar os desafios estratégicos do Badesul em 2019, esta Diretoria Executiva contou com o compromisso e a dedicação dos Conselheiros de Administração e Fiscal, aos quais manifestamos seus agradecimentos, assim como contou, sobretudo, com a confiança do Governo do Estado e, especialmente, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, a cujos titulares e servidores estende a sua gratidão. Para a superação dos desafios de 2020, a Diretoria Executiva do Badesul manifesta a sua convicção sobre o renovado apoio das instâncias supracitadas à gestão operacional, administrativa e financeira desta Instituição.

Transmitimos também a nossa gratidão aos colaboradores do BADESUL, e, em especial, aos clientes desta Agência de Fomento, empresas, produtores rurais e prefeituras municipais, que são a razão da nossa existência e cuja confiança no futuro é a fonte que inspira seus investimentos no Rio Grande do Sul.

Finalmente, agradecemos às fontes repassadoras de recursos financeiros ao Badesul, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mas também à Caixa Econômica Federal (CEF), à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e ao Ministério do Turismo, os quais, junto com os recursos próprios desta Instituição, garantem o fluxo de crédito aportado anualmente por esta Agência de Fomento ao desenvolvimento riograndense.

A Diretoria

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

O crescimento da economia mundial em 2019 foi estimado pelo Fundo Monetário Internacional (World Economic Outlook, Janeiro, 2020) em 2,9%, o que significa sensível redução frente ao ritmo de crescimento de 3,6% registrado em 2018. Já para o ano de 2020, a expectativa do FMI é de moderada ascensão para 3,3% no crescimento econômico global.

A economia do Brasil atravessou em 2019 mais um exercício com recuperação gradual e lenta da recessão que sobre ela se abateu em 2015-2016. A Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil em 2019 situou-se em torno de apenas 1,2%, patamar este inclusive inferior ao crescimento mundial. A taxa de inflação refletiu até abaixo do centro da sua meta em 2019 e espera-se que permanecerá em torno do centro da meta em 2020, abrindo espaço para a manutenção, em 2020, da taxa de juros básica da economia brasileira em patamar historicamente baixo. Mas o desemprego ainda se manteve muito elevado em 2019 e se espera que o estímulo monetário ajude a recuperação gradual desse indicador em 2020, junto com um crescimento esperado do PIB nacional um pouco mais robusto, em patamar acima de 2%. Esta expectativa de crescimento moderado da economia brasileira em 2020 é fruto, de um lado positivo, da inflação dentro da sua meta e de situação cambial favorável às exportações e à produção interna. De um lado negativo, ainda será fruto da situação fiscal deficitária do Brasil. Ênfase-se que, enquanto não for resolvida essa situação, com o retorno a um sólido e sustentável superávit primário das contas públicas nacionais, esta fragilidade fiscal, iniciada no quadriênio 2011-2014 aprofundada no triênio 2015-2017, continuará a ser obstáculo para um maior dinamismo da economia do Brasil. Como decorrência do cenário referenciado para a economia brasileira, a economia do Rio Grande do Sul apresentou, em 2019, assim como aconteceu em 2017 e em 2018, recuperação frente à recessão. Aliás, em 2019 a taxa de crescimento do PIB do Rio

Grande do Sul deverá ser inclusive superior à taxa do Brasil como um todo, uma vez que o desempenho desse indicador, nos primeiros nove meses de 2019, apresentou alta de 2,7% (Departamento de Economia e Estatística, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão). No que se refere à indústria, principal setor da economia riograndense atingido pela recessão do Brasil e mesmo antes, pela política cambial do país, o desafio maior que se coloca corresponde à recuperação da sua capacidade ociosa e ao suporte a investimentos projetados por empresas e por atividades competitivas. Quanto ao setor agropecuário, projeta-se a continuidade da sua importância para a formação e sustentação de um ano para outro, por fatores climáticos, em especial, para atenuar tal situação apenas e apoiar a sua modernização e as suas características inovadoras. No que tange aos serviços, que detêm a maior participação na formação do valor agregado da economia do RS, o seu dinamismo vincula-se, em grande parte, ao comportamento dos demais setores. Neste aspecto, enquanto se mantém a fragilidade das finanças públicas estaduais, o setor público riograndense continuará a ser um freio ao crescimento no médio prazo e ao próprio desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de forma tão ou mais grave do que ocorre na esfera federal. Tendo em vista que, no curto prazo, o VAB da agropecuária pode ter grandes oscilações de um ano para outro, por fatores climáticos, em especial, para atenuar tal situação apenas e apoiar a sua modernização e as suas características inovadoras. No que tange aos serviços, que detêm a maior participação na formação do valor agregado da economia do RS, o seu dinamismo vincula-se, em grande parte, ao comportamento dos demais setores. Neste aspecto, enquanto se mantém a fragilidade das finanças públicas estaduais, o setor público riograndense continuará a ser um freio ao crescimento no médio prazo e ao próprio desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de forma tão ou mais grave do que ocorre na esfera federal.

No âmbito do mesmo cenário da economia riograndense, quando se considera o segmento de negócios empresariais, em especial aqueles ligados à indústria, o desafio continua a ser a recuperação do que for possível, ao lado do estímulo à expansão de empresas e setores competitivos. Acrescenta-se, nessa linha, a necessidade de modernização dos setores tradicionais da economia do Rio Grande do Sul, ao lado do advento e expansão de atividades de conhecimento intensivo e de média e de alta tecnologia, com o fito de a economia gaúcha renovar o dinamismo das suas fontes históricas de crescimento, melhorar o seu perfil tecnológico e a sua produtividade.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MAPA ESTRATÉGICO As diretrizes que irão orientar as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2019-2023, encontram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral é:

- Evolução sem ruptura, que supere o discurso da crise e recupere a esperança e a autostima, que leve o RS para um novo patamar de competitividade, tirando o estado da era analógica rumo à era digital para retomar o crescimento econômico e promover o desenvolvimento social.

A execução desse objetivo de governo está amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Estado Sustentável
- Governança e Gestão;
- Desenvolvimento Empreendedor;
- Sociedade com Qualidade de Vida.

O Badesul, na qualidade de Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, é uma Instituição de apoio à execução das diretrizes estratégicas e das prioridades de desenvolvimento pautadas pelo Governo do Estado para a economia gaúcha.

Os instrumentos mobilizados pelo Badesul para tal fim são os produtos e serviços que definem as suas áreas de negócios.

O BADESUL - PERFIL INSTITUCIONAL

O BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, cujo controle acionário é do Estado do Rio Grande do Sul, o qual possui 99,99% do seu Capital Social, totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828, de 02/04/2001, do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul se relaciona com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, à qual se vincula como Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual.

Os produtos e serviços operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os seguintes:

- a) Crédito Empresarial:** Empresas Industriais e de Serviços.
- b) Crédito Público:** Prefeituras Municipais,
- c) Crédito Rural:** Produtores Agropecuários, Agroindústrias,
- d) Crédito à Inovação:** Empresas Inovadoras,
- e) Participações:** Fundos de Investimento Privados,
- f) Serviços:** Governo do Estado e Fundos Públicos Estaduais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), do Ministério do Turismo e da FINEP - Inovação e Pesquisa, assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

O BADESUL - OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Aprovadas

Os valores das aprovações de crédito efetuadas no exercício de 2019 são dispostas na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito.

Valor das Operações de Crédito Aprovadas e de Participações

Subscritas pelo Badesul por Áreas de Negócios. Valor em R\$ mil nominais.

Badesul - Áreas de Negócios	Valor 2019	Valor 2018	Variação %
Rural e Agroindustrial	127,918	63,843	100,4
Empresarial	139,568	111,720	24,9
Fomento Público	148,571	177,153	(16,1)
Total Operações Crédito	416,057	352,716	18,0

Fonte: Badesul.

Destaque Operacionais

• *Dinamização de Economias de Cidades e Regiões.* As operações de crédito desembolsadas pelo Badesul à realização de investimentos nos primeiros seis meses de 2019 também atenderam ao propósito de apoiar as regiões da geografia riograndense, o que se comprova pela tabela que se segue, a qual apresenta as 10 (dez) principais regiões apoiadas.

Desembolsos por principais Regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Região do COREDE	Principal Município	Valor em R\$ mil	
		2019	2018
Missões	Santo Ângelo	30,928	19,285
Hortênsias	Nova Petrópolis	28,508	13,486
Metropolitano Delta do Jacuí	Porto Alegre	26,279	29,914
Serra	Caxias do Sul	26,174	14,794
Fronteira Oeste	Uruguaiana	25,660	16,603
Vale do Cai	Montenegro	21,032	14,449
Médio Alto Uruguai	Frederico Westphalen	20,529	10,363
Noroeste Colonial	Ijuí	19,681	8,603
Vale do Taquari	Lajeado	16,150	3,977
Vale do Rio Pardo	Santa Cruz do Sul	15,103	8,161
Total Parcial		230,044	139,616
Total Geral		331,991	214,919

Fonte: Badesul.

Faz-se também destaque às cidades apoiadas, mediante o desembolso de R\$ 112,3 milhões em 2019, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

Alavancagem da Infraestrutura Estadual. O Badesul desembolsou R\$ 44 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à logística.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou 2019 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2,0 milhões, correspondente a 5,948 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2,477 clientes.

Gestão de Riscos

Observa-se que 84,8% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo BADESUL em 2019, em primeiro semestre de 2019, correspondem a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (rating) desde AA até C.

Patrimônio Líquido e Liquidez Financeira

O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou, ao final de 2019, o valor de R\$ R\$ 737,0 milhões. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 577,2 milhões ao final do mês de junho deste exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento.

Gestão de Fundos Estaduais e Capitalização pelo Fundopem/RS

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Estes serviços, inclusive, estendem-se além do controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabeleceu autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 26,7 milhões, valor aferido antes da promulgação da referida modificação de Lei.

Resultado

O resultado da Instituição apresentou-se positivo neste ano de 2019 em R\$ 28,1 milhões.

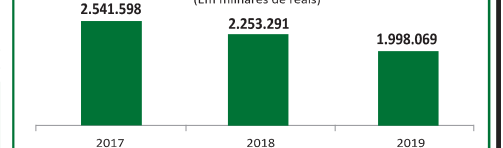
Resultado Final do Exercício

(Em milhares de reais)



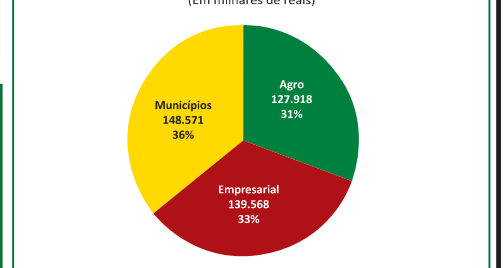
Saldo de Carteira Ativa

(Em milhares de reais)



Operações Aprovadas em 2019

(Em milhares de reais)



Continua

Continuação

**BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS**

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 - (Em Milhares de Reais)**

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2019	2018		2019	2018
Circulante	1.053.891	1.221.223	Circulante	454.013	536.893
Disponibilidades (Nota 4)	489	473	Obrigações por repasses do país - Instituições oficiais (Nota 14)	186.425	474.185
Títulos e valores mobiliários	577.248	688.097	BNDES	412.624	229.879
Carteira própria (Nota 5)	577.248	688.097	Caixa Econômica Federal	2.155	2.009
Operações de crédito (Nota 6)	410.776	457.312	FINAME	218.945	239.589
Operações de crédito	446.557	538.333	FINPE	3.892	2.505
Setor público	58.411	55.468	OUTRAS INSITUIÇÕES	1.207	203
Setor privado	388.146	482.865	Outras obrigações	41.389	62.508
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(35.781)	(81.021)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	9	154
Outros créditos	56.568	75.010	Sociais e estatutárias (Nota 15)	1.812	1.181
Avais e fianças honorados (Nota 7)	-	1.137	Fiscais e previdenciárias (Nota 16)	5.740	3.380
Rendas a receber (Nota 8)	5.556	6.284	Diversas	33.828	57.793
Adiantamento e antecipações salariais	51.012	67.749	Despesas de pessoal	3.552	3.585
Adiantamento por nossa conta	113	212	Outros pagamentos	1.005	1.121
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	48.817	63.090	Passivos atuariais (Nota 19)	314	832
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	574	1.087	Credores diversos (Nota 20)	28.957	52.255
Impostos e contribuições a compensar (Nota 11)	72	3.189			
Pagamentos a ressarcir	1.257	931			
Devedores diversos no país	181	221			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6)	(1.142)			
Outros valores e bens (Nota 12)	8.810	331			
Bens não de uso próprio	8.679	179	Exigível a longo prazo	1.482.003	1.748.184
Material em estoque	129	150			
Despesas antecipadas	2	2			
			Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 14)	1.399.506	1.665.456
Realizável a longo prazo	1.587.668	1.744.237	BNDES	763.465	861.745
Títulos e valores mobiliários	16.680	13.170	Caixa Econômica Federal	21.667	23.823
Carteira própria (Nota 5)	16.680	13.170	FINAME	547.749	753.860
Operações de crédito (Nota 6)	1.368.743	1.522.318	FINPE	34.850	16.006
Operações de crédito	1.551.512	1.714.958	OUTRAS INSITUIÇÕES	31.775	10.022
Setor público	145.849	98.167	Outras obrigações	82.497	82.728
Setor privado	1.405.663	1.616.791	Diversas	82.497	82.728
Provisão para operações de crédito e liquidação duvidosa	(182.769)	(182.640)	Provisão para contingências (Nota 17)	65.075	65.928
Outros créditos	202.245	208.749	Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 18)	2.871	7.091
Rendas a receber (Nota 8)	58	81	Passivos atuariais (Nota 19)	14.513	9.661
Diversos	202.187	208.668	Comissão sob carta fiança	38	48
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9)	171.923	182.496			
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10)	-	543			
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17d)	30.264	25.632			
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	(3)			
			Patrimônio líquido (Nota 21)	732.864	708.845
Permanente	27.321	28.262	Capital Social	756.343	756.343
Imobilizado de uso (Nota 13)	26.826	28.131	De domiciliados no país	756.343	756.343
Imóveis de uso	35.074	35.074	Ajuste de avaliação patrimonial	(7.148)	(3.054)
Outras imobilizações de uso	7.249	7.404	Prejuízos acumulados	(16.331)	(44.444)
Depreciação acumulada	(15.497)	(14.347)			
Intangível	495	131			
Outros ativos intangíveis	553	131			
Amortização acumulada de outros ativos intangíveis	(58)	-			
Total do Ativo	2.668.880	2.993.722	Total do Passivo e do Patrimônio líquido	2.668.880	2.993.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E DO
SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 - (Em milhares de Reais)**

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da Intermediação financeira	144.647	284.412	323.782
Operações de crédito	127.588	248.893	281.033
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.059	37.519	42.749
Despesas da intermediação financeira	(89.649)	(172.557)	(272.284)
Operações de empréstimos e repasses	(33.193)	(70.699)	(89.091)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(56.456)	(101.858)	(183.193)
Resultado bruto da intermediação financeira	54.998	111.855	51.498
Outras receitas e despesas operacionais	(25.697)	(42.598)	(40.481)
Receitas da prestação de serviços	5.674	10.202	11.219
Rendas de tarifas bancárias	731	1.547	1.602
Despesas de pessoal	(18.812)	(35.426)	(33.593)
Outras despesas administrativas (Nota 23)	(8.643)	(15.977)	(17.563)
Despesas tributárias	(4.070)	(7.379)	(7.567)
Outras receitas operacionais (Nota 24)	8.633	18.438	25.564
Outras despesas operacionais (Nota 25)	(9.210)	(13.803)	(20.143)
Resultado operacional	29.301	69.257	11.017
Resultado não operacional	186	274	305
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.487	69.531	11.322
Imposto de renda e contribuição social (Notas 3k e 22)	(22.970)	(38.394)	8.564
Provisão para imposto de renda	2.850	(6.674)	(5.144)
Provisão para contribuição social	1.717	(4.145)	(4.251)
Ativo fiscal diferido	(27.537)	(27.575)	17.959
Participações estatutárias no lucro	(3.024)	(3.024)	(2.364)
Lucro líquido do período	3.493	28.113	17.522
Nº de Ações (Em milhares)	756.343	756.343	756.343
Lucro por Ação - R\$	4,62	37,17	23,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E DO
SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 - (Em milhares de Reais)**

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) no período antes da tributação e das participações	29.487	69.531	11.322
Ajustes do lucro/(prejuízo) líquido do período	58.808	102.440	183.141
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	55.615	100.332	171.411
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	1.526	1.526	11.782
Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres	723	1.399	350
Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios	(1.396)	(1.151)	(1.253)
Provisão/(Reversão de provisão) para passivos contingentes	4.883	3.173	9.403
Baixa de ativos	3	3	-
Provisão/(Reversão de provisão) para garantias financeiras prestadas	(2.513)	(4.220)	(9.981)
Depreciação	650	1.378	1.429
Resultado do período ajustado	88.295	171.971	194.463
Variações nos ativos e obrigações	(89.377)	(171.515)	(195.855)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	80.192	105.941	(28.455)
Redução em operações de crédito	(14.632)	100.365	181.203
(Aumento) em outros créditos	(5.420)	(5.037)	(16.019)
(Aumento)/(Redução) em outros valores e bens	(8.463)	(8.480)	(213)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(15.698)	39.767	39.767
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(120.836)	(327.511)	(364.314)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.520)	(8.762)	(7.824)
Fluxo de Caixa líquido das atividades operacionais	(1.082)	456	(1.392)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição do imobilizado de uso	(9)	(18)	(184)
Aquisição de Intangível	(212)	(422)	-
Fluxo de Caixa líquido das atividades de investimento	(221)	(440)	(184)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.303)	16	(1.576)
Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.792	473	2.049
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	489	489	473
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.303)	16	(1.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019
(Em milhares de Reais)**

	Capital realizado	Legal	Reservas especiais -outras	(Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	756.343	-	-	(44.444)	(3.054)	708.845
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivo atuarial)	-	-	-	-	(4.094)	(4.094)
Lucro do Exercício	-	-	-	28.113	-	28.113
Saldo em 31 de dezembro de 2019	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Mutações do exercício	-	-	-	28.113	(4.094)	24.019
Saldo em 01 de janeiro de 2018	756.343	-	-	(61.966)	(4.458)	689.919
Ajuste Passivo diferido sobre Passivo Atuarial	-	-	-	-	1.404	1.404
Lucro do semestre	-	-	-	17.522	-	17.522
Saldo em 31 de dezembro de 2018	756.343	-	-	(44.444)	(3.054)	708.845
Mutações do exercício	-	-	-	17.522	1.404	18.926
Saldo em 01 de julho de 2019	756.343	-	-	(19.824)	(3.054)	733.465
Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivo atuarial)	-	-	-	-	(4.094)	(4.094)
Lucro do semestre	-	-	-	3.493	-	3.493
Saldo em 31 de dezembro de 2019	756.343	-	-	(16.331)	(7.148)	732.864
Mutações do semestre	-	-	-	3.493	(4.094)	(601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual n.º 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual n.º 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual n.º 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O Badesul é regido pela Resolução CMN n.º 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN n.º 3.757 de 01 de julho de 2009, n.º 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e n.º 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), reconhecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Em 29 de janeiro de 2020 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável. As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001.

d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.882 de 21 de dezembro de 1999 e n.º 2.897 de 14 de fevereiro de 2000.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como "rating H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN n.º 2.882, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no "rating" que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como "rating H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções CMN n.º 2.882, de 21 de dezembro de 1999 e n.º 2.697, de 24 de fevereiro de 2000.

É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN n.º 2.882.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas com prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Imobilizado de uso

A Resolução CMN n.º 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Essa prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada. As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

h. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo

montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Foram computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 15% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. O ativo fiscal diferido, normatizado pela Circular BACEN n.º 3.171 de 30/12/2002, é decorrente de imposto de renda e de contribuição social, calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuariais, o qual é registrado na rubrica outros créditos, em contrapartida do resultado do período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido. O Badesul faz a atualização semestral do estudo do crédito tributário e o acompanhamento das realizações ocorridas, e possíveis efeitos ou alteração de legislação tributária que modifiquem os critérios de alíquotas não reconhecidos contabilmente. Há previsão de alteração de alíquota de Contribuição Social a partir de março/2020, conforme determina a emenda constitucional n.º 103.

l. Passivo atuarial

O Badesul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 19, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas no Pronunciamento Técnico CPC n.º 33 (R1) reconhecido pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução do CMN n.º 4.424 e alterações posteriores conforme Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 33 (R2).

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais. O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras aos planos.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o disposto no Pronunciamento Técnico CPC n.º 25 reconhecido pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução CMN n.º 3.823. Os principais critérios adotados são os seguintes:

(i) **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, estimativas de realização dos tributos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos semestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

o. Lucro por ação

O lucro líquido por ação está calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2019	2018
Caixa	5	4
Depósitos bancários	484	469
Total	489	473

5. Títulos e valores mobiliários

a. Carteira Própria - Composição

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 6.491 (R\$ 7.384 em 2018) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 20. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 29b.

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Letras Financeiras do Tesouro	558.931	639.910	-	-
Cotas de Fundos de Renda Fixa	16.886	46.959	-	-
Cotas de Fundos em Participações (I) ...	1.460	1.313	16.680	13.170
(-a) Provisão para desvalorização de títulos livres	(29)	(85)	-	-
Total	577.248	688.097	16.680	13.170

(i) São fundos mútuos de investimento em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 31/12/19 essas aplicações estavam assim compostas:

Fundo	Instituição Administradora	Quantidade de Cotas Subscritas	Quantidade de Cotas Integralizadas	Saldo Contábil
CRP	CRP Companhia de Participações	10,000	5,466	9,028
CRATEC II	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10,000	7,978	5,056
CRATEC III	Lions Trust Admin. de Recursos Ltda	10,000	3,692	2,596
Total		30,000	17,136	16,680

b. Carteira própria - Valor de mercado

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro	558.902	558.930	639.825	639.825
Cotas de Fundos de Renda Fixa	18.345	18.345	48.272	48.272
Cotas de Fundos em Participações	16.680	16.680	13.170	12.504
Total	593.927	593.955	701.267	700.601

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6. Operações de crédito

a. Composição por tipo de operação

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos	11.639	-	35.169	-
Financiamentos	189.927	289.369	679.504	828.200
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	189.351	197.370	694.725	795.174
Financiamentos Infraestrutura e Desenvolvimento	55.640	51.594	142.014	91.584
Total	446.557	538.333	1.551.512	1.714.958

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

	2019	2018
Vencidos	19.606	46.863
Até 60 dias	9.326	13.500
De 61 a 180 dias	6.524	13.286
Acima de 180 dias	3.756	20.077
Vincendas	1.978.463	2.206.428
Até 180 dias	210.206	240.328
De 181 a 360 dias	216.745	251.142
Acima de 360 dias	1.551.512	1.714.958
Total	1.998.069	2.253.291

c. Composição da carteira por setor de atividade

	2019	2018
Setor Público Municipal	204.260	153.635
Administração Direta	201.309	149.833
Outros Serviços	2.951	3.802
Setor Privado	1.793.809	2.099.656
Pessoa Física	21.625	2.183
Indústria	500.225	686.510
Comércio	84.051	120.178
Outros Serviços	303.832	298.241
Rurais	884.076	992.544
Total	1.998.069	2.253.291

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

	2019		Provisão Resolução CMN/BACEN	
Classificação de risco	Valor	%	Valor	%
AA	419.874	21,01	-	-
A	549.221	27,49	2.746	0,50
B	522.855	26,16	5.229	1,00
C	203.119	10,17	6.094	3,00
D	71.414	3,57	7.141	10,00
E	29.930	1,50	8.979	30,00
F	9.980	0,50	4.990	50,00
G	27.685	1,39	19.380	70,00
H	163.991	8,21	163.991	100,00
Total	1.998.069	100	218.550	-

	2018		Provisão Resolução CMN/BACEN	
Classificação de risco	Valor	%	Valor	%
AA	479.176	21,27	-	-
A	694.379	30,81	3.477	0,50
B	506.488	22,48	5.065	1,00
C	224.720	9,97	6.742	3,00
D	68.004	3,02	6.800	10,00
E	25.998	1,15	7.799	30,00
F	6.799	0,30	3.399	50,00
G	24.484	1,09	17.139	70,00
H	223.245	9,91	223.245	100,00
Total	2.253.291	100,00	273.661	-

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações ativas existentes na data base destas demonstrações financeiras. Em 2018 o montante de provisão que havia reconhecido a título de provisão adicional foi absorvido por

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

reclassificação de algumas operações para pior nível de risco, sendo mantido provisionado valor equivalente ao mínimo regulamentado na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50.000,00 são avaliadas periodicamente e têm seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50.000,00 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem sua provisão mantida pelo nível de risco de pior risco.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial.....	273.661	209.354
Adições / (Reversões) líquidas.....	100.332	171.480
Baixa por transferência a prejuízo.....	(155.443)	(107.173)
Saldo Final	218.550	273.661

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 10,94% (12,14% em 2018).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2019	2018
	Valor	Valor
Maiores.....	38.666	67.484
10 maiores seguintes.....	216.154	284.438
20 maiores seguintes.....	249.379	271.284
Demais.....	1.493.870	1.630.085
Total	1.998.069	2.253.291

g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Badesul detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2019 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 155.433 (R\$ 107.173 em 2018), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2019, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 624.893 (R\$ 557.984 em 2018). Em 2019 foi baixado o saldo de prejuízo o montante de R\$ 1.281, referente perda de valor contábil decorrente do registro de acordos em processos de recuperação judicial (Em 2018 R\$ 491).

As recuperações de valor contábil, por recebimento e renegociação, das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 87.213 (R\$ 107.186 em 2018).

7. Outros créditos - avais e fianças honradas

a. Composição do saldo

	2019	2018
Créditos por avais e fianças honradas.....	-	1.137
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa.....	-	(1.137)
Total	-	-

b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Saldo Inicial.....	1.137	-
Adições / (Reversões) líquidas.....	1.528	11.788
Baixa por transferência a prejuízo.....	(2.665)	(10.651)
Total	-	1.137

c. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2019 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 2.665 (R\$ 10.651 em 2018), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo outros créditos (cartas fiança honradas) classificados no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2019, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 16.537 (R\$ 13.872 em 2018). No Exercício de 2019, não houve recuperação de prejuízos relativos as contas de cartas fiança honradas. Em 2018, as recuperações de valor contábil, por renegociação das cartas fiança honradas baixadas a prejuízo que foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Crédito atingiram o valor de R\$ 12.066.

8. Outros créditos - rendas a receber

	Curto Prazo	2018	Longo Prazo	2018
	2019		2019	
Comissões por Coobrigações a Receber/Carta Fiança.....	36	1.444	58	81
Taxas de Administração de Fundos Estaduais de Desenvolvimento.....	5.520	4.840	-	-
Total	5.556	6.284	58	81

9. Outros créditos - diversos - créditos tributários de impostos e contribuições

A Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias. Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas com coobrigações assumidas, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos, utilizando as alíquotas de impostos vigentes da data de fechamento do balanço.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, elaboradas pelos técnicos do Badesul e aprovadas pela auditoria independente que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente, onde são atualizadas as premissas e ajustado os limites de crédito tributário a serem reconhecidos, sempre respeitando os conceitos de prudência e conservadorismo.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006 e na Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
	2019	2018	2019
Ativo fiscal dif. IRPJ.....	30.511	39.431	107.451
Ativo fiscal dif. CSLL.....	18.306	23.659	64.472
Total	48.817	63.090	171.923

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2019 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais vigentes na data do fechamento do balanço sobre o saldo de diferenças temporárias, em que a composição encontrase abaixo demonstrada.

	2019	2018
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos tributários
Diferenças Temporárias	CSLL	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	354.272	88.567
Rendas de atraso.....	121.885	30.470
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	58.890	14.722
Provisão para passivos atuariais.....	14.078	3.520
Provisão para perdas com coobrigações.....	2.726	682
Total	551.851	137.961

	2018	2018	2018
	Saldo projetado para realização em até dez anos	Créditos tributários	Créditos tributários
Diferenças Temporárias	IRPJ	CSLL	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	424.938	106.234	63.741
Rendas de atraso.....	107.264	26.816	16.090
Provisão para perdas com ações trabalhistas.....	64.179	16.045	9.627
Provisão para passivos atuariais.....	10.493	2.623	1.574
Provisão para perdas com coobrigações.....	7.091	1.773	1.063
Total	613.965	153.491	92.095

b. Movimentação do saldo dos créditos tributários

	2019	2018	2018
	IRPJ	CSLL	Total
Saldo Inicial.....	153.491	92.095	245.586
Adições.....	-	-	-
- Resultado.....	10.438	6.251	16.689
- Patrimônio Líquido.....	1.706	1.024	2.730
Exclusões/Baixas.....	-	-	-
- Resultado.....	(27.674)	(16.591)	(44.265)
- Patrimônio líquido.....	-	-	(855)
Total	137.961	82.779	220.740

c. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

	2019	2018	2018
	Diferenças temporárias	IRPJ	CSLL
Ano de realização	IRPJ	CSLL	Total
2020.....	122.043	30.511	18.306
2021.....	177.886	44.472	26.683
2022.....	89.029	22.257	13.354
2023.....	30.679	7.669	4.603
Acima de 2024.....	132.214	33.052	19.833
Total	551.851	137.961	82.779

	2018	2018	2018
	Diferenças temporárias	IRPJ	CSLL
Ano de realização	IRPJ	CSLL	Total
2019.....	157.725	39.431	23.659
2020.....	165.121	41.280	24.768
2021.....	137.836	34.459	20.676
2022.....	35.416	8.854	5.312
Acima de 2023.....	117.867	29.468	17.679
Total	613.965	153.492	92.094

d. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,17%, está representado por R\$ 128.295 (R\$ 143.202 em 2018) referentes ao imposto de renda e R\$ 76.977 (R\$ 85.920 em 2018) referentes à contribuição social.

e. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2019, R\$ 194 (R\$ 458 em 2018) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 116 (R\$ 275 em 2018) relativos à Contribuição Social.

10. Outros créditos - diversos - devedores por compra de valores e bens

O saldo apresentado ao final do exercício refere-se ao valor financiado por venda a prazo de imóvel recebido em dação em pagamento de operação de crédito.

	Curto prazo	2018	Longo prazo	2018
	2019		2019	
Devedores por Compra de Valores e Bens.....	574	1.087	-	543
(-) Provisão para Devedores por Compra de Valores e Bens.....	(6)	(5)	-	(3)
Total	568	1.082	-	540

Movimentação do período

	2019	2018
Saldo inicial.....	8	14
Adições/(Reversões) líquidas.....	(2)	(6)
Baixa por transferência a prejuízo.....	-	-
Total	6	8

11. Outros créditos - diversos - impostos e contribuições a compensar

	2019	2018
Antecipações de IRPJ não compensadas no próprio exercício.....	-	3.025
Antecipações de CSLL não compensadas no próprio exercício.....	-	164
Antecipações de ISS não compensadas no próprio exercício.....	72	-
Total	72	3.189

12. Outros valores e bens

O Badesul possui Ativos não-circulantes classificados como Bens Não de Uso Próprio em que o valor mais relevante se refere a adjudicação de imóvel no bojo do processo de execução dos avalistas de uma operação em que a tomadora principal entrou em Recuperação Judicial. O Badesul prosseguiu a cobrança judicial da empresa avalista (interveniente hipotecante). Após penhora e avaliação do bem imóvel garantidor, o Badesul entendeu conveniente e oportuno a adjudicação do imóvel.

	2019	2018
Bens não de uso próprio (imóveis recebidos em dação em pagamento).....	8.679	179
Material em estoque.....	129	150
Despesas antecipadas.....	2	2
Total	8.810	331

13. Imobilizado de uso

a. Composição

Em 31 de dezembro de 2019 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição, tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

	2019	2018
	Taxa de depreciação %ano	2019
Imóveis de uso.....	3,33	35.074
Instalações, móveis e equipamentos.....	10	4.266
Sistema de processamento de dados.....	20	2.873
Veículos.....	20	9
Outros.....	10	101
Total	42,323	(15.497)

	2019	2018
	Saldo Inicial	Saldo Final
Movimentação	Depreciação/ Impairment	Baixa/ Transferência
Imóveis de uso.....	27.630	(987)
Instalações, móveis e equipamentos.....	309	(241)
Sistema de processamento de dados.....	176	(86)
Outros.....	16	(6)
Total	28.131	(1.320)

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvridoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

b. Intangível

	Taxa de depreciação % ao ano	2019			2018		
		Saldo inicial	Aquisição	Depreciação/ Impairment	Valor líquido	Valor líquido	
Intangível.....	20	131	422	(58)	611	131	
Total.....	-	131	422	(58)	611	131	

c. Seguros

O Badesul, busca no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações, contratadas por montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. Em 31/12/2019, possui os seguintes contratos de seguros:
Um seguro predial do Edifício Negrinho do Pastoreio, contratado com a SOMPO SEGUROS contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$ 40.000; um contrato de seguro automotivo com a MAPFRE SEGUROS para um veículo Fiat Uno, ano 1998, Placa IHI3316, de uso de serviço, cuja cobertura monta 100% tabela FIPF.

14. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP, CEF e FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 0,50% ao ano a 7,70% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, Dolar, Cesta de Moedas, SELIC, UPDP-P, IPCA, IPCA-M e INPC), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0,50% ao ano até 8,50% ao ano.

Os saldos estão sumarizados da seguinte forma:

	2019				2018			
	Até 3 meses	até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses	Até 3 meses	até 12 meses	Total Circulante	Acima de 12 meses
BNDES.....	47.094	139.331	186.425	763.465	58.151	171.728	229.879	861.745
CEF.....	525	1.631	2.156	21.666	489	1.520	2.009	23.823
FINAME.....	45.332	173.612	218.944	547.750	49.054	190.535	239.589	753.860
FINEP.....	901	2.991	3.892	34.850	545	1.960	2.505	16.006
OUTRAS INSTITUIÇÕES.....	203	1.004	1.207	31.775	-	203	203	10.022
Total.....	94.055	318.569	412.624	1.399.506	108.239	365.946	474.185	1.665.456

15. Outras obrigações – Sociais e estatutárias

O saldo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 1.812 refere-se à participação nos lucros e resultados - PLR, aprovada de acordo com o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da FENABAN e no Acordo Coletivo de Trabalho assinado pelo Badesul para os exercícios de 2018/2019.

16. Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias

	2019	2018
Impostos e Contribuições sobre Lucros a pagar.....	3.696	1.541
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros.....	92	96
Impostos e Contribuições sobre Salários.....	1.498	1.139
PIS, COFINS, ISSQN.....	452	504
Total.....	5.740	3.380

17. Outras obrigações – Diversas – Provisão para contingências

	Movimentação 2019				Movimentação 2018			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final
Natureza								
Trabalhista (a).....	64.179	4.832	(6.986)	62.025	56.255	8.526	(602)	64.179
Cível (b).....	1.181	1.154	(1.074)	1.261	304	877	-	1.181
Provisão FGI (vide nota 25i).....	567	-	-	567	1.013	-	(446)	567
Outras Provisões.....	-	1.222	-	1.222	-	-	-	-
Total.....	65.927	7.208	(8.060)	65.075	57.572	9.403	(1.048)	65.927

Os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

a. Ações Trabalhistas

A apuração da provisão é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas aquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. As adições ocorridas no exercício de 2019 decorreram de novas ações impetradas e de atualização financeira de todos os processos, cuja probabilidade de perda foi julgada provável. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.
Em 31 de dezembro de 2019 existiam 62 (60 em 2018) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 20.781 (R\$ 23.397 em 2018).

b. Ações Cíveis

Processos cíveis: a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas aquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.
As contingências são em geral decorrentes de pedidos de reparação por danos morais ou materiais. Em 31 de dezembro de 2019 existiam 159 (170 em 2018) ações envolvendo risco de perda possível que representavam o valor de R\$ 126.396 (R\$ 48.907 em 2018).

c. Ações Fiscais

(i) Em 23 de dezembro de 2013 a Receita Federal do Brasil expediu dois autos de infração, para PIS e COFINS, respectivamente, cujo montante apurado com juros e multa foi R\$ 68.655 compreendendo o período de 2009 a 2011, compostos pelos valores originais atualizados acrescidos das multas de ofício. No entendimento do fisco as agências de fomento, no caso o Badesul, não poderiam apurar o PIS e o COFINS por meio do método cumulativo e sim pelo não cumulativo. Vencidas as etapas de recursos no âmbito administrativo, em abril de 2017, o Badesul ajuizou ação anulatória de débito fiscal contra a União Federal, tombada sob o número 5018084-59.2017.4.04.7100, com probabilidade de perda possível e estimativa de perda atualizada para R\$ 121.897 em 30/06/2019 (R\$ 97.411 mil em junho de 2018). Avalia-se a perda como possível visto as evidências indicarem ser o Badesul equiparado à instituição financeira desde sua criação, ou seja, desde antes da vigência da Lei Federal nº 12.715/2012, que positivou expressamente a equiparação de agências de fomento a instituições financeiras/bancos de desenvolvimento, para fins de tributação federal, tendo, portanto, o direito de receber PIS/COFINS na sistemática cumulativa da Lei Federal nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, justamente por ser equiparada a instituição financeira. Em setembro de 2017 sobreveio sentença de 1º grau, que julgou integralmente procedente pedido formulado na ação anulatória c/c declaratória, anulando-se integralmente o crédito tributário por entender que as agências de fomento devem ser equiparadas a instituições financeiras. A União apelou da decisão (reexame necessário, por se tratar de ente público) e o Badesul apresentou suas contrarrazões.
Na sessão de julgamento realizada em 06 de junho de 2019, a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região proveu parcialmente o recurso da Fazenda Nacional. Prevalceu o voto médio do Des. Sebastião Ogé Muniz, que entendeu, com fundamento na RFB, que o Badesul estava sujeito ao regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS no período autuado, mas garantiu o direito à apuração de créditos calculados sobre despesas de obrigações por empréstimos e repasses. Em 24 de junho de 2019, o Badesul foi intimado do acórdão proferido em face do julgamento acima noticiado. Tendo em vista a necessidade de esclarecimento a respeito da interpretação conferida pelos julgadores sobre as receitas financeiras auferidas pelo Badesul, foram opostos embargos de declaração no dia 1º de julho de 2019. Os embargos de declaração foram desprovidos na sessão de julgamento de 05 de dezembro de 2019. Com a decisão do TRF4 e considerando a jurisprudência do STJ sobre o direito de créditos fiscais de PIS/COFINS, nossos assessores legais estimam como remotas as chances de perda da parcela já excluída pela decisão do TRF4 (R\$ diferença entre o total do auto em 12/2019 e o valor de R\$ 46.347, a calcular) e como possíveis as chances de perda da parcela do auto mantida pelo TRF4 (R\$ 46.347) e que será objeto de Recursos Extraordinário e Especial ao STF e STJ, respectivamente.

(ii) Execução fiscal ajuizada pelo Município de Charqueadas referente a cobrança de IPTU e Taxa de Lixo de imóvel em nome da extinta Caixa Econômica Estadual. O Badesul apresentou defesa no sentido de esclarecer que os imóveis da extinta Caixa Econômica Estadual passaram a ser de propriedade do Estado do RS, portanto, não tendo sido transferidos para esta Agência de Fomento. O processo, de número 0001141-85.2018.8.21.0156, se encontra em tramitação, pendente de julgamento pelo juízo. O valor estimado dessa contingência é R\$ 3.

d. Devedores por depósitos em garantia

	2019	2018
Ações cíveis.....	272	235
Ações trabalhistas.....	29.992	25.371
Ações tributárias.....	-	26
Total.....	30.264	25.632

18. Outras obrigações – diversas – provisão para garantias financeiras prestadas

Natureza	Movimentação 2019				Movimentação 2018			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final
Provisão p/ perda c/ garantias financeiras prestadas (notas 25i/29a).....	7.091	4.992	(9.212)	2.871	17.072	9.416	(19.397)	7.091
Total.....	7.091	4.992	(9.212)	2.871	17.072	9.416	(19.397)	7.091

Natureza	Movimentação 2018				Movimentação 2017			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final
Provisão p/ perda c/ garantias financeiras prestadas (notas 25i/29a).....	17.072	9.416	(19.397)	7.091	17.072	9.416	(19.397)	7.091
Total.....	17.072	9.416	(19.397)	7.091	17.072	9.416	(19.397)	7.091

19. Outras obrigações – diversas – passivos atuariais

Natureza	Movimentação 2019				Movimentação 2018			
	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Baixas/Reversões	Saldo Final
Provisão p/ perda c/ garantias financeiras prestadas (notas 25i/29a).....	17.072	9.416	(19.397)	7.091	17.072	9.416	(19.397)	7.091
Total.....	17.072	9.416	(19.397)	7.091	17.072	9.416	(19.397)	7.091

a. Composição do passivo atuarial líquido

Para 31 de dezembro de 2019 foi procedida, por atuário independente, nova avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego. Segue demonstração da posição do passivo atuarial líquido.

Exercício de 2019	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldaço (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
Movimentação da							
Posição Líquida	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19	31/12/19
Obrigações atuariais apuradas	18.377	14.483	505	18.439	3.692	6.340	1.845
Valor justo dos ativos do plano	(12.299)	(12.222)	(384)	(16.914)	(3.228)	(3.807)	0
Efeitos do teto de ativos/passivos adicionais.....	0	0	-	0	0	0	0
Passivo atuarial líquido.....	6.078	2.261	121	1.525	464	2.533	1.845

VI. Presente das obrigações a descoberto.....

Passivo atuarial líquido.....	6.078	2.261	121	1.525	464	2.533	1.845
-------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------

Exercício de 2018	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldaço (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
Movimentação da							
Posição Líquida	31/12/18	31/12/18	31/12/18	31/12/18	31/12/18	31/12/18	31/12/18
Obrigações atuariais apuradas	23.439	11.756	362	15.182	0	5.521	1.903
Valor justo dos ativos do plano	(17.920)	(10.987)	(324)	(16.001)	0	(3.257)	0
Efeitos do teto de ativos/passivos adicionais.....	0	0	-	819	0	0	0

VI. Presente das obrigações a descoberto.....

Passivo atuarial líquido.....	5.519	769	38	0	0	2.264	1.903
-------------------------------	-------	-----	----	---	---	-------	-------

b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido

Exercício de 2018	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldaço (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
Movimentação no exercício							
Passivo atuarial em 31/12/2017	5.519	769	38	0	0	2.264	1.903
Despesa/receita reconhecida no resultado.....	(1.816)	68	108	33	2.679	247	206
Ganho/perda reconhecida em outros resul. abrangentes.....	3.130	1.468	(13)	1.504	(1.146)	214	0
Contribuição Empregador.....	(755)	(44)	(12)	(12)	(1.069)	(192)	0
Benefícios pagos diretamente pela empresa.....	0	0	-	0	0	0	(264)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2018.....	6.078	2.261	121	1.525	464	2.533	1.845

Exercício de 2017	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldaço (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
Movimentação no exercício							
Passivo atuarial em 31/12/2016	7.461	1.851	0	0	0	2.369	2.237
Despesa/receita reconhecida no resultado.....	(1.021)	64	70	28	0	(95)	(299)
Ganho/perda reconhecida em outros resul. abrangentes.....	(921)	(1.146)	(32)	(28)	0	(10)	0
Baixa por aposentadoria.....	0	0	-	0	0	0	(35)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2017.....	5.519	769	38	0	0	2.264	1.903

Exercício de 2016	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldaço (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
Movimentação no exercício							
Passivo atuarial em 31/12/2015	6.078	2.261	121	1.525	464	2.533	1.845

Exercício de 2015	Plano de Previdência Complementar						Prêmio de aposentadoria (e)
	Plano PB1 (c.i)	Plano Saldaço (c.ii)	Plano FBPREV I (c.iii)	Plano FBPREV II (c.iv)	Plano FBPREV III (c.v)	Plano de saúde (d)	
Movimentação no exercício							
Passivo atuarial em 31/12/2014	5.519	769	38	0	0	2.264	1.903

c. Planos de previdência complementar
O Badesul é co-patrocinador da Fundação BANRISUL de Seguridade Social, cuja principal finalidade é a de manter os planos de aposentadorias e pensões, os quais seguem discriminados abaixo:

(i) Plano de Benefícios I (PB1): É do tipo "benefício definido" oferecido aos empregados oriundos do BANRISUL admitidos pelo Badesul por meio de sucessão trabalhista, e a sua avaliação é realizada em conformidade com a legislação específica, é procedida por atuário independente. O regime atuarial de apuração do custo e contribuições do plano é o de capitalização coletiva. Os participantes contribuem com taxas variáveis conforme as faixas salariais. Este plano de benefícios está fechado para novas adesões. Tendo em vista que este plano apresentou déficits recorrentes (desde 2009), foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS e os respectivos patrocinadores, mediante a aprovação do órgão regulador e fiscalizador (PREVIC) em 23/12/2013, contendo as condições para reestruturação deste Plano com a possibilidade de migração espontânea e incentivada dos participantes e assistidos para um plano de benefícios saldaço e/ou para um plano de contribuição definida, visando ao equacionamento da situação que se apresentava. O cronograma estabelecido no TAC previu 180 dias para conclusão do processo como um todo. Ao longo do primeiro semestre de 2014 foi operacionalizado o cronograma de eventos estabelecido no TAC, tendo ocorrido o processo de migração voluntária e incentivada dos participantes e assistidos para os novos Planos (Plano de benefícios Saldaço e Plano de benefícios FBPREV II), na sua maioria para este último. No ano de 2019 foi aberto o processo de migração para os participantes desse plano, cujo prazo encerrou em 31/05/2019, conforme informações da FBSS, dos 24 participantes/assistidos, 10 optaram pela migração. Os reflexos dessa migração foram devidamente apurados e os efeitos encontram-se emborados na sequência nos respectivos quadros. Atualmente esse plano possui 1 participante ativo, 11 participantes aposentados e 2 pensionistas.
(ii) Plano de Benefícios Saldaço: Criado no primeiro semestre de 2014 para migração dos beneficiários do Plano PB1. É do tipo "benefício definido" e sua avaliação é procedida por atuário independente. Sendo este um plano saldaço, não há apuração de custos e, consequentemente, contribuições normais. Poderá haver, porém, contribuições extraordinárias, caso o plano apresente déficit. São beneficiários deste Plano 2 participantes ativos e 7 aposentados.

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

(iii) Plano de Benefício FBPREV I: Este plano é estruturado na modalidade "contribuição variável" e foi criado para a adesão de empregados não participantes de outros planos de benefícios da Fundação Banrisul, admitidos antes da data efetiva do plano até 90 dias a contar da data efetiva do plano e para os empregados que foram admitidos na patrocinadora após a data efetiva de acordo com o regulamento do plano. Os benefícios e institutos oferecidos aos empregados são: aposentadoria normal, antecipada e por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, auxílio funeral e benefício mínimo. São beneficiários deste plano 69 participantes ativos e 1 pensionista.

(iv) Plano de Benefício FBPREV II: Criado no primeiro semestre de 2014 para atender exclusivamente os participantes e assistidos migrados do Plano PB1. É do tipo "contribuição variável" e sua avaliação, em conformidade com a legislação específica é precedida por atuariário independente. Os benefícios assegurados por este Plano, na modalidade de "contribuição variável", abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, auxílio funeral, e benefícios com características de benefício definido que são: aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual e pensão por morte. São beneficiários deste plano 28 participantes ativos e 32 aposentados e 2 pensionistas.

(v) Plano de Benefício FBPREV III: Esse plano é estruturado na modalidade "Contribuição Variável", existindo compromisso com o empregado com participantes na fase de inatividade e na cobertura dos benefícios de risco para os participantes em atividade. Os benefícios e institutos oferecidos são os seguintes: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, auxílio funeral, benefício mínimo, auto patrocínio, benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade. São beneficiários desse plano 1 participante ativo, 7 aposentados e 3 pensionistas.

(i) Para planos de previdência complementar

	Plano PB1 (c.i)		Plano Salgado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III * (c.v)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Premissas/Planos.....	3,23%	4,87%	3,23%	4,89%	3,09%	4,74%	3,17%	4,84%	3,13%	-
Taxa real de desconto atuarial.....	3,23%	4,87%	3,23%	4,89%	3,09%	4,74%	3,17%	4,84%	3,13%	-
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos.....	3,04%	3,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos.....	0,53%	0,53%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento.....	98,00%	98,00%	100,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	-
Fator de capacidade sobre os benefícios.....	98,00%	98,00%	100,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	-
Fator de capacidade sobre os salários.....	98,00%	98,00%	100,00%	100,00%	98,00%	98,00%	98,00%	100,00%	98,00%	-
Inflação esperada.....	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	3,60%	-

Tábua de mortalidade geral.....	AT-2000 Basic por sexo (M/F)	AT-2000 Basic por sexo (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)
Tábua de mortalidade inválidos.....	50% RRB - 83 (-50%)	50% RRB - 83 (-50%)	50% RRB - 83 (-50%)	50% RRB - 83 (-50%)	50% RRB - 83 (-50%)
Entrada em invalidez.....	Light Forte (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Fraca (-60%)	Light Média
Taxa anual de rotatividade.....	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,10)	Não Utilizada	Experiência Willis Towers Watson Modificada (+0,01)	Experiência Willis Towers Watson	0,64%
Composição familiar participantes ativos.....	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real	Bac: 74% casado e y=x-3 BC: Família Real

* Não há comparativo para 2018.

	2019	2018
Duration		
Plano PB1.....	10,76 anos	10,35 anos
Plano Salgado.....	10,72 anos	10,75 anos
Plano FBPREV I.....	8,44 anos	8,28 anos
Plano FBPREV II.....	9,83 anos	9,87 anos
Plano FBPREV III *.....	9,22 anos	-

(ii) Para planos de saúde e prêmio de aposentadoria

	Plano de Saúde (d)		Prêmio por aposentadoria (e)		Plano de Saúde (d)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Premissas/Planos.....	3,42%	4,96%	0,35%	3,33%	4,94	4,67
Taxa real de desconto atuarial.....	3,42%	4,96%	0,35%	3,33%	0,59	0,27
Taxa de Retorno real esperado sobre os ativos.....	4,28%	4,28%	4,28%	4,28%	-	-
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos.....	3,50%	3,50%	-	-	-	-
HCCTR.....	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	-
Fator de capacidade sobre os benefícios.....	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	-
Fator de capacidade sobre os salários.....	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	-
Inflação esperada.....	3,60%	4,01%	3,60%	4,01%	-	-
Tábua de mortalidade geral.....	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	AT-2000 suavizada em 10% (M/F)	-	-
Tábua de mortalidade inválidos.....	RRB - 83 (-50%)	RRB - 83 (-50%)	RRB - 83 (-50%)	RRB - 83 (-50%)	-	-
Entrada em invalidez.....	Light Forte (-60%)	Light Forte (-60%)	Light Forte (-60%)	Light Forte (-60%)	-	-
Taxa anual de rotatividade.....	Experiência Willis Towers Watson patrocinadores +125%	Não Utilizado	Não Utilizado	Não Utilizado	-	-
Composição familiar.....	Família Efetiva cadastro	Não Utilizado	Não Utilizado	Não Utilizado	-	-
Duration						
Plano de saúde.....	13,83 anos	13,94 anos	13,83 anos	13,94 anos		
Prêmio por aposentadoria.....	1,02 anos	2,04 anos	1,02 anos	2,04 anos		

* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

Análise de sensibilidade - impacto nas obrigações apurado em 31 de dezembro de 2019.

	Plano PB1 (c.i)		Plano Salgado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III (c.v)		Plano de Saúde (d)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Taxa de Desconto												
. Aumento de 0,5%.....	(1.089)	(5,93)	(808)	(5,58)	(22)	(4,29)	(927)	(5,03)	(164)	(4,45)	(444)	(7,01)
. Redução de 0,5%.....	1.193	6,49	886	6,12	23	4,61	1010	5,48	178	4,81	497	7,84
Expectativa de vida												
. Aumento de 1 ano.....	543	2,95	389	2,68	(23)	(4,51)	467	2,53	120	3,26	277	4,37
. Redução de 1 ano.....	(547)	(2,98)	(393)	(2,71)	25	4,97	(495)	(2,68)	(121)	(3,27)	(272)	(4,29)
Crescimento salarial												
. Aumento de 0,5%.....	-	-	-	-	20	3,99	304	0,00	-	-	603	9,52
. Redução de 0,5%.....	-	-	-	-	(19)	(3,76)	(300)	(0,00)	-	-	549	(8,67)

g. Alocação de capital

Segue demonstrada a composição dos Ativos, avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2019.

	Plano de Previdência Complementar		Plano Salgado		Plano FBPREV I		Plano FBPREV II		Plano FBPREV III	
	Salgado	PB1	Salgado	PB1	Salgado	PB1	Salgado	PB1	Salgado	PB1
Caixa e equivalente de caixa.....	89	604	475	4.024	206					
Instrumentos patrimoniais.....	1.863	3.852	3.749	43.900	4.683					
Instrumentos de dívida.....	247	620	899	5.290	850					
Imóveis.....	102	238	-	1.264	275					
Fundo do investimento.....	957	1.453	1.463	30.737	2.013					
Fundo de oscilação mantido pelo plano	-	-	47	-	-					
Total.....	3.258	6.767	6.633	85.215	8.027					

20. Outras obrigações - diversas - credores diversos

	2019	2018
Financiamentos a liberar para clientes dos fundos administrados (*).....	6.491	7.384
Financiamentos a liberar com recursos de fundos públicos federais.....	19.382	42.341
Cobrança (valores a processar).....	278	635
Recebimento dos fundos administrados (*).....	1.130	-
Fornecedores.....	1.117	1.501
Outras.....	559	394
Total.....	28.957	52.255

(*) Os procedimentos de gestão desses recursos estão descritos na nota 29b, que tem como única exceção aquela nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2018), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

d. Plano de saúde
O Plano de Saúde é mantido pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul/ CABERGS, sendo o custeio estabelecido através de convênio de adesão. O compromisso do patrocinador foi definido projetando-se as futuras despesas assistenciais, tomando como base os custos assistenciais médios por faixa etária, líquidos da coparticipação. Foram avaliados os seguintes planos/programas, que possuem participação do patrocinador pós-emprego: (a) Plano PAM - Plano de assistência Médico-Hospitalar, nas modalidades PAMPA, PAMES; (b) PROMED - Programa Auxílio Medicamento.

e. Prêmio de aposentadoria

Prêmio concedido pelo Badesul aos empregados que se aposentarem em conformidade com o disposto no artigo 82 do regulamento do pessoal do BANRISUL, cujo direito foi mantido aos funcionários transferidos daquele Banco para o Badesul, por sucessão trabalhista, ocorrida em maio de 2002. O benefício equivale a uma remuneração para o empregado que se aposentar com 20 anos de empresa, duas remunerações para quem se aposentar com 25 anos de empresa e cinco remunerações para quem se aposentar com 30 anos de empresa. Em 31/12/2019 havia 28 beneficiários ativos.

f. Principais premissas

As principais premissas econômico-financeiras e demográficas informadas a seguir foram as utilizadas para cálculo nas avaliações atuariais realizadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

(iii) Plano de saúde - custo assistencial
Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2019 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PROMED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregados vinculados a cada uma.

	2019	2018
Premissas econômicas financeiras		
Planos de saúde - custo assistencial		
Custo médio PAMES (PAM027).....	4,94	4,67
Custo médio PAMPA (PAM019).....	0,59	0,27
Custo FAR200: conforme tabela abaixo.....	-	-
* Valores em mil	-	-

	2019	2018
Faixa Etária		
0 a 17 anos.....	0,00	0,00
18 a 29 anos.....	0,04	0,09
30 a 39 anos.....	0,11	0,10
40 a 49 anos.....	0,24	0,14
50 a 59 anos.....	0,69	0,51
60 a 69 anos.....	0,84	0,77
70 anos ou +.....	0,73	0,58

* Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado

** Valores em mil

Análise de sensibilidade
O item 145 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) dispõe sobre a necessidade de apuração e divulgação de dados da análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, para os planos de previdência complementar.

	Plano PB1 (c.i)		Plano Salgado (c.ii)		Plano FBPREV I (c.iii)		Plano FBPREV II (c.iv)		Plano FBPREV III (c.v)		Plano de Saúde (d)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Taxa de Desconto												
. Aumento de 0,5%.....	(1.089)	(5,93)	(808)	(5,58)	(22)	(4,29)	(927)	(5,03)	(164)	(4,45)	(444)	(7,01)
. Redução de 0,5%.....	1.193	6,49	886	6,12	23	4,61	1010	5,48	178	4,81	497	7,84
Expectativa de vida												
. Aumento de 1 ano.....	543	2,95	389	2,68	(23)	(4,51)	467	2,53	120	3,26	277	4,37
. Redução de 1 ano.....	(547)	(2,98)	(393)	(2,71)	25	4,97	(495)	(2,68)	(121)	(3,27)	(272)	(4,29)
Crescimento salarial												
. Aumento de 0,5%.....	-	-	-	-	20	3,99	304	0,00	-	-	603	9,52
. Redução de 0,5%.....	-	-	-	-	(19)	(3,76)	(300)	(0,00)	-	-	549	(8,67)

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, depois da compensação de prejuízos acumulados.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social do Badesul prevê distribuição de dividendos aos acionistas até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Não é permitida a distribuição de dividendos antes da absorção de prejuízos acumulados, sendo que, no caso do Badesul, além desta condição deve ser observado o citado na nota "b" acima, a respeito da reserva para incentivos fiscais. No período correspondente a estas demonstrações financeiras não houve distribuição de dividendos nem de juros sobre o capital próprio.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de reavaliações atuariais e respectivos efeitos tributários, sendo estes os únicos eventos registrados nesta rubrica até esta data.

22. Capital regulamentar

A Resolução CMN 4.193 consolidada com suas alterações até a data de fechamento deste exercício, consoante com as diretrizes do acordo de capital - Basileia III, estabeleceu índices mínimos de exigência de capital principal e adicional para a relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA). Atualmente, o índice mínimo para capital principal é de 8,00%. Devem-se somar ao índice mínimo os adicionais de capital: ACP conservação 2,50% e ACP contracíclico 2,50%. O ACP sistêmico não é exigido para as agências de fomento. Logo não se aplica ao Badesul. Em março de 2019, o Badesul alterou o cálculo do ACP contracíclico trocando a forma definida no art. 2º § 10º da Circular 3.769 por aquela definida no caput do mesmo artigo. O Comunicado 34.724 estabeleceu como 0% o valor do ACPBrasil, o que resulta em um ACP contracíclico de valor nulo.

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco de crédito	Dez/2019
de mercado	2.355.282
operacional	8.650
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.771.139
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia	2.641.072
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	576.575
ACP conservação	211.286
ACP contraticio	66.027
IRRB	57.152
Margem	242.110
Índice de Basileia	21,83%

Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco de crédito	Dez/2018
de mercado	2.453.046
operacional	34.787
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	312.348
Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia	2.600.182
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	550.922
ACP conservação	52.800
ACP contraticio	52.800
IRRB	27.206
Margem	180.246
Índice de Basileia	19,78%

23. Imposto de renda e contribuição social	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	29.487	69.531	11.322
Participações no lucro	(3.024)	(3.024)	(2.364)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(37.911)	(38.875)	12.295
Diferenças temporárias	(37.903)	(39.003)	12.153
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.544)	(51.807)	(23.306)
Rendas a apropriar em atraso	6.717	18.846	26.787
Rendas decorrentes de ganhos em renegotiações	(3.504)	2.264	11.493
Provisão para contingências	(771)	(6.294)	(1.626)
Outras provisões	156	(1.655)	(839)
Depreciação	(357)	(357)	(356)
Diferenças permanentes	(608)	128	142
Despesas não dedutíveis	(608)	128	142
Base de cálculo do IR e CS	27.632	27.632	21.253
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k)	4.570	(11.057)	(9.563)
Incentivos Fiscais	(3)	238	168
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos	4.567	(10.819)	(9.395)
Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9)	(27.537)	(27.575)	17.959
Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado	(22.970)	(38.394)	8.564

24. Outras despesas administrativas	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Segue demonstrada a variação das despesas administrativas			
Água, energia e gás	411	896	862
Comunicação	81	169	139
Manutenção e conservação de bens	627	1.200	1.363
Processamento de dados	2.855	5.223	5.607
Publicidade e propaganda	1.051	1.443	976
Serviços do sistema financeiro	392	788	803
Serviços de terceiros	672	1.329	1.689
Serviços técnicos especializados	559	1.007	1.840
Transporte	14	33	57
Viagem	228	361	310
Emolumentos Cartoriais	212	247	108
Depreciação	650	1.378	1.430
Outras	891	1.903	2.359
Total	8.643	15.977	17.563

25. Outras receitas operacionais	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Segue demonstrada a variação das receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas	205	297	114
Reversão provisão p/planos de benefícios pós-emprego	2.381	2.380	2.062
Reversão de provisão contingência trabalhista	615	2.800	-
Reversão de provisão contingência civil	-	1.027	-
Reversão de provisão para perda com garantias financeiras prestadas	3.868	9.213	19.397
Encargos (atualização depósitos judiciais e outros)	554	1.141	1.116
Reversão provisão FGI	-	-	445
Honorários de sucumbência	1.009	1.524	2.142
Outras	1	57	288
Total	8.633	18.439	25.564

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL do BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2019, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2018. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período, das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2020.

Ana Beatriz Maia Rodrigues de Barros,
Presidente,

Claudia Redin Patel,
Vice-Presidente,

Antônio Guido Classmann,
Conselheiro Fiscal Efetivo

26. Outras despesas operacionais	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Segue demonstrada a variação das outras despesas operacionais			
Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego	984	1.228	809
Despesa com provisão p/contingências trabalhistas	4.357	4.832	8.526
Despesa com provisão p/ contingências civis	1.142	1.142	877
Despesa com provisão p/ garantias financeiras prestadas (i)	2.578	6.215	9.416
Outras	149	386	515
Total	9.210	13.803	20.143

(i) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide Nota 29a.

27. Transações com partes relacionadas
São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Banrisul de Seguridade Social, Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal e alta gerência e assessores do Badesul.

2019	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 29b)	(5,520)	8.858	-
Contratação de serviços especializados	307	-	585
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	8.265
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(27)	-	-
Despesa de pessoal - funcionários adidos	29	-	329
Outros valores a ressarcir	(1,228)	-	-
FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social (**)	-	-	2.190
CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (**)	-	-	1.069

2018	(Direitos) Obrigações	Receitas	Despesas
Rendas por administração de fundos (nota 29b)	(4,840)	10.296	-
Contratação de serviços especializados	286	-	604
Remuneração do pessoal chave da administração (*)	-	-	7.894
Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos	(41)	-	-
Despesa de pessoal - funcionários adidos	28	-	321
Outros valores a ressarcir	(852)	-	-
FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social (**)	-	-	2.325
CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (**)	-	-	1.035

(*) Refere-se ao total da remuneração acrescida dos benefícios oferecidos para o pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e, a partir de política interna instituída no primeiro semestre de 2018, são considerados também como pessoal chave da administração a alta gerência e assessores).

(**) O Badesul é patrocinador de planos de benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados, os quais são administrados por essas Instituições.

28. Gestão de riscos
A gestão de riscos do Badesul atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da Instituição em um processo contínuo de otimização da gestão que visa aos controles e à mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponível no site www.badesul.com.br.

A partir de fevereiro de 2018 a Resolução CMN nº 4.557 normatiza as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento contínuo de capital, revogando as resoluções anteriores.

Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:
O Badesul identifica, avalia, monitora e controla a exposição aos riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e o acompanhamento. Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos:

a. Risco de mercado
A política do Badesul é de manter seus ativos financeiros até o vencimento. Desse modo, o Badesul não tem uma carteira de negociação e o seu risco de mercado é significativamente reduzido.

b. Risco de crédito
O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações

financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados.

Esse é o maior risco ao qual a Instituição está exposta. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

c. Risco operacional

A política de Gerenciamento Integrado de Riscos do Badesul, revisada periodicamente, contempla o risco operacional, a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e a avaliação dos riscos, o controle das atividades e a segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWA_{OPD} serve como fator de monitoramento deste risco.

d. Gerenciamento de capital

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária).

e. Risco de Liquidez

Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente. Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas "casadas" no ativo e no passivo decorrentes de operações de repasses.

f. Risco Socioambiental

A Resolução CMN nº 4.327 estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma política de responsabilidade socioambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco socioambiental. O Badesul classifica suas operações de crédito em diferentes níveis de risco socioambiental. A classificação é feita por metodologia própria, revisada periodicamente e aprovada por meio de políticas internas.

29. Compromissos e responsabilidades

a. Coobrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos preveem encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saque em 31 de dezembro de 2019 está representado por R\$ 12.832 (R\$ 26.211 em 2018).

b. Gestão de recursos de terceiros

O Badesul por determinação legal (leis e decretos estaduais) executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2019, representam o montante de R\$ 2.214.377 (R\$ 2.618.149 em 2018). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2019 R\$ 8.858 (R\$ 10.296 em 2018).

30. Outras informações

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelecia autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo que autorizava a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal), que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015. Desde o exercício de 2018 o processo encontra-se em tratativas entre as partes envolvidas.

DIRETORIA EXECUTIVA

Jeanette Halmenschlager Lontra

Diretora Presidente, acumulando a Diretoria de Operações

José Claudio Silva dos Santos

Diretor Vice-Presidente

Kalil Sehbe Neto

Diretor Financeiro,
Responsável pela Área Contábil

Neiva Ferreira dos Santos

Controladora CRC/RS 68534/O-3

Porto Alegre, 21 de fevereiro de 2020.

Ricardo Englert,
Presidente,

Luiz Fernando Rodriguez Junior,
Vice-Presidente,

Elias Graziottin Rigon,
Conselheiro,

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e aos administradores do

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS

Porto Alegre – RS Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Badesul Desenvolvimento S.A., Agência de Fomento/RS que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A., Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas notas explicativas nº 3 ("d" e "e") e 6, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com o julgamento da Administração, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Badesul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avaliamos, com base em amostragem, se o Badesul atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 ("k") e 9, o Badesul possui ativos fiscais

diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias, cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração e aprovado por seu Conselho de Administração. Para elaboração da projeção de resultados, a Administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário e do Banco Central do Brasil, em vigor, quanto à elaboração do estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, estando as mesmas substanciadas na Resolução CMN nº 3.509/2002 e na Circular Bacen nº 3.171/2002. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 15 de março de 2019, sem modificação na opinião sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5,460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71,505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
Contador 1 CRC RS 59,628/O-2
Sócio Responsável Técnico





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL**

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: NEIVA FERREIRA DOS SANTOS
REGISTRO.....	: RS-068534/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 503.567.470-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 28/02/2020 as 11:12:47.

Válido até: 28/05/2020.

Código de Controle: 673526.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Empresa Gaúcha
de Rodovias
EGR**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2019

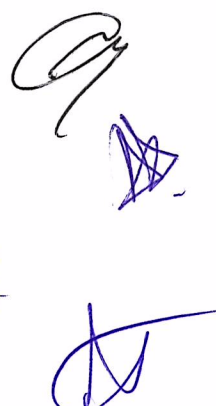


Para o Rio Grande ir mais longe.

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	ATIVO		
	NOTA	31/12/2019	31/12/2018
	EXPLICATIVA		
Ativo Circulante		56.645	76.095
Disponível		48.027	67.178
Numerário em Caixa		6	5
Banco Conta Corrente		3.077	2.170
Aplicações		44.944	65.003
Relizável a Curto Prazo		8.619	8.917
Arrecadação das Praças		8.484	8.773
Depósitos Judiciais		21	21
Outros Valores a Receber		0	10
Adiantamentos		113	114
Impostos a Recuperar		0	0
Despesas Antecipadas		0	0
Ativo não Circulante		144.335	112.506
Relizável a Longo Prazo		34.521	41.647
Créditos e Valores	NOTA 5	3	11.343
Impostos a Recuperar	NOTA 4	12.975	12.864
Depósitos Judiciais	NOTA 6	21.508	17.404
Outros Valores a Receber		36	36
Imobilizado	NOTA 7	1.885	1.224
Imobilizado		2.692	1.672
(-) Depreciação Acumulada		(807)	(448)
Intangível	NOTA 7	107.928	69.636
Intangível		112.379	71.912
(-) Amortização		(4.451)	(2.276)
TOTAL DO ATIVO		200.980	188.601

PASSIVO			
	NOTA		31/12/2018
	EXPLICATIVA		
Pasivo Circulante		91.223	84.497
Obrigações Trabalhistas		1.193	1.336
Salários e Remunerações a Pagar		41	161
Contribuições Trabalhistas		326	353
Passivos Trabalhistas		826	821
Fornecedores		16.574	22.802
Fornecedores	NOTA 8	16.574	22.802
Obrigações Fiscais		72.289	59.168
Tributos e Contribuições Federais	NOTA 9	3.103	3.660
Tributos Municipais	NOTA 10	59.184	48.206
Outras obrigações a Pagar	NOTA 11	10.003	7.301
Outras Obrigações		703	270
Adiantamento de Clientes		703	270
Provisão para Penalidades Contratuais		464	922
Cauções		464	922
Pasivo Não Circulante		22.584	17.302
Exigível a Longo Prazo		22.584	17.302
Tributos e Contribuições Federais	NOTA 6	21.384	17.302
Provisão para Contingências	NOTA 12	1.200	0
Patrimônio Líquido		87.173	86.802
Capital Social	NOTA 13.1	43.584	43.584
Capital Subscrito		44.084	44.084
(-) Capital a Integrazlizar		(500)	(500)
Reserva de Lucros		43.589	43.218
Retenção de Lucros	NOTA 13.3	40.555	40.203
Reserva Legal	NOTA 13.4	3.034	3.015
TOTAL DO PASSIVO		200.980	188.601

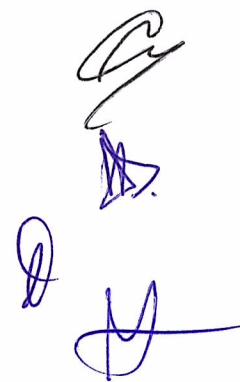


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto o valor por ação)

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		298.811	296.995
Arrecadação das Praças		298.811	296.995
DEDUÇÕES SOBRE A RECEITA		(61.216)	(60.961)
(-) Deduções		(61.216)	(60.961)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	NOTA 14	237.595	236.034
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	NOTA 15	(197.224)	(212.721)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		40.370	23.313
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		395	351
DESPESAS OPERACIONAIS	NOTA 16	(35.824)	(23.917)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.942	(253)
Receitas Financeiras	NOTA 17	1.141	2.025
Despesas Financeiras	NOTA 17	(25)	(5.899)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		6.057	(4.127)
Provisão IRPJ		(4.175)	0
Provisão CSLL		(1.512)	0
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		371	(4.127)
LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO		0,01	(0,13)



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Método Indireto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais – R\$)

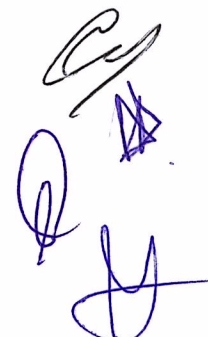
Fluxo de Caixa Operacional	2019	2018
Lucro/Prejuízo Líquido	371	(4.127)
Despesas com Depreciação	359	182
Despesas com Amortização	2.175	887
Ajustes Exercícios Anteriores	-	28
<u>Aumento/Diminuição do Ativo</u>		
Arrecadação das praças	288	1.937
Adiantamentos	1	44
Valores a receber	10	49
Dépósitos Judiciais	-	(20)
Estoques	-	-
Despesas antecipadas	-	31
Valores a receber longo prazo	11.341	(324)
Depósitos Judiciais longo prazo	(4.104)	(5.204)
Aumento/Diminuição de impostos a recuperar	(110)	(6.936)
<u>Aumento/Diminuição do Passivo</u>		
Obrigações trabalhistas	(143)	(60)
Fornecedores	(6.228)	5.710
Obrigações Fiscais	13.122	11.548
Outras contas a pagar		93
Adiantamento de clientes	-	-
Provisões	742	799
Imposto de renda pessoa jurídica longo prazo	4.082	5.166
Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.337	9.805
Fluxo de Caixa Investimentos		
Aquisição/baixa de imobilizado	(1.021)	(335)
Aquisição de intangível	(40.468)	(26.903)
Caixa Líquido Atividades Investimentos	(41.488)	(27.238)
Fluxo de Caixa Financiamentos		
Integralização de Capital	-	5.831
Caixa Líquido Atividades Financiamentos	-	5.831
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(19.151)	(11.602)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	67.178	78.780
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	48.027	67.178

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais – R\$)

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		Reserva Legal	Reserva Ret. Lucros		
Saldo em 31.12.2017	37.753	3.015	44.303	-	85.071
Integralização	5.831	-	-	-	5.831
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	(4.127)	(4.127)
Destinação :					
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	(4.128)	4.127	-
Ajuste exercício anterior	-	-	28	-	28
Saldo em 31.12.2018	43.584	3.015	40.203	-	86.802
Integralização	-	-	-	-	-
Lucro/Prejuízo líquido exercício	-	-	-	371	371
Destinação :					
Reserva Legal	-	19	-	(19)	-
Reserva Retenção Lucros	-	-	352	(352)	-
Ajuste exercício anterior	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	0	19	352	0	87.173



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2019 – em milhares de reais (R\$)

1. Informações Gerais

A Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR – é uma empresa pública (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 14.033 de 29/06/2012 e vinculada à Secretaria dos Transportes, é regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 49.593 de 19/09/2012. A EGR administra 14 praças de pedágio e mais de 900 quilômetros de rodovias gaúchas e tem por objetivo realizar a manutenção e os investimentos necessários nas rodovias. No exercício de 2019 a empresa iniciou a implantação de um sistema integrado de gestão que resultou na revisão e melhoria de todos os seus processos internos.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.1 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são preparadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Receita de pedágio – As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio pré e pós-pagos, são registrados no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receita de rendimento de aplicações financeiras – Os rendimentos referentes às aplicações financeiras (SIAC – Sistema de Integrado de Administração de Caixa) são registrados como receita financeira.

3.2 Regime de Contabilização

As receitas e despesas foram apropriadas com base no regime de competência.

3.3 Disponibilidades

São compostas pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo de alta liquidez, utilizados para cumprimento de obrigações de curto prazo.



3.4 Impostos

Os impostos são calculados de acordo com a Legislação Tributária em vigor.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região em decisão de 1º grau no processo nº 5019554-33.2014.404.7100/RS, na data de 12/07/2018, reconheceu a aplicação da imunidade recíproca em relação ao IRPJ à EGR.

No exercício de 2018 a EGR foi notificada pela Receita Federal do lançamento de débitos referentes ao IRPJ e a CSLL, nos exercícios de 2012 a 2015, no valor de R\$ 133.104.427,98, valor resultante do entendimento, por parte dos auditores, que todos os valores gastos na rodovia deveriam ser classificados como investimento. A EGR protocolou impugnação referente a este lançamento discordando deste entendimento demonstrando tecnicamente que os valores realmente tratavam de manutenção e não investimento.

4. Impostos a Recuperar

Os saldos de impostos a recuperar do exercício de 2019 estão assim distribuídos.

	31/12/2019	31/12/2018
IRRF A RECUPERAR	17	17
CSLL A RECUPERAR	3.251	3.342
INSS A RECUPERAR	0,00	0,00
IRPJ A RECUPERAR	9.706	9.505
PIS/COFINS/CSLL A RECUPERAR	0,0	0,2
TOTAL	19.975	12.864

5. Créditos e Valores

Os valores registrados como Valore Rejeitados Indevidamente representam valores registrados no sistema de arrecadação e não pagos pela gestora de pagamentos eletrônicos, estes valores estão em cobrança judicial nos processos judiciais que tramitam na 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9043277-21.2018.8.21.0001 e na 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre nº 9012817-51.2018.8.21.0001, no exercício de 2019 foram constituídas provisões para possíveis perdas destes processos.

	31/12/2019	31/12/2018
VALORES REJEITADOS INDEVIDAMENTE	11.341	11.341
PROVISÃO PARA PERDA	(11.341)	0
DESPESAS REEMBOLSÁVEIS	3	2
TOTAL	3	11.343



6. Depósitos Judiciais

A EGR através de ação ordinária nº 5019554-33.2014.404.7100/RS está discutindo a imunidade do IRPJ, e está efetuando os valores de antecipação mensal e valores do ajuste anual em conta designada pela justiça. Para evidenciar os valores depositados efetuou-se o registro no realizável a longo prazo e correspondente obrigação no exigível a longo prazo.

	31/12/2019	31/12/2018
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2014	3.762	3.762
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2015	2.858	2.858
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2016	4.091	4.091
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2017	1.425	1.425
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2018	5.166	5.166
DJ – IMPOSTO DE RENDA 2019	4.082	0
OUTROS DEPÓSITOS	124	102
TOTAL	21.508	17.404

7. Imobilizado e Intangível

Os bens adquiridos pela EGR estão demonstrados pelo valor do custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear pelas taxas vigentes.

IMOBILIZADO	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo no final do exercício
Móveis e utensílios	168	0	1	28	139
Máquinas	5	0	0	1	4
Equipamentos	642	91	0	88	645
Computadores e periféricos	277	1.012	0	230	1.058
Impressoras	42	9	0	11	40
Imob. Pred. 3º	90	64	154	0	0
Total	1.223	1.175	154	359	1.885

INTANGÍVEL	Saldo no início do exercício	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo no final do exercício
Software	402	0	0	242	160
Imóveis	17.304	44.494	0	1.933	59.865
Obras em andamento	50.948	38.703	44.519	0	45.131
Projetos	982	1.989	199	0	2.772
Total	69.636	85.186	44.718	2.175	107.928

TOTAL IMOB. E INTAG.	70.859	86.361	44.873	2.534	109.813
-----------------------------	---------------	---------------	---------------	--------------	----------------



No intangível na conta Imóveis e Obras em andamento estão registrados obras viárias, tais como acessos, passarelas e duplicações em estradas estaduais, executadas pela EGR, amortizado nas condições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 04, que trata especificamente sobre este item patrimonial.

	Taxa de depreciação/amortização
Móveis e utensílios	10%
Máquinas	10%
Equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Impressoras	20%
Software	20%
Imóveis	4%
Obras em andamento	0%

7.1 Imobilizado Recebido das Concessionárias

Os bens recebidos pela EGR, originários do patrimônio das Concessionárias responsáveis pelas praças de pedágio, foram transferidos no exercício de 2013, sem especificação de valor, estão os mesmos sendo analisados, classificados e avaliados por empresa especializada e serão incorporados posteriormente ao patrimônio da EGR, por essa razão não figuraram no imobilizado da empresa.

8. Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO	3.824	3.233
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	6.978	6.265
FORNECIMENTO DE ASFALTO	4.439	8.128
OUTROS FORNECEDORES	1.332	5.176
TOTAL	16.574	22.802
Valores a vencer em até 30 dias	16.574	22.802

9. Tributos Federais

	31/12/2019	31/12/2018
PIS A RECOLHER	156	156
COFINS A RECOLHER	721	719
IR TERCEIROS	163	272
INSS TERCEIROS	640	818
PIS/COFINS/CSLL TERCEIROS	1.423	1.695
TOTAL	3.103	3.660

10. Tributos Municipais

O ISSQN sobre o faturamento devido pela EGR é mensalmente registrado em conta do passivo circulante, mas não ocorreu pagamento em 2019 pois a matéria está sendo discutida no âmbito jurídico quanto à imunidade tributária. Pelo princípio da prudência, os valores totalizando R\$ 11.091.564,35, foram registrados no passivo que já acumula R\$ 58.903.349,78 referente aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. No exercício de 2017 ocorreu decisão judicial favorável a EGR no município de Candelária, o valor correspondente a esta prefeitura foi baixado da contabilidade em uma conta redutora das deduções no mês em que se deu a decisão.

	31/12/2019	31/12/2018
ISSQN TERCEIROS	280	394
ISSQN FATURAMENTO	58.903	47.812
TOTAL	59.184	48.206

11. Outras Contas a Pagar

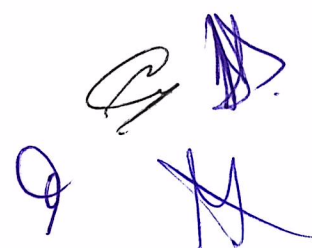
Em 31/12/2018, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor de R\$ 5.898.589,29. Valor registrado na conta Juros Capital Próprio a Pagar pertencente a conta sintética Outras Contas a Pagar. Os demais valores registrados nas Outras Obrigações a Pagar são provenientes do processo de implantação de ERP pela EGR que necessita da utilização da conta Outras Contas a Pagar como uma conta transitória para a realização da liquidação dos pagamentos do mês de dezembro.

	31/12/2019	31/12/2018
JUROS CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR	5.899	5.899
OUTRAS CONTAS A PAGAR	4.104	1.402
TOTAL	10.003	7.301

12. Provisão para Contingências

No exercício de 2019 em virtude crescimento das ações judiciais contra a EGR foi constituída uma provisão para contingências resultantes destes processos. Utilizamos como base para constituição dessa provisão a série histórica de desembolso realizados, utilizamos este método pois a informação fornecida pela gerência jurídica não foi suficiente para a apuração do valor justo desta provisão.

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para Contingências	1.200	0
TOTAL	1.200	0



13. Patrimônio Líquido

13.1 Capital Social

O capital social é de R\$ 43.583.815,59 (Quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e quinze e cinquenta e nove centavos), dividido em 31.000.000 (trinta e um milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Capital Social previsto no Estatuto da EGR publicado em 19 de setembro de 2012 através do Decreto nº 49.593 era de R\$ 1.000.000,00 sendo R\$ 500.000,00 integralizados. Houve a subscrição do capital social em dezembro de 2013 no valor de R\$ 30.000.000,00 com base na Lei nº 14.372 de 13 de dezembro de 2013 e no Decreto nº 51.034 de 17 de dezembro de 2013 e integralizado em 2014. Em 2018 houve a integralização de capital de R\$ 5.830.987,78 decorrente da incorporação dos juros de capital próprio.

13.2 Remuneração dos Investidores

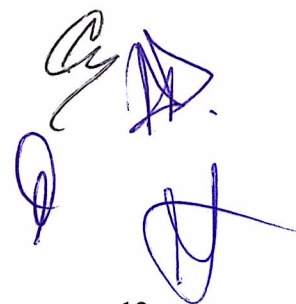
No exercício de 2019 não serão distribuídos dividendos, tendo em vista a política da Companhia é de aplicar nas rodovias sob sua administração todos os recursos que arrecada, situação expressa em sua lei de criação nº LEI N.º 14.033, de 29 de Junho DE 2012 no art.7º : "§ 2º A receita referida no inciso I deste artigo será depositada em conta da EGR específica para cada praça de pedágio, devendo ser aplicada integralmente nas obras, serviços e demais investimentos na rodovia onde houve a arrecadação, deduzidos custos operacionais e tributários".

13.3 Reserva de Retenção de Lucros

Na reserva de retenção de Lucros de 2019 foi adicionado o valor de R\$ 352.441,79 referente ao lucro do exercício perfazendo o saldo de R\$ 40.555.413,30 em 31.12.2019.

13.4 Reserva Legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2019 houve o acréscimo de R\$ 18.549,57 alcançando o saldo de R\$ R\$ 3.033.759,67 em 31/12/2019.



14. Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2018
RECEITA DE ARRECADAÇÃO	298.811	296.995
(-) Deduções sobre a receita	(61.216)	(60.961)
PIS	(1.689)	(1.683)
COFINS	(7.797)	(7.767)
ISSQN	(11.092)	(11.049)
ISENTOS	(3.521)	(3.564)
MULTIPASSAGEM	(9.732)	(9.693)
ISENTADOS	(27.245)	(27.024)
VIOLAÇÃO	(141)	(181)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	237.595	236.034

15. Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2019	31/12/2018
CUSTOS OPERACIONAIS	(197.224)	(212.721)
Manutenção e Conservação Rodovias	(151.498)	(169.936)
Arrecadação e Manutenção de Instalações	(41.923)	(40.372)
Convênios	(3.750)	(2.393)
Outros custos	(53)	(20)

16. Despesas Operacionais

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

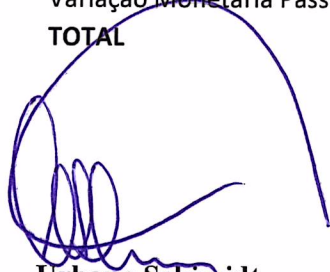
	31/12/2019	31/12/2018
DESPESAS OPERACIONAIS	(35.824)	(23.917)
Despesas Administrativas	(24.069)	(7.882)
Despesas com Pessoal	(10.009)	(10.934)
Despesas Comerciais	(1.746)	(2.188)
Doações	0	(2.913)



17. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresenta a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA FINANCEIRA		
Juros Ativos	1	7
Remuneração Financeira SIAC	820	1.359
Descontos Obtidos	303	549
Variação Monetária Ativa	18	110
TOTAL	1.141	2.025
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos e Juros de Mora	(5)	0
Despesas Bancárias	0	(0,4)
Juro Sobre o Capital Próprio	0	(5.830)
Variação Monetária Passiva	(20)	(1)
TOTAL	(25)	(5.833)



Urbano Schmidt

Diretor – Presidente


CPF nº 255.350.130-72



André Arnt

Diretor Adm. e Financeiro

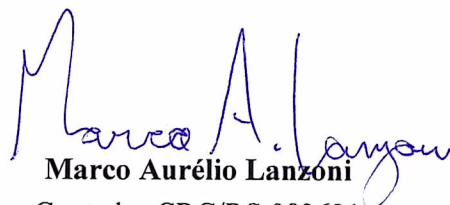
CPF nº 367.654.810-87



Milton Cypel

Diretor Técnico

CPF nº 077.103.300-10



Marco Aurélio Lanzoni

Contador CRC/RS 083621

CPF nº 825.012.200-30

**Companhia de Gás do
Estado do RS
SULGÁS**



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019

Demonstrações Contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul relativas ao exercício de 2019.

Índices

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto.....	8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis	
1. Contexto operacional.....	9
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.....	9
3. Resumo das principais políticas contábeis.....	10
4. Caixa e equivalentes de caixa.....	14
5. Contas a receber de clientes e PECLD.....	14
6. Estoques.....	15
7. Despesas antecipadas.....	15
8. Outros ativos.....	15
9. Garantia do BNDES.....	15
10. Ativos intangíveis.....	16
11. Fornecedores.....	17
12. Outros passivos.....	17
13. Financiamentos.....	18
14. Benefícios a empregados.....	18
15. Patrimônio líquido.....	19
16. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	20
17. Receita.....	21
18. Informações por segmentos.....	22
19. Impostos e contribuições sociais.....	23
20. Contingências.....	25
21. Transações com partes relacionadas.....	26
22. Despesas por natureza.....	27
23. Resultado financeiro.....	27
24. Seguros.....	28
25. Créditos e débitos nas operações de aquisição e venda de gás.....	28
26. Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros.....	28
27. Receitas e custos de construção.....	29
28. IFRS 16 (CPC 06 R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.....	29
29. Eventos subsequentes.....	30

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018

Em Reais

ATIVO

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
Ativo Circulante		150.416.511,00	159.101.588,50
Disponível		74.574.882,22	75.162.188,05
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 04	74.574.882,22	75.162.188,05
Direitos realizáveis até o exercício seguinte		75.841.628,78	83.939.400,45
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	65.325.444,00	71.725.153,26
Estoques	NOTA 06	6.318.590,09	5.661.717,64
Impostos a recuperar	NOTA 19	2.751.580,79	3.067.018,88
Despesas antecipadas	NOTA 07	435.195,95	305.761,77
Outros ativos	NOTA 08	1.010.817,95	3.179.748,90
Ativo Não Circulante		255.200.882,37	217.147.875,01
Realizável a longo prazo		83.980.277,23	62.066.347,77
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	728.073,60	-
Impostos diferidos ativos	NOTA 19a	1.647.654,14	2.648.283,49
Impostos a recuperar	NOTA 19b	9.988.265,60	7.951.337,80
Depósitos judiciais		1.091.735,11	1.447.859,27
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 25	42.627.255,62	44.529.297,31
Garantia BNDES	NOTA 09	27.843.513,61	5.435.790,35
Outros ativos		53.779,55	53.779,55
Investimentos		13.772,40	13.772,40
Investimentos		13.772,40	13.772,40
Intangível	NOTA 10	171.206.832,74	155.067.754,84
Imobilizado da concessão - direito de uso - CPC 06		9.819.638,51	-
Imobilizado da concessão - terrenos		-	147.400,00
Imobilizado da concessão - equipamentos e instalações operacionais		397.955.252,15	368.468.587,01
Imobilizado da concessão - equipamentos e instalações de escritório		4.395.677,21	3.961.825,15
Imobilizado da concessão - equipamentos para processamento de dados		13.142.397,31	10.178.887,07
Imobilizado da concessão - pesquisa e desenvolvimento		221.720,61	221.720,61
Imobilizado da concessão em andamento		11.954.386,85	10.416.076,28
(-) Amortização acumulada		(266.282.239,90)	(238.326.741,28)
TOTAL DO ATIVO		405.617.393,37	376.249.463,51

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018

Em Reais

P A S S I V O

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2019	31/12/2018
Passivo Circulante		175.970.641,78	156.849.485,56
Fornecedores	NOTA 11	108.831.897,47	103.541.822,67
Empréstimos e financiamentos	NOTA 13	22.969.691,23	16.559.739,81
Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		3.838.715,03	4.080.062,95
Impostos a pagar	NOTA 19c	4.307.107,46	3.618.813,54
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 16	19.170.387,77	16.726.506,66
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 25	11.320.438,19	9.154.930,02
Direito de uso de arrendamentos - CPC 06	NOTA 28	2.225.544,50	-
Outros passivos	NOTA 12	3.306.860,13	3.167.609,91
Passivo Não Circulante		37.917.106,57	41.934.885,13
Empréstimos e financiamentos	NOTA 13	22.969.691,19	33.119.479,71
Provisão para contingências	NOTA 20	777.712,39	377.859,54
Direito de uso de arrendamentos - CPC 06	NOTA 28	6.065.218,85	-
Tributos e contribuições diferidos	NOTA 19c	8.104.484,14	8.437.545,88
Patrimônio Líquido		191.729.645,02	177.465.092,82
Capital Social		81.186.711,84	81.186.711,84
Capital subscrito e integralizado	NOTA 15	81.186.711,84	81.186.711,84
Reserva de Lucros		53.031.769,88	46.098.860,99
Reserva legal	NOTA 15	16.237.342,37	16.237.342,37
Reserva estatutária	NOTA 15	29.861.518,62	29.861.518,62
Reserva de lucros a realizar	NOTA 15	6.932.908,89	-
Dividendos à disposição da assembléia		57.511.163,30	50.179.519,99
Dividendos adicionais propostos	NOTA 16	57.511.163,30	50.179.519,99
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		405.617.393,37	376.249.463,51

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente
CPF: 294.396.550-20

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018
Em Reais

		31/12/2019	31/12/2018
	NOTA EXPLICATIVA		
Receita líquida - venda de gás e serviços	NOTA 17	898.710.338,54	745.504.657,81
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	NOTA 22	(714.456.178,13)	(613.821.678,72)
Lucro bruto		184.254.160,41	131.682.979,09
Despesas e receitas operacionais		(65.237.596,42)	(53.144.931,86)
Despesas comerciais	NOTA 22	(19.685.456,00)	(11.051.514,11)
Despesas gerais administrativas	NOTA 22	(55.003.313,21)	(56.367.840,73)
Outras despesas e receitas operacionais		9.451.172,79	14.274.422,98
Receita de construção - CPC 17	NOTA 27	34.852.107,69	22.060.529,51
Custos de construção - CPC 17	NOTA 27	(34.852.107,69)	(22.060.529,51)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		119.016.563,99	78.538.047,23
Receitas financeiras	NOTA 23	7.249.901,00	27.896.129,86
Despesas financeiras	NOTA 23	(4.299.935,63)	(6.953.831,60)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		121.966.529,36	99.480.345,49
IRPJ/CSLL	NOTA 19d	(38.580.566,88)	(17.603.936,08)
IRPJ/CSLL diferidos	NOTA 19d	(667.567,61)	(8.523.345,98)
Lucro líquido do exercício		82.718.394,87	73.353.063,43
Lucro por ação de capital social		3,84	3,40

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018
Em Reais

		31/12/2019	31/12/2018
	EXPLICATIVA		
Lucro líquido do exercício		82.718.394,87	73.353.063,43
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total	NOTA 2C	82.718.394,87	73.353.063,43
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul - 51%		42.186.381,38	37.410.062,35
Atribuível ao sócio Petrobrás - 49%		40.532.013,49	35.943.001,08

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente
CPF: 294.396.550-20

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2019 e 31/12/2018

Em Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	RESERVA LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	-	48.532.776,40	-	175.818.349,23
Dividendos adicionais aprovados						(48.532.776,40)		(48.532.776,40)
Lucro líquido do exercício							73.353.063,43	73.353.063,43
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Dividendos obrigatórios								
Dividendo adicional sujeito a aprovação								
Juros sobre o capital próprio								
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	-	50.179.519,99	-	177.465.092,82
Dividendos adicionais aprovados						(43.246.611,10)		(43.246.611,10)
Lucro líquido do exercício							82.718.394,87	82.718.394,87
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Reserva de lucros a realizar	Nota 15				6.932.908,89	(6.932.908,89)	-	-
Dividendos obrigatórios	Nota 16						(19.170.387,77)	(19.170.387,77)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	Nota 16					57.511.163,30	(57.511.163,30)	-
Juros sobre o capital próprio	Nota 16						(6.036.843,80)	(6.036.843,80)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		81.186.711,84	16.237.342,37	29.861.518,62	6.932.908,89	57.511.163,30	-	191.729.645,02

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente
CPF: 294.396.550-20

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2019 e 31/12/2018

Em Reais	31/12/2019	31/12/2018
1 - Receitas		
1.1. Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.155.233.421,39	957.494.359,59
1.2. Devoluções e descontos de venda	(12.477.692,22)	(10.110.959,89)
1.3. Outras receitas operacionais	4.717.695,87	13.286.399,07
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.342.880,33	(163.114,36)
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	863.669.115,56	737.919.857,48
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	37.850.222,37	34.084.446,84
3 - Retenções		
3.1. Amortizações	28.372.922,44	25.437.264,08
4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	220.924.045,00	163.065.116,01
5 - Valor adicionado recebido em transferência		
5.1. Receitas financeiras	7.249.901,00	27.896.129,86
6 - Valor adicionado total a distribuir	228.173.946,00	190.961.245,87
7 - Distribuição do valor adicionado	228.173.946,00	190.961.245,87
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	24.370.584,16	24.378.078,08
Benefícios	8.167.900,15	7.708.219,40
FGTS	1.529.767,25	1.499.917,78
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	69.012.624,91	51.894.011,84
Estaduais	36.096.742,72	25.179.421,49
Municipais	65.420,37	64.020,60
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.968.983,42	5.004.134,62
Aluguéis	2.243.528,15	1.880.378,63
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o capital próprio	6.036.843,80	6.447.036,78
Dividendos mínimo obrigatório	19.170.387,77	16.726.506,66
Dividendos adicionais propostos	57.511.163,30	50.179.519,99

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente
CPF: 294.396.550-20

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
AV. LOUREIRO DA SILVA, N.º 1840, 13.º ANDAR - CIDADE BAIXA
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Em Reais

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	82.718.394,87	73.353.063,43
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.342.880,33)	163.114,36
Provisões cíveis e trabalhistas	399.852,85	(415.467,59)
Amortização	28.372.922,44	25.437.264,08
	108.148.289,83	98.537.974,28
Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento		
Redução (aumento) de contas a receber de clientes e outras	8.614.663,14	(19.503.025,12)
(Aumento) de estoques	(656.872,45)	(225.219,06)
(Aumento) de outros ativos	(21.059.194,23)	(8.951.841,65)
Aumento de fornecedores	5.290.074,80	36.135.304,51
Aumento de outros passivos	46.056.193,46	34.795.670,17
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.268.714,54)	(28.380.466,05)
Juros pagos	(3.968.983,42)	(5.004.134,62)
Juros recebidos	699.398,07	1.111.602,65
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	103.854.854,66	108.515.865,11
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(34.693.076,72)	(22.060.529,51)
Reversão de baixa de intangível	-	(14.102,55)
Baixa de intangível	714,89	3.869,74
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(34.692.361,83)	(22.070.762,32)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(59.973.117,76)	(64.710.368,54)
Juros sobre o capital próprio	(6.036.843,80)	(6.447.036,78)
Recebimento/amortizações de empréstimo	(3.739.837,10)	(16.358.998,94)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(69.749.798,66)	(87.516.404,26)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(587.305,83)	(1.071.301,47)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	75.162.188,05	76.233.489,52
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	74.574.882,22	75.162.188,05

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente
CPF: 294.396.550-20

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077
CPF: 676.831.420-34

COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SULGÁS
AV. LOUREIRO DA SILVA, N.º 1840, 13.º ANDAR - CIDADE BAIXA
PORTO ALEGRE - RS
CNPJ Nº 72.300.122/0001-04 NIRE: 43.300.033.104

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 10 - Intangíveis
- Nota 20 - Provisões para contingências

c. Demonstração do resultado abrangente

Na demonstração do resultado abrangente não há valores a serem expostos sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao abrangente total.

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção.

A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018. De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. Os Administradores da Companhia avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes. Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho nas operações da Companhia.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emitente, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativos financeiros de concessão e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações especiais e outras contas a pagar.

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2019 e 2018.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A partir de 31/12/2017, a Companhia passou a registrar Estoque de Gás Natural, conforme nota 6.

j. Benefícios a empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 14.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Imposto de renda e contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base nas alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 19.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

o. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos constantes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4) Caixas e equivalentes de caixas

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	19.395,90	105.791,02
Banco conta movimento	1.865.028,67	1.508.955,82
Aplicações financeiras	72.690.457,65	73.547.441,21
TOTAL	74.574.882,22	75.162.188,05

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 5,96%.

5) Contas a receber de clientes e PECLD

a) Contas e receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
BRASKEM S.A.	12.382.958,38	13.964.850,54
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	7.060.710,06	7.042.399,81
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.570.365,61	4.452.056,52
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	4.559.014,18	9.352.833,22
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A.	4.439.224,92	3.059.060,50
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	2.088.349,38	1.444.371,60
PETROBRAS Distribuidora S.A.	1.870.244,15	2.092.947,22
Hospital da ULBRA	1.825.093,19	0,00
OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO	1.697.684,48	1.091.887,44
SAINT GOBAIN Vidros S.A.	1.688.877,57	1.148.769,87
Outros	27.211.251,30	32.786.914,59
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.068.329,22)	(4.710.938,05)
TOTAL	65.325.444,00	71.725.153,26

Parcelamento de clientes de longo prazo

	31/12/2019	31/12/2018
Parcelamentos de clientes	728.073,60	2.700.271,50
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	(2.700.271,50)
TOTAL	728.073,60	0,00

TOTAL do contas a receber

66.053.517,60	71.725.153,26
----------------------	----------------------

Detalhe - clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidas até 30 dias	1.338.735,87	8.792.484,38
De 31 a 60 dias	779.479,47	137.758,14
De 61 a 90 dias	612.486,32	363.264,42
Mais de 90 dias	10.696.670,27	12.256.580,06
Cientes vencidos	13.427.371,93	21.550.087,00
A Vencer até 30 dias	52.267.683,25	52.979.935,22
De 31 a 60 dias	2.976.337,13	2.641.018,25
De 61 a 90 dias	65.418,57	60.622,30
Mais de 90 dias	1.385.035,94	1.904.700,04
Cientes a vencer	56.694.474,89	57.586.275,81
Total de clientes vencidos e a vencer	70.121.846,82	79.136.362,81

b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosos - PECLD

PDD em 31/12/2018	7.411.209,55
Reversão no ano	(3.342.880,33)
PDD em 31/12/2019	4.068.329,22

São computados na formação da PECLD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 4.068.329,22 é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos. Ainda, seguindo o IFRS 9 (CPC 48), não há indicativos de alterações decorrentes de futuras perdas esperadas. No mês de dezembro de 2019 foi baixado da PECLD o valor de R\$ 5.759 mil referente a títulos de 5 (cinco) clientes com falência decretada, relativos a consumos de gás natural dos anos de 2005 a 2012, considerados como créditos de remotas possibilidades de recebimento por parte da Companhia. Tais clientes são BellaGres, Três Portos, Porcelana Del Porto, Westfalen do Brasil e Cerâmica Decorite.

6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoque de gás	550.943,01	471.506,24
Materiais de manutenção	3.867.374,53	3.477.396,92
Materias de conversão	1.824.006,32	1.642.387,57
Outros materiais	76.266,23	70.426,91
Total dos estoques	6.318.590,09	5.661.717,64

7) Despesas antecipadas

	31/12/2019	31/12/2018
Prêmios de seguros a apropriar	31.758,06	31.743,95
Assinaturas e anuidades	98.593,32	52.986,12
Licenças de software a apropriar	199.012,37	179.883,84
IPTU a apropriar	65.735,31	32.808,77
Demais apropriações	40.096,89	8.339,09
Total das despesas antecipadas	435.195,95	305.761,77

8) Outros ativos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento de férias	158.298,06	158.281,94
Vales refeição e transporte a apropriar	279.354,49	298.962,60
Outros adiantamentos de pessoal	3.249,63	3.151,19
Devoluções simbólicas de compra	476.196,51	2.626.972,00
Demais ativos	93.719,26	92.381,17
Total dos outros ativos	1.010.817,95	3.179.748,90

9) Garantia BNDES

Foi aberta conta reserva no Banrisul em novembro de 2015 no valor de R\$ 3,5 milhões, para cumprimento de cláusula do contrato assinado junto ao BNDES em abril daquele ano. A partir de julho de 2017 (início da amortização do empréstimo), o valor a ser mantido na conta reserva passou a ser equivalente a 3 (três) vezes o valor da última amortização mensal e dos juros e outros encargos. Tendo em vista que o contrato de fornecimento de gás natural não foi renovado até o dia 22 de setembro de 2019, foram acrescidas naquele mês o valor equivalente a 9 (nove) parcelas mensais, totalizando 12 (parcelas). No momento em que a Sulgás apresentar o novo contrato de fornecimento de gás natural ao BNDES, o valor a ser mantido na conta reserva volta a ser equivalente a 3 (três) parcelas, retornando o valor da diferença às disponibilidades da Companhia.

10) Ativos intangíveis

a) Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

A Companhia possui um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter ter direito ao total da infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados.

A empresa não reconhece margem na construção da infraestrutura.

Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da concessão.

b) Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo gasodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados de acordo com o contrato de concessão.

c) Gastos subsequente

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

Em consonância com o contrato de concessão, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear pela taxa de 10% ao ano a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2019	31/12/2018
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.658.860,96	2.658.860,96
Gasoduto Gás Natural	10%	378.868.495,68	349.468.427,04
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.496.641,89	2.351.961,87
Materiais e Medidores Realocados	10%	874.248,74	1.069.070,43
Ferramentas	10%	149.008,76	149.008,76
Equipamentos de Segurança	10%	580.553,10	587.407,37
Estoque de Cilindros GNV	10%	16.906,07	17.357,97
Cilindros GNV	10%	400.510,15	400.058,25
Sistema Supervisório - Externo	10%	11.703.391,17	11.685.790,06
Sistema Supervisório - Interno	10%	332.084,56	338.597,93
Móveis e Utensílios	10%	1.380.753,82	1.169.857,57
Instalações	10%	1.847.772,88	1.782.624,77
Equipamentos de Escritórios	10%	457.540,71	311.006,01
Equipamentos Telefônicos	10%	621.022,80	617.429,80
Equipamentos Transmissores	10%	23.359,66	15.679,66
Equip Processamento de Dados	10%	4.050.261,76	3.599.747,02
Software	10%	9.092.135,55	6.579.140,05
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	221.720,61	221.720,61
Direito de Uso - Arrendamentos	10%	9.819.638,51	0,00
Outros	10%	65.227,34	65.227,34
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	7.029.106,69	5.557.904,51
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	4.799.831,23	4.747.618,14
(-) Amortização Acumulada		(266.282.239,90)	(238.326.741,28)
Total		171.206.832,74	155.067.754,84

Contas	31/12/2018	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2019
Terrenos	147.400,00	0,00		-	(147.400,00)	0,00
Equipamentos e Instalações Operacionais	367.509.615,17	8.890.433,81		(16.436,32)	20.816.206,43	397.199.819,09
Equipamentos e Instalações de Escritório	3.961.825,15	448.740,49		(14.888,43)	-	4.395.677,21
Equipamentos para Processamento de Dados	10.178.887,07	3.350.324,20		(386.813,96)	-	13.142.397,31
Imobilizado da Concessão em Andamento	11.596.768,73	22.003.578,22		-	(20.668.806,43)	12.931.540,52
Total do Custo	393.394.496,12	34.693.076,72		(418.138,71)	-	427.669.434,13
Direito de Uso - Arrendamentos	0,00	9.819.638,51				9.819.638,51
(-) Amortização Acumulada	(238.326.741,28)	-	(28.372.922,44)	417.423,82	-	(266.282.239,90)
Total Geral	155.067.754,84	44.512.715,23	(28.372.922,44)	(714,89)	-	171.206.832,74

11) Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de Gás Natural	104.654.829,16	99.911.432,80
Fornecedores de Frete de Gás Natural	859.956,41	913.498,52
Fornecedores de Materiais e Serviços Gasoduto	320.421,21	661.944,35
Fornecedores de Outros Materiais	244.813,80	289.787,21
Fornecedores de Serviços	2.751.876,89	1.765.159,79
	108.831.897,47	103.541.822,67

Detalhe - Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
A Vencer até 30 dias	74.449.175,90	67.015.291,74
De 31 a 60 dias	34.382.721,57	36.526.530,93
De 61 a 90 dias	-	-
Mais de 90 dias	-	-
Fornecedores a Vencer	108.831.897,47	103.541.822,67

12) Outros passivos

	31/12/2019	31/12/2018
PLR a pagar	1.968.577,18	1.595.952,49
Outras despesas de pessoal a pagar	230.430,93	125.611,62
Credores diversos	783.862,03	1.134.659,37
Demais passivos	323.989,99	311.386,43
Total dos outros passivos	3.306.860,13	3.167.609,91

13) Financiamentos

A Companhia firmou contrato junto ao BNDES para o financiamento de 50% do portfólio de investimentos previstos para o quinquênio 2014-2018, às taxas SELIC + 2,48% ao ano (50% do valor previsto) e TJLP + 2,48% ao ano (50% do valor previsto). A data de assinatura do contrato foi 20 de abril de 2015 no valor total previsto de R\$ 138,2 milhões. No dia 26 de novembro de 2015 ocorreu o primeiro ingresso no valor de R\$ 38,8 milhões, referente a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no último quadrimestre de 2013, todo o ano de 2014 e os primeiros sete meses de 2015. No ano de 2016 houve ingressos de valores nos meses de abril, julho e outubro, totalizando R\$ 15,5 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela Companhia no período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 2017 os ingressos ocorreram nos meses de fevereiro, junho, setembro e dezembro, totalizando R\$ 17,7 milhões, referentes a 50% dos investimentos financiáveis realizados pela companhia de agosto de 2016 a novembro de 2017. No mês de dezembro de 2017 ocorreu o primeiro ingresso, no valor de R\$ 369,3 mil, referente aos projetos sociais realizados pela companhia até o mês de novembro de 2017. Não ocorreram ingressos no ano de 2018. No mês de junho de 2019 ocorreu o último ingresso referente ao contrato, no valor de R\$ 15,9 milhões, relativo a 50% dos investimentos restantes pagos pela Companhia até o mês de dezembro de 2018, encerrando-se o período de subscrições. Todos os depósitos foram realizados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O financiamento teve seu prazo de carência até junho de 2017, com pagamentos trimestrais de juros ocorridos nos dias quinze dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. Houve a abertura de uma conta garantia no valor de R\$ 3,5 milhões também junto ao Banrisul. A partir do mês de julho de 2017 os pagamentos passaram a ocorrer mensalmente (principal + juros), nos dias quinze de cada mês, dando início ao período de amortização do principal que ocorrerá até dezembro de 2021. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 referentes aos financiamentos são os seguintes:

Curto Prazo	31/12/2019	31/12/2018
BNDES I - TJLP	11.573.235,64	8.386.526,00
BNDES II - SELIC	11.237.196,19	8.081.826,74
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159.259,40	91.387,07
	22.969.691,23	16.559.739,81
Longo Prazo	31/12/2019	31/12/2018
BNDES I - TJLP	11.573.235,61	16.773.052,06
BNDES II - SELIC	11.237.196,19	16.163.653,50
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	159.259,39	182.774,15
	22.969.691,19	33.119.479,71

14) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

- I - Quanto aos Participantes:
 - Renda de Aposentadoria Normal;
 - Renda Proporcional Diferida;
 - Renda de Aposentadoria por Invalidez;
 - Abono Anual.
- II - Quanto aos Beneficiários:
 - Renda de Pensão por Morte;
 - Pecúlio por Morte;
 - Abono Anual.

Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3.392.198,26 (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais com vinte e seis centavos) relativo ao exercício findo em 2019, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1.423.621,08 (um milhão, quatrocentos e vinte e três mil, seiscentos e vinte e um reais com oito centavos) em dezembro de 2019, assim restando R\$ 1.968.577,18 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta e sete reais com dezoito centavos) a serem pagos em 2020.

15) Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81.186.711,84, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405.223,04
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781.488,80
	21.562.644	100%	81.186.711,84

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017 a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16.237.342,37.

c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula n.º 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgás e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária em 31/12/2018 é de 29.861.518,62.

d) Reserva de lucros a realizar

Conforme decisão proferida pela AGOE realizada no dia 30/04/2019 e registrada pela ata n.º 117 foi constituída Reserva de Lucros a Realizar referente ao Ajuste a Valor Justo sobre as operações de Ship or Pay entre a Companhia (cliente) e a PETROBRÁS (fornecedora de gás natural para revenda)

e) Lucro por ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019	2018
Lucro Líquido	82.718.394,87	73.353.063,43
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico diluído por ação ordinária	3,84	3,40

16) Dividendos e juros sobre o capital próprio

a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2019 VALORES (R\$)	31/12/2018 VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	82.718.394,87	73.353.063,43
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(6.036.843,80)	(6.447.036,78)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	76.681.551,07	66.906.026,65
Passivo circulante		
	31/12/2019	31/12/2018
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	9.776.897,76	8.530.518,40
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	9.393.490,01	8.195.988,26
Total no passivo circulante	19.170.387,77	16.726.506,66
Patrimônio líquido		
	31/12/2019	31/12/2018
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	29.330.693,28	25.591.555,19
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	28.180.470,02	24.587.964,79
Total no patrimônio líquido	57.511.163,30	50.179.519,99
Total dos dividendos	76.681.551,07	66.906.026,65

b) Juros sobre o capital próprio

Em 31/12/2019, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 6.036.843,80 e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul - 51%	3.078.790,34	-	3.078.790,34
Petrobrás Gás S/A - 49%	2.958.053,46	443.708,02	2.514.345,44
TOTAL	6.036.843,80	443.708,02	5.593.135,78

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 2.052.526,89 para a Companhia.

17) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	1.155.233.421,39	957.494.359,59
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	28.832.455,19	21.742.829,86
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	45.855.453,61	34.715.691,22
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	798.836.340,32	685.841.916,53
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	81.159.829,31	64.141.212,62
RECEITA DE GÁS VEICULAR	189.129.760,84	142.091.837,49
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.264.027,64	590.940,07
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	10.155.554,48	8.369.931,80
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	(256.523.082,85)	(211.989.701,78)
DEVOLUÇÕES DE VENDA	(193.011,11)	(30.644,29)
DESCONTOS INCONDICIONAIS	(12.284.681,11)	(10.080.315,60)
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	(18.606.042,26)	(15.565.795,28)
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	(85.672.159,60)	(71.698.565,75)
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	(139.462.522,14)	(114.363.282,92)
ISS SOBRE SERVIÇO	(304.666,63)	(251.097,94)
RECEITA LÍQUIDA	898.710.338,54	745.504.657,81

18) Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da A Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro 2019						
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	Total
Volumes m3 mil	7.017.841	14.127.983	424.488.524	98.632.982	102.094.590	160.626.236	806.988.157
Receita bruta	28.832.455,19	45.855.453,61	798.836.340,32	82.423.856,95	189.129.760,84	10.155.554,48	1.155.233.421,39
Deduções	(6.124.618,82)	(10.012.785,05)	(176.348.174,19)	(17.461.854,15)	(45.331.595,21)	(1.244.055,43)	(256.523.082,85)
Receita líquida	22.707.836,37	35.842.668,56	622.488.166,13	64.962.002,80	143.798.165,63	8.911.499,05	898.710.338,54
Custo	(8.890.289,83)	(17.471.170,92)	(506.107.373,90)	(59.978.233,86)	(121.700.941,14)	(308.168,48)	(714.456.178,13)
Resultado bruto	13.817.546,54	18.371.497,64	116.380.792,23	4.983.768,94	22.097.224,49	8.603.330,57	184.254.160,41
Despesa comerciais							(19.685.456,00)
Despesas gerais e administrativas							(55.003.313,21)
Outras receitas e despesas operacionais							9.451.172,79
Receita de construção							34.852.107,69
Custo de construção							(34.852.107,69)
Receitas financeiras							7.249.901,00
Despesas financeiras							(4.299.935,63)
Resultado financeiro líquido							2.949.965,37
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							121.966.529,36
Imposto de renda e contribuição social							(39.248.134,49)
Resultado líquido do exercício							82.718.394,87
Reconciliação LAJIDA							
Resultado líquido do exercício							82.718.394,87
Imposto de renda e contribuição social							39.248.134,49
Resultado financeiro líquido							(2.949.965,37)
Amortizações							28.372.922,44
LAJIDA							147.389.486,43

	Margem por segmento - 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro 2018						
Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Cogeração	Automotivo	Serviço	Total
Volumes m3 mil	6.267.599	12.937.085	432.848.001	83.693.918	90.601.728	131.436.312	757.784.643
Receita bruta	21.742.829,86	34.715.691,22	685.841.916,53	64.732.152,69	142.091.837,49	8.369.931,80	957.494.359,59
Deduções	(4.644.688,51)	(7.732.776,10)	(151.666.124,32)	(13.755.582,54)	(33.165.213,69)	(1.025.316,62)	(211.989.701,78)
Receita líquida	17.098.141,35	26.982.915,12	534.175.792,21	50.976.570,15	108.926.623,80	7.344.615,18	745.504.657,81
Custo	(7.071.718,02)	(14.104.805,00)	(450.626.875,39)	(46.720.328,05)	(94.998.142,17)	(299.810,08)	(613.821.678,72)
Resultado bruto	10.026.423,33	12.878.110,12	83.548.916,82	4.256.242,10	13.928.481,63	7.044.805,10	131.682.979,09
Despesa comerciais							(11.051.514,11)
Despesas gerais e administrativas							(56.367.840,73)
Outras receitas e despesas operacionais							14.274.422,98
Receita de construção							22.060.529,51
Custo de construção							(22.060.529,51)
Receitas financeiras							27.896.129,86
Despesas financeiras							(6.953.831,60)
Resultado financeiro líquido							20.942.298,26
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social							99.480.345,49
Imposto de renda e contribuição social							(26.127.282,06)
Resultado líquido do exercício							73.353.063,43
Reconciliação LAJIDA							
Resultado líquido do exercício							73.353.063,43
Imposto de renda e contribuição social							26.127.282,06
Resultado financeiro líquido							(20.942.298,26)
Amortizações							25.437.264,08
LAJIDA							103.975.311,31

19) Impostos e contribuições sociais

Conforme quadros abaixo, a companhia registra impostos e contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

a) Impostos e contribuições diferidos

Ativo Não Circulante		
IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2019	31/12/2018
Provisão Devedores Duvidosos	4.068.329,22	7.411.209,55
Provisões Cíveis e Trabalhistas	777.712,39	377.859,54
Base de Cálculo	4.846.041,61	7.789.069,09
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	1.647.654,15	2.648.283,49
Passivo Não Circulante		
IRPJ e CSLL Diferido sobre:	31/12/2019	31/12/2018
Depreciação Acelerada	23.836.718,06	24.816.311,39
Base de Cálculo	23.836.718,06	24.816.311,39
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	8.104.484,14	8.437.545,87

b) Impostos e contribuições sociais a compensar

Ativo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a compensar	788.398,10	787.923,54
Imposto de renda e contribuição social (retenções)	86.408,13	71.252,79
Imposto de renda e contribuição social (saldo negativo)	561.932,59	1.234.621,68
PIS/COFINS a compensar	1.314.841,97	973.220,87
TOTAL	2.751.580,79	3.067.018,88
Ativo Não Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a compensar	895.380,99	750.773,90
PIS/COFINS a compensar	9.092.884,61	7.200.563,90
IR/CSLL diferidos	1.647.654,14	2.648.283,49
TOTAL	11.635.919,74	10.599.621,29

c) Impostos e contribuições sociais a recolher

Passivo Circulante	31/12/2019	31/12/2018
ICMS	1.230.861,66	505.772,15
COFINS	1.522.569,20	1.549.520,59
PIS	329.686,12	335.287,77
Outras Obrigações	1.223.990,48	1.228.233,03
TOTAL	4.307.107,46	3.618.813,54

d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes dos impostos	121.966.529,36	99.480.345,49
	121.966.529,36	99.480.345,49
Adições:		
Provisões trabalhistas	241.004,26	962.699,92
Provisões cíveis	173.126,26	40.708,90
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.391.311,48	2.145.344,08
Participação dos administradores	34.232,14	66.211,67
Incentivos estaduais e federais	2.285.765,05	1.377.250,61
Reversão depreciação acelerada	979.591,24	979.591,24
PECLD fiscal	5.411.601,21	6.366.042,94
Outras despesas não dedutíveis	55.767,36	623.735,54
Total das adições	10.572.399,00	12.561.584,90
Exclusões:		
Reversão de provisões	4.778.039,36	2.410.770,06
Juros sobre capital próprio	6.036.843,80	6.447.036,78
Ajuste a valor justo	1.087.892,93	6.932.908,89
PECLD fiscal	-	6.737.135,09
Total das exclusões	11.902.776,09	22.527.850,81
Base de cálculo da CSLL e IRPJ:	120.636.152,27	89.514.079,58
Cálculo da Contribuição Social		
Alíquota de 9%	10.854.172,81	8.050.308,11
CSLL diferida sobre provisões	264.872,48	22.711,79
Recuperação fiscal anos anteriores	(89.974,00)	(2.893.125,71)
CSLL diferida sobre depreciação acelerada	(88.163,16)	2.233.468,03
Contribuição social do exercício	10.940.908,13	7.413.362,22
Cálculo do Imposto de Renda		
Alíquota de 15%	18.095.422,84	13.427.111,94
Adicional de 10% (menos parcela isenta de R\$ 240.000,00)	12.039.615,23	8.927.407,96
Incentivos federais aproveitados no exercício	(2.071.741,36)	(1.730.974,16)
IRPJ diferido sobre provisões	735.756,87	63.088,31
Recuperação fiscal anos anteriores	(246.928,63)	(8.176.792,04)
IRPJ diferido sobre depreciação acelerada	(244.898,58)	6.204.077,85
Imposto de renda do exercício	28.307.226,36	18.713.919,85
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	32,18%	26,26%

20) Provisões para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2019, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O termo provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação, como por exemplo: a tendência jurisprudencial dos tribunais ou a tese já apreciada em tribunais superiores para questões que envolvam matéria de direito, e a produção ou a facilidade de se dispor de provas (documental, testemunhal - principalmente em questões trabalhistas - ou periciais) para questões que envolvam matéria de fato. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Por sua vez, se o prognóstico for possível perda, esta pode acontecer; todavia, esse prognóstico não foi, necessariamente, fundamentado em elementos ou dados que permitam tal informação. Ou, ainda, em um prognóstico possível, os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo. Os processos classificados como de possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

A companhia também provisiona futuros pagamentos de honorários sucumbenciais no processos judiciais onde é parte autora e são classificados como remoto ganho.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com possível perda (não provisionados)	1.859.592,09	3.155.241,63	5.014.833,72
Processos com provável perda (provisionados)	178.497,13	594.948,34	773.445,47
Processos com remoto ganho (provisionados)	4.266,92	-	4.266,92
TOTAL	2.042.356,14	3.750.189,97	5.792.546,11

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final	Reversões	Adições	Saldo Final
	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Provisões trabalhistas	353.944,08	(29.569,88)	270.574,14	594.948,34
Provisões cíveis	23.915,46	(14.277,67)	173.126,26	182.764,05
TOTAL	377.859,54	(43.847,55)	443.700,40	777.712,39

21) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o grupo Petrobras S/A.:

Composição dos Saldos	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
Contas a receber Petrobras	7.922.018,48	7.042.399,81
Ativo não circulante		
Ship or pay	42.627.255,62	44.529.297,31
Passivo circulante		
Fornecedor de gás - Petrobras	104.654.829,16	99.911.432,80
Pessoal cedido	79.497,60	-

Composição dos saldos	31/12/2019	31/12/2018
Receitas com partes relacionadas		
Petrobras S/A	138.396.856,48	121.501.248,00
Compra de Gás Natural		
Petróleo brasileiro S/A	860.747.718,74	726.518.508,15

b) Remuneração e benefícios – Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	31/12/2019	31/12/2018
Administradores	249.216,69	292.514,85
Conselho de administração	202.764,80	183.321,60
Conselho fiscal	74.994,84	74.994,84
Total	526.976,33	550.831,29

22) Despesas por natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2019	31/12/2018
Compra de gás e demais insumos	(679.400.826,80)	(579.524.331,28)
Custos de operação e manutenção da rede	(9.632.813,67)	(10.034.508,17)
Amortização operacional	(25.422.537,66)	(24.262.839,27)
Amortização administrativa	(1.421.509,62)	(1.174.424,81)
Despesas com materiais e serviços	(27.418.077,79)	(25.364.547,75)
Despesas com pessoal	(39.239.168,34)	(38.779.062,06)
Despesas tributárias	(850.881,92)	(2.101.320,22)
Perda no recebimento de créditos	(5.759.131,54)	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	3.342.880,33	(163.114,36)
Outras receitas e despesas operacionais	6.108.292,46	14.437.537,34
Total	(779.693.774,55)	(666.966.610,58)

	31/12/2019	31/12/2018
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(714.456.178,13)	(613.821.678,72)
Despesas comerciais, administrativas e gerais	(61.845.398,16)	(50.115.025,19)
Participação nos lucros ou resultados	(3.392.198,26)	(3.029.906,67)
Total	(779.693.774,55)	(666.966.610,58)

23) Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresenta a seguinte composição:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	4.984.278,95	5.320.888,06
Descontos obtidos	183.767,24	213.844,77
Juros recebidos	699.398,07	1.111.602,65
Multa contratual	305.383,09	167.920,72
Variação monetárias ativa	1.077.073,65	21.081.873,66
Total	7.249.901,00	27.896.129,86

	31/12/2019	31/12/2018
Despesas Financeiras		
Descontos concedidos	(139.599,34)	(88.279,75)
Despesas bancárias	(126.951,92)	(108.852,94)
Juros pagos	(1.667,00)	(53.701,68)
Juros sobre empréstimos	(3.967.316,42)	(4.950.432,94)
Multa por atraso de pagamento	(15.229,34)	(56.676,22)
Variação monetária passiva	(49.171,61)	(1.695.888,07)
Total	(4.299.935,63)	(6.953.831,60)

24) Seguros

A Companhia possui a cobertura pelos principais seguros:

SEGURADORA	TIPO DE SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR	COBERTURA
Ace Seguradora	Responsabilidade civil	até agosto/2020	R\$ 40.324,08	R\$ 5.000.000,00
Gente Seguradora	Patrimonial	até maio/2020	R\$ 4.922,77	R\$ 4.115.000,00

Há também seguros prediais que estão vinculados aos contratos de locação dos imóveis, bem como seguros automotivo decorrentes do IPVA.

25) Créditos (ativo) e débitos (passivo) nas operações de venda e aquisição de gás

O *ship or pay* é cláusula contratual de transporte de gás natural, segundo a qual a concessionária para quem está sendo feito o transporte está obrigada a pagar pelo serviço, mesmo no caso do gás não ser transportado. A Companhia na condição de cliente do fornecedor PETROBRAS, tem registrado em seu ativo, em 31/12/2019, o valor de R\$ 34.606.453,80 a título de *ship or pay*, correspondente a quantidade de 164.648 mil m³ de gás natural, passível de recuperação por parte da Companhia até o ano de 2021. No ano de 2019 ocorreu a recuperação de 15.339 mil m³ de gás natural. Com base no IFRS 9 (CPC 48), relativo a Instrumentos Financeiros, este valor foi acrescido do ajuste a valor justo em R\$ 8.020.801,82, totalizando o montante de R\$ 42.627.255,62.

Já nos contratos de venda de gás natural firmados entre a Companhia e seus clientes, estão estabelecidos compromissos de retiradas de gás natural chamados de *take or pay* que é cláusula contratual que estabelece a regra de que o cliente está obrigado a consumir determinado volume de gás junto ao fornecedor Sulgás, sendo que, se consumir volume inferior ao contratado, deverá pagar penalidade que poderá ser recuperada nos prazos previstos em contrato. Até 31/12/2019 o registro no passivo desses valores somam R\$ 11.320.438,19.

26) Gerenciamento de risco de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposições para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito:** Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Sulgás.

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra, e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível.

- **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

- **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

27) Receitas e custos de construção

Conforme preceitua o CPC 17, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção:

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	34.852.107,69	22.060.529,51
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	34.852.107,69	22.060.529,51
MARGEM	0	0

28) Operações de arrendamento mercantil - IFRS 16 (CPC 06 R2)

A IFRS 16 entrou em vigor para períodos anuais com início em 2019 em substituição ao IAS 17 (Arrendamento – CPC06), IFRIC 4 (Determinar se um acordo contém uma locação – ICPC 03), SIC 15 (Locações Operacionais-Incentivos – ICPC 03) E SIC 27 (Avaliação da Essência de Transações Envolvendo a Forma Legal de um Arrendamento (ICPC 03).

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro.

A adoção inicial deste pronunciamento alcança os ativos arrendados em contratos com vigência superior a 12 meses e com valores individuais por objeto superiores a U\$ 5.000,00 (cinco mil dólares).

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

O impacto estimado para posição patrimonial em 1º de janeiro de 2019 está demonstrado na coluna Previsão em 31/12/18 (abaixo), bem como os valores efetivamente apurados em 01/01/2019 e 31/12/2019 são os seguintes:

	31/12/2019	01/01/2019	Previsão em 31/12/18
Ativo			
Ativos de direitos uso	9.819.638,51	8.430.903,55	8.372.555,85
Amortização de direitos de uso	(1.528.875,16)	-	-
Passivo			
Arrendamento Mercantil	8.290.763,35	8.430.903,55	8.372.555,85
Patrimônio líquido	-	-	-

29) Eventos subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 05 de março de 2020, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis de 31/12/2019.

Antonio Rafael Cereser Pezzella
Diretor Presidente

Walter Fernando Piazza Junior
Diretor Técnico-Comercial

Alex Dornelles da Silva
Contador CRCRS n.º 64077



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... :	ALEX DORNELLES DA SILVA
REGISTRO..... :	RS-064077/O-5
CATEGORIA..... :	CONTADOR
CPF..... :	676.831.420-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 01.04.2020 as 11:26:14.

Válido até: 30.06.2020.

Código de Controle: 326999.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Companhia Estadual de Distribuição
de Energia Elétrica
CEEE - D**



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEZEMBRO 2019



Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

295

Valores expressos em milhares de reais.

SUMÁRIO

Relatório de Administração	
Relatório de Administração	3
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	22
Demonstração dos Resultados	23
Demonstração dos Resultados Abrangentes	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	24
Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
Demonstração dos Valores Adicionados	26
Notas Explicativas	
Notas Explicativas	27
Relatórios	
Declaração dos Diretores	92
Parecer do Conselho Fiscal	94
Manifestação do Conselho de Administração	95
Relatório dos Auditores Independentes	96
Comunicado CAE-D N° 03 Comitê De Auditoria Estatutário	100

SENHORES ACIONISTAS

A Administração da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias Relatório de Administração (RA) e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e, da manifestação do Conselho de Administração.

1. Mensagem da Administração

Para os cidadãos do Rio Grande do Sul

Esta Diretoria Executiva e o seu Conselho de Administração assumiram a gestão do Grupo CEEE entre os meses de maio e junho de 2019, com duas missões: melhorar em tudo o que fosse possível, nos aspectos tangíveis e intangíveis, o desempenho da CEEE-D, e conduzir bem o processo de desestatização, previsto para ocorrer em 2020.

Ao longo do ano, dentre outros através do contingenciamento do orçamento, renegociação de contratos e pagamento de dívidas atrasadas conseguimos reduzir na CEEE-D o déficit operacional de caixa de R\$1,27 bilhão em 2019 para um déficit projetado de R\$805 milhões em 2020. O *callcenter* da CEEE-D, cujo desempenho era um dos piores do setor, foi terceirizado, e a partir de julho passou a atender todos os indicadores regulatórios da ANEEL. O Grupo procurou ter uma postura bastante mais aberta com o restante do setor elétrico, a ANEEL e o Ministério de Minas e Energia, interagindo, procurando trocar experiências e realizando vários benchmarks com as demais empresas do setor. O Planejamento Estratégico foi revisto em agosto e ações prementes há décadas se tornaram realidade, como melhorias na Governança Corporativa com a modernização dos Estatutos Sociais, a constituição de um Comitê de Auditoria Estatutário e de um Comitê de Elegibilidade, a criação de uma área de Compliance, uma reestruturação organizacional que cortou funções gratificadas e deu mais racionalidade a gestão, uma negociação coletiva que logrou reajuste nominal “zero” para salários e benefícios (para contribuir para ajustar o custo de pessoal ao regulatório) a redução de mais de centenas de recomendações em aberto da auditoria interna, o fechamento contábil e a unitização de mais de R\$180 milhões de ativos em operação, que constituíam um passivo regulatório, a certificação ISO 9001:2015 do processo de tratamento das reclamações da Ouvidoria, o desenvolvimento de um projeto para melhorar ainda mais a qualidade dos registros patrimoniais dos balanços contábeis, um forte trabalho na área de Tecnologia de Informação para reforçar e ampliar a segurança dos dados do Grupo e um robusto programa de aperfeiçoamento profissional para preparar os nossos colaboradores para uma nova realidade de mercado, privada. Adicionalmente vários projetos tiveram início em 2019 e continuarão em 2020, como a implantação dos procedimentos da Lei Geral de Proteção de Dados, a implantação de um Canal de Denúncias (que entrou em operação em março de 2020), o desenvolvimento de um novo portal de internet, um trabalho importante visando à redução de horas extras / sobreavisos e a criação de uma Fundação para manter viva a memória do setor elétrico do Rio Grande do Sul.

Os investimentos para melhorar a robustez de suas redes de distribuição de Baixa, Média e Alta Tensão totalizaram R\$ 149,1 milhões e incluíram construções ou isolamentos de oito Linhas de Transmissão e a expansão de 288,5 MVA, com a construção e energização de três novas subestações. Outras nove obras seguem em andamento e serão finalizadas, a sua maior parte, em 2020.

Essas conquistas refletem a busca por anos melhores para a CEEE-D, sob uma gestão privada, com mais investimentos, mais agilidade e eficiência na gestão, com recolhimento integral de impostos e com capacidade de competir em igualdade de condições com as demais empresas do setor. Acreditamos que a CEEE-D, sob gestão privada, tem todas as chances de se tornar, no médio prazo, a melhor empresa do setor elétrico brasileiro.

Boa leitura!

2. Perfil da Empresa

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, uma das empresas pertencentes ao Grupo CEEE, é concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado.

É uma sociedade de economia mista originada do processo de reestruturação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, efetuado em novembro de 2006. Tem como maior acionista a Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-Par, que, por sua vez, tem o Estado do Rio Grande do Sul como acionista majoritário.

A Companhia tem como objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica e serviços correlatos à realização de suas finalidades principais, tais como a comercialização de energia elétrica.

Distribui energia elétrica para um terço do mercado gaúcho, atendendo 26% do território do Estado. Está presente em 72 dos 497 municípios através de 58,8 mil km de redes urbanas e rurais, levando energia elétrica a mais de 4 milhões de pessoas em 1,74 milhão de unidades consumidoras. Atende também 258 consumidores livres.

2.1. Composição Acionária

O Capital Social da CEEE-D, em 31 de dezembro de 2019, totalizava R\$ 23,7 milhões, representado por 9.680.746 ações, sendo 9.516.732 ordinárias e 164.014 preferenciais. Não houve aumento, desdobramento, grupamento ou redução do capital social no último exercício.

Tabela 01

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	CEED3 (ON)	Percentual	CEED4 (PN)	Percentual	ON e PN	Percentual
CEEE-Par	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92
ELETROBRAS	3.067.033	32,23	87.638	53,43	3.154.671	32,59
CUSTÓDIA EM BOLSA - B3	34.924	0,37	22.964	14,00	57.888	0,60
MUNICÍPIOS	33.501	0,34	50.944	31,06	84.445	0,87
OUTROS	453	0,01	1.381	0,85	1.834	0,02
TOTAL	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00

Fonte: Itaú Corretora de Valores S.A. - Serviço de Escrituração de Ações

Data base de dezembro de 2019. São 314 acionistas, sendo 112 pessoas físicas, 67 pessoas jurídicas, 133 prefeituras e 12 Estatais.

2.1.1. Comportamento do preço das ações

De janeiro a dezembro de 2019, as ações ordinárias nominativas (ON) da Companhia foram negociadas em 31 dos 264 pregões do ano e as ações preferenciais nominativas (PN), em 18 dos 182 pregões do ano, entre os mercados à vista e fracionário da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão.

Tabela 02

	CEED3 (ON) (R\$)	CEED4 (PN) (R\$)
Cotação de Fechamento em 31/12/2019	100,00	100,00
Máxima em 2019	119,00	100,00
Média em 2019	65,42	69,30
Mínima em 2019	37,00	45,01
Volume Negociado em 2019 (quantidade ações)	6.566	864
Volume Negociado em 2019 (R\$)	364.559,24	57.380,38

Fonte: B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão mediante consulta realizada em 10/03/2020 em Resumo das negociações

2.1.2. Atendimento aos acionistas

As informações societárias da CEEE-D estão disponíveis no site <http://ri.cee.com.br>. Em caso de dúvidas, ainda é disponibilizado o e-mail ri@cee.com.br como contato, além de atendimento via telefone pelo número +55 51 3382-4041 e +55 51 3382-2815, em dias úteis das 9h às 17h.

A Companhia possui contrato de prestação de serviços de escrituração de ações com a Itau Corretora, a qual possui canal exclusivo para atendimento aos acionistas.

2.1.3. Relações com o mercado

A Companhia realizou na data de 09 de dezembro de 2019 a sua primeira Reunião Pública Anual, com a apresentação institucional de resultados do 3º trimestre e da área técnica de distribuição, contando com a presença de analistas, investidores e jornalistas, em reunião realizada em parceria com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – APIMEC, em São Paulo. A apresentação está disponível para download no site da CVM, B3 e de RI da Companhia.

2.2. Reconhecimentos

2.2.1. Medalha Eloy Chaves

A CEEE-D recebeu, em novembro, a medalha Eloy Chaves - Ano 2018, que destaca empresas do setor elétrico na área de Segurança do Trabalho. A CEEE-D conquistou a medalha de ouro na categoria “Distribuidoras com mais de 2 mil empregados”, concedida pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica e pela Fundação COGE. Essa é a terceira vez que a CEEE-D recebe esse destaque, já tendo sido premiada em 2011 e 2017.

2.2.2. Marcas de Quem Decide 2019: 3ª empresa pública mais lembrada e preferida

Pelo 22º ano, as marcas mais lembradas e preferidas em diversos segmentos empresariais do Rio Grande do Sul são analisadas no “Marcas de Quem Decide”, iniciativa do Jornal do Comércio e da Qualidata Pesquisas. Dentre os destaques da pesquisa está o Grupo CEEE, que conquistou o 3º lugar dentre as Empresas Públicas Gaúchas com 19% de lembrança e 12,6% de preferência, segundo os entrevistados. Das 15 marcas referidas no levantamento, a do Grupo CEEE ficou atrás apenas do Banrisul e da Corsan.

3. Gestão e Governança Corporativa

3.1. Desestatização

Em 04 de julho de 2019, foi sancionada a Lei Estadual n. 15.298 que autoriza a desestatização da Companhia. Ato subsequente, em 16 de agosto de 2019, foi assinado contrato entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para estruturar o processo de desestatização da Companhia, considerando o objetivo de realização de alienação das ações da Empresa, com transferência do controle acionário, conforme especificações do Edital e de seus anexos. Em 19 de novembro de 2019, foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Homologação do Pregão Eletrônico nº 40/2019 – BNDES, tendo sido adjudicado o seu objeto ao Consórcio Minuano Energia e à Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.

3.2. Governança Corporativa

A Companhia faz parte do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão (antiga BM&F Bovespa). Dentre as práticas adotadas estão aquelas constantes do regulamento de Governança Corporativa do Nível 1, que compreendem, dentre outras, a publicação do calendário de eventos corporativos da companhia, a realização de reunião pública anual com analistas e investidores, a política de negociação de valores mobiliários e do uso de informações privilegiadas e o Código de Conduta.

A estrutura da Administração da empresa é constituída por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e pela Diretoria Executiva. Além disso, completa a estrutura de governança a Auditoria Interna, a Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Elegibilidade e o Conselho de Consumidores.

Em 01 de novembro de 2019, foi criada a Assessoria de Gestão de Participações, a qual tem como propósito acompanhar o desempenho econômico-financeiro consolidado das Sociedades de Propósito Específico - SPE em que a Holding e as empresas do Grupo CEEE têm participação, apurando os resultados e monitorando indicadores, verificando o impacto sobre as empresas do Grupo CEEE, prestando subsídio à diretoria em suas decisões e fortalecendo a Governança Corporativa no uso de informações relevantes.

3.3. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2019-2023 teve sua revisão aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em agosto de 2019. Dos 28 projetos que o compuseram, 04 foram concluídos:

- a) Ampliação do Escopo do Sistema de Gestão da Qualidade: ampliação do escopo de certificação da CEEE-D na Norma ISO 9001:2015. Concluído em 30 de agosto de 2019, com a efetiva inclusão do processo de tratamento das reclamações da Ouvidoria no escopo da certificação.
- b) Estruturação da Área de *Compliance*: adequação da Companhia à Lei 13.303/16 e às melhores práticas de governança corporativa. Concluído em outubro de 2019, com a efetivação da estruturação física da área de *compliance*, incluindo a transferência de empregados para a nova unidade organizacional.
- c) Modernização do Estatuto Social: modernização e adequação do Estatuto Social às melhores práticas de governança corporativa e às boas práticas de mercado. Foi concluído em 07 de dezembro de 2019, com o arquivamento/registro do Estatuto atualizado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.
- d) Acuracidade das Contas do Balanço Patrimonial: concluído em fevereiro de 2020, com a conciliação de todas as contas do ano de 2019.

O restante dos projetos permanece em andamento e com monitoramento mensal, pois ou estão em fase de conclusão ou possuem prazo de conclusão por mais de um ciclo do Planejamento Estratégico.

O Planejamento Estratégico 2020-2024 foi aprovado em novembro de 2019, orientado pelas diretrizes e pelos objetivos estratégicos a seguir:

Diretrizes:

- a) Empresa perfeita, empresa ideal, melhor empresa do setor;
- b) Agregar valor ao negócio;
- c) Minimizar agravamento econômico-financeiro;
- d) Preparar a empresa para a desestatização;
- e) Focar na empregabilidade;
- f) Buscar atendimento aos parâmetros regulatórios.

Objetivos:

- a) Implementar melhorias no processo de gestão;
- b) Melhorar o desempenho econômico-financeiro;
- c) Excelência operacional;
- d) Satisfação dos clientes.

Para atendimento dessas diretrizes e objetivos, foram identificados 33 projetos/iniciativas que compõem o Mapa Estratégico da CEEE-D, o qual está disponível para consulta no site <http://ri.cee.com.br/>. Todos os projetos são acompanhados mensalmente através da Sala de Monitoramento de Projetos Estratégicos.

3.4. Integridade Corporativa

3.4.1. Canal de Denúncias Independente

Em dezembro de 2019, a Companhia realizou a contratação de um canal de denúncias independente para o recebimento de relatos sobre condutas antiéticas e ilegalidades praticadas por seus empregados, dirigentes, fornecedores ou prestadores de serviços, cujo certame teve como vencedor a empresa 0800Brasil, que passou a executar os serviços em março de 2020.

As denúncias podem ser realizadas através de site na internet (www.0800brasil.com.br/cee) ou através do telefone 0800 580 0039, onde o atendimento é realizado das 9h às 18h por analistas especializados. Essa importante ação permite maior transparência ao tratamento das denúncias, cujo andamento pode ser

consultado mediante protocolo e senha fornecidos no momento do relato, seja qual for o meio utilizado para a denúncia (internet ou telefone) e a anonimidade do denunciante, evitando qualquer tipo de retaliação.

3.4.2. Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

A fim de se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18, a empresa estruturou projeto para sua implantação, o qual passou a ser tratado como prioritário, vindo a compor o Planejamento Estratégico 2020-2024. Iniciado em 2019, o projeto terá continuidade em 2020, quando o resultado da etapa de inventário de dados pessoais será traduzido em recomendações e estas em planos de ação a serem executados para o atendimento da LGPD.

3.4.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

Iniciado no segundo semestre de 2019, tem como principal objetivo a estruturação da gestão padronizada de riscos e controles internos na companhia, aperfeiçoando e equalizando as práticas já existentes. O projeto deverá estar concluído em 2020, oportunizando a consolidação dos riscos em um único processo de gestão e em uma única ferramenta de controle.

3.4.4. Ética

A Companhia possui um Código de Ética, o qual está disponível a todos os interessados no [site www.ceee.com.br](http://www.ceee.com.br).

3.4.5. Organização e Gestão

A CEEE-D mantém um Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) certificado com base na norma ABNT NBR ISO 9001:2015 desde janeiro de 2010. Sistemáticamente, a companhia realiza ampliações no escopo de certificação do seu Sistema de Gestão, seja para atender ao órgão regulador, seja para ampliar a gestão da qualidade em seus processos.

Em 2019, a Distribuidora ampliou o escopo do SGQ com a inclusão do processo de Tratamento de reclamações Ouvidoria, recebendo em 30 de agosto de 2019 a recomendação de certificação pela Fundação Vanzolini, organismo certificador contratado para realizar as auditorias externas e verificar a conformidade do Sistema de Gestão.

Foi confirmada a manutenção da certificação ISO 9001, em 21 de fevereiro de 2020, no seguinte escopo: Coleta dos dados e apuração dos indicadores de continuidade, individuais e coletivos, do fornecimento de energia elétrica; Coleta dos dados e apuração dos padrões de atendimento comercial; Coleta e geração dos dados para apuração dos indicadores de qualidade do atendimento telefônico; Avaliação técnica de equipamentos de medição; Tratamento de reclamações dos consumidores e Tratamento de reclamações Ouvidoria.

4. Desempenho Operacional

4.1. Setor de Energia Elétrica no Brasil

O setor elétrico brasileiro está estruturado para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica, a modicidade tarifária e de preços e, também, para promover a inserção social por meio de programas de universalização do atendimento.

No segmento de distribuição, de acordo com os dados informados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, o ano de 2019 fechou com crescimento de 1,4% no consumo nacional de energia elétrica. Nesse período, o consumo cativo apresentou aumento de 1,2% e a migração de consumidores favoreceu o aumento do consumo livre, que finalizou o ano com avanço de 1,9%. O montante de energia distribuída em 2019 chegou a 482 TWh contra 475 TWh verificado no ano anterior.

Ainda, de acordo com a EPE, o consumo residencial de energia elétrica apresentou crescimento de 3,1% em 2019, impulsionado por forte alta nos trimestres de temperaturas mais elevadas, e a região sul do país apresentou incremento de 3,5% nessa classe. Nesse período, o consumo médio nas residências do país registrou aumento de 1,7% em relação a 2018, ficando em torno de 160 KWh/mês.

O consumo de energia industrial no Brasil, por sua vez, apresentou queda de 1,6% em 2019 frente a 2018, sobretudo em função dos ramos extrativo de minerais metálicos (-11,0%), químico (-7,4%) e metalúrgico (-1,5%). Na região sul, o resultado da indústria foi positivo em 1,2%, comparado ao ano anterior, impulsionado pelo bom desempenho do ramo alimentício. O consumo comercial no Brasil aumentou 4,0% no ano de 2019. Por outro lado, o Rio Grande do Sul apresentou queda de 0,8% comparativamente a 2018.

4.2 Mercado de Distribuição de Energia Elétrica

O número de unidades consumidoras faturadas da CEEE-D em dezembro de 2019 foi de 1.743.388, apresentando crescimento de 1,37% sobre o mesmo período do ano anterior, como se pode observar na Tabela 03:

Tabela 03 – Número de Consumidores por Classe – 2013-2019

Número de Consumidores							
Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Residencial	1.325.987	1.352.981	1.374.764	1.394.974	1.422.587	1.457.609	1.475.401
Industrial	13.558	13.438	13.006	12.715	12.750	13.013	12.276
Comercial	140.911	143.831	144.646	145.371	147.099	149.365	154.852
Rural	84.310	85.362	86.774	88.146	89.043	90.915	91.812
Poderes Públicos	7.442	7.568	7.644	7.942	7.951	7.795	7.788
Iluminação Pública	94	93	92	100	96	103	98
Serviço Público	788	799	814	828	849	875	892
Suprimentos p/ agentes de distribuição	3	3	3	3	3	3	11
Consumidores Livres	27	37	50	123	168	185	258
Total	1.573.120	1.604.112	1.627.793	1.650.202	1.680.546	1.719.863	1.743.388
Variação	2,55%	1,97%	1,48%	1,38%	1,84%	2,34%	1,37%

O ano de 2019 apresentou um incremento de 23.525 unidades consumidoras, sendo 17.792 da classe residencial. Ocorreram migrações de 73 unidades consumidoras para o mercado livre (incremento de 39,5%), sendo 21 industriais, 50 comerciais e 2 rurais. Assim, os números totais de cada classe de consumidores, no ano de 2019, podem ser verificados na tabela anterior (tabela 03).

A despeito desse aumento do número de consumidores, a distribuição de energia elétrica da CEEE-D finalizou 2019 com variação de -2,3% em relação a 2018, finalizando o ano com a distribuição de 7.990 GWh contra 8.179 GWh verificado no período anterior.

O mercado cativo da distribuidora reduziu-se em 3,8% em relação ao mercado verificado em 2018, encerrando 2019 com a distribuição de 6.566 GWh ao seu mercado cativo, contra 6.825 GWh realizada em 2018.

Tabela 04 - Mercado Cativo e Livre – 2013/2019 – CEEE-D

Mercado Atendido								
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2019/2018 %
Energia Faturada	7.884,50	8.166,13	7.694,78	7.161,08	6.825,97	6.824,51	6.566,43	-3,8%
Fornecimento	7.863,30	8.138,08	7.665,48	7.129,95	6.797,24	6.793,82	6.531,64	-3,9%
Residencial	2.840,12	3.066,80	2.879,62	2.924,18	2.913,12	3.003,53	3.026,22	0,8%
Industrial	1.460,49	1.317,44	1.154,21	739,50	575,25	519,65	432,44	-16,8%
Comercial	2.289,01	2.437,09	2.327,94	2.067,08	1.895,26	1.833,67	1.738,80	-5,2%
Rural	543,86	567,86	561,02	580,83	599,40	630,21	538,74	-14,5%
Poderes Públicos	295,31	308,26	295,96	360,95	349,54	334,46	326,67	-2,3%
Iluminação Pública	232,78	228,97	231,60	238,00	237,68	240,86	239,08	-0,7%
Serviço Público	201,74	211,65	215,14	219,42	227,00	231,43	229,70	-0,7%
Suprimentos p/ agentes de distribuição	21,20	28,05	29,30	31,13	28,72	30,68	34,79	13,4%
Uso da Rede de Distribuição	608,13	755,08	765,04	976,04	1.366,70	1.354,33	1.423,57	5,1%
Consumidores livres	608,13	755,08	765,04	976,04	1.366,70	1.354,33	1.423,57	5,1%
Total	8.492,63	8.921,21	8.459,82	8.137,12	8.192,67	8.178,83	7.990,00	-2,3%
Variação	2,5%	5,0%	-5,2%	-3,8%	0,7%	-0,2%	-2,3%	

4.3. Perdas

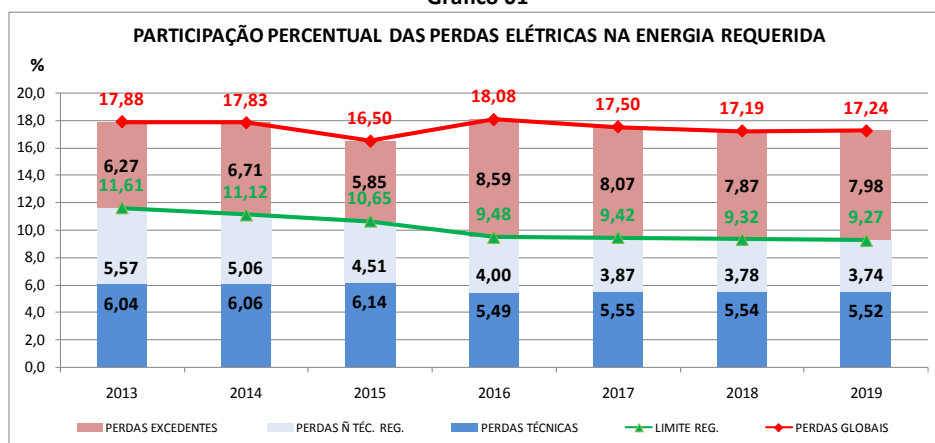
As perdas globais de energia (ou totais) correspondem ao somatório das perdas técnicas e não técnicas. Para cada uma dessas parcelas há um valor reconhecido em tarifa pela ANEEL, resultando em prejuízo para a distribuidora todo o valor que exceder a essas referências. A perda técnica é o montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre a fronteira da distribuidora (fornecimento) e o ponto de consumo. As perdas não técnicas, conforme definição da ANEEL, correspondem à diferença entre as perdas

globais e as perdas técnicas, considerando, portanto, todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento e unidades consumidoras sem equipamento de medição.

Em 2019 foram realizadas 105,85 mil inspeções de campo, resultando na regularização de 23.054 unidades consumidoras, o que corresponde a uma assertividade de 21,8% do serviço realizado. A apuração dos montantes de energia elétrica calculados durante o ano de 2019 resultou na disponibilização de R\$ 51,3 milhões em cobrança. Os demais projetos, como Sistema de Medição Centralizado, Sistema de Medição Indireta e Incremento da Energia que passou a ser registrada após a regularização, foram responsáveis por incrementar em R\$ 132,9 milhões o faturamento da empresa.

Mesmo tendo realizado as ações descritas acima e tendo alcançado os resultados apresentados, o índice de perdas elétricas globais acumuladas em 2019, quando comparado a 2018, apresenta elevação de 0,05%. Cabe destacar que, como ocorrido em 2018, a tendência nacional era de elevação dos índices de perda.

Gráfico 01



Fonte: Coordenadoria de Regulação.

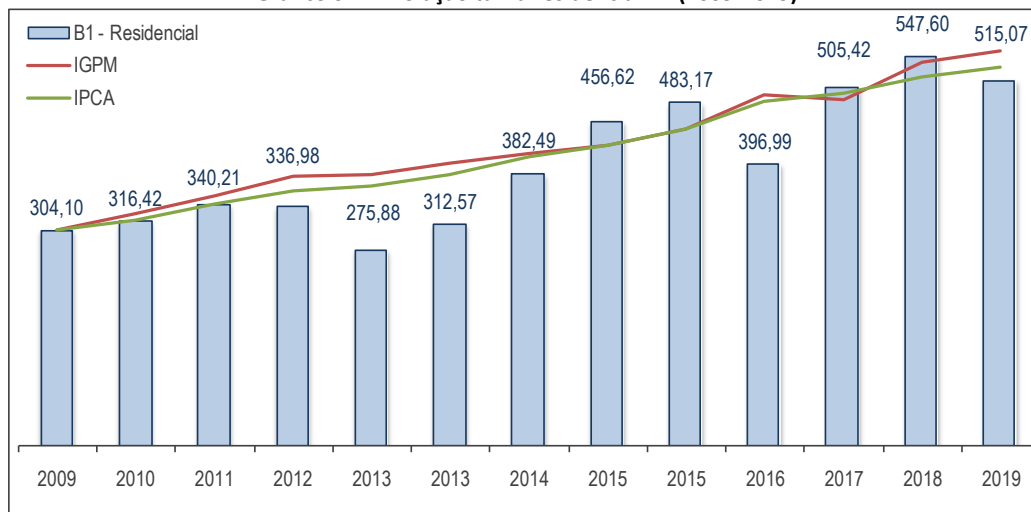
4.4. Aspectos Regulatórios

4.4.1. Reajuste Tarifário

A CEEE-D passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) em 2019 e teve suas tarifas homologadas, em 22 de novembro, pela Superintendência de Gestão Tarifária (SGT) da ANEEL. O Efeito Médio ao Consumidor sobre os níveis de Alta Tensão (AT) e Baixa Tensão (BT) foi de -5,06%, sendo -3,26% o efeito percebido pelos consumidores conectados em Alta Tensão e -5,82% para os clientes de Baixa Tensão. A tarifa residencial convencional, sem impostos, passou de R\$ 547,60 para R\$ 515,07 por MWh.

Como se pode verificar no Gráfico 02, a evolução da Tarifa B1 (Baixa Tensão da Classe Residencial) da CEEE-D nos últimos dez anos foi de 69,4%, índice abaixo da variação do IGP-M (83,1%) e IPCA (75,3%) no mesmo período.

Gráfico 02 – Evolução tarifa residencial B1 (2009-2019)

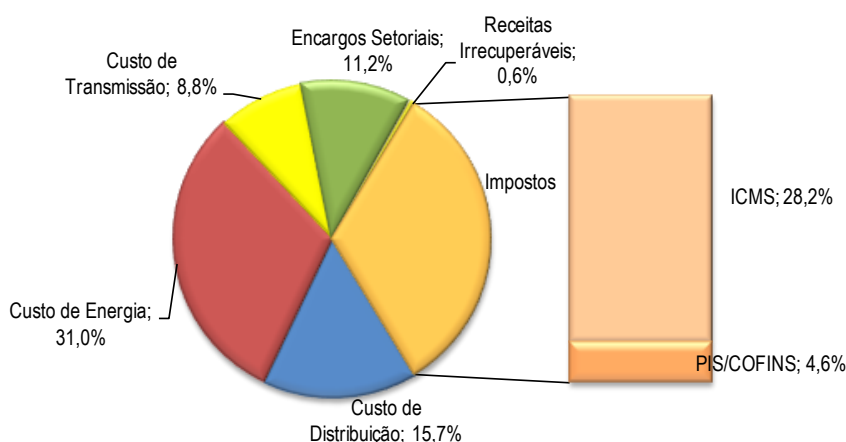


O efeito médio ao consumidor é resultado do cálculo do reajuste econômico (variação da receita necessária para cobrir custos com Parcela A e Parcela B), acrescido do reajuste financeiro (que compensa valores da Parcela A de anos anteriores) que se integrará por 12 meses à tarifa. Além disso, retiram-se os financeiros aplicados no último reajuste.

No reajuste tarifário de 2018, os componentes financeiros totalizaram R\$ 234.756.566,56. Esse valor foi cobrado do consumidor através da tarifa até 21 de novembro de 2019. No dia 22 de novembro, esses componentes financeiros foram retirados da tarifa, representando redução de 6,14% na tarifa percebida pelo consumidor e entraram em vigor os novos componentes financeiros, que totalizaram R\$ 199.695.119,09. Esses novos componentes contribuíram positivamente em 5,71% para o resultado do reajuste tarifário. O item de maior impacto no resultado negativo do RTA 2019 foi o Encargos Setoriais (-7,47%), principalmente em função da quitação do saldo devedor da Conta Ambiente de Contratação Regulada – a Conta-ACR. O custo com Compra de Energia teve contribuição de -0,92%. Por sua vez, os Custos de Distribuição (Parcela B) contribuíram em 1,33% e os custos com transmissão, 2,49%.

A composição da tarifa está demonstrada no Gráfico 03.

Gráfico 03 – Composição da tarifa CEEE-D – RTA 2019



4.4.2. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, Encargos de Serviço do Sistema (ESS) de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas. Já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha, há uma cobrança adicional proporcional ao consumo.

Em 21 de maio de 2019, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Resolução Homologatória nº 2.551, que estabeleceu as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, com vigência a partir de junho de 2019.

Tabela 05

Cor da Bandeira	Valor (R\$/MWh)
Verde	0
Amarela	13,43
Vermelha 1	41,69
Vermelha 2	62,43

A receita total antecipada através do mecanismo de Bandeiras Tarifárias para a CEEE-D foi de R\$ 82,7 milhões, valor este resultante da soma dos valores de receita de faturamento com bandeiras tarifárias (R\$ 82,2 milhões) e do saldo de repasse da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 500 mil¹).

¹ O valor de R\$ 500.000,00 é resultado dos valores creditados a título de CCRBT de R\$ 9,2 milhões, descontados os valores repassados de CCRBT de R\$ 8,6 milhões.

Esses recursos relacionam-se à cobertura de custos associados às liquidações do Mercado de Curto Prazo, Risco Hidrológico, Encargos de Serviços do Sistema e alguns custos inerentes aos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEAR-D). Não tivessem sido antecipados tais valores à concessionária, tais custos teriam sido repassados ao consumidor no Reajuste Tarifário Anual, acrescidos de correção financeira. Dessa forma, o mecanismo de Bandeiras Tarifárias beneficia a distribuidora e seus consumidores, contribuindo para a modicidade tarifária.

4.4.3 Compra de Energia

O portfólio de contratos da CEEE-D é composto pelos contratos decorrentes de participações no Ambiente de Contratação Regulada (CCEAR), Contratos Bilaterais e contratações compulsórias de Itaipu, Proinfa, Cotas de Angra I e II (Eletronuclear) e Cotas de Garantia Física.

A tabela 06 demonstra os principais resultados em 2019 na comercialização de energia:

Tabela 06

COMPRA DE ENERGIA – 2019*		
ORIGEM	ENERGIA (MWh)	CUSTO (R\$ MIL)
Contratação líquida	9.394.533	1.773.439
Exposição de Curto Prazo - SPOT	-946.431	311.818
Total da energia comprada	8.448.102	2.085.256

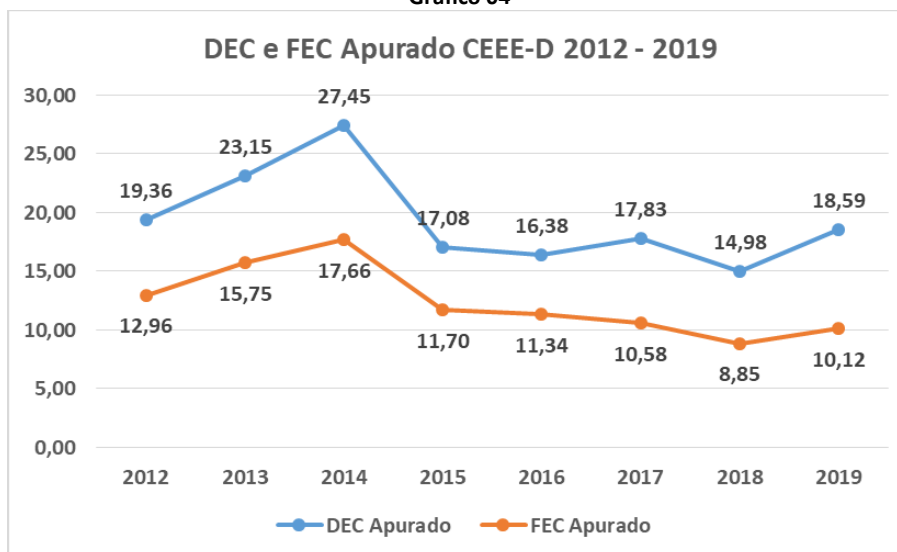
*competência janeiro a dezembro

A contratação líquida (soma do portfólio de contratos subtraída dos montantes cedidos no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD) totalizou um montante de energia de 9.394.533 MWh, resultando num custo de R\$ 1,8 bilhão. Devido à situação de sobrecontratação da companhia, ou seja, excesso de contratos em relação à carga, ocorreu compulsoriamente a venda da energia excedente no Mercado de Curto Prazo – MCP (946.431 MWh). Apesar da energia vendida no MCP ser fonte de receita à distribuidora, os demais custos que compõem o valor pago na liquidação do Mercado de Curto Prazo excedem a referida receita. Assim, a CEEE-D pagou R\$ 311,8 milhões à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em razão do custo do MCP, que engloba, entre outras rubricas, o Risco Hidrológico e os Encargos de Serviços do Sistema. Com isso, o total de energia comprada foi de 8.448.102 MWh, perfazendo um custo de R\$ 2,1 bilhões.

4.4.4. Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade – DEC e FEC

No Gráfico 04, são apresentados os indicadores DEC e FEC Apurados pela CEEE-D no período de 2012 a 2019. Conforme pode ser verificado, entre 2018 e 2019 ocorreu elevação do DEC Apurado, de 14,98 para 18,59 e também do FEC Apurado, de 8,85 para 10,12.

Gráfico 04



Fonte: Divisão de Operação

Considerando o indicador ao final do ano de 2019, tanto os limites de DEC quanto os de FEC foram violados. As extrapolações dos limites supracitados devem-se, principalmente, às condições meteorológicas desfavoráveis ocorridas ao longo de 2019 nos municípios atendidos pela CEEE-D. Durante este ano, houve eventos recorrentes de baixa e média intensidade espalhados por toda a área de concessão. Apesar de constantes, boa parte dos eventos não atingiram a condição de severidade exigida pela regulação do setor elétrico para caracterização de interrupções ocorridas em situação de emergência ou mesmo, em situação de dia crítico. Esse cenário dificulta o atendimento dos serviços na rede de distribuição e implica na degradação dos indicadores de qualidade dos serviços.

4.4.5. Centralização da Gestão de Serviços Comerciais da Divisão de Operação

Em 2019, foi concluída a centralização da gestão da execução dos serviços técnico-comerciais na Divisão de Operação, com a criação do Departamento de Gestão de Serviços. A partir disso, foi possível intensificar os estudos de quantitativos necessários de equipes leves na área de concessão da CEEE Distribuição, resultando em desdobramentos para contratações de equipes leves com 03 (três) focos diferentes, considerando as peculiaridades e demandas de cada região, conforme demonstra-se a seguir:

- Contratação de equipes, remuneradas por quantidade de serviços realizados, para execução dos serviços de corte e religação na caixa de proteção (CP) e no ramal de ligação para fins de regularização de débitos de irregularidade e de autorreligação, no âmbito das Regionais Sul e Litoral Sul da CEEE Distribuição;
- Contratação de equipes, remuneradas por quantidade de serviços realizados, para execução dos serviços de ligação, corte e religação na caixa de proteção (CP) e no ramal de ligação, substituição, deslocamento e retirada de medidores e ramais de ligação, notificação e vistoria do padrão de entrada, no âmbito das Regionais Sul, Litoral Sul e Litoral Norte da CEEE Distribuição;
- Contratação de equipes tipo leve sem cesto aéreo 1.000 kg, remuneradas por disponibilidade, para atendimento de serviços técnico-comerciais e de manutenção emergencial em redes de distribuição de energia elétrica, no âmbito das Regionais Centro Sul, Litoral Norte e Campanha da CEEE Distribuição.

4.4.6. Questões Regulatórias Supervenientes

Em 2019, cumpre ressaltar o lançamento pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) da AP nº 001/2019 (contribuições de 24 de janeiro a 19 de abril) e da CP nº 025/2019 (17 de outubro a 30 de novembro), ambas sobre Micro e Minigeração Distribuída (MGD), com vistas a modificar a REN nº 482/2012 e o Módulo 3 do PRODIST.

Ainda, destaca-se a realização também por parte da ANEEL da AP nº 009/2019 e da CP nº 026/2019 (ambas sobre o WACC), das CP's nº 007/2019 e nº 023/2019 (as duas sobre o Fator X), da CP nº 011/2019 (Custos Operacionais), da CP nº 018/2019 (Perdas e Receitas Irrecuperáveis) e da CP nº 025/2019 (CVA e itens financeiros).

4.4.7. Qualidade do Atendimento Telefônico

Em 2019, a CEEE-D contratou uma empresa para a prestação do serviço de atendimento telefônico, qualificando o acesso do cliente a esse canal. Conforme estabelecido pela ANEEL na Resolução Normativa nº 414/2010, a CEEE-D deve atender mais de 85% das ligações telefônicas com fila de espera de até 30 segundos, tendo apresentado resultado superior a 90% desde a entrada em operação da empresa terceirizada. Outro indicador regulatório, constante na mesma resolução citada anteriormente, estabelece que podem ser abandonadas menos de 4% das ligações telefônicas com fila de espera acima de 30 segundos, tendo alcançado resultado inferior a 2%.

5. Investimentos

Em 2019, o valor total investido no conceito caixa (valor desembolsado), em Redes de Distribuição de Baixa Tensão, Média Tensão e Alta Tensão foi de R\$ 169,12 milhões. Para 2020, o valor do investimento projetado é de R\$ 149,1 milhões.

Para o Sistema de Distribuição em Alta Tensão, em 2019, foram concluídas as construções ou reisolamentos de 08 (oito) Linhas de Transmissão, estando em andamento mais 05 (cinco) novas obras em construção ou recondutoramento. No Quadro 01 são apresentadas essas principais obras do Sistema de Distribuição em Alta Tensão:

Quadro 01

Capacidade de Transmissão Expandida - Linhas de Transmissão			
Linha Transmissão - Trecho	Extensão (km)	Discriminação	Situação
LT 138kV QUINTA X PELOTAS 1	39,6	Reisolamento	Concluída em 2019
LT 69kV VALVORADA 2	3,77	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PORTO ALEGRE 12 X PORTO ALEGRE 5	3,6	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PORTO ALEGRE 14 X PORTO ALEGRE 15	6,97	Construção	Concluída em 2019
LT INTEGRAÇÃO VIAMÃO 3	0,86	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV INTEGRAÇÃO RESTINGA	0,34	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PAL20 - FRAPORT	3,75	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV PAL6 – UFRGS2	0,85	Construção	Concluída em 2019
LT 69kV VIAMÃO 1 X ÁGUAS CLARAS	22,13	Construção	Em andamento
LT 69kVCHARQUEADAS 2 X AREAL	30	Construção	Em andamento
LT 69kV RAMAL TORRES 2	5,5	Construção	Em andamento
LT 138 kV RAMAL SALSO	0,2	Construção	Em andamento
LT 69kV CAMAQUÃ 3 x CAMAQUÃ 1	1,55	Recondutoramento	Em andamento
Total	119,12	Extensão em quilômetros	

Também, para esse mesmo período, a expansão em subestações de Distribuição foi de 288.500 kVA (Quilovolt-ampère), ou seja, 288,5 MVA (Mega Volt Ampères) com a construção e energização de 03 (três) novas subestações e em andamento a construção ou ampliação de outras 09 (nove). No Quadro 02 são apresentadas essas principais obras de Subestações de Distribuição:

Quadro 02

Capacidade de Transmissão Expandida - Subestações			
Subestação	Potência Adicional (MVA)	Obra	Situação
SE PORTO ALEGRE 15	50	Construção	Concluída em 2019
SE ALVORADA 2	50	Construção	Concluída em 2019
SE FRAPORT**	25	Construção	Concluída em 2019
SE UFRGS2***	0	Construção	Concluída em 2019
SE PELOTAS 1*	62,5	Ampliação	Em andamento
SE PORTO ALEGRE 20 (AEROPORTO)	50	Construção	Em andamento
SE OSÓRIO 1	15	Ampliação	Em andamento
SE PORTO ALEGRE 16	50	Ampliação	Em andamento
SE 138kV SALSO	12,5	Construção	Em andamento
SE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	15	Ampliação	Em andamento
SE PINHAL	16	Ampliação	Em andamento
SE GUÁIBA 1	15	Ampliação	Em andamento
SE SÃO LOURENÇO	15	Ampliação	Em andamento
Total	288,5	Potência em Mega Volt Ampere	

*A potência mencionada para essa subestação refere-se à melhoria gerada pelo incremento na instalação de novos transformadores, porém, devido à desativação de transformadores existentes, não houve aumento de potência de transformação, portanto não foram consideradas na somatória apresentada

**A potência mencionada para esta subestação refere-se à melhoria gerada e a disponibilidade de carga a um cliente particular. O setor de Alta Tensão 69kV é operado e mantido pela CEEE-D.

*** Trata-se somente do setor de Alta Tensão em 69kV operado e mantido pela CEEE-D.

5.1. Modernização Tecnológica

Ao longo de 2019, foram implementadas melhorias nos sistemas de Gestão Empresarial (ERP) e Comercial (SGC), além do desenvolvimento de novos painéis de indicadores que auxiliam a gestão no monitoramento do desempenho operacional e estratégico da Companhia.

Em atendimento ao Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e com adesão obrigatória até 2018, a Companhia, em 2019, consolidou as fases 1, 2 e 3 já implantadas, realizando ajustes e melhorias. Durante este mesmo período, foram realizados também os desenvolvimentos necessários para atendimento a fase 4 do eSocial, focada nos eventos de Saúde e Segurança do Trabalho.

Visando garantir a segurança dos Sistemas Corporativos, em 2019, foram realizadas atualizações dos controladores de Domínio, Correio Eletrônico, Banco de Dados e Kernel do SAP, além da implantação de ferramenta para prevenção a vazamento de dados (Data Loss Prevention – DLP), a qual realiza o monitoramento e controle de todas as informações trafegadas através das portas USB dos computadores.

Foi implementado, em 2019, o ComCli (Comunicação com o Cliente), cujo objetivo é realizar uma previsão de tempo de atendimento mais próxima daquela que efetivamente será realizada. Desenvolvida pelos próprios

funcionários da Companhia, o sistema utiliza heurística em PL/SQL para realizar os cálculos da previsão de restabelecimento de energia para informar aos consumidores.

Foi desenvolvido também um novo Portal de Internet, que irá modernizar o acesso às informações da Companhia, estando prevista sua entrada em produção no primeiro trimestre de 2020. Desenvolvido pelos próprios funcionários, com adoção de tecnologia Open Source, esse novo Portal gerou um mínimo de custos para a Companhia.

Na área de distribuição, foi aprovado, em 2019, o Projeto de Mobilidade da CEEE-D o qual consiste na implantação de solução de tecnologia móvel, integrada ao SAP/PM. Essa medida, que permitirá que as ordens de serviço de manutenção e inspeção das instalações e equipamentos de Distribuição de Alta Tensão, antes geradas e controladas através de fluxos “mistos”, passem a ser viabilizadas de forma totalmente digital, incluindo a distribuição para as equipes, registro do serviço realizado em tempo real e geração automática de relatórios. O contrato foi assinado em 05 de março de 2020.

Os benefícios são diversos, cabendo destacar a maior agilidade no atendimento de ordens de serviço e notas de inspeção, com maior produtividade das equipes de campo, maior assertividade das informações referentes aos serviços executados, pois elimina a necessidade de digitação posterior, acesso fácil e confiável às informações de cadastro, de serviço, de manuais e de procedimentos. Ainda pode-se realizar a consulta remota a estoques de materiais em depósito, reservas de materiais e equipamentos em almoxarifados a partir do local de serviço, geo localização dos serviços executados e anexar fotos e vídeos, fazer marcações sobre as imagens para sinalizar defeitos ou fazer marcações em equipamentos diretamente nas ordens de serviço.

6. Balanço Social – Indicadores Sociais

Balanço Social						
1 - BASE DE CÁLCULO	Dezembro 2019 (valor em mil R\$)			Dezembro 2018 (valor em mil R\$)		
Receita líquida (RL)	3.388.151			3.333.828		
Resultado operacional (RO)	-557.551			-457.326		
Folha de pagamento bruta (FPB)	345.715			383.322		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Plano de Saúde	9.976	3%	0%	10.616	3%	0%
Saúde e Segurança Ocupacional	77	0%	0%	92	0%	0%
Serviços Médicos e Laboratoriais	761	0%	0%	974	0%	0%
Vestuário, EPIs e Equipamento de Proteção	2.566	1%	0%	2.707	1%	0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	27	0%	0%	11	0%	0%
Alimentação	33.017	10%	1%	41.038	12%	1%
Creches ou Auxílio-Creche	2.965	1%	0%	3.414	1%	0%
Previdência Privada	128.075	37%	4%	83.678	24%	2%
Encargos Sociais Compulsórios	92.981	27%	3%	93.358	27%	3%
Participação nos Lucros ou Resultados	5.413	2%	0%	48	0%	0%
Vale Transporte - Excedente	928	0%	0%	839	0%	0%
Outros Benefícios	63	0%	0%	111	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	276.849	80%	8%	236.886	69%	7%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.707	1%	0%	605	0%	0%
Cultura	419	0%	0%	425	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	5.126	1%	0%	1.030	0%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.000.059	359%	59%	1.909.089	342%	56%
Total - Indicadores sociais externos	2.005.185	360%	59%	1.910.119	343%	56%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (em mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Meio Ambiente	179	0%	0%	7	0%	0%
Poda e Desmatamento	9.933	2%	0%	6.033	1%	0%
Eficiência Energética	50	0%	0%	6.461	1%	0%
Outros	221	0%	0%	148	0%	0%
Total dos investimentos em meio ambiente	10.383	2%	0%	12.649	2%	0%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%:	() cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%:	() não possui metas () cumpre de 0 a 50%: (x) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%:			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019			2018		
Nº de empregados(as) ao final do período*	2.238			2.291		
Nº de admissões durante o período	-			-		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.700			1.644		
Nº de estagiários(as)	121			153		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	846			782		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	461			476		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,65%			13,17%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	111			113		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,78%			3,91%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	39			38		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	Em 2019			Em 2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	30,03			24,10		
Número total de acidentes de trabalho**	11			15		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 29.185	no Procon	na Justiça	na empresa 47.435	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon	na Justiça	na empresa 100%	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2019: R\$ 2.923.702			Em 2018: R\$ 3.055.170		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	89,92% governo (37,03)% acionistas	15,45% colaboradores(as) 31,66% terceiros	_____% retido	84,20% governo (32,38)% acionistas	14,77% colaboradores(as) 33,41% terceiros	_____% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						
Contempla a Campanha do Agasalho e a Campanha do Brinquedo						
Escolaridade	Em 2019			Em 2018		
Graduados	1.209			1.190		
Ensino Médio	966			1.033		
Ensino Fundamental	56			61		
Ensino Fundamental Incompleto	7			7		
Para fim de demonstração, as receitas e despesas não operacionais estão somadas às receitas e despesas operacionais, conforme determina a Lei 6.404/76 e suas alterações.						
** Acidentes com perda de tempo						

6.1. Indicadores Sociais

6.1.1. Perfil da Força de Trabalho

A Empresa encerrou o ano de 2019 com 2.238 empregados, sendo que 46 empregados foram desligados do quadro de pessoal. A força de trabalho é formada, majoritariamente, por eletricitistas, técnicos e engenheiros, alinhados à missão e à visão da CEEE-D, representando uma equipe multidisciplinar.

Pela natureza jurídica da Empresa, sociedade de economia mista, para contratações de novos empregados há a necessidade legal de realização de concursos públicos. Dentro da estrutura organizacional da CEEE-D inexistem cargos em comissão (CCs), pois não existe lei específica criando esses cargos, consoante disposição do artigo 32 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul.

A taxa de rotatividade (*turnover*) é historicamente baixa e, assim como nos anos anteriores, manteve-se neste padrão, representando como taxa média 0,09%. Abaixo, algumas características dos nossos empregados:

Gênero

Gênero	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
Feminino	107	354	461
Masculino	151	1626	1777
Total	258	1980	2238

O gênero feminino representa 20,60% da força de trabalho.

Faixa Etária

Faixa Etária	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
20-30	02	33	35
31-40	109	723	832
41-50	90	760	850
50-55	32	248	280
56-60	19	165	184
61 +	06	51	57
Total	258	1980	2238

A faixa etária de 31 a 40 anos representa 37,17%, e por sua vez na de 41 a 50 anos estão 37,98% da força de trabalho. Além disso, as faixas acima de 51 anos representam 23,28%.

Escolaridade

Grau de instrução	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
Pós-Graduação/ Espec	68	150	218
Superior completo	112	886	998
Ens.médio Técnico	15	405	420
Ens.médio completo	58	493	551
EF completo 9º ano	04	42	46
EF incompleto (6-9)	01	04	05
Total	258	1980	2238

Com nível de instrução superior, contamos com 44,79% dos empregados e com de pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) um total de 9,74%.

6.1.2. Remuneração e Pacote de Benefícios

6.1.2.1. Remuneração

A política de remuneração, mediante o Plano de Cargos e Salários – PCS, implementado em 2006, apresenta diretrizes acerca do enquadramento e da evolução ocupacional e salarial dos empregados. Do sistema de promoções do PCS, as dinâmicas ocorrem pelos seguintes tipos: antiguidade em anos pares que permite um reajuste de até 3%, merecimento em anos ímpares que permite um reajuste de até 3%, e, desenvolvimento profissional em dinâmica mensal conforme vagas e pontuação.

Em 2019, foram promovidos, a título de merecimento, 2014 empregados, representando um incremento de 1,01% na rubrica de salários nominais da folha de pagamento. Quanto ao desenvolvimento profissional foram promovidos 36 empregados, conforme demonstrado abaixo.

Carreira/Nível	Pleno	Sênior	Total
Administrativa	12	08	20
Operacional	08	00	08
Técnica	02	02	04
Superior	02	02	04
Total	24	12	36

6.1.2.2. Pacote de Benefícios

Os benefícios ofertados pela CEEE-D estão amparados sob o aspecto legal e previstos em acordos sindicais.

Principais Benefícios oferecidos pela CEEE-D

Assistência Médica e Odontológica	Gratificação Especial
Vale Refeição e Alimentação	Incentivo à Instrutoria Interna
Vale Transporte	Auxílio a Empregados Pais de Pessoas com Deficiência
Auxílio Creche	Auxílio a Empregados com Deficiência Física
Ajuda de Custo	Empréstimos Consignados
Gratificação para Direção de Veículos	Gratificação para Trabalho nas Redes Subterrâneas
Previdência Privada	

6.1.3. Carreira e Desenvolvimento

6.1.3.1. Oportunidade de Atuação em Liderança e Assessoramento

A CEEE-D possui na sua estrutura organizacional 369 posições referentes a funções de confiança com natureza gerencial ou de assessoramento, sendo que em 2019 houve uma redução de 18 funções gratificadas como resultado da reestruturação organizacional.

Em relação ao quadro de 2019, o gênero feminino ocupa 18,70% das posições.

Gênero	Área Meio - D	Área Fim - D	Total
Feminino	34	35	69
Masculino	38	262	300
Total	72	297	369

6.1.4. Desenvolvimento dos Empregados

A CEEE-D promoveu a capacitação profissional dos seus empregados através da realização de treinamentos voltados para o desenvolvimento das competências alinhadas às atividades desenvolvidas na organização. Em

2019, foi disponibilizada à área de distribuição a carga horária total de treinamentos de 37.505, representando a média de horas de 16 por empregados ativos.

Ainda, foi lançado o Projeto de Aperfeiçoamento Profissional, tendo como composição os Subprojetos Gestão de Carreira e Lideranças e Mudanças Organizacionais, cujo objetivo consiste na preparação dos empregados a uma nova realidade de mercado mediante o desenvolvimento de suas competências. O primeiro ciclo do subprojeto Gestão de Carreiras, realizado no mês de novembro na sede administrativa da CEEE-D, resultou na oferta de 18 palestras com profissionais de mercado visando às melhores práticas de desenvolvimento profissional paralelamente com a exposição de 09 instituições de ensino que promoveram grade diversa e ampla de oportunidades de capacitação e de formação com vantagens específicas aos empregados.

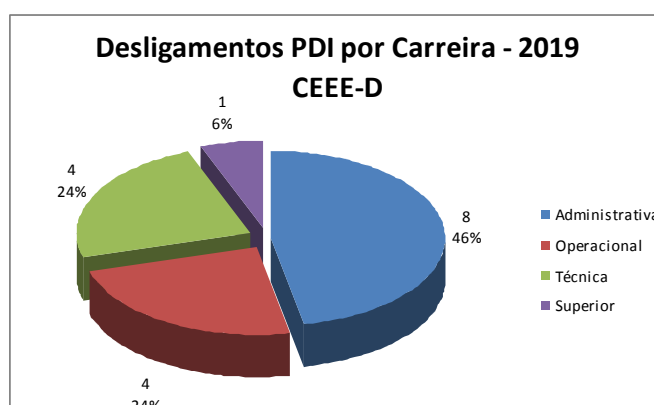
Durante o segundo semestre de 2019, o subprojeto de Lideranças e Mudanças Organizacionais, através da promoção de 20 turmas nos municípios de Porto Alegre, Pelotas e Salto do Jacuí, capacitou 83% dos líderes, mediante desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais para condução das equipes no processo de mudanças organizacionais.

Principais capacitações em 2019 pela CEEE-D

Remoção de Acidentados da Cesta Aérea
Atualização da NR35 - Trabalho em altura
Liderança e Mudanças Organizacionais

6.1.5. Programa de Aposentadoria e Desligamento (PDI)

O Programa de Desligamento Incentivado – PDI oportunizou o total de 17 desligamentos de empregados, durante o período de adesão, entre 02 de janeiro e 20 de março de 2019. Os empregados pertenciam a diversas carreiras ocupacionais do quadro funcional conforme gráfico abaixo.



O Programa foi suspenso em 21 de março, visando ao atendimento da diretriz do Governo do Estado do Rio Grande do Sul conforme disposto no Art. 2º do Decreto 54.480/2019.

Em atendimento às regras estabelecidas no que se refere à temporalidade entre a adesão e o efetivo desligamento do empregado, o valor despendido em 2019 foi de R\$ 2,2 milhões e engloba valores de incentivo, verbas de rescisão e respectivos encargos.

6.2. Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética - PEE tem por objetivo contribuir com a preservação do meio ambiente, através do desenvolvimento de novas tecnologias e da disseminação de ideias que estimulem a formação de cidadãos conscientes sobre o uso da energia elétrica e o consumo sustentável dos recursos naturais. Desde a regulamentação da Lei 9.991/2000, a CEEE Distribuição tem realizado ações educacionais e promovido a substituição de equipamentos com baixo rendimento energético em sua área de concessão.

Em 2019, foram aplicados R\$ 8,6 milhões em atividades vinculadas ao PEE. Desse montante, pode-se destacar a fase 2 do projeto CEEE Distribuição em Casa, que prevê uma economia de energia de 5.219,09 MWh/ano e de 1.760,09 kW no horário de ponta do sistema energético, através da substituição de 216,5 mil lâmpadas, 6.700 geladeiras e 1.350 freezers por produtos similares de melhor desempenho energético.

Além desses valores, também foram repassados mais de R\$ 2,2 milhões ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL, conforme definido pela Lei 13.280/2016.

6.3. Pesquisa e Desenvolvimento

A CEEE-D aplicou R\$ 1,95 milhão durante o ano de 2019, em projetos com foco na busca constante por inovações que venham enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico. Neste período foi dada continuidade aos projetos já em andamento, bem como foi realizada a contratação de outros 02 (dois) projetos totalizando um investimento na ordem de 2,8 milhões para os próximos anos.

Segue a lista de projetos de P&D em andamento:

- Inserção da geração solar fotovoltaica urbana conectada a rede em Porto Alegre – FASE II. Executora: Universidade Federal Santa Maria - UFSM e Universidade Federal do Rio Grande Sul - UFRGS
- Controle dinâmico inteligente para reguladores de tensão e sistemas supervisórios (CDI-RT) em ambiente Smart Grid. Executora: Universidade Federal Santa Maria - UFSM
- Desenvolvimento de uma metodologia para automatização dos procedimentos de manobra em redes de distribuição e integração no ambiente computacional SIGPROD. Executora: Universidade Federal Santa Maria - UFSM
- Interligação de Subestações de Sistema Reticulado Subterrâneo através de Rede de Comunicação PLC (Power Line Communication) operando sobre o barramento de Média Tensão. Executora: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG
- Ferramenta Computacional de Gestão Online e Automatizada de Manejo de Vegetação para Mitigação de Conflitos com a Rede Elétrica. Executora: Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina - SATC
- Desenvolvimento de uma plataforma de rastreamento e gerenciamento de ativos automatizada, para sistemas de energia elétrica. Executora: Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC.

7. Desempenho Econômico e Financeiro

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D registrou prejuízo de R\$ (1.082.512) milhões no encerramento do exercício de 2019, representando um aumento do mesmo de 9,42% ante o prejuízo de R\$ (989.345) milhões no mesmo período de 2018.

Durante o exercício de 2019 os fatores de maior relevância que levaram ao resultado líquido negativo da Companhia, foram o acréscimo das despesas operacionais, especialmente o incremento em provisão para litígios trabalhistas, resultante de reclamações sindicais e a elevação do resultado financeiro, em consequência principalmente à inadimplência dos tributos (ICMS).

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização) foi de R\$ (420.267) milhões em 2019 comparado aos R\$ (353.660) milhões em 2018, representando uma variação de 18,83% no período.

A receita operacional líquida da distribuidora no exercício de 2019 foi de R\$ 3.388.151 milhões, incremento 1,63% frente aos R\$ 3.333.828 milhões apresentados no exercício de 2018.

O custo do serviço de energia elétrica apresentou incremento de 0,44%, totalizando R\$ 3.516.481 milhões no exercício de 2019 comparados aos R\$ 3.501.160 milhões em 2018.

Os custos gerenciáveis (custos e despesas operacionais) apresentaram variação de 9,47%, somando R\$ 1.283.272 milhões em 2019 comparados aos R\$ 1.172.310 milhões no exercício de 2018.

A distribuidora reportou investimento de R\$ 149.626 milhões no ano de 2019, entre ativos da concessão e ativos da concessionária, que representou redução de 42,58% em relação a 2018.

O endividamento com instituições financeiras se reduziu em 2,28%, passando de R\$ 802.726 milhões do exercício de 2018 para R\$ 784.422 milhões no exercício de 2019.

7.1 Resultados do Exercício

7.1.1. Receita Bruta

A Receita Bruta da CEEE-D registrou no exercício de 2019 um incremento de 0,91%, apresentando um montante de R\$ 5.952.859 milhões ante um total de R\$ 5.899.209 milhões em 2018. A variação observada justifica-se essencialmente à (o):

Impactos Positivos:

- Fornecimento de Energia Elétrica – a variação positiva é resultado do reajuste tarifário para o ciclo 2018/2019, o qual refletiu em um incremento médio para o consumidor de 7,35%.
- Disponibilização do Sistema de Distribuição – a variação positiva de 15,27% é resultado do reajuste tarifário e do incremento no mercado livre em 5,11%, impulsionado pelos consumidores da classe comercial.
- Energia Elétrica de Curto Prazo - houve incremento de 71,86% em comparação ao exercício de 2018, em consequência do maior volume de sobras de energia liquidadas no mercado de curto prazo e diferenças de PLD entre os submercados (o preço do submercado sul, entre janeiro a setembro de 2019, foi superior aos preços dos submercados norte e nordeste no mesmo período).

Impactos Negativos:

- Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros – a variação no período dos valores de CVA e outros itens financeiros, que impactam a receita, foi negativa em 301,92%, em razão da amortização dos saldos homologados no ciclo anterior, face aos saldos constituídos no último reajuste tarifário.

7.1.2 Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 2.564.708 milhões em 2019, frente aos R\$ 2.565.381 milhões de 2018, refletindo em variação de -0,03%. Esta variação resulta do efeito combinado de duas componentes, a redução da quota CDE em 14,59%, a elevação dos ICMS em 5,29% e do PIS/COFINS em 4,36%.

7.1.3. Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida obteve variação positiva de 1,63% em consequência das variações da Receita Bruta e Deduções da Receita Operacional, conforme explicado anteriormente.

7.1.4. Custo do Serviço de Energia Elétrica

No exercício de 2019, o Custo do Serviço de Energia Elétrica apresentou acréscimo de 0,44% em relação ao exercício anterior. O Custo do Serviço de Energia Elétrica divide-se em Custo com Energia Elétrica, que é composto pela Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo do Uso do Sistema, e Custo de Operação, o qual consiste na totalidade dos custos incorridos para a execução do serviço de Distribuição de Energia Elétrica.

No exercício de 2019, o Custo com Energia Elétrica (Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema) apresentou aumento de 1,10% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 2.663,631 milhões em 2018 para R\$ 2.662.678 milhões em 2019. Os principais fatores que ocasionaram este incremento foi o aumento na energia comprada de fonte hídrica em 7,29%, comparados ao exercício anterior. Este fato é explicado pelo acréscimo na energia hídrica de cotas, em decorrência do reajuste das geradoras e pela despesa com energia de Itaipu, a qual está exposta a variação cambial.

Já no que se refere aos Custos de Operação, verifica-se redução de 1,58% quando comparados ao exercício de 2018. Esta redução é observada especialmente no reconhecimento do Custo de Construção, tributos e pela reclassificação de Arrendamento de Veículos (IFRS16 – CPC06).

A redução verificada no Custo de Construção em 32,52% é consequência do menor volume de investimentos realizados na planta elétrica da Distribuidora. Ressalta-se que não há margem de ganho na construção dos ativos.

7.1.5. Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais apresentaram acréscimo de 40,90% em relação ao exercício de 2018. Esta variação é justificada essencialmente pelo incremento de 281,26% na Provisão para Litígios Trabalhistas, impactada pelo

reconhecimento do complemento da ação movida pelo Sindicato SENERGISUL, que reclama verbas atrasadas originadas do Plano de Cargos e Salários – PCS, e também pelo acréscimo do número de processos trabalhistas em relação a 2018.

A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa apresentou acréscimo de 20,4%, em consequência da reversão realizada no exercício de 2018, resultante dos acordos firmados com as prefeituras de Imbé e Tramandaí, para pagamento dos débitos de forma parcelada.

7.1.6. Outras Receitas e Despesas

No ano de 2019, as Outras Receitas apresentaram crescimento de 1,84%, reflexo da Receita de Compartilhamento de Infraestrutura, devido à intensificação da fiscalização da infraestrutura de redes, possibilitando a regularização de empresas que utilizavam a rede clandestinamente.

No que tange a Outras Despesas, a elevação é justificada pelo maior número de desativações de bens no exercício de 2019.

Demonstração dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

O quadro abaixo apresenta os resultados e indicadores econômico-financeiros:

	31/12/2019	31/12/2018	Δ %
Receita Operacional Bruta	5.952.859	5.899.209	0,91
Deduções da Receita Operacional	(2.564.708)	(2.565.381)	(0,03)
Receita Operacional Líquida	3.388.151	3.333.828	1,63
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.516.481)	(3.501.160)	0,44
Custo com Energia Elétrica	(2.662.678)	(2.633.661)	1,10
Custo de Operação	(853.803)	(867.499)	(1,58)
Resultado Operacional Bruto	(128.331)	(167.332)	(23,31)
Despesas Operacionais	(429.469)	(304.811)	40,90
Outras Receitas	52.594	51.644	1,84
Outras Despesas	(52.345)	(36.827)	42,14
Resultado do Serviço	(557.551)	(457.326)	21,92
Depreciação e Amortização	137.283	103.667	32,43
EBITDA	(420.267)	(353.659)	18,83
Margem EBITDA	-12,40%	-10,61%	16,93
Receita/Despesa Financeira	(518.478)	(583.254)	(11,11)
IR e CS	(6.483)	51.236	(112,65)
Resultado Líquido do Período	(1.082.512)	(989.345)	9,42

7.2. LAJIDA/EBITDA

O Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, usualmente denominado pelo mercado como EBITDA representa o quanto à empresa gera de recursos considerando apenas as suas atividades operacionais.

O EBITDA foi apurado pela Companhia observando as disposições da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

Analisando os efeitos ocorridos no resultado da companhia, já comentados anteriormente, principalmente no que diz respeito ao fraco crescimento da Receita de Fornecimento e pelo acréscimo das despesas operacionais.

A margem EBITDA variou de -10,61% em 2018 para -12,40% em 2019.

	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/12/2018
Receita Operacional Líquida	3.388.151	3.333.828
(-) Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.516.481)	(3.501.160)
(-) Despesas/Receitas Operacionais (*)	(429.220)	(289.995)
= Resultado Operacional	(557.550)	(457.326)
(+) Depreciação/Amortização	137.283	103.667
EBTIDA	(420.267)	(353.660)
Margem EBTIDA	-12,40%	-10,61%

(*) Na composição das Despesas/Receitas Operacionais não são consideradas as receitas e despesas financeiras.

7.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro negativo reduziu 11,11% se comparado ao mesmo período do ano anterior, segregado em:

- Receita Financeira – Em dezembro de 2019, as receitas totalizaram R\$ 406,545, havendo redução de receita em 3,94% se comparado com o mesmo período do ano anterior, o qual totalizou em R\$ 423.310.
- Despesa Financeira – Em dezembro de 2019, as despesas totalizaram R\$ 925.024 frentes aos R\$ 1.006.464, apresentados em 2018. Redução de 8,09%.

A variação (11,11%) do resultado financeiro é verificada em decorrência dos juros e multas sobre tributos, especificamente devido à inadimplência do ICMS do período.

7.4. Resultado do Período

Como consequência da combinação de todos os efeitos anteriormente expostos, o resultado do período é de R\$ (1.082.512), apresentando um acréscimo de 9,42%, em relação ao prejuízo de R\$ (989.345) em dezembro de 2018.

7.5. Endividamento com Instituições Financeiras

Em 2019, o saldo da dívida da CEEE-D totalizou em R\$ 784.422 milhões, distribuídos conforme tabela, contemplando contratos financeiros com agentes nacionais e internacionais, demonstrados a seguir:

CEEE-D	Saldo da Dívida em 31/12/2019		
	INDEXADOR	Saldo (R\$ mil)	Participação no Total (%)
Saldo Devedor da Dívida Interna		12.159	1,55%
Moeda Nacional - ELETROBRAS RGR	RGR	12.159	1,55%
Saldo Devedor da Dívida Externa		772.263	98,45%
Moeda Estrangeira - AFD	Dólar/Libor	307.820	39,24%
Moeda Estrangeira - BID	Dólar/Libor	464.443	59,21%
Saldo Devedor da Dívida		784.422	100,00%

7.6. Ingressos Extra-Operacionais

Em 2019 não houve ingressos Extra-operacionais resultante do financiamento firmado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agencia Francesa de Desenvolvimento – AFD, os dois possuem objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS D (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência da CEEE-D).

8. Auditores Independentes

Em atendimento a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D informa que utiliza os serviços de Auditoria Independente da empresa Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, na elaboração de suas demonstrações financeiras. A empresa foi

homologada como vencedora do certame licitatório LIC6000001162 em 10.10.2018, cuja adjudicação do objeto foi publicada em Diário Oficial do Estado em 28.11.2018. O objeto da licitação trata da realização dos serviços de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao encerramento do exercício de 2018, do exercício de 2019 e seus trimestres.

Em 15.01.2019, o contrato CEEED/5000003213 foi assinado para execução dos serviços de auditoria relativos ao encerramento do exercício de 2018. Na sequência, em 22.04.2019 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo para execução dos serviços de auditoria nas demonstrações contábeis do exercício de 2019, incluindo os seus trimestres findados em março, junho e setembro.

O contrato conta com o valor de R\$ 127.081,50, referente a 2.793 horas de trabalho para a auditoria do exercício de 2019, tendo como prazo limite de execução do objeto a data de 31.05.2020. No escopo do contrato, além dos serviços normais de auditoria independente na elaboração de demonstrações financeiras societárias, a empresa deverá realizar os serviços de auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR e auditoria do Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

Além dos serviços prestados à distribuidora, a Auditoria Independente da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S. possui contratos para a prestação de Serviços de Auditoria Externa com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (valor de R\$ 128.492,00, e uma carga de 2.824 horas) e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR (valor de R\$ 9.100,00, e uma carga de 200 horas), que são respectivamente, Concessionária e Empresa Controladora, resultantes da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE. Ou seja, todas as empresas integrantes do Grupo CEEE.

O contrato da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, representa 48% em relação aos honorários totais pagos pelo Grupo.

A política na contratação de bens e serviços da Companhia é elaborada em observância à Lei Nº 13.303/2016. Além disso, são observados os princípios de preservar a independência do auditor, quais sejam: a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os Auditores Independentes declaram que a prestação de serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de Auditoria Externa, baseados na Resolução nº 1.267/2009 do Conselho Federal de Contabilidade.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

Balanço Patrimonial
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reclassificado
<u>ATIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	75.028	137.406
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	711.166	701.374
Tributos a Recuperar	7	5.777	14.322
Estoques	8	37.672	40.891
Ativo Financeiro Setorial	10	99.459	161.895
Outros Créditos a Receber	9	357.067	256.605
		1.286.169	1.312.493
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	77.934	98.767
Tributos a Recuperar	7	53.617	41.445
Depósitos Judiciais	11	73.427	74.639
Ativo Contratual (infraestrutura em construção)	12.1	353.089	481.849
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	222.738	189.914
Bens e Direitos	13	42.457	42.457
Outros Créditos a Receber	9	1.888	1.888
Imobilizado	14	200.684	206.777
Direito de Uso	14.1	45.886	-
Intangível	12.3 e 15	1.790.522	1.698.758
		2.862.242	2.836.494
TOTAL DO ATIVO		4.148.411	4.148.987
<u>PASSIVO</u>	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	606.297	587.225
Obrigações Trabalhistas	17	80.817	68.122
Obrigações Fiscais	18	2.823.944	1.519.807
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	19.1	54.313	55.184
Arrendamentos a Pagar	19.2	12.766	-
Provisão para Benefícios a Empregados	20	178.756	214.875
Obrigações da Concessão	21	275.902	450.714
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	56.203	76.366
Outros Passivos	24	357.967	212.226
		4.446.964	3.184.519
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	344.184	502.704
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	19.1	730.109	747.543
Arrendamentos a Pagar	19.2	33.782	-
Provisão para Benefícios a Empregados	20	1.185.476	970.695
Obrigações Fiscais	18	110.459	164.821
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	22	218.961	139.512
Obrigações da Concessão	21	324.307	350.493
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23	43.548	37.065
Obrigações com Partes Relacionadas	25	373.164	373.240
Outros Passivos	24	27.737	30.838
		3.391.728	3.316.912
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)			
Capital Social	26.1	23.703	23.703
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.2	177.202	177.202
Reserva de Incentivos Fiscais	26.3	-	1.592.060
Outros Resultados Abrangentes	26.4	(907.573)	(652.244)
Prejuízos Acumulados		(2.983.614)	(3.493.162)
		(3.690.282)	(2.352.441)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.148.411	4.148.990

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	3.388.151	3.333.828
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(3.516.481)	(3.501.160)
Custo com Energia Elétrica	29	(2.662.678)	(2.633.661)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.270.738)	(2.189.051)
Encargo de Uso do Sistema		(391.940)	(444.610)
Custo de Operação	30	(853.803)	(867.499)
Pessoal e Administradores		(426.119)	(423.563)
Material		(25.323)	(20.800)
Serviço de Terceiros		(126.223)	(77.567)
Depreciação e Amortização		(3.442)	(1.564)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso		(12.110)	-
Custo de Construção		(141.024)	(208.993)
Amortização do Intangível da Concessão		(95.709)	(92.953)
Outros		(23.853)	(42.059)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		(128.331)	(167.332)
Despesas Operacionais		(429.469)	(304.811)
Despesas com Vendas	30	(140.331)	(114.511)
Despesas Gerais e Administrativas	30	(143.040)	(119.259)
Outras Despesas Operacionais	30	(146.098)	(71.041)
Outras Receitas	31	52.594	51.644
Outras Despesas	31	(52.345)	(36.827)
RESULTADO DO SERVIÇO		(557.551)	(457.326)
Resultado Financeiro, Líquido	32	(518.478)	(583.254)
Renda de Aplicações Financeiras		6.083	6.176
Acréscimo Moratório - Energia Vendida		112.984	143.451
Variações Monetárias - Energia Comprada		2.617	2.220
Variações Monetárias-Empr.Financiamentos		(59.164)	(267.241)
Encargos de Dívidas		(51.734)	(41.830)
Encargos Sobre Arrendamentos		(4.641)	-
Outras Receitas/Despesas Financeiras		(524.623)	(426.030)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(1.076.029)	(1.040.580)
Imposto de Renda Diferido	33	(4.767)	37.673
Contribuição Social Diferida	33	(1.716)	13.562
RESULTADO DO PERÍODO		(1.082.512)	(989.345)
Resultado Básico e Diluído por Ação Ordinária - R\$	27	(111,82)	(102,20)
Resultado Básico e Diluído por Ação Preferencial-R\$	27	(111,82)	(102,20)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do Período	(1.082.512)	(989.345)
Outros Resultados Abrangentes	(255.328)	(214.828)
Ganho/Perda Atuarial	(255.328)	(214.828)
Resultado Abrangente	(1.337.840)	(1.204.173)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações no Passivo a Descoberto
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucro Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2017	23.703	1.592.060	84.993	(2.503.817)	(437.417)	(1.240.478)
Prejuízo do Período	-	-	-	(989.345)	-	(989.345)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			92.209			92.209
Outros resultados abrangentes					(214.827)	(214.827)
Saldos em 31/12/2018	23.703	1.592.060	177.202	(3.493.162)	(652.244)	(2.352.441)

	Capital Social Integralizado	Reserva de Lucro Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total
Saldos em 31/12/2018	23.703	1.592.060	177.202	(3.493.162)	(652.244)	(2.352.441)
Prejuízo do Período	-	-	-	(1.082.512)	-	(1.082.512)
Compensação do Prejuízo Acumulado	-	(1.592.060)	-	1.592.060	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(255.329)	(255.329)
Saldos em 31/12/2019	23.703	-	177.202	(2.983.614)	(907.573)	(3.690.282)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo do Período	(1.082.512)	(989.345)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa		
Variações Monetárias e Cambiais dos Empréstimos de Longo Prazo	29.588	106.136
Encargos de dívidas provisionados.....	30.095	28.049
Encargos Obrigações com Partes Relacionadas.....	21.662	7.666
Depreciação e Amortização de Bens do Ativo Imobilizado e Intangíveis	138.717	116.739
Constituição de Provisão para Passivos e Outras.....	211.168	79.876
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	137.793	114.417
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.483	(51.235)
Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	25.827	31.126
CAIXA GERADO/APLICADO NAS OPERAÇÕES	(481.180)	(556.571)
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante	(361.125)	(567.518)
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	(126.752)	(350.975)
Tributos a Recuperar	(3.627)	849
Estoques	3.218	(12.588)
Depósitos Judiciais	1.212	(8.026)
Ativo Financeiro da Concessão	(280.023)	(111.789)
Ativo Contratual (infra estrutura em construção).....	128.760	(107.646)
Direito de Uso.....	(45.886)	-
Outros Créditos a Receber	(100.463)	23.024
Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA	62.436	(368)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante	829.169	980.969
Fornecedores	(139.449)	(83.330)
Obrigações Trabalhistas	12.695	(6.196)
Obrigações Fiscais	1.249.776	1.059.914
Provisão para Benefícios a Empregados	(228.549)	(124.180)
Obrigações da Concessão	(200.999)	(134.722)
Pagamento de Encargos de Dívidas	(31.758)	(26.107)
Pagamentos Obrigações com Partes Relacionadas.....	(21.738)	(10.727)
Arrendamentos a Pagar.....	46.547	-
Outros Passivos	142.643	306.317
CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS	(13.134)	(143.120)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(3.016)	(47.270)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(3.161)	(15.920)
Aquisição de Ativo Intangível	145	(31.350)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(46.228)	189.082
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	92.209
Incremento de Empréstimos e Financiamentos	2.342	139.920
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos.....	(48.570)	(43.047)
REDUÇÃO/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(62.378)	(1.307)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	137.406	138.713
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	75.028	137.406

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS			
Venda de Energia e Serviços	28	5.952.859	5.899.208
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa	30	(137.793)	(114.417)
Outras Receitas e Despesas	31	249	14.817
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(3.015.306)	(2.971.560)
Material	30	(25.323)	(20.800)
Serviços de Terceiros	30	(126.223)	(77.567)
Custo de Energia Comprada	29	(2.662.678)	(2.633.663)
Outros Custos Operacionais	30	(23.365)	(27.828)
Custo de Construção	30	(141.024)	(208.993)
Outras Despesas Operacionais		(36.693)	(2.708)
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		2.800.010	2.828.048
(-) Depreciação e Amortização	30	(9.156)	(6.560)
(-) Amortização do Intangível da Concessão	30	(121.008)	(110.179)
(-) Depreciação do Ativo de Direito de Uso	30	(12.110)	-
(-) Provisões	30	(140.579)	(79.349)
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		2.517.157	2.631.960
(+) Receitas Financeiras	32	406.545	423.210
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.923.702	3.055.170
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal		451.609	451.319
Remuneração Direta		251.773	229.300
Benefícios		51.385	64.712
Plano de Benefícios Previdenciais		113.030	121.790
Compromissos Previdenciais		14.950	14.912
FGTS		20.472	20.604
Impostos, Taxas e Contribuições		2.628.999	2.572.336
Federais		1.173.698	1.190.123
Estaduais		1.455.301	1.382.213
Remuneração de Capitais de Terceiros		925.606	1.020.860
Despesas Financeiras	32	925.024	1.006.464
Aluguéis	30	582	14.396
Remuneração de Capitais Próprios		(1.082.512)	(989.345)
Lucro/Prejuízo do Período		(1.082.512)	(989.345)
TOTAL		2.923.702	3.055.170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (Companhia), com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova nº 201, Sala 721, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma sociedade de economia mista sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, que detém 65,92% do seu capital total. A CEEE-D foi organizada em conformidade com a Lei Estadual nº 12.593, de 13 de setembro de 2006, tendo sido constituída a partir da cisão da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, em 27 de novembro de 2006, em consonância com a Lei Federal Nº 10.848/04. A Companhia tem por objeto projetar, construir e explorar sistemas de distribuição de energia elétrica; a prestação de serviços de natureza pública ou privada, no setor de distribuição de energia elétrica e; a exploração da respectiva infraestrutura para a prestação de outros serviços, desde que previstos no seu contrato de concessão ou autorizados na legislação.

1.1. Concessão

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D detém a concessão para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo em 72 municípios, com cerca de 1,73 milhão de unidades consumidoras cativas, cujo Acordo de Concessão foi firmado em 25 de outubro de 1999 através do Contrato de Concessão nº 081/1999 - ANEEL, alterado pelo 1º Termo Aditivo, 2º Termo Aditivo e 3º Termo Aditivo, de 17 de outubro de 2005, 13 de abril de 2010 e 10 de dezembro de 2014, respectivamente, para distribuição de energia elétrica. O 4º Termo Aditivo de 09 de dezembro de 2015 prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 9 de novembro de 2015, fundamentado na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro e no Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015.

O contrato de concessão assinado com a União Federal confere liberdade na direção dos negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatado no procedimento ou no ato de sua outorga.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização no final da concessão do valor residual dos bens vinculados ao serviço e dos valores registrados na Conta de Compensação e Variação dos Itens da Parcela “A” – CVA e itens financeiros. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1.1.1. Prorrogação da Concessão

Em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 4º Termo Aditivo prorrogando a concessão até 07 de julho de 2045. Tendo em vista o Decreto nº 8.461, de 02 de junho de 2015 e conforme cláusula décima oitava do 4º Termo Aditivo, a Companhia deverá observar, pelo período de 05 anos contados de 1º de janeiro de 2016 um conjunto de condições estabelecidas nos Anexos II e III cujos critérios são a eficiência na prestação do serviço de distribuição e a eficiência na gestão econômica e financeira.

De acordo com o Anexo II do referido documento, o critério de eficiência na prestação do serviço de distribuição será monitorado por indicadores que consideram a frequência e a duração média das interrupções do serviço. Já

os parâmetros mínimos de sustentabilidade econômica e financeira, de acordo com o Anexo III do referido documento, foram definidos para os primeiros 05 anos a contar do início do ano civil subsequente ao de vigência do 4º Termo Aditivo. As definições e conceitos utilizados nos parâmetros econômicos e financeiros consideram as normas e procedimentos estabelecidos pela Contabilidade Regulatória, de acordo com o conteúdo do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014.

O parâmetro mínimo de sustentabilidade econômica e financeira deve corresponder à seguinte condição:

- Geração Operacional de Caixa – Investimentos de Reposição – Juros da Dívida ≥ 0

Também devem ser observadas as seguintes inequações as quais devem ser alcançadas nos prazos estabelecidos e mantidas doravante a partir do sexto ano civil subsequente à celebração do 4º Termo Aditivo:

- LAJIDA ≥ 0 (até o término de 2017 e mantida em 2018, 2019 e 2020)
- $[LAJIDA * (-) QRR] \geq 0$ (até o término de 2018 e mantida 2019 e 2020)
- $\{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} / (0,8 * SELIC) \leq 1$ (até o término 2019)
- $\{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]\} / (1,11 * SELIC) \leq 1$ (até o término 2020)

*LAJIDA - (Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

*QRR (Quota de Reintegração Regulatória)

Conforme a subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo, antes de instaurado processo administrativo pela ANEEL, em face de descumprimento das condições de prorrogação, a Companhia tem a possibilidade de apresentar plano de transferência societário, porém, conforme a subcláusula primeira da cláusula décima oitava, o descumprimento efetivo de uma das condições de prorrogação dispostas nos Anexos II e III por 02 anos consecutivos ou de quaisquer das condições ao final do período de 05 anos, poderá acarretar a extinção da concessão, respeitadas as disposições definidas no 4º Termo Aditivo, particularmente o direito de ampla defesa.

1.2. Tarifas

O Contrato de Concessão estabelece que as tarifas sejam reajustadas anualmente no mês de novembro e revisadas a cada 05 anos. Os critérios e metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em regulamentação específica.

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: compreende os custos “não gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia.

Parcela B: compreendem os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes às operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Inclui a remuneração do capital, depreciação dos ativos, custos operacionais e outras receitas.

Parcela A	Parcela B
Custo de Aquisição de Energia	Custos Operacionais
Custo com Transporte de Energia	+
Encargos Setoriais	Cota de Depreciação
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	+
Programa de incentivo à Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	Remuneração do Investimento
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-
Encargos de Serviços do Sistema - ESS e de Energia de Reserva - EER	
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE	
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	Outras Receitas

A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada distribuidora em função das peculiaridades de cada concessão. A tarifa visa assegurar aos prestadores dos serviços receita suficiente para cobrir custos operacionais eficientes e remunerar investimentos necessários para expandir a capacidade e garantir o atendimento com qualidade. Os custos e investimentos repassados às tarifas são calculados pelo órgão regulador e podem ser maiores ou menores do que os custos praticados pelas empresas.

Outros fatores que fazem variar a fatura de energia são as características de contratação de fornecimento. Os consumidores cativos residenciais e os de baixa renda – aqueles que só podem ser atendidos por uma distribuidora – têm uma tarifa única em sua concessionária.

As variações também ocorrem de acordo com o nível de tensão em que os consumidores são atendidos, que é a tensão disponibilizada no sistema elétrico da concessionária e que varia entre valores inferiores a 2,3 kV (como as tensões de 110 e 220 volts) e valores superiores a 2,3 kV. Essa variação divide os consumidores nos grupos A (superiores a 2,3 kV, por exemplo, as indústrias e grandes comércios) e B (inferiores a 2,3 kV – no qual se incluem os consumidores de baixa renda, residenciais, comércios, etc.). Os consumidores do grupo A têm tarifas definidas para energia e uso de rede para horários de ponta e fora de ponta. Os consumidores livres possuem características diferentes, pois podem contratar energia de outros fornecedores, em condições especiais.

1.2.1. Distribuição - Reajuste Tarifário

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.640/2019, aprovou os valores do Reajuste Tarifário Anual da CEEE-D. As tarifas de aplicação homologadas estarão vigentes entre 22 de novembro de 2019 e 21 de novembro de 2020.

O efeito médio do reajuste tarifário para os consumidores da Companhia foi de -5,06%, sendo -5,82% para baixa tensão - abaixo de 2,3 kV (Ex.: residenciais) e -3,26% para alta tensão – de 2,3 a 230 kV (Ex.: industriais). A tarifa residencial convencional, sem impostos, passou de R\$ 547,60 para R\$ 515,07 por MWh.

Os principais itens que impactaram no reajuste tarifário negativo da CEEE-D em 2019 foram: a redução dos componentes financeiros e a quitação do saldo devedor da Conta Ambiente de Contratação Regulada.

No reajuste tarifário de 2018, os componentes financeiros totalizaram R\$ 234.756.566,56. Este valor integrou a tarifa cobrada do consumidor até 21/11/2019. A partir de 22 de novembro, esses componentes financeiros foram retirados, representando redução de -6,14% na tarifa percebida pelo consumidor da CEEE-D e entraram em vigor os novos componentes financeiros, que totalizaram R\$ 199.695.119,09. Mas, o item de maior impacto no resultado negativo do RTA 2019 foram os Encargos Setoriais -7,47%, principalmente em função da quitação do saldo devedor da Conta-ACR. O custo com Compra de Energia teve contribuição de -0,92%. Por sua vez, os Custos de Distribuição (Parcela B) contribuíram em 1,33% e os custos com transmissão 2,49%.

1.2.2. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547/2013 implantou o mecanismo de aplicação das Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015. Esse mecanismo é capaz de refletir o custo real das condições de geração de energia elétrica no país, principalmente relacionado à geração térmica, ESS de segurança energética, risco hidrológico e exposição involuntária das distribuidoras de energia elétrica.

Quando a bandeira está verde, as condições hidrológicas para geração de energia são favoráveis e não há qualquer acréscimo nas faturas. Já quando a bandeira passa a ser amarela ou vermelha há uma cobrança adicional proporcional ao consumo.

Em 21/05/2019, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Resolução Homologatória nº 2.551/2019, que estabeleceu as faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias, com vigência a partir de junho de 2019:

Cor da Bandeira	Valor (R\$/MWh)
Verde	-
Amarela	13,43
Vermelha 1	41,69
Vermelha 2	62,43

Em 2015 o Decreto nº 8.401, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT com o objetivo de administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foi designada para manutenção da CCRBT, e os valores a serem repassados ou compensados são homologados mensalmente pela ANEEL, por meio da emissão de nota técnica. O mecanismo das Bandeiras Tarifárias tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo tarifário.

As receitas de Bandeiras Tarifárias foram concebidas para cobrir os custos inerentes aos seguintes itens:

- (i) Custo dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado por Disponibilidade (CCEAR-D);
- (ii) Resultado no Mercado de Curto Prazo-MCP;
- (iii) Risco Hidrológico das usinas contratadas em regime de Cotas;
- (iv) Risco Hidrológico da UHE Itaipu Binacional;
- (v) Encargo de Serviços do Sistema relativo ao despacho de usinas fora da ordem de mérito e com CVU acima do PLD máximo; e
- (vi) Risco Hidrológico dos agentes de geração que firmaram o Termo de Repactuação de Risco Hidrológico em conformidade com a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015.

Caso não existisse o mecanismo de bandeiras tarifárias, a CEEE-D teria financiado R\$ 82.699 ao Setor Elétrico, tal custo somente seria ressarcido à Companhia no Reajuste Tarifário para ser faturado através da tarifa de aplicação ao longo de 12 meses.

Resultado da Conta Bandeiras para a CEEE-D em 2019:

- 1. Faturamento de Bandeiras Tarifárias: R\$ 82.156
- 2. Repasse da Conta Bandeiras à CEEE-D: R\$ 9.192;
- 3. Repasse da CEEE-D à Conta Bandeiras: (R\$ 8.644);
- 4. Saldo do Repasse da Conta Bandeiras: R\$ 548 ($4 = 2 - 3$);
- 5. Receita Total antecipada mensalmente via Conta Bandeiras à CEEE-D: R\$ 82.699.
- 6. Saldo remanescente a ser compensado via Conta Bandeiras: R\$ 5 ($6 = 1 + 4 - 5$).

1.3. Continuidade Operacional e Desestatização

Em 2019, a Companhia apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre os ativos circulantes no encerramento do período no montante de R\$3.690.282 e R\$3.160.795, respectivamente.

Em 04 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

A proposta de desestatização, no caso da CEEE-D, também está vinculada ao risco da perda de Concessão, já que no 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência

Nacional de Energia Elétrica - ANEEL trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeira. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário.

Neste contexto está autorizada a alienação ou transferência da participação societária e de seus ativos, bem como o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul na *holding* e suas subsidiárias, nas formas estabelecidas no art. 3º da Lei nº 10.607 de 28 de dezembro de 1995. Em maio de 2019 foi firmado o acordo de cooperação técnica com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que tem vasta experiência em privatizações e fará a modelagem da venda.

O contrato para estruturação do projeto para o processo de desestatização da CEEE-D foi assinado pelo acionista controlador, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em 16 de agosto de 2019. O BNDES efetuará a coordenação do projeto durante todas as fases, que compreendem estudos de modelagem econômico-financeira, consulta e audiência pública, realização de leilão e assinatura de contrato entre o setor público e a empresa vencedora. Além de prestar assessoria jurídica e auxiliar na divulgação do projeto e na interação com o mercado para a concretização da privatização. A expectativa é de que o leilão seja realizado em 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, já externados pela Companhia por ocasião da renovação da Concessão, firmada em dezembro de 2015, prorrogando-a por mais 30 anos.

2. ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO

A Companhia possui (4) hortos florestais localizados nos municípios Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3.1.1. Autorização e Emissão das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a publicação das Demonstrações Financeiras em 30/03/2020.

3.1.2. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado reconhecido no balanço patrimonial.

3.1.3. Moeda de Apresentação e Moeda Funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar de real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores, logo os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3.1.4. Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.1.5. Lucro Líquido por Ação

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados.

3.2. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e na experiência da Administração, sendo suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou quando as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se às seguintes questões:

Ativo e Passivo financeiro setorial

A partir da adoção das normas IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (anteriormente denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado, o que, na opinião dos Diretores, gera volatilidade nos resultados da Companhia. A partir de 31 de dezembro de 2014 a Companhia passou a registrar os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações contábeis societárias com base na OCPC 08, que tornou obrigatório o reconhecimento prospectivo de determinados ativos ou passivos financeiros setoriais pelas distribuidoras de energia elétrica. Com o advento do aditivo dos contratos de concessão (no caso da Companhia, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão em 10 de dezembro de 2014) o CPC entende não mais haver incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Os diretores da Companhia entendem que o reconhecimento destes ativos e passivos financeiros setoriais está adequado aos negócios da Companhia.

Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil regulatória dos bens, estabelecida pela ANEEL. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos bens.

Vida útil do ativo intangível

O ativo intangível da concessão, que representa o direito de cobrar os consumidores pelos investimentos realizados na infraestrutura da concessão, são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao ativo que gerou o direito (vida útil regulatória dos ativos estabelecida pela ANEEL) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois, o menor.

As taxas de depreciação regulatória dos principais bens à serviço da concessão são as seguintes:

Taxas de depreciação dos itens mais relevantes do Ativo Não-Circulante	Taxa anual
Condutor (Tensão=>69kv)	2,70%
Condutor (Tensão<69kv)	3,57%
Edificação	3,33%
Equipamento Geral	6,25%
Estrutura (Poste)	3,57%
Estrutura (Torre)	2,70%
Medidor	7,69%
Transformador Distribuição	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Veículos	14,29%

Os demais ativos intangíveis, basicamente softwares e direitos dessa natureza, são amortizados com base na vida útil regulatória estabelecida pela ANEEL para estes ativos. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada de vida útil dos intangíveis.

Transações e venda de energia elétrica na CCEE

A Companhia registra as compras e vendas efetuadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de acordo com as informações disponibilizadas pela própria entidade. Nos meses em que as informações não são disponibilizadas em tempo hábil a Companhia estima o valor utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Provisões para Perda de Créditos Estimados com Liquidação Duvidosa

A Companhia registra provisão de perda estimada sobre seus saldos de contas a receber. Esta estimativa é construída a partir de análise histórica sobre a inadimplência dos últimos 24 meses, com o objetivo de avaliar possíveis alterações significativas no risco de crédito para todas as carteiras de ativos contratuais. Desta forma, a Administração considera que as perdas estão registradas por valor suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Passivos contingentes

As provisões para passivos contingentes, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Planos de aposentadoria e benefícios pós-emprego

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante, idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Periodicamente a Companhia revisa as estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, considerando um estudo técnico de viabilidade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia avalia o ativo financeiro da concessão pelo valor justo por meio do resultado (as variações ocorridas transitam no resultado), de acordo com o CPC 48 – instrumentos Financeiros, considerando o modelo de negócios da Companhia e as características do fluxo de caixa da indenização, pois este é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição - VNR depreciado da Base de Remuneração Regulatória - BRR, que é revisada a cada 05 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

A Administração da Companhia utiliza como referência os preços de fechamento apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. A Administração da Companhia entende que os métodos utilizados são adequados para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência das contas a receber nos últimos 24 meses, isso para adequar às exigências das normativas IFRS 15 / CPC 47. A estimativa da receita não faturada (os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais políticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras. São elas:

4.1. Ativos e Passivos Financeiros

4.1.1. Reconhecimento e Mensuração

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras somente quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento ou na data em que tiveram origem.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação são transferidos.

4.1.2. Classificação

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, adota para seus ativos e passivos financeiros as práticas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, elaborado a partir do IFRS 9 - Financial Instruments. Este normativo revogou o pronunciamento anterior, CPC 38, vigente até 31 de dezembro de 2017, sendo que as principais mudanças foram:

- i) Classificação e mensuração dos ativos financeiros conforme suas características que passam a ser:
 - custo amortizado;
 - valor justo por meio do resultado - VJR; e
 - valor justo por meio de outros resultados abrangente - VJORA.
- ii) Redução ao valor recuperável, no qual o novo modelo migra para uma forma de registro com base na estimativa de perda esperada e não mais em perdas incorridas. Também precisa ser observada qualquer mudança significativa no aumento de risco de crédito em determinada carteira de ativos de contratos ou em um ativo financeiro específico.

Periodicamente, a Companhia revisa os ativos financeiros, de forma individual ou pela carteira de contratos em que os mesmos estão inseridos, buscando identificar qualquer sinal de aumento no risco de crédito que possa comprometer o fluxo de caixa ou a contraprestação esperada, o que levaria a um registro de perda de valor recuperável. Por meio desta avaliação, a Administração entende que todos os seus ativos financeiros e contratuais estão demonstrados pelo valor recuperável, segundo as metodologias de testes fixadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, a partir da data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que 03 meses são registrados como equivalentes de caixa.

4.3. Aplicações Financeiras de Curto e Longo Prazo

As aplicações e certificados de depósitos bancários com vencimento superior a 03 meses a partir da data de sua aquisição são classificados na rubrica aplicações financeiras de curto prazo e os com prazo de vencimento superior a 03 meses, que estão ao valor de custo ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais estão classificadas como aplicações financeiras de longo prazo.

4.4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar a consumidores finais, encargo de uso do sistema, serviços prestados, acréscimos moratórios e o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

4.5. Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PPECLD

A Companhia utiliza os parâmetros estabelecidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico para registrar a provisão de perdas sobre sua carteira de contas a receber. Os parâmetros do Manual observam as antiguidades

de vencimento das faturas pendentes de liquidação. A partir disso, a Companhia complementa a provisão de perda, quando for o caso, com a perda estimada calculada segundo as diretrizes do Pronunciamento Técnico CPC48 -Instrumentos Financeiros.

Para o registro da Perda Estimada de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração realiza estudos trimestrais que testam o nível da inadimplência de todas as categorias de contratos que formam as rubricas do contas a receber da Companhia. Neste estudo é verificado o comportamento da inadimplência dos faturamentos emitidos nos últimos vinte e quatro meses.

Desta forma, a Administração entende que provisão é constituída por valor considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos com Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

4.5.1. Receita de Fornecimento e uso da rede não faturada

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. Neste sentido, a Companhia aplica sobre os valores de fornecimento não faturado um percentual estimado de perdas, construído através de uma matriz de perdas, que demonstra o histórico de inadimplência dos faturamentos emitidos nos últimos vinte e quatro meses, isso para adequar às exigências do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. A estimativa do fornecimento não faturado (fornecimentos de energia entre a data da leitura e o encerramento de cada período) é efetuada mensalmente com a finalidade de adequar o faturamento ao período de competência. A Administração entende que a forma como a Companhia reconhece sua receita está de acordo com as práticas contábeis e é adequada aos seus negócios.

4.6. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Impairment)

4.6.1. Ativos Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, o valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

4.6.2. Ativos Não Financeiros

A Companhia avalia, anualmente, se existem evidências que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos seus Ativos Não Financeiros. Sendo tais evidências identificadas, o valor recuperável dos ativos é estimado e se o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

4.7. Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo, bem como os de curto prazo, caso relevante, são ajustados a valor presente.

Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos utilizadas refletem as taxas para riscos e prazos semelhantes às praticadas pelo mercado, com case em análises realizadas e na melhor estimativa da Administração.

4.8. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, é reconhecida como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

4.9. Ativo e Passivo Financeiro Setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis, denominados de “Parcela A”, ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual.

4.10. Subvenção e Assistência Governamental

As subvenções governamentais, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretendem compensar em uma base sistemática.

4.11. Bens e Direitos Destinados à Alienação e Propriedades para Investimento

Os bens e direitos destinados à alienação são classificados como *mantidos para venda* caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

As propriedades para investimentos representam os bens não utilizados no objetivo da Concessão, mantidos para valorização ou renda.

4.12. Contrato de Concessão

Com base na análise do Contrato de Concessão e de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, os investimentos na infraestrutura à serviço da Concessão são reconhecidos como Ativo de Contrato, Ativo Intangível ou Ativo Financeiro.

Ao longo da implantação, a Companhia reconhece um Ativo Contratual, em contrapartida de receita de construção e melhorias, à medida que vão sendo satisfeitas as obrigações de performance de construção e melhoria de infraestrutura, até o limite dos custos praticados na condição em que estes possam ser recuperados.

A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.

A partir da sua entrada em operação, é aplicado o modelo “bifurcado”, que é o que melhor representa o negócio de Distribuição de energia elétrica, reconhecendo o ativo da concessão parte como ativo intangível e parte como ativo financeiro.

O valor do ativo intangível do contrato de concessão representa o valor dos serviços de construção e melhorias que será recebido através da cobrança dos usuários via tarifa de energia elétrica. O ativo financeiro refere-se ao

valor dos serviços de construção e melhorias realizados e previstos no Contrato de Concessão e que será recebido através de indenização ao final da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Foram considerados como ao alcance da ICPC 01 somente aqueles ativos exclusivamente a serviço da concessão e contemplados na Base de Remuneração Regulatória da Companhia. Os ativos administrativos e do apoio em geral, sobre os quais a Companhia não recebe remuneração e que são considerados como integrantes do contexto regulatório para fins de Revisão ou Reajuste Tarifário permanecem como ativo imobilizado ou intangível.

4.13. Imobilizado

Os Itens do Imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas pelo Órgão Regulador para cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é aceito como o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.14. Intangível

Incluem o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. O custo dos serviços de construção e melhorias compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura à serviço da concessão no local e condição necessários para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm suas vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada. Incluem basicamente softwares e direitos desta natureza.

4.15. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como às doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica, na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras da infraestrutura a serviço da concessão.

4.16. Arrendamento Mercantil

Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos para Companhia, este é reconhecido como um ativo e mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado

utilizando a taxa efetiva de juros. A Administração adotou os comandos do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos em suas demonstrações contábeis findadas em 31 de dezembro de 2019.

4.17. Valor Justo

I. Ativo Contratual: O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual compreende o preço de aquisição dos materiais e serviços (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar a infraestrutura a serviço da concessão no local e condição necessária para este ser capaz de funcionar da forma determinada no Contrato de Concessão.

II. Ativo Intangível da Concessão: representa o direito de cobrar os usuários pelos serviços de construção e melhorias da infraestrutura à serviço da concessão de distribuição de energia elétrica. Tendo em vista o 4º Termo aditivo do contrato de concessão 081/1999 de 09 de dezembro de 2015 que prorrogou a concessão até 07 de julho de 2045, a parcela da infraestrutura já existente correspondente ao ativo intangível foi mensurada pelo seu valor justo (Valor Novo de Reposição – VNR reconhecido pela ANEEL na Base de Remuneração Regulatória da Companhia). Após a renovação do contrato de concessão, o intangível com origem nos serviços de construção e melhorias é registrado ao custo de aquisição ou construção. O intangível da concessão está apresentado reduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear.

III. Outros Ativos e Passivos Financeiros: o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

IV. Passivos Financeiros Não Destinados à Negociação: é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

V. Empréstimos, Recebíveis e Outros Créditos: é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. A Companhia entende que os valores contábeis na data de transição dos recebíveis de contratos de concessão de serviços representam a melhor estimativa do seu valor justo. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.18. Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos e financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

4.19. Provisões para Contingências Trabalhistas e Cíveis

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única, a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

4.20. Outros Ativos e Passivos

Os outros ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das Demonstrações Financeiras, os demais estão apresentados

pelos valores incorridos na data de formação sendo os ativos reduzidos de provisão para perda e/ou ajuste a valor presente quando aplicável.

4.21. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos e contribuições correntes e diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

4.22. Provisão para Benefícios a Empregados

As obrigações futuras, estimadas anualmente com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente, são registradas para cobrir os gastos com os planos de previdência complementar dos empregados, assim como de complementação de aposentadoria incentivada e dos empregados aposentados denominados ex-autárquicos.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios e expectativa de vida. As premissas utilizadas na avaliação atuarial são revisadas e atualizadas ao final de cada exercício ou quando ocorrerem eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação.

O valor presente das obrigações de benefício definido é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado e o ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano, quando houver.

A Companhia possui dois planos administrados por uma entidade fechada de previdência complementar (Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE) e os ativos destes planos não estão disponíveis à Companhia ou aos seus credores.

A partir do exercício de 2013, como consequência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) recepcionado pela Deliberação CVM nº 695 de 13/12/2012, os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos integralmente como ativos ou passivos atuariais no mesmo exercício em que ocorrem tendo como contrapartida o patrimônio líquido da Companhia.

4.23. Registro de Compra e Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

4.24. Reconhecimento da Receita

4.24.1. Receita de Fornecimento

O reconhecimento da receita de fornecimento dá-se pelo faturamento mensal, conforme quantidades medidas de energia fornecida e preços homologados, com os respectivos impostos que compõem o cálculo do preço da tarifa.

4.24.2. Receita não Faturada

O valor refere-se ao fornecimento de energia elétrica e de uso de rede de distribuição não faturados, calculados em base de estimativas, referente ao período posterior a medição mensal e até o último dia do mês.

4.24.3. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

4.24.4. Receita Financeira

A receita financeira referente à atualização dos recebíveis de contratos de concessão é reconhecida com base no método da taxa efetiva de juros. Refere-se também a receita de atualização das Notas do Tesouro Nacional NTN-B's.

4.25. Despesa Financeira

Contempla encargos de dívidas, variações monetárias de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de autos de infração e outras despesas financeiras. Os custos dos empréstimos, quando não capitalizados são reconhecidos no resultado com base no método da taxa efetiva de juros.

4.26. Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas têm regras específicas para cada tipo de transação e são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes. Os detalhes dessas operações estão descritos na nota explicativa nº 34.

4.27. Questões Ambientais

A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais correspondentes aos estudos de impacto do meio ambiente, exigidos pelos órgãos públicos competentes, para obtenção das licenças que permitirão a construção e instalação de novos empreendimentos, além daqueles referentes às compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Os gastos relacionados a questões ambientais posteriores a entrada em operação do empreendimento são registrados como resultado do exercício em que ocorreram.

Os projetos para construção e instalação de novos empreendimentos são identificados e monitorados pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM e Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA

4.28. Demonstração do Resultado

A Demonstração do Resultado encontra-se apresentada pela função das receitas e despesas operacionais.

4.29. Principais mudanças nas políticas contábeis – vigentes em 2019

4.29.1 IFRS 16

4.29.1.1 Abordagens para a adoção inicial

O IASB emitiu a Norma IFRS 16 definindo os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento mercantil. Chancelando as considerações deste *report*, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis promoveu a revisão do seu Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1), que passou a contar com sua versão (R2), estando vigente a partir de 01 de janeiro de 2019. O princípio norteador desta nova normativa é o reconhecimento do ativo e passivo advindo do direito de uso e controle de um bem relacionado ao contrato de arrendamento.

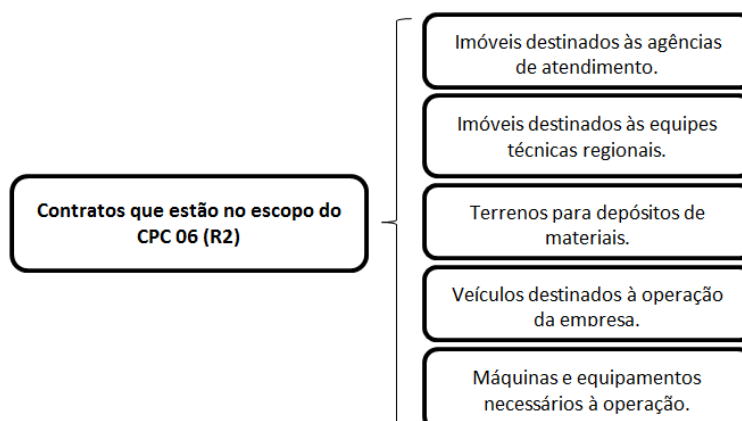
A Companhia adotou, como forma de transição, o modelo com efeito cumulativo a partir da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), não reapresentando as informações comparativas com o exercício anterior, entretanto, demonstra os saldos iniciais de abertura e os saldos do exercício de 2019, conforme esclarecido nos itens C5 a C7 do pronunciamento.

A Companhia concretizou ao longo do exercício o levantamento de todos os seus contratos de locações e *leasings* para analisar aqueles que se enquadrariam no escopo da nova norma contábil e que receberiam o tratamento de arrendamento mercantil.

Para o diagnóstico de aplicação da norma, foram observadas as seguintes condições:

Condições para a adoção da norma	Isenção de aplicação
i) Possui ativo identificado;	i) Prazo de arrendamento inferior a doze meses;
ii) Transfere o direito de uso em troca de contraprestação;	ii) Ativo de uso não é identificável;
iii) A arrendatária tem poder de direcionar a utilização do ativo; e	iii) Arrendatário não possui direito de direcionar a utilização; e
iv) Não há direito substancial de substituição pelo arrendador.	iv) contratos cujo ativo subjacente seja de baixo valor.

Sob o portfólio de contratos avaliados, foi possível identificar os seguintes resultados:



A partir do levantamento dos contratos, foram realizadas:

- i) Abordagem de transição;
- ii) Mensuração dos ativos e passivos iniciais de direito de uso;
- iii) Impactos da adoção no exercício de 2019;
- iv) Impactos em exercícios seguintes.

4.29.1.2 Impactos nas contas patrimoniais

Os principais reflexos se deram nas contas patrimoniais relacionadas ao reconhecimento do ativo e do passivo de direito de uso trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o período de vigência de cada contrato, conforme demonstra a tabela seguinte:

Norma	CPC 06 (R1)		IFRS 13 / CPC 06 (R2)		
Reflexo no Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019	Adoção em 01/01/2019	Movimentação em 2019	Saldo em 31/12/2019
Ativo					
Ativo de Direito de Uso	-	-	57.996	(12.110)	45.886
Passivo					
Arrendamentos a pagar	-	-	57.996	(11.449)	46.547

4.29.1.3 Política Contábil do ativo e passivo de direito de uso

A Administração utilizou como premissa nos fluxos de caixa as parcelas das contraprestações previstas ao longo da vigência de todos os seus contratos de arrendamento, considerando a aplicação do reajuste pelo IPCA em cada exercício.

A taxa de desconto foi utilizada em parâmetros nominais, sendo esta composta pela taxa incremental de empréstimos estimada pela Companhia em caso de captação de recursos para aquisição do ativo objeto de arrendamento. Desta forma, a taxa utilizada para desconto no fluxo de caixa foi estimada em 8,86% ao ano para todas as classes de ativos arrendados, sendo composta por 100% da CDI, adicionado o *spread* de risco da Companhia no percentual de 4,50% ao ano.

Na sequência, apresenta-se o perfil da carteira de contratos, assim como os saldos em 31 de dezembro de 2019 e os fluxos de pagamentos estimados para os exercícios seguintes:

Classificação	Composição do Passivo de Arrendamento				Total Passivo de Arrendamento em 31/12/2019
	Prazo Médio Contratual Remanescente (em anos)	Taxa de Desconto % aa	Circulante	Não Circulante	
Imóveis	5	8,86	559	2.142	2.701
Terrenos	15	8,86	36	2.203	2.239
Veículos	3	8,86	12.170	29.437	41.608
		TOTAL	12.766	33.782	46.547

Fluxo Contratual de Pagamentos - CPC 06 (R2)				
Período	Principal	Encargos	Desconto no Fluxo de Caixa	Saldo Arrendamentos a Pagar
2020	12.381	3.287	(2.902)	12.766
2021	12.758	2.160	(1.204)	13.713
2022	12.931	1.022	521	14.474
2023 e seguintes	4.386	1.436	(227)	5.595
Total	42.455	7.905	(3.813)	46.547

Os ativos de direito de uso estão constituídos pelo valor presente dos fluxos de caixa descontados no mesmo montante dos passivos de arrendamento inicialmente constituídos. A depreciação dos ativos de direito de uso estão construídas pelo método linear conforme o saldo remanescente dos contratos de arrendamento. O fluxo anual de depreciação estimada está previsto da seguinte forma:

Fluxo de Depreciação de Arrendamentos					
Período	Residual	2020	2021	2022	2023 em diante
Imóveis	2.682	630	537	252	1.264
Terrenos	2.239	167	175	184	1.713
Veículos	40.965	12.065	12.622	12.973	3.304
Total	45.886	12.862	13.334	13.410	6.280

4.29.1.4 Impactos nas contas de resultado

Conforme preconiza a norma IFRS 16 /CPC 06 (R2), as despesas de locação, atribuídas a um fluxo de caixa ao longo da vigência contratual, são deslocadas para as linhas de despesa de depreciação e despesa financeira. Contudo, quando é encerrado o período do contrato, os valores apropriados no resultado líquido são nulos, ocorrendo apenas esta migração do resultado operacional para o resultado financeiro.

A tabela seguinte demonstra os impactos de adoção da norma no resultado líquido, assim como os ajustes ocorridos ao longo do exercício:

Norma	CPC 06 (R1)		IFRS 13 / CPC 06 (R2)	
Reflexo no Resultado	Saldo em 31/12/2018	Saldo em 31/12/2019	Impactos da Adoção	Saldo em 31/12/2019
Despesas Operacionais				
Despesas de Locações	14.396	16.672	(16.090)	582
Despesas de Depreciação e Amortização	103.505	125.005	-	125.005
Depreciação do Direito de Uso	-	-	12.110	12.110
Impactos no EBITDA	117.901	141.677	(3.980)	137.697
Despesas Financeiras				
Encargos Arrendamentos IFRS 16 / CPC 06 (R2)	-	-	4.641	4.641
Impacto no Resultado Líquido	117.901	141.677	661	142.339

Para 2019, os impactos de adoção da norma provocaram um aumento de EBITDA na ordem de R\$ 3,9 milhões, isso devido ao deslocamento da despesa operacional de locação para a despesa de depreciação do Direito de Uso e para a despesa financeira, esta última relacionada aos encargos do passivo de arrendamento. Já, no resultado líquido, a adoção causou uma redução do Lucro Líquido na ordem de R\$ 661 mil.

Ao longo do período de vigência dos contratos, o impacto no Lucro Líquido será neutralizado. Contudo, ocorrerá o deslocamento de R\$ 8,5 milhões da despesa operacional para a despesa financeira. Desta forma, o EBITDA será impactado positivamente neste montante de R\$ 8,5 milhões.

4.29.1.5 Informações adicionais

É oportuno comentar que existe um reflexo temporal nas apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social, uma vez que foi constituído um Ativo Fiscal Diferido para tratar as diferenças temporárias que ocorrem ao longo da vigência dos contratos de locação.

Para os impostos recuperáveis, a Companhia continua registrando no resultado pelo valor efetivo de pagamento das contraprestações. Para a apuração dos tributos, é assegurada a neutralidade.

4.29.2. ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 trata de como aplicar os requisitos para reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando existem incertezas sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Neste contexto, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4.30. Novas normas e interpretações ainda sem impacto

Novas instruções e pronunciamentos passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2020, sendo que a Companhia não realizou sua adoção no âmbito das demonstrações financeiras aqui apresentadas e não planeja adotá-las de forma antecipada. Entretanto, realizou diagnóstico para identificar o reflexo desta adoção nas suas demonstrações financeiras para o exercício de 2020, sendo abordados no estudo os seguintes instrumentos normativos:

4.30.1. Emendas do CPC 26 e CPC 23 – Definição de Materialidade

As emendas do CPC 26/IAS 1 e do CPC 23/IAS 8 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Estas emendas entrarão em vigência em 1º de janeiro de 2020. A Administração entende que estas emendas não trarão impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.30.2. IFRS 17 – Contratos de Seguro

Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro, que mantém requisitos das regras locais vigentes. O objetivo deste IFRS é fornecer um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguro, fornecendo informações relevantes sobre a essência destes contratos nas demonstrações financeiras das companhias, estando em linha com a padronização internacional das normas contábeis. A Administração entende que a adoção desta norma não trará impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE			
Numerário Disponível		34.474	19.871
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL	34	40.554	117.535
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>75.028</u>	<u>137.406</u>

5.1. Numerário Disponível

O valor de R\$34.474 (R\$19.871 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos depositados em instituições bancárias.

5.2. Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata (Equivalentes de Caixa)

O valor de R\$40.554 (R\$117.535 em 31 de dezembro de 2018) refere-se às Aplicações Financeiras, aplicadas no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC/BANRISUL instituído pelo Decreto Estadual nº 33.959, de 31 de maio de 1991, remunerado pela taxa SELIC OVER, com liquidez imediata.

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.

Os saldos compõem-se de:

	Nota Explicativa	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE						
Consumidores	6.1	419.803	140.900	601.469	1.162.172	1.038.030
Suprimento de Energia		-	-	-	-	152
Encargo de Uso da Rede		3.754	-	-	3.754	2.697
Permissionárias		593	-	-	593	5
Parcelamentos	6.2	63.491	72.326	134.796	270.613	244.711
Provisão com Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa	6.3	-	-	(725.966)	(725.966)	(584.221)
Total		487.642	213.226	10.299	711.166	701.374
NÃO CIRCULANTE						
Parcelamentos	6.2	77.934	-	-	77.934	98.767
Total		77.934	-	-	77.934	98.767
Total Geral		565.576	213.226	10.299	789.100	800.141

6.1. Consumidores

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
Residencial	189.880	84.969	256.472	531.321	425.278
Industrial	29.033	8.536	59.566	97.135	101.749
Comercial Serviços e Outras Atividades	125.220	32.571	146.472	304.263	280.662
Rural	22.476	6.493	20.637	49.606	50.960
Poder Público	23.445	7.363	43.930	74.738	79.666
Iluminação Pública	10.799	734	74.339	85.872	82.364
Serviço Público	18.950	234	53	19.237	17.351
Total	419.803	140.900	601.469	1.162.172	1.038.030

6.2. Parcelamentos

O montante de R\$270.613 (R\$244.711 em 31 de dezembro de 2018) no ativo circulante e R\$77.934 (R\$98.767 em 31 de dezembro de 2018) no ativo não circulante refere-se a parcelamentos com consumidores, com prefeituras municipais, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com a FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

6.3. Movimentação da Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa

CONSUMIDORES POR CLASSE	Saldo 31/12/2018	Adições	Exclusões	Saldo 31/12/2019
Residencial	178.923	77.549	-	256.472
Industrial	51.145	4.346	(1.547)	53.944
Comercial Serviços e Outras Atividades	106.113	28.028	-	134.141
Rural	15.117	2.726	-	17.843
Poder Público, Iluminação Pública e Serviço Público	115.573	10.183	(9.939)	115.817
Títulos de Créditos a Receber e Parcelamentos	117.351	33.374	(2.976)	147.749
Total	584.221	156.206	(14.462)	725.966

Foram incluídos os valores totais dos créditos junto aos consumidores residenciais que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e consumidores industriais, rurais, poder público e iluminação pública vencidos há mais de 360 dias.

Para títulos de créditos a receber relacionados aos parcelamentos mantidos com seus credores, a Companhia adota a prática conservadora de provisionar como perda o saldo total ainda remanescente para o contrato quando ocorre sinalização de inadimplência maior que 90 dias.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

CIRCULANTE	31/12/2019	31/12/2018
ICMS a Compensar	1.351	7.592
IRPJ e CSLL a Compensar	3.908	5.551
PIS e COFINS a Compensar	395	643
Outros Créditos a Compensar	123	536
Total	5.777	14.322
NÃO CIRCULANTE		
ICMS a Compensar*	53.539	41.319
IRRF a Compensar	-	49
INSS a Compensar	74	74
Outros Créditos a Compensar	4	3
Total	53.617	41.445
Total Geral	59.394	55.767

*A expectativa de realização dos valores registrados no ativo não circulante é de 04 (quatro) anos conforme dispositivo legal estabelecido na Lei Complementar nº 87/1996 que permite a constituição e respectiva fruição deste crédito tributário.

8. ESTOQUES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Estoque de Operação	37.672	40.891
Total	37.672	40.891

Os saldos de estoques referem-se a materiais destinados à manutenção das operações, em processo de classificação, resíduos e sucatas e destinados à alienação, todos valorados a preço médio. As perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício.

9. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Os saldos compõem-se de:

		Reapresentado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018
	Explicativa		
CIRCULANTE			
Programa RELUZ	9.1 / 34	23	23
Programa de Eficiência Energética - PEE	9.2	15.821	23.105
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	9.3	9.296	7.152
Adiantamento a Fornecedores	9.10	12.941	13.545
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9.4 / 34	4.324	5.725
Adiantamento a Empregados	9.5	4.374	3.253
Aluguel de Postes/Serviços Prestados		-	318
Cedência de Funcionários	9.6/34	188	206
Repasse Conta CCRBT		-	531
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.484/2018		-	141.038
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.640/2019	9.7/34	283.506	-
Serviço Próprio	9.8	22.288	59.543
Conta Gráfica	9.9/34	1.463	-
Outros Devedores		2.846	2.166
Total		357.068	256.605
NÃO CIRCULANTE			
Títulos de Crédito a Receber		17	17
Depósitos Recursais - INSS e ISS		1.871	1.871
Total		1.888	1.888
Total Geral		358.956	258.493

9.1. Programa RELUZ

O valor de R\$23 (R\$23 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, a serem reembolsados pelas Prefeituras, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação pública nos municípios, por meio da substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

9.2. Programa de Eficiência Energética – PEE

O valor de R\$15.821 (R\$23.105 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à aplicação dos recursos provenientes dos Programas de Eficiência Energética, que visam demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. (vide nota explicativa 21.1).

9.3. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

O valor de R\$9.296 (R\$7.152 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, em andamento, destinados à capacitação e desenvolvimento tecnológico da Companhia, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o aprimoramento de suas características. Quando da conclusão dos projetos, serão reconhecidos como liquidação da obrigação e, posteriormente submetidos à auditoria e avaliação final da ANEEL. (vide nota explicativa 21.1).

9.4. Subvenção à Receita Baixa Renda – Tarifa Social

O valor de R\$4.324 (R\$5.725 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao resultado gerado entre os aumentos e reduções de receita decorrentes da classificação dos consumidores residenciais na subclasse baixa renda, conforme Resolução Normativa nº 472 de 24 de janeiro de 2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

9.5. Adiantamentos a Empregados

O valor de R\$4.374 (R\$3.253 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à adiantamento de 13º salário e férias a empregados.

9.6. Cedência de Funcionários

O valor de R\$188 (R\$206 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à transações com partes relacionadas, (vide nota explicativa nº 34). O saldo constitui-se de remunerações de funcionários cedidos.

9.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.640/2019

Valor referente à CDE, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE à CEEE-D, no período de competência de novembro de 2019 a outubro de 2020, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. (Vide nota explicativa nº 24).

9.8. Serviço Próprio

O valor de R\$22.288 (R\$59.543 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos gastos de pessoal, material, serviços de terceiros e outros, relativos aos serviços próprios em curso apurados pelo sistema de Ordem de Serviço – ODS, que serão transferidos na conclusão das ODS para as contas de Gastos Operacionais, nas subcontas adequadas.

9.9. Conta Gráfica

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT.

9.10. Adiantamentos Fornecedores

O valor de R\$12.941 (R\$13.545 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a adiantamentos de energia e encargos de uso da rede, e adiantamentos vinculados a folha de pagamento.

10. ATIVO / PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL LÍQUIDO

O montante de R\$99.459 (R\$161.895 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos ativos e passivos financeiros decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros componentes financeiros) que são incluídos na tarifa no início do ciclo tarifário, e aqueles que são efetivamente pagos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente pagos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente pagos. Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo reajuste tarifário. Segue abaixo a composição do saldo do ativo financeiro setorial líquido: (Vide nota explicativa nº 1.2).

	Saldos em 31/12/2018	Ciclo Passado	Apropriação Nota Tec. 214/2019	A Amortizar Ciclo Passado 12/2019	Constituição Ciclo Corrente até 12/2019	Atualização Monetária Ciclo Corrente até 12/2019	Saldo 31/12/2019
CVA Ativa	517.224	(517.224)	271.519	(63.485)	84.801	3.909	296.744
CVA AQUISIÇÃO ENERGIA - CICLO PASSADO	408.654	(408.654)	270.953	(63.462)	-	-	207.491
CVA AQUISIÇÃO ENERGIA - CICLO CORRENTE	63.104	(63.104)	-	-	66.277	3.579	69.856
CVA TRANSP ITAIPÚ CICLO PASSADO	-	-	565	(23)	-	-	542
CVA TRANSP ITAIPÚ CICLO CORRENTE	896	(896)	-	-	1.247	87	1.334
CVA TRANSP. REDE BÁSICA CICLO PASSADO	28.129	(28.129)	-	-	-	-	-
CVA TRANSP. REDE BÁSICA CICLO CORRENTE	221	(221)	-	-	17.278	243	17.521
CVA CDE CICLO CORRENTE	11.022	(11.022)	-	-	-	-	-
CVA ANGRA ESS/EER CICLO PASSADO	4.389	(4.389)	-	-	-	-	-
CVA PROINFA CICLO CORRENTE	809	(809)	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	120.002	(120.002)	259.619	(33.947)	309	1	225.982
CVA NEUTRALIDADE PARCELA A CICLO PASSADO	15.389	(15.389)	36.635	(4.790)	-	-	31.845
CVA NEUTRALIDADE PARCELA A CICLO CORRENTE	-	-	-	-	309	1	310
CVA OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS CICLO PASSADO	78.277	(78.277)	155.101	(20.280)	-	-	134.821
CVA OUTROS CICLO PASSADO	26.336	(26.336)	67.882	(8.876)	-	-	59.006
Total do Ativo	637.226	(637.226)	531.137	(97.432)	85.110	3.910	522.726
CVA Passiva	(222.362)	222.362	(226.057)	34.037	(49.770)	(1.698)	(243.489)
CVA TRANSP. REDE BÁSICA CICLO CORRENTE	(29.482)	29.482	-	-	-	-	-
CVA CDE ACR CICLO PASSADO	-	-	(15.276)	-	(337)	-	(15.613)
CVA CDE CICLO CORRENTE	(82)	82	-	-	(33.397)	(350)	(33.748)
CVA ESS CICLO PASSADO	(173.703)	173.703	(210.781)	34.037	-	-	(176.744)
CVA ESS CICLO CORRENTE	(17.580)	17.580	-	-	(14.826)	(1.271)	(16.097)
CVA PROINFA CICLO CORRENTE	(1.515)	1.515	-	-	(1.210)	(77)	(1.287)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(12.749)	12.749	-	-	(3.845)	(9)	(3.854)
CVA NEUTRALIDADE PARCELA A CICLO CORRENTE	(12.749)	12.749	-	-	(3.845)	(9)	(3.854)
Outros Componentes Financeiros	(223.336)	223.336	(137.727)	15.777	(20.280)	-	(142.230)
CVA SOBRECONTRATAÇÃO MCP CICLO PASSADO	(66.981)	66.981	(23.233)	3.038	-	-	(20.195)
CVA Sobrecontratação para o ano civil de 2016	(15.778)	15.778	(17.066)	-	-	-	(17.066)
CVA OUTROS COMP. FINANCEIROS CICLO PASSADO	(124.240)	124.240	(97.428)	12.739	-	-	(84.689)
CVA OUTROS COMP. FINANCEIROS CICLO CORRENTE	(16.337)	16.337	-	-	(20.280)	-	(20.280)
Total do Passivo	(458.447)	458.447	(363.785)	49.814	(73.896)	(1.707)	(389.573)
Ativo (Passivo) Financeiro Setorial Líquido	178.779	(178.779)	167.352	(47.618)	11.214	2.203	133.153

Outros Componentes Setoriais Financeiros

	Saldos em 31/12/2018	Ciclo Passado	Apropriação Nota Tec. 214/2019	Amortização	Constituição	Atualização	Saldo 31/12/2019
Despesas Pagas antecipadamente							
Quotas de Custeio e Energia - Proinfa	6.156	-	-	(188.632)	199.737	-	17.261
Total do Ativo	6.156	-	-	(188.632)	199.737	-	17.261
Demais Passivos Financeiros Setoriais							
Reversão Faturamento Ultrapassagem de Demanda	(7.779)	-	-	1.814	(10.607)	-	(16.572)
Reversão Faturamento Ultrapassagem de Demanda	(2.038)	-	-	1.814	(10.607)	-	(10.831)
Reversão Faturamento Ultrapassagem de Demanda	(5.741)	-	-	-	-	-	(5.741)
Reversão Fatur. Excedente de Reativos	(15.261)	-	-	5.420	(24.541)	-	(34.382)
Reversão Fatur. Excedente de Reativos	(3.885)	-	-	5.420	(24.541)	-	(23.006)
Reversão Fatur. Excedente de Reativos	(11.376)	-	-	-	-	-	(11.376)
Total do Passivo	(23.040)	-	-	7.234	(35.148)	-	(50.955)
Total Outros Componentes Setoriais Financeiros Líquido	(16.884)	-	-	(181.398)	164.589	-	(33.694)
Total Ativo Financeiro Setorial	161.895	(178.779)	167.352	(229.016)	175.803	2.203	99.459

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O valor de R\$73.427 (R\$74.639 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a depósitos judiciais de processos de natureza trabalhista e cível que não possuem perda provável. Os demais depósitos judiciais estão apresentados de forma dedutiva, retificando os saldos das Provisões para Contingências Passivas a que se referem. (Vide nota explicativa nº 22).

12. ATIVO DA CONCESSÃO

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível:

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2019	31/12/2018
Ativo Contratual (infraestrutura em construção).....	12.1	353.089	481.849
Ativo Financeiro da Concessão.....	12.2	222.738	189.914
Ativo Intangível da Concessão.....	12.3	1.711.899	1.603.305
Total do Ativo da Concessão		2.287.726	2.275.068

12.1. Ativo Contratual (Infraestrutura em Construção)

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, são classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível e/ou financeiro da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) está demonstrada a seguir:

	Ativo Contratual 31/12/2019	Ativo Contratual 31/12/2018
Saldo Inicial	481.849	374.203
(+) Receita de Construção (Adições).....	141.024	208.993
(+/-) Transferência (Bifurcação).....	(268.594)	(101.399)
(-) Outros.....	(1.190)	52
Saldo final	353.089	481.849

12.2. Ativo Financeiro da Concessão

O ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros a “valor justo por meio do resultado”, pois o fluxo de caixa é suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e tem sua estimativa baseada no valor novo de reposição (VNR) depreciado da Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é revisada a cada 5 anos, dentro dos processos de Revisão Tarifária da Distribuidora. Nos períodos entre as Revisões Tarifárias, a Administração atualiza o ativo financeiro da concessão pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com o definido na regulamentação para atualização da Base de Remuneração.

A movimentação dos bens do Ativo Financeiro da concessão está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	189.914	178.892
(+) Atualização Financeira.....	6.470	7.267
(+/-) Transferência (Bifurcação).....	26.006	3.930
(-) Baixas.....	(102)	(124)
Outros.....	450	(51)
Saldo final	222.738	189.914

12.3. Ativo Intangível da Concessão

O intangível da concessão integra o total da rubrica do ativo intangível, cuja composição e movimentação estão apresentadas na nota explicativa 15. O intangível da concessão é composto pelos valores dos serviços de construção e melhorias da infraestrutura a serviço da concessão, líquidos de amortização, e que serão recebidos pela Companhia através da cobrança dos usuários do serviço na tarifa de energia elétrica. A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Companhia amortiza o ativo intangível de uma forma linear, respeitando a vida útil definida pelo órgão regulador para cada bem integrante da infraestrutura ao alcance da ICPC 01.

12.3.1 Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63º e 64º do Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12.4. Valor Recuperável do Ativo da Concessão

Em 31 de Dezembro de 2019, o valor dos Ativos Vinculados à Concessão totaliza R\$2.287.726 (em 31 de dezembro de 2018 R\$2.275.068). Os ativos da concessão são examinados periodicamente para verificar se existem indicações de que eles estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Para fins de análise do valor de recuperação dos ativos, são observadas todas as alterações adversas ao ambiente empresarial ou regulatório, assim como o seu desempenho, considerando as seguintes particularidades do setor de energia elétrica: I) As atividades desenvolvidas são suportadas por um contrato de concessão que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico e financeiro da concessão; II) As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência e a acuracidade das informações contábeis e financeiras; III) Custos extraordinários e relevantes e eventuais desajustes econômicos serão objeto de revisão tarifária; IV) O contrato de concessão ou permissão é de não circulante, o que viabiliza melhor planejamento das atividades; V) As taxas de depreciação estão em conformidade com o que determina o órgão regulador, levando em consideração a vida útil econômica e estimada dos bens; e VI) Ao término da concessão, os bens retornarão à União, sendo a Companhia devidamente ressarcida pelo valor desses bens, determinado conforme normas específicas estabelecidas pela legislação aplicável. A Companhia apurou, ao final do exercício, o valor recuperável de seus ativos e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas.

13. BENS E DIREITOS

13.1. Bens de Uso Futuro e Bens de Renda

Refere-se a imóveis e bens destinados à futura utilização pela Companhia no serviço concedido e a bens mantidos para obtenção de renda e ao custo dos terrenos e edificações que se encontram sem utilização e que serão alienados conforme planos da Companhia. Dentre os quais constam os hortos florestais localizados nos municípios de Alegrete, Candiota, Triunfo e Charqueadas.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Bens de Uso Futuro e Bens de Renda	57.845	57.845
(-) Amortização Acumulada	(15.388)	(15.388)
	<u>42.457</u>	<u>42.457</u>

14. IMOBILIZADO

	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Custo					
Terrenos	4.630	-	-	-	4.630
Edificações	24.047	-	-	-	24.047
Máquinas e Equipamentos	67.379	-	(1.001)	56.135	122.513
Veículos	55.533	-	(190)	127	55.470
Móveis e Utensílios	6.607	-	(257)	41	6.391
	<u>158.196</u>	<u>-</u>	<u>(1.448)</u>	<u>56.303</u>	<u>213.051</u>
Depreciação					
Edificações	(21.280)	(124)	-	-	(21.404)
Máquinas e Equipamentos	(39.281)	(6.175)	927	(1)	(44.530)
Veículos	(42.427)	(2.533)	190	(127)	(44.897)
Móveis e Utensílios	(5.479)	(155)	233	-	(5.401)
	<u>(108.467)</u>	<u>(8.987)</u>	<u>1.350</u>	<u>(128)</u>	<u>(116.232)</u>
Fora do Escopo (Reflexo do IFRIC 12)					
Imobilizado não vinculado	17.060	-	(2)	79	17.137
Depreciação	(12.468)	(168)	2	128	(12.506)
	<u>4.592</u>	<u>(168)</u>	<u>-</u>	<u>207</u>	<u>4.631</u>
Total do Imobilizado em Serviço	<u>54.321</u>	<u>(9.155)</u>	<u>(98)</u>	<u>56.383</u>	<u>101.451</u>
Total do Imobilizado em Curso	<u>152.455</u>	<u>8.222</u>	<u>-</u>	<u>(61.444)</u>	<u>99.233</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>206.777</u>	<u>(934)</u>	<u>(98)</u>	<u>(5.061)</u>	<u>200.684</u>

O Ativo Imobilizado da Companhia é composto por bens administrativos, bens não vinculados à Concessão e outros fora do alcance da ICPC 01/CPC47. O Ativo Imobilizado em Curso no montante de R\$99.233 (R\$152.455 em 31 de dezembro 2018) é composto por valores registrados das aquisições em andamento de bens administrativos (R\$9.727) que não compõem o escopo da ICPC01 - Contratos de Concessão, e por materiais armazenados em depósitos destinados ao investimento na infraestrutura da concessão (R\$89.506) que passarão a compor o escopo da ICPC01 quando da sua efetiva utilização nas Ordens de Imobilização de obras vinculadas ao serviço concedido.

14.1 DIREITO DE USO

Conforme delineado na nota explicativa nº 4.29.1, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, demonstrando os saldos de abertura e de encerramento deste exercício, conforme previsão dos itens C5 a C7 do pronunciamento. O levantamento realizado pela Administração identificou um portfólio de contratos vinculados à locação de imóveis para as agências de atendimento; para ocupação das equipes técnicas regionais; terrenos para a armazenagem de materiais; veículos e máquinas e equipamentos destinados à operação da empresa.

A Administração avaliou os requisitos da norma que orientam sobre o reconhecimento do ativo de direito de uso e concluiu que os contratos avaliados preenchem estes requisitos, sendo eles: i) ativo identificado; ii) período de locação superior a doze meses; iv) ativos não se enquadram na categoria de baixo valor; v) a arrendatária possui

o poder de direcionar a utilização do ativo; e vi) o arrendador não possui direito substancial de substituição dos ativos locados.

A métrica para reconhecimento do ativo de direito de uso levou em consideração as recomendações contidas nos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e CVM/SNC/SEP nº 01/2020, assim como o alinhamento entre as práticas adotadas no âmbito das empresas do setor de energia elétrica. Neste sentido, para mensurar o reconhecimento inicial do ativo de direito de uso, foram consideradas as parcelas fixas devidas ao longo da vigência de cada contrato em um fluxo de caixa descontado a valor presente na data de 1º de janeiro de 2019. Foram inseridos no fluxo de caixa, inclusive, os períodos de prorrogações anuais e as indexações por IPCA.

O modelo de fluxo de caixa a taxa de desconto de 8,86% ao ano em termos nominais, sendo esta a taxa incremental de empréstimos (IBR) identificada para o caso em que a Companhia decida captar recursos no mercado para realizar a aquisição do ativo. A taxa é formada por 100% da CDI mais *spread* de risco da Companhia, esta última avaliada em 4,50% ao ano, em termos nominais. A Administração entende que esta taxa é a que melhor reflete as características de seus contratos.

Com base nestas premissas, o valor de registro da adoção inicial do ativo de direito de uso foi de R\$ 57.996 (cinquenta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil reais), estando apresentado a seguir a composição do saldo de adoção e a movimentação do exercício, que finalizou com o saldo de R\$ 45.886 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e oitenta e seis mil reais).

14.1.1 – Movimentação do ativo de direito de uso

Ativos de Direito de Uso	Saldo em 31.12.2018	Adoção Inicial 01.01.2019	Ingressos	Ajuste de Mensuração	Baixas	Amortizações	Saldo em 31.12.2019	Saldo Circulante	Saldo Não Circulante
CPC 06 (R2) - IFRS16									
Imóveis	-	3.218	-	-	-	(535)	2.682	224	2.459
Terrenos	-	2.263	-	-	-	(24)	2.239	187	2.053
Veículos	-	52.516	-	-	-	(11.551)	40.965	3.414	37.551
Total	-	57.996	-	-	-	(12.110)	45.886	3.824	42.062

* A Companhia não possuía saldo em 31 de dezembro de 2018 referente a ativo imobilizado arrendado (IAS17).

14.1.2 – Fluxo das depreciações para exercícios seguintes

Categoria	Saldo Residual 31.12.2019	2020	2021	2022	2023 em diante
Imóveis	2.682	630	537	252	1.264
Terrenos	2.239	167	175	184	1.713
Veículos	40.965	12.065	12.622	12.973	3.304
Total	45.886	12.862	13.334	13.410	6.280

* As depreciações dos ativos de direito de uso estão construídas pelo método linear conforme o saldo remanescente dos contratos de arrendamento.

15. INTANGÍVEL

	Softwares	Ativo Intangível da Concessão	Total
Custo			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	122.739	3.164.879	3.287.618
Transferência (Ativo Intangível Concessão - Ativo Intangível Softwares)	4.431	243.217	247.648
Aquisições	(145)	-	(145)
Baixas	-	(74.378)	(74.378)
Outros	-	(450)	(450)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	127.025	3.333.268	3.460.293
Amortização e perdas por redução do valor recuperável			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(27.285)	(1.561.574)	(1.588.859)
Amortização do período	(21.118)	(108.443)	(129.561)
Baixas	-	48.649	48.649
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(48.403)	(1.621.368)	(1.669.771)
Valor contábil			
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	95.454	1.603.305	1.698.759
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	78.622	1.711.900	1.790.522

15.1. Intangível da Concessão

O Ativo Intangível da Concessão representa o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelos investimentos na infraestrutura a serviço da concessão (nota explicativa nº 12.3).

15.2. Softwares

É composto pelos gastos realizados com a aquisição de softwares, das licenças de uso e demais direitos dessa natureza.

16. FORNECEDORES

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Encargos de Uso da Rede	51.884	41.487
Energia Elétrica Comprada para Revenda	292.245	251.868
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 02/2015 a 06/2015	48.957	42.383
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 11/2016 a 11/2017	111.889	127.564
Materiais e Serviços	89.135	111.650
Energia de Curto Prazo - CCEE	86	81
Retenção Contratual	11.503	11.593
Outros.....	599	600
Total	606.297	587.225
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 02/2015 a 06/2015	89.800	142.556
Repactuação de Dívida - Itaipu – Período de 11/2016 a 11/2017	254.384	360.148
	344.184	502.704
Total Geral	950.481	1.089.929

16.1. Repactuação de Dívida – Itaipu

16.1.1 Repactuação de Dívida Itaipu – Período de 02/2015 a 30/06/2015

O saldo de R\$48.957 (R\$42.383 em 31 de dezembro de 2018) no Passivo Circulante e R\$89.800 (R\$142.556 em 31 de dezembro de 2018) no Passivo Não Circulante, refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras em 31 de julho de 2015. O valor repactuado é de US\$57.539 referentes às faturas inadimplidas no período de 20/02/2015 a 30/06/2015 e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*. A amortização ocorre em 60 (sessenta) meses, a contar após o período de carência de 24 (vinte e quatro) meses, nos quais serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor. A liquidação da dívida está prevista para 31/10/2022.

16.1.2 Repactuação de Dívida Itaipu – Período de 11/2016 a 11/2017

O saldo de R\$111.889 (R\$127.564 em 31 de dezembro de 2018) no passivo circulante e R\$254.384 (R\$360.148 em 31 de dezembro de 2018) no Passivo Não Circulante, refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida do Repasse de Itaipu celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras em 15 de dezembro de 2017. O valor repactuado é de US\$125.781, referentes às faturas inadimplidas no período de 20/11/2016 a 20/11/2017 e estabelece os juros remuneratórios de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*. A amortização será realizada com as 12 (doze) parcelas iniciais no valor de US\$ 100 (cem mil dólares americanos) cada e as 48 (quarenta e oito) parcelas restantes no valor de US\$2.595 (dois milhões quinhentos e noventa e cinco mil dólares americanos) cada, tendo iniciado em 30/12/2017, com vencimento no dia 30 de cada mês. A liquidação da dívida está prevista para 30/11/2022.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Folha Líquida.....	10.508	19
Provisão para Férias, 13 º Salário, Gratificações e Encargos Sociais	43.092	43.016
Retenções sobre a Folha de Pagamento	27.217	25.087
Total	80.817	68.122

O valor de R\$27.217 (R\$25.087 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à folha de pagamento, consignações em favor de terceiros (diversas Entidades de Classe, como a Associação dos Funcionários das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul - AFCEEE, Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul - SENERGISUL e a Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE e tributos e contribuições sociais retidos na fonte.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.684.719	1.368.069
Parcelamento PIS / COFINS	38.690	55.148
Parcelamento ICMS	24.426	25.379
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	150	4.800
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	9	9
Contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	2.706	2.011
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	58.623	51.687
Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS	12.643	11.164
Outros	1.978	1.540
Total	2.823.944	1.519.807
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento PIS / COFINS	86.600	118.512
Parcelamento ICMS	23.859	46.309
Total	110.459	164.821
Total Geral	2.934.404	1.684.628

18.1. ICMS

Os valores de R\$ 2.684.719, em 31 de dezembro de 2019, e R\$ 1.368.069, em 31 de dezembro de 2018, no passivo circulante, referem-se ao inadimplemento de ICMS corrente junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS, das competências de setembro/2017 a agosto/2018 e novembro/2018 a dezembro/2019.

18.2. Parcelamentos PIS/COFINS – PGFN

O valor de R\$6.215 no passivo circulante refere-se aos parcelamentos, junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, das competências de junho/14 a outubro/14 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das

mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$52.475 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 55 (cinquenta e cinco) parcelas. A liquidação da obrigação está prevista para maio de 2020.

A tabela abaixo ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
22/08/2014	Parcelamento PIS/COFINS - PGFN	52.475
31/12/2019	Atualização até 31/12/2019	13.829
31/12/2019	Parcelas Pagas até 31/12/2019	(60.089)
	Saldo a Pagar	6.215
CIRCULANTE		6.215
NÃO CIRCULANTE		-
Total		6.215

18.3. Parcelamentos PIS/COFINS – RFB

O valor de R\$32.475 no passivo circulante e R\$86.600 no passivo não circulante referem-se a repactuação do parcelamento vigente, junto à Receita Federal do Brasil, com o acréscimo das competências de junho/18 e julho/2018 do PIS e da COFINS em função do inadimplemento das mesmas. O montante acordado na data de adesão era de R\$184.036 e será pago em 60 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidadas 16 (dezesesseis) parcelas. A liquidação da obrigação está prevista para agosto de 2023.

A tabela a seguir ilustra o saldo remanescente:

Data do Evento	Histórico	Valor
19/09/2018	Parcelamento PIS/COFINS - RFB	184.036
31/12/2019	Atualização até 31/12/2019	11.164
31/12/2019	Parcelas Pagas até 31/12/2019	(76.125)
	Saldo a Pagar	119.075
CIRCULANTE		32.475
NÃO CIRCULANTE		86.600
Total		119.075

18.4. Parcelamentos Ordinários Estaduais – ICMS

A Concessionária, em março de 2017, realizou repactuação de parcelamentos junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do SUL – SEFAZ/RS referente aos Autos de Lançamentos ICMS nºs 0037279394, 0038187647, 0038526719 e 0036858099 decorrentes de inadimplência de ICMS corrente, vencidos nas competências agosto/2016, setembro/2016, novembro/2016 e dezembro/2016. O montante acordado na data de adesão era de R\$108.789 e será pago em 59 parcelas atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, já tendo sido liquidada 31 (trinta e uma) parcelas. A liquidação da obrigação está prevista para janeiro de 2022.

Data do Evento	Histórico	Valor
23/03/2017	Parcelamento Ordinário ICMS	108.789
31/12/2019	Atualização até 31/12/2019	11.540
31/12/2019	Parcelas Pagas até 31/12/2019	(72.044)
	Saldo a Pagar	48.285
CIRCULANTE		24.426
NÃO CIRCULANTE		23.859
Total		48.285

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, OUTRAS CAPTAÇÕES E ARRENDAMENTOS.

19.1. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, OUTRAS CAPTAÇÕES

Os saldos compõem-se de:

C R E D O R	31/12/2019							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETOBRAS	RGR*	5%	2025	02	-	2.023	10.136	12.159
TOTAL MOEDA NACIONAL					-	2.023	10.136	12.159
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,37%	2036	01	3.400	17.907	286.513	307.820
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93%	2036	01	4.736	26.247	433.460	464.443
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					8.136	44.154	719.973	772.263
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					8.136	46.177	730.109	784.422
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					8.136	46.177	730.109	784.422

C R E D O R	31/12/2018							
	INDEXADOR	Encargos a.a.	Vencimento	Garantia	Encargos	PRINCIPAL		Total
						Circulante	Não Circulante	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRAS	RGR*	5%	2025	02	92	3.826	12.160	16.078
TOTAL MOEDA NACIONAL					92	3.826	12.160	16.078
MOEDA ESTRANGEIRA								
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD.....	US\$	4,37%	2036	01	3.461	17.214	292.645	313.320
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	US\$	2,93%	2036	01	4.547	26.043	442.738	473.328
TOTAL MOEDA ESTRANGEIRA					8.008	43.257	735.383	786.648
TOTAIS GERAIS MOEDA NACIONAL + MOEDA ESTRANGEIRA					8.100	47.083	747.543	802.726
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS					8.100	47.083	747.543	802.726

* RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão
Códigos das Garantias e/ou Finanças
01 - Governo Federal e Governo Estadual/ 02 - Procuração para Acesso em Conta Corrente

19.1.1. Variação dos Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações

A mutação dos empréstimos, financiamentos e Outras Captações são a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		TOTAL
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 01 de Janeiro de 2018.....	10.129	15.651	26.577	545.417	597.774
Ingressos.....	-	-	-	139.938	139.938
Encargos.....	895	-	26.812	-	27.707
Variação Monetária.....	-	-	6.010	106.137	112.147
Transferências.....	(1.213)	(3.491)	56.109	(56.109)	(4.704)
Taxa Administração.....	342	-	-	-	342
Amortizações e Pagamentos de juros.....	(3.778)	-	(39.269)	-	(43.047)
Amortizações de Encargos.....	(2.457)	-	(24.974)	-	(27.431)
Saldos em 31 de Dezembro 2018.....	3.918	12.160	51.265	735.383	802.726
Encargos.....	692	-	29.140	-	29.832
Variação Monetária.....	-	-	2.341	29.585	31.926
Transferências.....	2.024	(2.024)	44.995	(44.995)	-
Taxa Administração.....	264	-	-	-	264
Amortizações do Principal.....	(3.827)	-	(44.744)	-	(48.571)
Amortizações de Encargos.....	(1.047)	-	(30.707)	-	(31.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2019.....	2.023	10.136	52.290	719.973	784.422

19.1.2. Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD

Em 19 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº 2700/OC-BR entre a CEEE-D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com objetivo de financiar o Programa Pró Energia RS Distribuição (Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE-D) no valor de US\$218.015. O valor do financiamento concedido pelo BID é de US\$130.557, sendo que a primeira parcela de desembolso foi recebida em 22 de novembro de 2012, no valor de US\$10.175.

Em 26 de setembro de 2012 foi assinado o contrato de empréstimo nº CBR 1015 entre a CEEE-D e a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de US\$87.458, sendo que a liberação da primeira parcela ocorreu em 04 de dezembro de 2012, no montante de US\$24.383.

Os contratos de financiamentos com BID e AFD possuem garantia da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos dos contratos de garantia assinados em 19 de setembro de 2012 e 26 de setembro de 2012, assim respectivamente.

Durante o prazo de execução do projeto, os contratos previam o monitoramento da margem EBITDA da Companhia. Na hipótese da margem EBITDA se mostrar inferior aos limites originalmente previstos, a CEEE-D deve apresentar um plano de ação às instituições financeiras, identificando as causas dos desvios, as medidas de gestão ou as medidas financeiras a serem adotadas e seu respectivo cronograma.

Neste período, sempre que a Companhia não atendeu aos limites previstos, apresentou os planos de ação aos organismos internacionais (BID/AFD).

Até dezembro de 2016 foi liberado o valor de US\$70.572 que corresponde à R\$186.103 referente ao BID e US\$60.945 que corresponde à R\$149.959 referente ao AFD. No ano de 2017 foi liberado o valor de US\$26.513 que corresponde à R\$86.988 referente a última tranche do financiamento da ao AFD e US\$20.000 que corresponde à R\$65.000 referente ao BID. No exercício de 2018 foi liberado o montante de US\$ 39.984 que corresponde à R\$139.938 referente as últimas tranches do BID.

Em ambos os financiamentos houve o desembolso de 100% dos recursos contratados, e em Junho de 2019 a companhia apresentou a prestação de contas da utilização de 100% dos recursos do BID/AFD.

19.1.3. Cronograma das Parcelas do Não Circulante

As parcelas do não circulante dos Empréstimos e Financiamentos vencem como segue:

PRINCIPAL	31/12/2019	31/12/2018
2021	76.710	75.897
2022	74.800	73.914
Após 2022	632.912	652.915
	<u>784.422</u>	<u>802.726</u>

19.1.4. Composição do Saldo da Dívida por Indexador

Demonstrativo de composição do saldo da dívida por indexador:

MOEDA / INDEXADOR	31/12/2019	31/12/2018
RGR*	1,55%	2,08%
Dólar US\$.....	98,45%	97,92%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

* RGR identifica os contratos financiados com os créditos da Reserva Global de Reversão. Sobre os valores contratados incidem juros de 5% a.a e taxa de administração.

19.2 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Conforme delineado na nota explicativa nº 4.29.1, a Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, demonstrando os saldos de abertura e de encerramento deste exercício, conforme previsão dos itens C5 a C7 do pronunciamento. O levantamento realizado pela Administração identificou um portfólio de contratos vinculados à locação de imóveis, terrenos utilizados para armazenagem de materiais de sua operação e locação de veículos.

A Administração avaliou os requisitos da norma que orientam sobre o reconhecimento do ativo/passivo de direito de uso e concluiu que os contratos avaliados preenchem estes requisitos, sendo eles: i) ativo identificado; ii) período de locação superior a doze meses; iv) ativos não se enquadram na categoria de baixo valor; v) a arrendatária possui o poder de direcionar a utilização do ativo; e vi) o arrendador não possui direito substancial de substituição dos ativos locados.

A métrica para reconhecimento do passivo de arrendamento levou em consideração as recomendações contidas nos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e CVM/SNC/SEP nº 01/2020, assim como o alinhamento entre as práticas adotadas no âmbito do setor de energia elétrica. Neste sentido, para mensurar o reconhecimento inicial do passivo de direito de uso, foram considerados os montantes das parcelas futuras ao longo da vigência de cada contrato em um fluxo de caixa descontado a valor presente na data de 1º de janeiro de 2019. Foram inseridos no fluxo de caixa, inclusive, os períodos de prorrogações anuais e as indexações por IPCA.

O modelo de fluxo de caixa a taxa de desconto de 8,86% ao ano em termos nominais, sendo esta a taxa incremental de empréstimos (IBR) identificada para o caso em que a Companhia decida captar recursos no mercado para realizar a aquisição do ativo. A taxa é formada por 100% da CDI mais *spread* de risco da Companhia, esta última avaliada em 4,50% ao ano, em termos nominais. A Administração entende que esta taxa é a que melhor reflete as características de seus contratos.

Com base nestas premissas, o valor de registro da adoção inicial do passivo de arrendamento foi de R\$ 57.996 (cinquenta e sete milhões, novecentos e noventa e seis mil reais), estando apresentado a seguir a composição do seu saldo de adoção e as movimentações do exercício, que finalizou com o saldo de R\$ 46.547 (quarenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e sete reais).

19.2.1 – Composição do passivo de arrendamento

O perfil da carteira de contratos inseridos no escopo da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), assim como o saldo em 31 de dezembro de 2019, estão demonstrados a seguir:

Classificação	Composição do Passivo de Arrendamento				Total Passivo de Arrendamento em 31/12/2019
	Prazo Médio Contratual Remanescente (em anos)	Taxa de Desconto % aa	Circulante	Não Circulante	
Imóveis	5	8,86	559	2.142	2.701
Terrenos	15	8,86	36	2.203	2.239
Veículos	3	8,86	12.170	29.437	41.608
		TOTAL	12.766	33.782	46.547

19.2.2 – Movimentação do passivo de arrendamento

A movimentação das categorias de contratos classificadas como arrendamento no escopo da nova norma está demonstrada na tabela que segue:

Categoria	Saldo em 31.12.2018	Adoção Inicial 01.01.2019	Ingressos	Baixas	Ajustes de Mensuração	Apropriação Encargos	Pagamento de Principal	Pagamento de Encargos	Saldo em 31.12.2019
CPC 06 (R2) - IFRS16									
Imóveis	-	3.218	-	-	-	255	(540)	(231)	2.701
Terrenos	-	2.263	-	-	-	198	(63)	(159)	2.239
Veículos	-	52.516	-	-	-	4.188	(11.121)	(3.976)	41.608
Total	-	57.996	-	-	-	4.641	(11.723)	(4.367)	46.547

* A Companhia não possuía saldo em 31 de dezembro de 2018 nas suas demonstrações contábeis relacionado à qualquer obrigação com arrendamento mercantil.

19.2.3 – Fluxo de pagamento do passivo de arrendamento

Os fluxos de pagamentos futuros, para as obrigações de arrendamentos que compõem as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, nos termos da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2), estão demonstrados a seguir:

Período	Principal	Encargos	Desconto no Fluxo de Caixa	Saldo Arrendamentos a Pagar
2020	12.381	3.287	(2.902)	12.766
2021	12.758	2.160	(1.204)	13.713
2022	12.931	1.022	521	14.474
2023 e seguintes	4.386	1.436	(227)	5.595
Total	42.456	7.905	(3.812)	46.547

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEE, concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único, este último fechado para novas adesões. Mantém também a obrigação do pagamento de aposentadoria a ex-autárquicos e a obrigação de complementação de aposentadoria a ex-empregados desligados por aposentadoria incentivada – CTP.

A Companhia registra seu passivo com base em laudos emitidos por atuários independentes, sendo que o passivo referente ao Plano CEEEPREV e Plano Único é composto pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano e considera o contrato de dívida SF Nº 1254/95 firmado junto Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEE.

O contrato SF Nº 1254/95 refere-se a contribuições passadas inadimplidas, cuja renegociação foi efetuada em maio de 2013, estabelecendo uma carência até junho de 2018, tendo o reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, com término previsto para maio de 2031.

Os saldos registrados no passivo compõem-se de:

CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	20.1	5	5
Contribuição Patrocinadora - Plano Único	20.3	37.356	42.313
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único		4.421	4.095
Contribuição Patrocinadora - CEEEPREV	20.2	48.084	72.230
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV		4.739	4.389
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	20.4	84.151	91.843
		<u>178.756</u>	<u>214.875</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada - CTP	20.1	40	39
Provisão Plano Único	20.3	103.387	63.842
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - Plano Único		44.572	47.454
Provisão Plano CEEEPREV	20.2	585.542	453.876
Fundação ELETROCEEE Contrato 1254/95 - CEEEPREV		47.774	50.863
Ex-Autárquicos - Lei Estadual 3.096/56 - EXA	20.4	404.161	354.621
		<u>1.185.476</u>	<u>970.695</u>
Total Geral		<u>1.364.232</u>	<u>1.185.570</u>

20.1. Contas a Pagar Aposentadoria Incentivada – CTP

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação de aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial ao participante regularmente inscrito na Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, e que ainda não tenha cumprido todos os requisitos para a sua fruição, ocasião em que o ex-empregado será definitivamente aposentado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE. Desta forma, a Companhia, provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos a estas complementações salariais, considerando o prazo médio de pagamento destes benefícios, ajustados a valor presente, incluindo as contribuições à Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE.

20.2. Planos de Benefícios CEEEPREV

O CEEEPREV é um plano com características de contribuição definida, exceto no que se refere aos benefícios de risco e à parte dos benefícios saldados.

O benefício saldado é um benefício proporcionado a uma parcela de participantes que migraram do Plano Único. É o valor calculado no momento dessa migração e atualizado pelo índice de reajuste do plano, viabilizado por uma contribuição suplementar chamada reserva a amortizar, hoje, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora CEEE-D. Essa parcela decorre de desequilíbrio encontrado no Plano CEEEPREV, originário dos participantes migrados do Plano Único, gerando uma situação atípica dentro de um plano originalmente de contribuição definida.

Em 2014 houve a implantação de alterações regulamentares do Plano CEEEPREV, aprovadas pela Portaria PREVIC nº 213/2014. As alterações contemplaram a recomposição dos benefícios saldados e referencial dos participantes que migraram do Plano Único, atribuindo a estes, o crescimento de 3% ao ano, de novembro de 2002 até a data em que o empregado completar as carências para a aposentadoria normal ou até a data em que se desvinculou das patrocinadoras, o que ocorrer primeiro. Na mesma esteira, esse incremento nas obrigações é viabilizado por uma contribuição suplementar, também, de responsabilidade exclusiva da patrocinadora. Assim existem peculiaridades *sui generis* no Plano CEEEPREV, contendo uma parte contribuição definida e uma parte benefício definido.

Especialmente na parte que toca ao benefício definido e a responsabilidade de cobertura integral desses déficits pela CEEE-D, há apontamentos pelos órgãos de controle, tanto no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC quanto no âmbito do Tribunal de Contas do Estado – TCE, que afirmam a ilegalidade desse procedimento.

Pela regulamentação atual do Plano CEEEPREV (artigos 109, 132 e 147) a eventual insuficiência de cobertura patrimonial nas reservas que suportam o chamado benefício saldado (déficit) são suportados integralmente pela patrocinadora.

A PREVIC interpreta tal dispositivo regulamentar como ilegal, determinando através da Portaria PREVIC nº 213, de 23.04.2014, a alteração do respectivo regulamento do plano, introduzindo nova disciplina para que os eventuais déficits sejam suportados de forma paritária entre participantes e patrocinadora, em consonância com a Emenda Constitucional nº 20/98.

Contrária à determinação da PREVIC a ELETROCEEE ingressou com a ação judicial de nº 0065790-57.2014.4.01.3400 perante a Justiça Federal do Distrito Federal que, em primeira instância foi julgada improcedente, estando pendente de julgamento recurso de apelação interposto pela ELETROCEEE. Tal recurso acabou sendo recebido pelo TRF com efeito suspensivo, razão pela qual impede o cumprimento imediato da decisão pela PREVIC.

Na mesma esteira do órgão de controle previdenciário, a equipe de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do RS também apontou ilegalidade nos dispositivos regulamentares do CEEEPREV, notadamente em desacordo com o princípio constitucional da paridade contributiva, concluindo que essas ilegalidades geraram reflexos significativos na situação patrimonial da Companhia.

Considerando a natureza societária da CEEE-D (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, a patrocinadora ingressou com ação declaratória contra a ELETROCEEE, demanda instruída nos autos do processo nº 5051477-51.2019.8.21.0001, em curso no âmbito da justiça estadual do Rio Grande do Sul. Em 18/12/2019 foi deferido pedido de antecipação de tutela determinando que a ELETROCEEE enquadre os aportes exigidos da empresa aos ditames do art. 202, § 3º, da CF e art. 6º da Lei Complementar 108/2001. De outro lado a Fundação ELETROCEEE interpôs agravo de instrumento (processo nº 5000483-37.2020.8.21.7000), ao qual foi atribuído efeito suspensivo à luz da tutela recursal vigente no processo federal que suspendeu temporariamente a determinação da PREVIC contida na Portaria nº 213/2014.

20.3. Plano Único

O Plano Único tem modalidade de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões de participantes desde 02 de setembro de 2002. Este plano recebe contribuições paritárias entre patrocinadora e empregados.

Por imposição da Constituição Brasileira, em conformidade com toda a legislação infraconstitucional de regência, e, com fundamento nas normas administrativas previdenciárias do Brasil, a Companhia, na condição de patrocinadora de Plano de Benefício Definido para seus funcionários – Plano Único decidiu reconhecer os eventuais déficits atuariais na forma paritária.

A Lei Complementar nº 108/2001 disciplina, nos termos de seu artigo 1º, a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive no tocante às Sociedades de Economia Mista, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência complementar. Nessa esteira, o Parágrafo 1º, artigo 6º da referida Lei determina que “A contribuição normal do patrocinador para plano de benefício definido, em hipótese alguma, excederá a do participante, observado o disposto no artigo 5º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e as regras específicas emanadas do órgão regulador e fiscalizador”. Ainda é vedado ao patrocinador, pelo Parágrafo 3º, da mesma Lei Complementar, assumir encargos adicionais para financiamento dos planos de benefício, além daqueles previstos nos respectivos planos de custeio.

Considerando que o Regulamento do Plano Único prescreve que as eventuais insuficiências (déficits) serão equacionadas conforme a legislação aplicável, e, na medida em que a Resolução CNPC nº30 de 30/10/2018, determina em seu art. 14º que para a destinação da reserva especial ou equacionamento de déficit, deverão ser identificados quais os montantes atribuíveis aos participantes e assistidos, de um lado, e ao patrocinador, de outro, observada a proporção contributiva das contribuições normais vertidas no período em que se deu a constituição da reserva especial, no caso de superávit, e as contribuições vigentes no período em que o resultado deficitário foi apurado, no caso de déficit, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que tenham dado causa a dano ou prejuízo ao plano do benefício administrado pela EFPC, a Companhia, na qualidade de empresa de economia mista patrocinadora do Plano Único, pelo conteúdo do ordenamento legal brasileiro, não pode exceder a paridade contributiva em caso de equacionamento de déficit eventualmente

apurado. Considerando a natureza societária da Companhia (Economia Mista) e a responsabilidade de seus administradores, o passivo do Plano Único é reconhecido na proporção paritária, em aderência as manifestações pretéritas exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

20.4. Provisão para Complementação de Aposentadoria - Ex-Autárquicos - Lei Estadual nº 3.096/56 - EXA

Esta provisão, registrada conforme o cálculo atuarial refere-se ao compromisso da Companhia com empregados denominados ex-autárquicos aposentados, remanescentes da antiga Comissão Estadual de Energia Elétrica, por força da Lei Estadual nº 4.136/61.

Entre as vantagens adquiridas por esses servidores encontra-se o direito de reajuste dos proventos de aposentadoria na proporção de 70% do aumento que os servidores da ativa possuísem. Este percentual é denominado complementação. Adicionalmente, suplementa-se o que já fora revisado com mais 30% de modo a assegurar aos ex-autárquicos a integralidade dos proventos em relação ao que percebiam os ativos, por imposição da Lei Estadual Nº 3.096, de 31 de dezembro de 1956.

Assim, essa é uma obrigação não gerenciável pela Companhia, que se deriva da sua constituição originária, sendo um compromisso previdenciário pós-emprego de caráter vitalício e com benefícios definidos, sendo assumido pela Companhia o pagamento integral destes proventos.

No início do exercício de 2012, a Companhia obteve o direito de receber da União R\$1,8 bilhões pelo pagamento dessas obrigações, sendo que o recebimento desse direito comportou os exercícios de 1981 até fevereiro de 1993, nos termos do processo de liquidação judicial Nº 2006.71.00.047783-2 – Conta de Resultados a Compensar – CRC, originado da ação ordinária nº 93.00.02153-2.

No final do exercício de 2014, considerando a completude e o esgotamento de todos os elementos referentes à 1ª ação de cobrança, a Companhia interpôs contra União e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, uma nova ação (Processo Judicial Nº 0002230-10.2015.4.01.3400), de natureza declaratória, cumulada com pedido indenizatório, requerendo a indenização dos valores despendidos após o exercício de 1993 até os dias atuais, a serem quantificados em liquidação de sentença.

20.5. Premissas Utilizadas para o Cálculo do Passivo e das Projeções

As premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas são as requeridas pelos padrões do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e foram as seguintes:

PREMISSAS ATUARIAIS ADOTADAS	2019			
	Plano Único	CTP	EXA	CEEEPREV BD
Taxa para desconto da obrigação atuarial	3,09% a.a.	3,09% a.a.	2,37% a.a.	3,20% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - taxa real	3,09% a.a.	3,09% a.a.	2,37% a.a.	3,20% a.a.
Taxa crescimento salarial futuro - taxa real	0,00%	N/A	N/A	0,00%
Expectativa de Inflação	3,61% a.a.	3,61% a.a.	3,61% a.a.	3,61% a.a.
Fator de capacidade dos Salários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade dos Benefícios do Plano	97,90%	100,00%	100,00%	97,90%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 male	UP-94 male	UP-94 male	BR-EM\$sb-2015-M&F
Tábua de Mortalidade dos Invalídios	AT-83 male	N/A	N/A	BR-EM\$sb-v.2010-m
Tábua de Entrada em Invalidez	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Composição Familiar	Hx Fundação CEEE	N/A	N/A	Hx Fundação CEEE

Quanto às taxas de desconto, a Companhia observa os princípios estabelecidos na CVM 695/12. Assim, são consideradas as taxas de juros dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) que tenham vencimentos próximos dos prazos dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes ativos e assistidos de cada plano ou compromisso. A taxa esperada do retorno dos ativos do plano foi considerada a mesma taxa de desconto atuarial, conforme as regras reconhecidas pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

20.6. Resultados da Avaliação Atuarial

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR PRESENTE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	
Custo do serviço corrente	
Contribuições dos participantes	
Custo de juros	
Custo do serviço passado - efeito alteração ou redução do plano	
Ganho / (perda) atuarial	
Benefícios pagos no período	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	

2019				2018			
Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
(1.322.291)	(44)	(446.463)	(1.665.934)	(3.434.733)	(1.241.344)	(114)	(478.100)
1.430	-	-	(8.851)	(7.421)	2.254	-	-
(5.215)	-	-	(2.352)	(7.567)	(5.967)	-	-
(107.226)	(4)	(34.902)	(145.936)	(288.068)	(111.721)	(8)	(53.018)
-	-	-	-	-	-	-	-
(247.781)	(2)	(91.097)	(287.097)	(625.977)	(91.530)	73	(7.187)
129.361	5	84.150	121.324	334.840	126.017	5	91.843
(1.551.722)	(45)	(488.312)	(1.988.847)	(4.028.926)	(1.322.291)	(44)	(446.463)

ANÁLISE DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL DO PLANO

Parcela do valor presente da obrigação atuarial com cobertura	
Parcela do valor presente da obrigação atuarial sem cobertura (déficit)	
Total do valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	
Estatus do Plano	

2019				2018			
Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
(1.181.818)	-	-	(1.305.149)	(2.486.967)	(1.026.241)	-	-
(369.904)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.541.959)	(296.050)	(44)	(446.463)
(1.551.722)	(45)	(488.312)	(1.988.847)	(4.028.926)	(1.322.291)	(44)	(446.463)
Parcialmente coberto	Sem cobertura	Sem cobertura	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Parcialmente coberto	Sem cobertura	Parcialmente coberto

CONCILIAÇÃO DOS SALDOS DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS

Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	
Retorno esperado dos ativos do plano	
Ganhos / (perdas) atuariais	
Contribuições do empregador	
Contribuições de participantes do plano	
Benefícios pagos pelo plano	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	

2019				2018			
Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
1.026.241	-	-	1.099.197	2.125.438	988.865	-	-
83.863	-	-	97.164	181.027	88.998	-	-
163.287	-	-	182.117	345.404	35.794	-	-
32.572	5	84.150	45.644	162.371	32.634	5	91.843
5.215	-	-	2.352	7.567	5.967	-	-
(129.361)	(5)	(84.150)	(121.324)	(334.840)	(126.017)	(5)	(91.843)
1.181.818	-	-	1.305.149	2.486.967	1.026.241	-	-

CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS RECONHECIDOS NO BALANÇO

Valor presente da obrigação atuarial sem cobertura / (déficit)	
Montante não reconhecido como ativo / (passivo)	
Passivo Atuarial	

2019				2018			
Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
(369.904)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.541.959)	(296.050)	(44)	(446.463)
184.952	-	-	-	184.952	148.025	-	-
(184.952)	(45)	(488.312)	(683.698)	(1.357.007)	(148.025)	(44)	(446.463)

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/ATIVO LÍQUIDO RECONHECIDO NO BALANÇO

(Passivo) Ativo reconhecido no início do exercício	
Pagamentos para o plano líquido de administração	
Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes	
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	
Passivo referente ao Benefício Definido	

2019				2018			
Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA
(148.025)	(44)	(446.463)	(566.737)	(1.161.270)	(126.239)	(114)	(478.100)
32.572	5	84.150	45.644	162.371	32.634	5	91.843
(59.248)	(2)	(91.097)	(104.980)	(255.327)	(45.312)	73	(7.187)
(10.251)	(4)	(34.902)	(57.624)	(102.781)	(9.108)	(8)	(53.018)
(184.952)	(45)	(488.312)	(683.697)	(1.357.007)	(148.025)	(44)	(446.463)

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO

COMPOSIÇÃO DA DESPESA DO EXERCÍCIO										
2019						2020 - Estimado				
Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	
Custo do serviço corrente (1.430)	-	-	8.851	7.421	(1.199)	-	-	14.084	12.895	
Contribuições dos participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Custo de juros 53.613	4	34.902	145.936	234.455	48.463	3	27.408	139.408	215.293	
Retorno esperado dos ativos dos plano (41.931)	-	-	(97.164)	(139.095)	(37.059)	-	-	(89.078)	(126.133)	
Amortização de serviço passado (efeito de alteração do plano)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total da despesa do exercício	4	34.902	57.624	102.781	10.205	3	27.408	64.414	102.055	

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES

AJUSTES EM RESULTADOS ABRANGENTES	2019				2018					
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Total
Ganho/(perda) acumulado até o exercício anterior	(340.810)	(895)	(95.491)	(215.048)	(652.245)	(295.498)	(968)	(88.304)	(52.647)	(437.417)
Ganho/(perda) do exercício atual	(59.248)	(2)	(91.097)	(104.980)	(255.327)	(45.312)	73	(7.187)	(162.401)	(214.828)
Ganho/(perda) total reconhecido ao final do exercício	(400.058)	(897)	(186.588)	(320.028)	(907.572)	(340.810)	(895)	(95.491)	(215.048)	(652.244)

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DAS PREMISAS DO PLANO (Impacto nas obrigações)

	2019			2019		
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Impacto em valores	% das obrigações atuariais
Taxa de desconto						
Aumento de 0,5%	(66.585)	-4,29%	1	-3,03%	(11.308)	-2,32%
Redução de 0,5%	71.966	4,64%	1	3,21%	11.831	2,42%
Expectativa de Vida						
Aumento da Expectativa em 1 ano	46.849	3,02%	2	4,64%	28.119	5,76%
Redução da Expectativa em 1 ano	(47.014)	-3,03%	(2)	-4,60%	(27.079)	-5,55%
Crescimento Salarial						
Aumento de 0,5%	47	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A
Redução de 0,5%	(46)	0,00%	N/A	N/A	N/A	N/A

Demonstração de (Ganhos)/Perdas Atuariais sobre a Obrigação atuarial

Variação	2019			2019		
	Plano Único	CTP	EXA	CEEPREV BD	Impacto em valores	% das obrigações atuariais
Alteração da Taxa de Desconto em relação ao ano anterior	204.169	13,2%	4	9,2%	41.619	8,5%
Alteração na tábua de mortalidade geral	N/A	N/A	6	13,0%	29.615	6,1%
Experiência da população	39.819	2,6%	(8)	-17,3%	19.863	4,1%
Alteração no fator de capacidade	4.121	0,3%	N/A	N/A	N/A	N/A
Alteração do crescimento real de salários	(327)	0,0%	N/A	N/A	N/A	N/A
Total das perdas / (ganhos)apuradas no exercício	247.782	16,1%	2	4,9%	91.097	18,7%

CATEGORIAS DOS ATIVOS DO PLANO

	2019	
	Plano Único	CEEEPREV BD
Disponível	0,00%	0,00%
Realizável – Gestão Previdencial	7,59%	3,39%
Realizável – Gestão Administrativa	1,29%	3,86%
Títulos Públicos	65,14%	65,30%
Créditos Privados e Depósitos	5,94%	5,23%
Ações	8,43%	8,29%
Fundos de Investimentos	9,30%	10,14%
Investimentos Imobiliários	0,54%	0,46%
Empréstimos e Financiamentos	1,77%	3,33%
Total em percentual dos ativos do plano	100,00%	100,00%

21. OBRIGAÇÕES DA CONCESSÃO

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		
Conta de Desenvolvimento Energético - Quota da CDE	-	9.114
Repactuação de Dívida - CDE – Período de 02/2015 a 07/2015.....	46.794	50.924
Repactuação de Dívida - CDE – Período de 09/2016 a 11/2017.....	-	139.068
CDE Conta ACR	-	18.016
Programa de Eficiência Energética - Recursos PEE	139.168	148.139
Programa de Eficiência Energética - Recursos P&D	82.540	78.373
Programa de Eficiência Energética - Recursos FNDCT	1.391	1.292
Programa de Eficiência Energética - Recursos MME	696	647
PROCEL	5.313	4.873
Contas a Pagar -Fornecedor CDE/RGR	-	268
Total	275.902	450.714
NÃO CIRCULANTE		
Repactuação de Dívida - CDE – Período de 02/2015 a 07/2015.....	-	47.017
Repactuação de Dívida - CDE – Período de 09/2016 a 11/2017.....	-	4.455
Recursos PEE	81.219	63.169
Recursos P&D	35.597	27.282
Obrigações Especiais	207.492	208.570
Total	324.307	350.493
Total Geral	600.209	801.208

21.1. Valores Destinados à Aplicação em Recursos PEE / P&D

O PEE e o P&D são programas de investimentos, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, calculados com base na receita operacional líquida das empresas, que resultam em economias e benefícios diretos para os consumidores, com ações implementadas nas instalações das unidades consumidoras.

Aos Programas de Eficiência Energética - PEE e de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, a Companhia destina anualmente, no mínimo, 1% da receita operacional líquida, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE. A aplicação dos recursos, registrada no ativo circulante, perfaz o montante de R\$15.821 referente ao PEE e R\$9.296 referente ao P&D (vide notas explicativas nº 9.2 e nº 9.3).

Dos valores destinados ao P&D, 40% são aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, 40% são recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, e 20% ao Ministério de Minas e Energia – MME.

21.2. Conta de Desenvolvimento Energético – Quota da CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, criada através da Lei nº10.438 de 26 de abril de 2002, artigo 13, e alterada pelo artigo 23 da Lei nº12.783 de 11 de janeiro de 2013, é uma conta cuja arrecadação é usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas. As distribuidoras de energia são obrigadas a recolher, mensalmente, sua quota, que, por força da legislação atual, tem que ser homologada pela ANEEL. O valor da quota é proporcional ao mercado atendido por cada empresa.

21.3. Repactuação de Dívida – CDE

21.3.1 Repactuação de Dívida CDE – Período de 02/2015 a 07/2015

O montante de R\$46.794 no Passivo Circulante (R\$50.924 em 31 de dezembro de 2018) e no Passivo Não Circulante R\$47.017 em 31 de dezembro de 2018 refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Fundo Setorial CDE celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras. O valor repactuado é de R\$142.716, referente às faturas inadimplidas no período de 10/02/2015 a 10/07/2015 que somam o montante de R\$215.347, deste montante foram compensados os valores a receber pertinentes à CDE no montante de R\$72.631. As parcelas do saldo devedor são remuneradas mensalmente pela variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC *pro rata temporis* e a amortização ocorre em 60 (sessenta) meses, sendo que nos 24 (vinte e quatro) primeiros meses serão pagos apenas os encargos sobre o saldo devedor, a amortização ocorreu com a primeira parcela em 10/12/2017, sendo o saldo restante a ser liquidado até 10/11/2020.

21.3.2 Repactuação de Dívida CDE – Período de 09/2016 a 11/2017

O montante de R\$139.068 em 31 de dezembro de 2018 no Passivo Circulante e no Passivo não circulante R\$4.455 em 31 de dezembro de 2018, refere-se ao Termo de Confissão e Repactuação de Dívida Vencida com o Fundo Setorial CDE celebrado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, (CCEE ou Gestora do Fundo CDE). O valor repactuado é R\$278.002, referente às faturas inadimplidas no período de 10/09/2016 a 10/11/2017 que somam o montante de R\$429.023, deste montante foram compensados os valores a receber pertinentes à CDE no montante R\$151.021. As parcelas do saldo devedor são remuneradas mensalmente pela variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC *pro rata temporis*, e a amortização se dará com a primeira parcela em 27/11/2017 no valor de R\$10.000, e as demais 24 (vinte e quatro) parcelas no valor de R\$11.167 cada, vencendo todo dia 10 (dez) do mês, com o primeiro pagamento em 10/01/2018 e liquidação em 10/12/2019.

21.4 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A partir de 01/01/2007, as obrigações vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 08/02/2007, 15/02/2007 e 27/06/2007, respectivamente. As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (outubro de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro indenizável.

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS.

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível que na avaliação da Administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante, apresenta riscos prováveis, possíveis e remotos. As Contingências são atualizadas pelo TR (taxa referencial) mais 1% de juros ao mês. Os riscos possíveis e remotos não foram provisionados.

	31/12/2019				31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Riscos Prováveis	229.028	81.450	16.665	327.143	159.241	82.836	17.613	259.690
Riscos Possíveis/Remotos	103.043	222.985	195	326.223	123.554	77.150	20	200.724
Total	332.071	304.435	16.860	653.366	282.795	159.986	17.633	460.414

22.1. Composição dos processos de riscos prováveis

A provisão e contas a pagar reconhecido sobre a parte dos processos cujo risco de perda é considerado provável líquido dos depósitos judiciais correspondentes, estão compostas como segue:

	31/12/2019			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	29.412	26.791	-	56.203
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	199.615	54.659	16.665	270.940
Subtotal Riscos Prováveis	229.027	81.450	16.665	327.142
(-) Depósitos judiciais	(45.223)	(6.695)	(60)	(51.978)
Total não circulante	154.392	47.964	16.605	218.961
Total geral	183.804	74.755	16.605	275.164

	31/12/2018			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária	Total
Passivo circulante				
Saldo da provisão	36.685	39.681	-	76.366
Passivo não circulante				
Saldo da provisão	122.556	43.155	17.613	183.324
Subtotal Riscos Prováveis	159.241	82.836	17.613	259.690
(-) Depósitos judiciais	(39.035)	(4.706)	(71)	(43.812)
Total não circulante	83.521	38.449	17.542	139.512
Total geral	120.206	78.130	17.542	215.878

22.2. Movimentação da provisão para contingências

	Movimentação da Provisão para Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
(=) Saldo 01 de Janeiro de 2018	98.913	96.014	3.208	198.135
(+) Novos Ingressos	69.210	35.409	1.612	106.231
(-) Pagamentos	(25.450)	(32.787)	(74)	(58.311)
(-) Montantes Revertidos	(43.662)	(41.656)	(452)	(85.770)
(+) Atualização Monetária	18.205	18.596	13.259	50.060
(-) Montantes Depositados	2.989	2.554	(11)	5.532
(=) Saldo Final Dezembro/2018	120.205	78.130	17.542	215.877
(+) Novos Ingressos	111.399	43.865	490	155.754
(-) Pagamentos	(31.075)	(26.796)	(86)	(57.957)
(-) Montantes Revertidos	(37.666)	(35.566)	(2.173)	(75.405)
(+) Atualização Monetária	27.129	17.111	820	45.060
(+/-) Montantes Depositados	(6.188)	(1.989)	12	(8.165)
(=) Saldo Final Dezembro/2019	183.804	74.755	16.605	275.164

22.3. Natureza das ações

22.3.1. Trabalhistas

A Companhia vem permanentemente aprimorando a apuração dos valores contingentes embasada no histórico de dados referentes aos pagamentos, com a finalização das discussões judiciais de assuntos de natureza trabalhista. Foi realizada uma análise das chances de êxito da Companhia envolvendo processos trabalhistas, com o objetivo de suportar o adequado julgamento quanto à necessidade ou não da constituição de provisões. As estimativas quanto ao desfecho e aos efeitos financeiros das contingências foram determinadas com base em julgamento da Administração, considerando o histórico de perdas em processos de mesma natureza e a expectativa de êxito de cada processo, sendo provisionados os valores prováveis de perda destes processos. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a verbas rescisórias, responsabilidade subsidiária,

complementação de proventos de aposentadoria, responsabilidade solidária, vínculo empregatício, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), correto enquadramento e prêmio assiduidade e outras.

22.3.2. Cíveis

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza cível para os quais foi registrada provisão dos valores cuja expectativa de pagamentos foi considerada provável pelos seus assessores jurídicos, em uma análise efetuada individualmente por processo. As ações ingressadas contra a Companhia referem-se a convênios de devolução, corte/religação de energia, danos morais e materiais, revisão de consumo de energia, sustação de cobrança, honorários advocatícios, contrato de compra e venda de energia, desapropriação, revisão de contratos e encargo de capacidade emergencial e outras.

22.3.3. Tributárias

A Companhia possui contenciosos tributários, cujas principais questões são:

22.3.3.1. Tributos Federais (PIS, COFINS)

22.3.3.1.1. Contribuições Sociais PIS e COFINS

Em relação às Contribuições Sociais PIS e COFINS, os contenciosos estão relacionados, em síntese, à eventual recolhimento a menor das referidas contribuições. Esses contingentes perfazem cerca de R\$77.923 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

22.3.3.1.2. Exclusão do ICMS na Base de Cálculo de PIS/COFINS

A Companhia postulou judicialmente a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais ao Programa Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como a repetição de indébito dos valores recolhidos, observada a prescrição quinquenal. A demanda foi julgada procedente, nos mesmos termos de decisão já exarada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral.

Contudo, a decisão favorável à Companhia pende de julgamento definitivo, visto que há recursos da União pendentes de análise, sendo um dos pontos a definição da modulação dos efeitos da decisão do STF.

Diante desse cenário, a Companhia aguarda o trânsito em julgado para mensurar e refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos advindos da decisão.

22.3.3.2. Tributos Estaduais (ICMS)

No que tange ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS, os contenciosos estão relacionados, em síntese, à eventual recolhimento a menor do referido tributo. Esses contingentes perfazem cerca de R\$177.058 e conforme parecer jurídico a causa de desfecho negativo destas demandas é considerada possível.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

23.1. Passivo Fiscal Diferido

Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12), a Companhia estimou seus tributos diferidos considerando as diferenças temporárias tributáveis, as diferenças temporárias dedutíveis e créditos fiscais não utilizados.

23.1.1. Diferenças Temporárias Tributáveis

O valor das diferenças temporárias tributáveis compõe-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Exclusões Temporárias	82.198	155.737
Ajustes IFRS	45.886	-
Base de Cálculo	128.084	155.737
(-) 30% da Base Negativa de anos anteriores	-	(46.721)
Base de Cálculo após Compensação	128.084	109.016
Alíquota Aplicável (IR e CS)	34%	34%
Total do Passivo Fiscal Diferido	43.548	37.065

Os valores relativos à redução de 30%, a título de compensação dos prejuízos fiscais de IRPJ e da base negativa de CSLL, não foram aplicados no exercício de 2019, tendo em vista a ausência dos requisitos exigíveis para o reconhecimento de tais créditos fiscais pela Companhia.

A Companhia contabiliza seu passivo fiscal diferido referente a Imposto de Renda e Contribuição Social calculados à alíquota de 34%. Esse passivo refere-se ao valor do tributo sobre o lucro que será devido em período futuro relacionado a diferenças temporárias entre a base fiscal e a base societária da Concessionária.

23.1.2. Diferenças Temporárias Dedutíveis e Créditos Fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro nos valores de R\$ 3.944.277 e R\$ 3.944.277, respectivamente. Conforme a legislação tributária vigente, o limite de compensação destes prejuízos é de 30% do lucro real apurado em cada exercício, tendo natureza imprescritível.

O CPC 32 – Tributos sobre o Lucro descreve as condições para o reconhecimento de ativo fiscal diferido originado de diferenças temporárias, assim como de prejuízos fiscais e base negativa. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovem a realização desse crédito fiscal. A Concessionária revisa anualmente o estudo técnico de realização do crédito. O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos e base negativa não está reconhecido, na medida em que as condições para o seu registro não estão asseguradas. O valor do crédito não reconhecido totaliza, em 31 de dezembro de 2019, R\$ 1.613.523.

	31/12/2019	31/12/2018
Provisão Ex-Autárquico (Lei 3.096/56)	488.312	439.276
Provisão Contingências Trabalhistas	229.027	159.241
Provisão Contingências Cíveis e Fiscais	84.040	86.780
Total das Diferenças Temporárias	801.379	685.297
Alíquota IRPJ/CSLL	34%	34%
Total do Crédito Fiscal s/ Diferenças Temporárias	272.469	233.001
Base Negativa da CSLL	3.944.277	3.028.224
Alíquota CSLL (9%)L	354.985	272.540
Prejuízos Fiscais do IRPJ	3.944.277	3.028.224
Alíquota IRPJ (25%)	986.069	757.056
Total do Crédito Fiscal s/ PF do IRPJ e BN da CSLL	1.341.054	1.029.596
Total do Crédito Fiscal Não Reconhecidos	1.613.523	1.262.597

23.2. Estimativa de Liquidação dos Tributos Diferidos

Considerando a expectativa de reversão das diferenças temporárias tributáveis, a Administração estimou a realização do passivo fiscal diferido nos exercícios futuros.

	31/12/2019	31/12/2018
Exercício de 2019	-	37.066
Exercício de 2020	31.685	37.065
Exercício de 2021	3.693	-
Exercício de 2022	3.610	-
Exercício de 2023	3.353	-
Exercício de 2024	1.207	-
	<u>43.548</u>	<u>37.065</u>

24. OUTROS PASSIVOS

Os saldos compõem-se de:

			Reclassificado
		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	Nota		
Encargo de Capacidade Emergencial		1.551	1.551
Contribuição para Custeio Serviço de Iluminação Pública - CIP		7.154	6.303
Consumidores	24.1	8.545	11.133
Conta Gráfica	34	-	2.392
CDE Resolução Homologatória ANEEL nº 2.640/2019	9.7	283.506	153.860
Demais Encargos Setoriais(Bandeiras)		28.555	18.307
Adiantamento de Clientes/Convênio Devolução Consumidores		10.668	10.314
Provisão Auto de Infração	24.2	4.820	-
Provisão de Valores não Faturados		1.103	5.012
Folha Líquida - Pensionistas/Ex-autárquicos - CTP		4.472	62
Outros Credores		7.593	3.292
Total		<u>357.967</u>	<u>212.226</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão Auto de Infração	24.2	8.666	12.465
Comercialização de Energia na CCEE	24.3	19.030	17.732
Outros Credores		41	639
Total		<u>27.737</u>	<u>30.838</u>
Total Geral		<u>385.704</u>	<u>243.065</u>

24.1. Consumidores

O valor de R\$8.545 (R\$11.133 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos créditos devido aos consumidores relativos a pagamento em duplicidade ou faturamento a maior.

24.2. Provisão Auto de Infração

O valor de R\$4.820 no passivo circulante e R\$8.666 (R\$12.465 em 31 de dezembro de 2018) no passivo não circulante refere-se a Autos de Infração que têm por objeto a aplicação de penalidades quanto a não conformidade dos índices de qualidade de atendimento e quanto às interrupções no fornecimento de energia elétrica e demora no restabelecimento do atendimento.

24.3. Comercialização de Energia na CCEE

O valor de R\$19.030 (R\$17.732 em 31 de dezembro de 2018) refere-se à provisão de energia comprada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (órgão sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE) no período de setembro de 2000 a setembro de 2002. A Companhia ajuizou ações no intuito de suspender o andamento da liquidação das transações de energia elétrica prevista para novembro de 2002, remanescendo suspenso tais valores até a decisão final.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, por solicitação da Companhia, efetuou a mensuração dos valores devidos e, considerando a avaliação do órgão competente, a provisão foi ajustada aos valores calculados pela CCEE.

25. Obrigações com Partes Relacionadas – Mútuo CEEE-GT

Em 21 de maio de 2014, através do Despacho nº 1.585, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu a operação de mútuo entre a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante) e a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D (mutuária) no valor de até R\$150.000 com regramento contratual de devolução em 24 (vinte e quatro) meses. O Contrato de Mútuo entre as partes foi celebrado em 29 de maio de 2014.

Em 28 de setembro de 2017, através do Despacho nº 3.331, a ANEEL anuiu a celebração de Termo de Dação de Imóvel em Pagamento e Quitação Parcial do Contrato de Mútuo com a transferência de propriedade da fração ideal de 73,45% do imóvel onde está localizado o Centro Administrativo Engenheiro Noé de Melo Freitas, CAENMF, pertencente à CEEE D, permitindo amortizar R\$293.869 (duzentos e noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil reais) do Contrato de Mútuo. O referido Termo de Dação em Pagamento foi assinado em 23 de outubro de 2017.

Em 11 de dezembro 2017, através do Despacho nº 4.790, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL anuiu o primeiro aditivo ao contrato alterando o valor para R\$300.000 e mantendo o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, cujo objeto foi a alteração de sua Cláusula Primeira. Através do Despacho nº 1.384 de 25 de maio de 2016, a ANEEL anuiu o contrato de mútuo com prazo de vigência de até 24 (vinte e quatro) meses, para refinanciamento do mútuo anterior, no montante de R\$335.212.

Em 31 de julho de 2018, a ANEEL de acordo com o Despacho nº 1.716, anuiu à celebração do Contrato de Mútuo entre a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, o qual teve como objeto o refinanciamento pelo prazo de 24 meses do saldo devedor do Contrato de Mútuo anterior firmado entre as empresas, correspondente a R\$72.282 da data de 16 de abril de 2018. Posteriormente em 15 de agosto de 2018 a Agência Reguladora emitiu o Despacho 1.856, permitindo aditivo ao mútuo já existente, no valor de até R\$300.000, pelo prazo de 24 meses. Até a data de 30 de outubro de 2018, houve liberação R\$300.000 à Distribuidora. A Companhia vem repassando todos os meses os juros para a CEEE-GT. Em 2019 foram pagos à CEEE-GT o montante de R\$21.738.

O saldo do contrato de Mútuo corrigido mensalmente pela CDI perfaz o montante de R\$373.164.

Data do Evento	Histórico	Valor
25/05/2016	Contrato Repactuado	335.212
31/08/2018	Liberação Mútuo	100.000
30/09/2018	Liberação Mútuo	150.000
31/10/2018	Liberação Mútuo	50.000
31/12/2018	Parcelas Liberadas até 31/12/2018	635.212
31/12/2019	Atualização até 31/12/2019	82.765
31/12/2019	Parcelas Pagas até 31/12/2019	(344.813)
NÃO CIRCULANTE		373.164

26. PASSIVO A DESCOBERTO

26.1. Capital Social

O capital social é representado por 9.680.746 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 9.516.732 ações ordinárias e 164.014 ações preferenciais, sem direito a voto, permanecendo inalterado o valor do capital social da Companhia no montante de R\$23.703, com a seguinte composição:

	31/12/2019						31/12/2018	
	Ordinárias		Preferenciais		Total		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEEE-PAR	6.380.821	67,05	1.087	0,66	6.381.908	65,92	6.381.908	65,92
ELETRONBRAS	3.067.033	32,23	87.638	53,43	3.154.671	32,59	3.154.671	32,59
Ações Pulverizadas (Bolsa)	34.924	0,37	22.964	14,00	57.888	0,60	57.888	0,61
Demais Acionistas	33.954	0,35	52.325	31,90	86.279	0,89	86.279	0,89
	9.516.732	100,00	164.014	100,00	9.680.746	100,00	9.680.746	100,00

26.2. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	177.202	177.202
	177.202	177.202

Conforme Ata nº 123 de 22 de dezembro de 2017 do Conselho de Administração da CEEE-PAR, foi autorizado adiantamento para futuro aumento de capital mediante aporte de recursos disponíveis no valor de R\$84.993. Em 2018 na Ata nº 137 de 06 de novembro de 2018 o Conselho de Administração da CEEE-PAR, autorizou o aporte de recursos disponíveis de R\$92.209. Estes recursos são destinados e vinculados à integralização de capital na CEEE-D.

26.3. Reserva de Incentivos Fiscais

A Administração da Companhia constituiu a Reserva de Incentivos Fiscais em atendimento ao art. 195 e art.195 – A da Lei nº 6.404/1976, no valor de R\$1.592.060 correspondente à Conta de Resultados a Compensar - CRC contabilizada no resultado do exercício de 2009 no montante de R\$1.730.530, e posteriormente transferida para Reserva de Incentivos Fiscais até o limite do lucro líquido do exercício.

Considerando que a reserva constituída é inferior às subvenções registradas nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 nos montantes de R\$67.334, R\$16.092 e R\$138.470, respectivamente, a mesma deverá ser complementada a partir dos resultados futuros até o montante de R\$1.813.957, conforme determina o § 3º do art. 18 da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

Em 2019, a Reserva de Incentivos fiscais absorveu os Prejuízos Acumulados no montante de R\$1.592.060, conforme determina o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/1976.

26.4. Outros Resultados Abrangentes

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Perda Atuarial	(907.573)	(652.244)
	(907.573)	(652.244)

27. RESULTADO POR AÇÃO

O numerador utilizado para cálculo do prejuízo básico e diluído foi o prejuízo líquido após os tributos.

Os saldos compõem-se de:

27.1. Básico

	01/01/2019 à 31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período	(1.064.218)	(18.294)	(1.082.512)
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico por Ação - R\$	<u>(111,83)</u>	<u>(111,54)</u>	<u>(111,82)</u>

	01/01/2018 à 31/12/2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo do Período	(972.583)	(16.762)	(989.345)
Denominador Básico			
Média das Ações	9.516.732	164.014	9.680.746
Prejuízo Básico por Ação - R\$	<u>(102,20)</u>	<u>(102,20)</u>	<u>(102,20)</u>

27.2. Diluído

	31/12/2019	31/12/2018
Numerador Diluído		
Prejuízo Líquido para as ações ordinárias	(1.064.218)	(972.583)
Prejuízo Líquido para as ações preferenciais	(18.294)	(16.762)
	<u>(1.082.512)</u>	<u>(989.345)</u>
Denominador Diluído		
Ações Ordinárias	9.516.732	9.516.732
Ações Preferenciais	164.014	164.014
	<u>9.680.746</u>	<u>9.680.746</u>
Prejuízo Diluído por Ação - R\$	<u>(111,82)</u>	<u>(102,20)</u>

28. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta			
Fornecimento de Energia Elétrica	28.1	5.033.015	4.883.429
Passivo/Ativo Financeiro Setorial	28.4	(29.938)	14.826
Renda Não Faturada		(19.131)	68.209
Suprimento de Energia Elétrica		21.971	47.866
Disponibilização do Sistema de Distribuição		272.571	236.140
(-) Penalidades ANEEL		(24.775)	(21.174)
Energia Elétrica de Curto Prazo		324.587	188.869
Receita de Construção	28.2	141.024	208.993
Remuneração do Ativo Financeiro		6.469	7.267
Outras Receitas Operacionais	28.3	227.066	264.784
		<u>5.952.859</u>	<u>5.899.209</u>
Deduções da Receita			
ICMS		(1.455.301)	(1.382.214)
PASEP e COFINS		(539.155)	(516.636)
Outros Encargos		(10.248)	(18.307)
Encargos do Consumidor - P&D / MME / FNDCT / PEE		(32.646)	(31.387)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(524.235)	(613.779)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSE		(3.124)	(3.057)
		<u>(2.564.708)</u>	<u>(2.565.381)</u>
Receita Operacional Líquida		<u>3.388.151</u>	<u>3.333.828</u>

28.1. Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Distribuição

	Nº de Consumidores		Fornecimento (MWh)	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Residencial	1.475.401	1.457.609	3.026.220	3.003.534
Industrial	12.376	13.092	1.328.714	1.422.348
Comercial	155.008	149.471	2.265.824	2.285.302
Rural	91.814	90.915	539.010	630.366
Poder Público	7.788	7.795	326.672	334.302
Outros	1.104	1.091	509.808	509.510
	<u>1.743.491</u>	<u>1.719.973</u>	<u>7.996.248</u>	<u>8.185.363</u>

Não auditado

	Fornecimento R\$		Fornecimento %	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Residencial	2.498.997	2.341.225	49,65	47,94
Industrial	323.840	367.198	6,43	7,52
Comercial	1.474.265	1.453.926	29,29	29,77
Rural	255.323	265.180	5,07	5,43
Poder Público	252.297	243.907	5,01	4,99
Outros	228.293	211.993	4,54	4,34
	<u>5.033.015</u>	<u>4.883.429</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

*A rubrica Outros se refere principalmente ao fornecimento e disponibilização do sistema de distribuição ao Serviço Público e à Iluminação Pública.

28.2. Receita de Construção

A Companhia reconhece a receita de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão com base no estágio de conclusão das obras realizadas, o qual é avaliado pela referencia do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados.

28.3. Outras Receitas Operacionais

	31/12/2019	31/12/2018
Outras Receitas Operacionais		
Serviços Cobráveis	14.933	14.748
Doações, Contrib. Subvenções Vincul. A Concessao	32.501	69.661
Subsídio Tarifário CDE	179.632	180.375
TOTAL	<u>227.066</u>	<u>264.784</u>

28.4. Passivo /Ativo Financeiro Setorial

	31/12/2019	31/12/2018
Amortização de saldos de CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais -Ciclo Passado (Ativo)	<u>(660.981)</u>	<u>(301.989)</u>
CVA Energia	(472.116)	(145.084)
CVA Transporte	(28.152)	(18.561)
CVA Encargos	(4.389)	(6.276)
CVA Neutralidade	(48.556)	(19.311)
CVA Outros Componentes Financeiros	<u>(107.767)</u>	<u>(112.757)</u>
Amortização de saldos de CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais -Ciclo Passado (Passivo)	<u>357.012</u>	<u>243.006</u>
CVA Encargos	201.014	144.030
CVA Sobrecontratação MCP	70.018	32.391
CVA Outros Componentes Financeiros	<u>85.980</u>	<u>66.585</u>
Constituição CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais - Ciclo Corrente (Ativo)	<u>689.500</u>	<u>334.138</u>
CVA Energia	282.957	208.432
CVA Transporte	74.175	40.031
CVA Encargos	38.407	15.356
Neutralidade	70.978	44.838
CVA Outros Componentes Financeiros	<u>222.983</u>	<u>25.481</u>
Constituição CVA e Demais Ativos Financeiros Setoriais - Ciclo Corrente (Passivo)	<u>(415.469)</u>	<u>(260.328)</u>
CVA Energia	(5.252)	(22.420)
CVA Transporte	(26.418)	(38.455)
CVA Encargos	(264.596)	(113.696)
CVA Neutralidade	(25.139)	(42.382)
CVA Outros Componentes Financeiros	<u>(94.064)</u>	<u>(43.376)</u>
Total	<u>(29.938)</u>	<u>14.826</u>

29. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.270.738	2.189.051
Encargo de Uso do Sistema	391.940	444.610
	<u>2.662.678</u>	<u>2.633.661</u>

29.1. Energia Elétrica Comprada para Revenda

SUPRIMENTO RS (*)	31/12/2019	31/12/2018
Energia Comprada Hídrica	576.279	572.843
Energia Comprada Itaipu	474.131	421.003
Energia Comprada Térmica	392.363	501.719
Energia Comprada Eólica	198.840	46.343
Energia Comprada Fontes Alternativas	94.368	88.822
Energia Comprada Mercado de Curto Prazo	679.797	695.640
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	73.886	64.184
Créditos Tributários - PIS/COFINS.....	(218.926)	(201.503)
	<u>2.270.738</u>	<u>2.189.051</u>

30. CUSTO DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os saldos compõem-se de:

	CUSTO DE OPERAÇÃO		DESPESAS COM VENDAS		DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal e Administradores										
Remuneração e Encargos	275.191	263.859	-	-	46.863	49.508	-	-	322.054	313.367
Benefício Pós-Emprego - Deliberação CVM 695/2012	90.765	99.290	-	-	27.061	26.563	-	-	117.826	125.853
INSS - Empregador	49.818	49.388	-	-	7.990	8.804	-	-	57.808	58.192
Administradores	97	176	-	-	1.384	1.232	-	-	1.481	1.408
Subtotal Pessoal / Administradores	415.871	412.713	-	-	83.298	86.107	-	-	499.169	498.820
Empréstimo Fundação ELETROCEEE	10.248	10.850	-	-	-	-	-	-	10.248	10.850
Total Pessoal e Administradores	426.119	423.563	-	-	83.298	86.107	-	-	509.417	509.670
Material	25.323	20.800	-	-	2.379	238	-	-	27.702	21.038
Serviço de Terceiros	126.223	77.567	-	-	29.735	22.670	-	-	155.958	100.237
Depreciação e Amortização	99.151	94.517	-	-	25.854	8.987	-	-	125.005	103.504
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	12.110	-	-	-	-	-	-	-	12.110	-
Custo de Construção	141.024	208.993	-	-	-	-	-	-	141.024	208.993
Arrendamento e Aluguéis	488	14.230	-	-	94	167	-	-	582	14.397
Seguros	3	-	-	-	200	200	-	-	203	200
Tributos	5.178	10.028	-	-	424	212	-	-	5.602	10.240
Provisão para Perda Estimada com Créditos de Liquidação Du	-	-	137.793	114.417	-	-	-	-	137.793	114.417
Provisão para Contingência Trabalhista	-	-	-	-	-	-	99.604	43.480	99.604	43.480
Provisão para Contingência Cível	-	-	-	-	-	-	25.883	16.095	25.883	16.095
Provisão para Contingência Fiscal	-	-	-	-	-	-	(1.301)	4.860	(1.301)	4.860
Provisão de Autos de Infração e Notificações	-	-	-	-	-	-	11.059	8.745	11.059	8.745
Outras Provisões	-	-	-	-	-	-	206	184	206	184
Baixas e Custas Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	15.781	2.198	15.781	2.198
Outros	18.184	17.801	2.538	94	1.056	678	-5.134	-4.522	16.644	14.051
TOTAL	853.803	867.499	140.331	114.511	143.040	119.259	146.098	71.041	1.283.272	1.172.310

31. OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
OUTRAS RECEITAS		
Ganho nas Alienações e Outros Ganhos	5.295	4.530
Arrecadação de Convênios	4.553	4.216
Compartilhamento de Infraestrutura.....	39.077	31.795
Receita de Aluguel de Postes	109	175
Outras	3.560	10.928
	<u>52.594</u>	<u>51.644</u>
OUTRAS DESPESAS		
Perdas na Alienação e Desativação de Bens e Direitos	44.558	32.638
Pensão/Auxílio Farmácia Judicial	3.523	2.844
Outras	4.264	1.345
	<u>52.345</u>	<u>36.827</u>

32.RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicações Financeiras	6.083	6.176
Acréscimo Moratório - Energia Vendida	112.984	143.451
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	2.617	2.220
Variação Cambial - Energia Comprada	5.182	9.196
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	258.465	205.612
Variação Monetária - SELIC CVA	11.577	49.655
Outras Receitas Financeiras	9.637	6.900
Total Receita Financeira	<u>406.545</u>	<u>423.210</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Dívidas	(51.734)	(41.830)
Despesas Financeiras de PEE/P&D/PLT	(17.003)	(18.543)
Variação Monetária e Cambial - Empréstimos e Financiamentos	(307.248)	(472.852)
Variação Cambial - Energia Comprada	(10.380)	-
Variação Monetária - SELIC CVA	(5.926)	(3.479)
Juros e Multas	(416.763)	(129.249)
Atualizações Intrasetoriais	(72.443)	(32.055)
Correção Monetária, Juros e Despesas Financeiras com Parcelamentos	(25.124)	(262.621)
Outras Despesas Financeiras	(18.402)	(45.835)
Total Despesa Financeira	<u>(925.024)</u>	<u>(1.006.464)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(518.478)</u>	<u>(583.254)</u>

33. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa com Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social – CSLL divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo Líquido Antes do IRPJ e da CSLL	(1.076.029)	(1.076.029)	(873.172)	(873.172)
IRPJ sobre Lucro Real antes das Compensações	-	-	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferido - Diferenças Temporárias.....	6.705	2.414	37.673	13.562
Total IRPJ e CSLL Diferido - Prejuízos Fiscais	(11.472)	(4.130)	-	-
Total IRPJ e CSLL Diferidos	(4.767)	(1.716)	37.673	13.562
Total IRPJ e CSLL	(4.767)	(1.716)	37.673	13.562

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O controlador da CEEE-D é o Estado do Rio Grande do Sul, pois detém indiretamente, através da participação de 99,99% nas ações da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações CEEE-Par, 65,92% do capital social da Companhia.

Além das operações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a CEEE-D mantém transações com outras entidades governamentais e Companhias, sobre o controle comum, no curso de suas atividades operacionais, tais como: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Companhia Riograndense de Mineração – CRM, Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul.

Os valores decorrentes das atividades operacionais da CEEE-D com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);

As principais transações com partes relacionadas são:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Caixa e Equivalentes de Caixa:

A Companhia mantém no Ativo Circulante em Caixa e Equivalentes de Caixa conta de aplicação financeira no Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no Banco do Rio Grande do Sul – BANRISUL, vide nota explicativa nº 5.2.

Parcelamentos:

Parcelamento com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul totaliza o valor de R\$21.946 e refere-se a:

1. Débitos de Energia: Termo de Acordo entre a Companhia e o Estado do Rio Grande do Sul, para liquidação dos débitos vencidos, oriundos das faturas de energia elétrica em dezembro de 2002.
2. Parcelamentos com Governo do Estado – FAMURS: são de parcelamentos de débitos de Prefeituras Municipais, firmados em 1997, amparo da Lei Estadual nº 11.018, de 23 de setembro 1997, intermediados pela Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul - FAMURS assumidos pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Cedência de funcionários:

Refere-se cedência de funcionários à Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS e também às Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul. O saldo constitui-se de remunerações

(salários, férias, e 13º salário), e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedida garantia ao credor.

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT

Conta Gráfica:

Refere-se aos saldos de despesas administrativas e bloqueios judiciais realizados entre as contas da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT. Vide nota explicativa 9.9.

Cedência de funcionários

Refere-se à cedência de funcionários à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEEGT. O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias e 13º salário), e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedida garantia ao credor.

Contrato de Mútuo

A CEEE-D é mutuária do contrato com a Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (mutuante). Vide nota explicativa nº 25.

Fornecedores

Os saldos das operações de energia elétrica comprada para revenda e encargo de uso do sistema são realizados em conformidade com as tarifas aprovadas pela ANEEL e pelo ONS.

Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRAS

A ELETROBRAS detém 32,59% do capital social da CEEE-D, participando nas decisões financeiras e operacionais da Companhia.

Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social, vide notas explicativa nº 9.4.

Programa RELUZ e Subvenção CDE – PLT, vide nota explicativa nº 9.1.

Empréstimos

Refere-se aos contratos de Financiamentos: nº ECFS-302/2010 (Aditivo ECFS-302/D/2013) Programa Luz para Todos - 5ª TRANCHE Revisão 4; nº ECF-2991/2012 (Aditivo ECF-2991/A/2016) Obras no Sistema de Subtransmissão; nº ECF-2991/2012 Projetos no sistema de recursos da RGR -Reserva Global de Reversão (encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas concessionárias de geração, transmissão e distribuição que financia projetos de melhoria e expansão para empresas do setor energético).

Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE

A Companhia através da Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEEE - concede aos seus empregados os planos de previdência complementar, denominados CEEEPREV e Plano Único.

Cedência de funcionários

Refere-se à cedência de funcionários à Fundação ELETROCEEE. O saldo constitui-se de remunerações (salários, férias e 13º salário), e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedida garantia ao credor.

Contribuição Patrocinadora

Refere-se a parcela de responsabilidade da CEEE-D sobre os planos de previdência complementar CEEEPREV e Plano Único. Vide nota explicativa nº 20.2 e 20.3.

Empréstimo

Contrato SF Nº 1254/95 de confissão de dívida por contribuições não pagas com renegociação feita em maio de 2013 e carência até junho de 2018, com reinício dos pagamentos das amortizações do valor de principal a partir de julho de 2018, e término previsto para maio de 2031.

Despesa operacional - Pessoal

As despesas operacionais são relacionadas às contribuições da Patrocinadora dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Os saldos compõem-se de:

		31/12/2019				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEE E	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	40.554	-	-	-	40.554
Parcelamentos	6	21.946	-	-	-	21.946
Conta Gráfica	9	-	1.463	-	-	1.463
Cedência de funcionários	9	60	98	-	30	188
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	4.324	-	4.324
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	23	-	23
		<u>62.560</u>	<u>1.561</u>	<u>4.347</u>	<u>30</u>	<u>68.498</u>
Passivo						
Mútuo CEEE-GT	25	-	373.164	-	-	373.164
Fornecedores	16	-	10.952	-	-	10.952
Contribuição Patrocinadora	20	-	-	-	85.440	85.440
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	2.023	9.160	11.183
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	10.136	92.345	102.481
		<u>-</u>	<u>384.116</u>	<u>12.159</u>	<u>186.945</u>	<u>583.220</u>
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(4.116)	-	-	(4.116)
Encargos de uso do sistema		-	(86.457)	-	-	(86.457)
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(64.104)	(64.104)
Receita financeira		6.083	-	-	-	6.083
Despesa financeira		-	(21.664)	(934)	-	(22.598)
		<u>6.083</u>	<u>(112.237)</u>	<u>(934)</u>	<u>(64.104)</u>	<u>(171.192)</u>
		31/12/2018				
	Nota Explicativa	Governo do Estado do Rio Grande do Sul	CEEE-GT	Eletrobras	Fundação ELETROCEE E	Total
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	5	117.535	-	-	-	117.535
Parcelamentos		21.946	-	-	-	21.946
Cedência de funcionários	9	40	166	-	-	206
Subvenção à Receita Baixa Renda - Tarifa Social	9	-	-	5.725	-	5.725
Programa RELUZ e Subvenção CDE - PLT	9	-	-	23	-	23
		<u>139.521</u>	<u>166</u>	<u>5.748</u>	<u>-</u>	<u>145.435</u>
Passivo						
Conta Gráfica	24	-	2.392	-	-	2.392
Mútuo CEEE-GT	25	-	373.240	-	-	373.240
Fornecedores	16	-	9.071	-	-	9.071
Contribuição Patrocinadora	20	-	-	-	114.543	114.543
Empréstimo circulante	19 e 20	-	-	3.919	8.484	12.403
Empréstimo não circulante	19 e 20	-	-	12.160	98.317	110.477
		<u>-</u>	<u>384.703</u>	<u>16.079</u>	<u>221.344</u>	<u>622.126</u>
Resultado						
Energia elétrica comprada para revenda		-	(2.604)	-	-	(2.604)
Encargos de uso do sistema		-	(124.311)	-	-	(124.311)
Despesa operacional – Pessoal		-	-	-	(58.057)	(58.057)
Receita financeira		6.176	-	-	-	6.176
Despesa financeira		-	(10.131)	(1.076)	-	(11.207)
		<u>6.176</u>	<u>(137.046)</u>	<u>(1.076)</u>	<u>(58.057)</u>	<u>(190.003)</u>

34.1. Pessoal chave da Administração da entidade ou da respectiva controladora

A Companhia considera como pessoal-chave da Administração seus Diretores e os Membros do Conselho de Administração. O montante gasto com remuneração, encargos e benefícios dos Administradores em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$1.314(R\$1.542 em 30 de dezembro de 2018), possuindo diretores empregados e não empregados.

A remuneração dos Diretores não empregados com vínculo empregatício em outro órgão é composta do seu salário integral (reembolsado pela Companhia ao órgão de origem) mais a verba de representação.

A remuneração dos Diretores não empregados sem vínculo empregatício em outro órgão é composta de honorários mais a verba de representação.

	31/12/2019				31/12/2018			
	Remuneração/ Honorário	Encargos	Benefícios	Total	Remuneração/ Honorário	Encargos	Benefícios	Total
Diretoria	747	199	117	1.063	830	312	71	1.212
Conselho de Administração	209	42	-	251	274	55	-	329
Total	956	241	117	1.314	1.104	367	71	1.542

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado e para os demais os respectivos valores contábeis, devido a sua natureza de realização como segue:

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Ativos Financeiros			
Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	5	40.554	117.535
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	222.738	189.914
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	6	789.100	800.141
TOTAL		1.052.392	1.107.590
Passivos Financeiros			
Mensurados ao Custo Amortizado			
Fornecedores	16	950.481	1.089.930
Empréstimos e Financiamentos	19.1	784.422	802.726
Arrendamento a Pagar	19.2	46.547	-
TOTAL		1.734.903	1.892.656

35.1. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

35.1.1. Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	75.028	137.406
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	789.100	800.141
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	222.738	189.914
TOTAL		1.086.866	1.127.461

O risco inerente às aplicações e investimentos que a Companhia possui é considerado baixo uma vez que são oriundos, conforme legislação vigente, de aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia atua no mercado de distribuição de energia elétrica, atendendo a todos os clientes cativos na sua área de concessão conforme previsto nos contratos de concessão assinados com Poder Concedente, o risco de crédito se origina quando a Companhia incorre em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para amenizar os riscos decorrentes do fornecimento de energia na distribuição, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos.

No geral a Administração entende que não há risco de crédito significativo no qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

I. Perdas por redução no valor recuperável – (Impairment)

A Companhia identificou evidências de perda por redução no valor recuperável nas contas a receber que já são reduzidas de provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

II. Derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos.

35.1.2. Risco de Preço

As tarifas são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e, anualmente, são reajustadas pelas variações dos custos não gerenciáveis (denominado Parcela A) e pela variação do IPCA para custos gerenciáveis (denominado Parcela B). O Reajuste Tarifário Anual tem como objetivo restabelecer o poder de compra da receita obtida por meio das tarifas praticadas.

Outro mecanismo de atualização das tarifas é a Revisão Tarifária Periódica, realizada a cada 05 anos, que tem como principal objetivo, analisar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

35.1.3. Risco de Mercado

A quantidade de energia comprada para atendimento à Companhia está baseada na previsão de consumo para os próximos 5 anos. A legislação (Lei nº 10.848 de março de 2004 e Decreto nº 5.163 de julho de 2004) permite que a Companhia descontrate mensalmente a energia correspondente ao atendimento de consumidores livres, quando de sua saída. Também prevê a possibilidade de descontração de energia decorrente da entrada em operação de energia contratada anteriormente a 16 de março de 2004, anualmente por variação de mercado até 4% da energia contratada nos leilões de energia existente, duas vezes no ano através de cessões para outras distribuidoras em função de outros desvios de mercado, sem limites de montante de declaração. A Resolução Normativa nº 21/06 prevê alterações nas quotas-parte de Itaipu para cada Companhia, essas alterações podem gerar sobras ou déficits que também podem ser compensadas através do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD.

Além do recurso de descontração, a Companhia tem cobertura tarifária para uma sobrecontratação de até 5% do seu requisito regulatório (mercado faturado acrescido das perdas regulatórias). Os compromissos assumidos com compra de energia estão elencados conforme quadro a seguir:

	2019
RECURSOS	MWh (*)
ITAIPU	1.728.170,03
CONTRATOS BILATERAIS	33.813,60
PROINFA	164.936,14
CCEN - ELETRONUCLEAR	324.578,88
CCGF	2.128.599,91
CCEAR ENERGIA EXISTENTE HIDRICA	139.447,76
CCEAR ENERGIA EXISTENTE TERMICA	303.571,76
CCEAR ENERGIA NOVA HIDRICA	1.874.288,50
CCEAR ENERGIA NOVA TERMICA	2.028.365,26
CCEAR ENERGIA EÓLICAS	755.295,40
CCEAR-C COMPRA - MCSD E.N.	4.346,80
CONTRATOS DE COMPRA	9.485.414,06
CCEAR-C VENDA - MCSD E.N.	(90.881,05)
CONTRATAÇÃO LIQUIDA	9.394.533,01
EXPOSIÇÃO DE CURTO-PRAZO (SPOT)	(946.430,55)
TOTAL ENERGIA COMPRADA	8.448.102,46

(*) Balanço Energético em 31/12/2019

Os riscos existentes são:

Não atendimento a 100% do mercado – exposição voluntária ao mercado de curto prazo e sujeito a penalidades aplicadas pela ANEEL;

Repasse não integral da energia comprada acima do nível regulatório;

Variações drásticas de mercado que impliquem em subcontratação ou sobrecontratação decorrentes de crises econômicas;

Saída de consumidores livres especiais (com demanda superior a 500 KW, suprido por fontes renováveis) – não há na regulamentação vigente procedimentos a serem adotados pelas distribuidoras quando da saída destes consumidores para o mercado livre;

Grande volatilidade do preço da energia liquidada no curto prazo, para atender variações sazonais de demanda, provocada por variações climáticas que interferem na disponibilidade de geração hídrica em cada mês;

Despacho de geração térmica para substituir a falta eventual de geração hídrica, o que eleva os preços dos contratos por disponibilidade na proporção do custo do combustível utilizado nesta geração;

35.1.4. Risco da Taxa de Câmbio

Este risco decorre da possibilidade de perda por conta da variação cambial. O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator do risco cambial atrelado aos contratos de compra de energia de Itaipu e Empréstimos e Financiamentos, vinculados ao Dólar Americano e que não possuem dispositivos de proteção contra alterações na taxa de câmbio. As alterações cambiais provenientes dos contratos de energia de Itaipu serão repassadas à tarifa por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A- CVA.

I. Análise de sensibilidade

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2019 cuja cotação do dólar corresponde a R\$4,03 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio prevista na mediana das expectativas de mercado do BACEN para 31/03/2020, correspondente ao dólar a R\$3,94. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Itens	Cenário Base em 31/12/2019	Provável	25%	50%
Exposição US\$				
Empréstimos e Financiamentos	784.422	713.275	891.594	1.069.912
Fornecedores (Itaipu Binacional)	505.030	459.223	574.029	688.835
Passivo Líquido Exposto	1.289.452	1.172.498	1.465.623	1.758.747
Efeito Líquido da Variação Cambial			293.125	586.249

35.1.5. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia se utiliza do monitoramento constante de seu fluxo de caixa, observando a política de caixa mínimo. A gestão das aplicações financeiras tem como foco instrumento de curtíssimo prazo, com liquidez diária.

A tabela a seguir demonstra os valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo.

	Nota Explicativa	Valor Justo	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos Financeiros						
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	789.100	711.166	-	-	77.934
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	222.738	-	-	-	222.738
TOTAL		1.011.838	711.166	-	-	300.672
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos	19	1.914.724	332.494	306.844	489.602	785.784
Fornecedores	16	950.481	606.297	344.184	-	-
TOTAL		2.865.205	938.791	651.028	489.602	785.784

35.1.6. Gestão de Capital

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora a sua estrutura de capital por meio do endividamento do patrimônio líquido. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital próprio. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de circulante e não circulante), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido.

	Nota Explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Endividamento			
Empréstimos e Financiamentos	19.1	784.422	802.726
Arrendamento a Pagar	19.2	46.547	-
Caixa e equivalentes de caixa	5	(75.028)	(137.406)
Dívida Líquida		(755.941)	665.320
Passivo a Descoberto		(3.754.557)	(2.352.441)
Endividamento do Patrimônio Líquido		(0,20)	(0,28)

35.1.7. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta da flutuação da taxa de juros e também da variação dos índices atrelados a inflação, visto que seus empréstimos e financiamentos são vinculados a esses índices. Também há a possibilidade de redução na receita financeira relativa às aplicações financeiras. Estas taxas são constantemente monitoradas no sentido de se avaliar o impacto das mesmas no resultado da Companhia.

I. Análise de sensibilidade

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por CDI e IPCA. A Companhia desenvolveu a análise de sensibilidade com o objetivo de mensurar o impacto das taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre os seus passivos financeiros expostos a tais riscos.

O cenário base corresponde aos saldos contábeis existentes em 31/12/2019 e, para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores CDI e IPCA previstos na mediana das expectativas do Relatório Focus, do Bacen, de 31/12/2019. Para os cenários possível e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

	Nota Explicativa	Índices	Cenário Base			
			em 31/12/2019	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Passivos Financeiros						
Empréstimos e Financiamentos						
Eletrobras - RGR	19	Sem Risco	10.136	10.136	10.136	10.136
			10.136	10.136	10.136	10.136
Passivo Exposto			(10.136)	(10.136)	(10.136)	(10.136)
Efeito esperado no Resultado			-	-	-	-

Além da análise de sensibilidade em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia avaliou os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido de seus instrumentos financeiros tendo em vista os riscos avaliados na data das demonstrações financeiras conforme sugerido no CPC 48 e IFRS 9.

Sendo assim, a Administração de uma maneira geral, entende que os possíveis efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna do cenário projetado provável da tabela acima.

35.1.8. Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, são os seguintes:

	Nota Explicativa	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.028	75.028
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	789.100	789.100
Ativo Financeiro da Concessão	12.2	222.738	222.738
TOTAL		1.086.866	1.086.866
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos	19.1	784.422	784.422
Arrendamento a Pagar	19.2	46.547	46.547
Fornecedores	16	606.297	606.297
TOTAL		1.437.266	1.437.266

Assume-se que os instrumentos financeiros que a Companhia possui, exceto Empréstimos e Financiamentos estão registrados contabilmente com um valor próximo ao seu respectivo valor de mercado, em razão da sua natureza e prazo de realização.

35.1.9. Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- I. Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- II. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- III. Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo utilizando um método de avaliação e classificados conforme tabela a seguir:

	Valor contábil 31/12/2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	40.554	-	40.554	-
Ativo Financeiro da Concessão	222.738	-	-	222.738
	263.292	-	40.554	222.738
Reapresentado				
	Valor contábil 31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Aplicações Financeiras - SIAC/BANRISUL - Circulante.....	117.535	-	117.535	-
Ativo Financeiro da Concessão	189.914	-	-	189.914
	307.449	-	117.535	189.914

35.1.10. Apuração do valor justo

Nível 1 – O valor justo das Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata foi apurado e registrado levando-se em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitaram tal cálculo.

Nível 2 – O valor justo das aplicações financeiras vinculadas, aplicação SIAC/BANRISUL, uma vez que não possui mercado ativo, é avaliado utilizando metodologia de avaliação/apreçamento.

Nível 3 – O valor justo do Ativo Financeiro da Concessão foi apurado por meio de técnicas que usam variáveis que tenham efeito significativo no valor justo registrado, mas que não são baseadas em dados observáveis no mercado.

36. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são consideradas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. Não faz parte da revisão do Auditor Independente este julgamento da Administração.

Os ativos com cobertura para incêndio, queda de raio, explosões e danos elétricos foram àqueles considerados essenciais, em que ocorrendo o sinistro, implicará a possibilidade de comprometer a garantia e a confiabilidade na continuidade da prestação de serviço. O seguro patrimonial contratado tem vigência de 13/04/2019 à 13/04/2020. O valor do ativo segurado é de R\$89.790 e o valor do prêmio é de R\$139.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A CEEE-D recebeu em fevereiro/2020 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) da Holding CEEE-PAR, no valor de R\$ 92.594, conforme RD-002/20 de 11/02/2020.

37.2. Pagamento das parcelas do Contrato Mútuo com a CEEE-GT

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 a CEEE-D amortizou parcelas do contrato de mútuo com a CEEE-GT no montante de R\$14.344.

37.3. Risco CORONAVÍRUS

Desde o início do ano de 2020 temos acompanhado a propagação do Novo Coronavírus (Covid-19) ao redor do mundo. Embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos do vírus da Covid-19, a Administração entende que, até a data da publicação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 de forma significativa e de suas premissas de negócios.

A Companhia espera que as providências tomadas pelas autoridades sanitárias e de saúde sejam suficientes para reter a expansão do vírus no âmbito regional e global.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

Elisângela Moura Rodrigues
Contadora CRCRS 62384

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da CEEE-D relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 30 de Março de 2020.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201 – Prédio “A2”, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ sob nº 08.467.115/0001-00, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S., relativamente às Demonstrações Financeiras da CEEE-D referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Porto Alegre, 30 de Março de 2020.

MARCO DA CAMINO ANCONA LOPEZ SOLIGO
Diretor Presidente

Giovani Francisco da Silva
Diretor

Lucio do Prado Nunes
Diretor

Carlos Augusto Tavares de Almeida
Diretor

Gustavo Balbino Dias da Costa
Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado no decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a gestão econômico-financeira da Empresa, bem como examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes, Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, e as informações complementares da Administração, opinam no sentido de que os documentos referidos representam a situação patrimonial e financeira da Companhia, naquela data, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 30 de março de 2020.

Paulo Ricardo Brito Morales
Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Dias Pereira
Conselheiro

Micheli Tassiani Petry
Conselheira

Pablo Saint Just Lopes
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as respectivas Notas Explicativas, referentes ao Exercício de 2019, encerrado em 31 de dezembro de 2019, documentos esses assinados pelos administradores responsáveis pela Empresa, considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o parecer do Conselho Fiscal, manifesta-se por unanimidade, pela aprovação dos referidos documentos e submete a matéria à apreciação dos Acionistas.

Porto Alegre, 30 de março de 2020.

Vera Inêz Salgueiro Lermen,
Presidente do Conselho de Administração

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Conselheiro

Everton Santos Oltramari
Conselheiro

Rodrigo Madeira Henrique de Araújo
Conselheiro

Dimas Natal Filho
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE – D (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas e o resumo das principais práticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE – D** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE – D** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional e desestatização

Chamamos a atenção para a Nota 1.3 às Demonstrações Financeiras, que descreve que a Companhia tem apurado sucessivos prejuízos e apresentou passivo a descoberto e excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício, nos montantes de R\$ 3.690.282 e R\$ 3.160.795 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante a qual pode levantar dúvidas sobre sua continuidade operacional. Essa mesma NE trata também da desestatização da Companhia. Em 04 de julho de 2019, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, o Projeto de Lei nº 263/2019, que autorizou o Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul a promover medidas de desestatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações – CEEE-PAR, da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT e da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D.

No contexto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, sobre o qual o Estado do Rio Grande do Sul busca reorganizar-se financeiramente, a alienação de ativos e participações ao lado de outras medidas, busca a ampliação de receitas e são condicionantes para o acordo com a União, nos termos do art.2º, § 1º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

O 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado pelo Estado do Rio Grande do Sul junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, trouxe como condicionante para a renovação, dentre outros, o indicador de sustentabilidade econômico-financeiro. Havendo dificuldade por parte da Companhia em honrar estes condicionantes e impossibilidade por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em aportar recursos, pode ser utilizado o instituto disposto na cláusula décima segunda, subcláusula oitava do 4º Termo Aditivo em questão, o qual dispõe sobre a possibilidade de apresentação de um Plano de Transferência de Controle Societário, sendo um condicionante que contribui para a implantação da proposta de desestatização. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Principais assuntos de auditoria

São aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Ênfase**Risco CORONAVIRUS (COVID-19)**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 37.3 às demonstrações contábeis, com relação ao risco do coronavírus, a Administração entende que, até a data da publicação das demonstrações financeiras, não foram identificados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019 de forma significativa e de suas premissas de negócios. A Companhia espera que as providências tomadas pelas autoridades sanitárias e de saúde sejam suficientes para reter a expansão do vírus no âmbito regional e global. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Receitas não faturadas

A companhia reconhece receitas de fornecimento de energia elétrica ainda não faturada, decorrente do intervalo de tempo entre a data da última leitura do medidor e a data do encerramento do exercício contábil. Em 31/12/2019 foram contabilizados R\$ 190.471 mil de rendas não faturadas. Os valores das receitas não faturadas são estimativas complexas quanto ao volume de energia fornecida e atribuição desse volume a diferentes classes de clientes, os quais possuem valores de tarifas específicos, a fim de mensurar o fornecimento não faturado.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos o entendimento sobre os procedimentos de controles realizados pela administração para determinação das receitas não faturadas, a avaliação da razoabilidade das premissas, recálculos e confronto dos registros contábeis. Consideramos adequados os critérios e procedimentos adotados pela companhia para determinação dos valores contabilizados como receitas não faturadas.

Provisão para Benefícios a Empregados

A companhia é patrocinadora de planos de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido, conforme divulgado na NE 20. Em 31/12/2019 a companhia reconheceu provisão para complemento do déficit atuarial no montante de R\$ 178.662 mil, tendo sido estimada pela administração com auxílio de profissional independente. Consideramos como principal assunto de auditoria devido as estimativas complexas, com saldos relevantes e também subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumentos salariais e taxas de desconto. Variações nestes saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Adicionalmente, a provisão para déficit atuarial foi reconhecida de forma proporcional à razão do percentual de responsabilidade da patrocinadora conforme estabelecido no Regulamento do Plano, respeitando a proporção de 50% de responsabilidade por parte da patrocinadora e 50% por parte dos participantes do plano. Em conjunto com a gestora do Plano Único, a Fundação ELETROCEEE, vem buscando equacionamento do déficit atuarial acumulado conforme estabelecido pelas normas da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, considerando o regime de paridade, estabelecido no regulamento do plano.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Verificamos, com o auxílio de especialistas, a metodologia utilizada pelos atuários independentes contratados pela companhia; avaliamos a razoabilidade das principais premissas, taxas de descontos, projeções de crescimento salarial e tábuas biométricas (mortalidade, invalidez e mortalidade de invalidez) utilizados para os cálculos atuariais. Analisamos o resultado do cálculo das provisões matemáticas do plano e os valores justos dos ativos do plano. Efetuamos a leitura dos regulamentos dos Planos para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora, onde verificamos que as ações de equacionamento do déficit atuarial, definidas no regulamento, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes. Consideramos que as premissas utilizadas para determinação da provisão para déficit atuarial estão razoáveis.

Ativo Financeiro Indenizável (nota explicativa 12)

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía registrado no ativo financeiro de concessão o montante de R\$ 222.738 mil, o qual compreende o valor a receber do Poder Concedente a título de indenização decorrente dos investimentos efetuados em infraestrutura que não serão completamente amortizados ao final do prazo de concessão. Esses recebíveis são mensurados com base no valor de reposição (VNR) em consonância com o processo de revisão tarifária periódica homologada pela ANEEL. Anualmente estes ativos são atualizados monetariamente e ajustados pela movimentação dos bens que integram a infraestrutura de concessão. Tendo em vista a relevância dos

valores envolvidos e pelo fato do julgamento por parte da administração quanto a definição de quais gastos são passíveis de capitalização como custo da infraestrutura, refletindo diretamente na mensuração do ativo financeiro indenizável.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos incluíram o entendimento sobre os principais controles internos da administração para registro das adições, baixas e atualizações monetárias no período; inspeção de uma seleção de documentos que suportam as transações de adições e baixas ocorridas no período; discussão dos critérios de elegibilidade das adições e determinação das estimativas de glosas; revisão da atualização monetária dos valores envolvidos, da segregação dos mesmos entre os ativos intangível e ativo financeiro da reconciliação entre os saldos contábeis e as mais recentes bases homologadas pela ANEEL, além de testes de recálculo da amortização do ativo intangível.

Consideramos que os julgamentos e as estimativas da administração são razoáveis e que as divulgações efetuadas em notas explicativas são consistentes com as informações observadas.

Valor Recuperável do Ativo da Concessão (nota explicativa 12.4)

Em 31/12/2019, a Companhia possuía registrado como seus ativos de concessão o montante de R\$ 2.287.726 mil, de acordo com as normas contábeis esses ativos devem ser submetidos a teste de recuperabilidade quando forem observados indicadores de impairment. A determinação dos valores envolve julgamentos significativos em relação a estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, os quais por sua vez consideram premissas e taxas de descontos afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, bem como por estimativas quanto ao valor justo dos bens sob avaliação. Mudanças nas condições econômicas e de mercado podem impactar significativamente as premissas utilizadas pela administração.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Buscamos o entendimento e avaliação dos controles internos que suportam o processo de avaliação de impairment dos ativos da concessão; efetuamos a avaliação do modelo de mensuração adotado, análise dos cálculos e fluxos de caixa futuros utilizados no plano de negócios aprovados pela administração da companhia. Discutimos com a administração em relação a razoabilidade das premissas mais relevantes utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa e na determinação dos valores justos dos bens.

Consideramos as contabilizações e as divulgações em notas explicativas consistentes com a documentação e informações obtidas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma Contábil e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE – D** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE – D**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional da **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE – D** e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC2RS – 5.460/0-O “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC1RS – 71.505/3-O – “T” – SP
Sócio Responsável Técnico

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

COMUNICADO CAE- Nº 03 - 27/03/2020

Ao
Conselho de Administração da CEEE-D

I - Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE é um órgão estatutário da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, cujos membros foram eleitos pelo Conselho de Administração em 08 de abril de 2019, composto por cinco membros independentes, atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). O CAE é o órgão auxiliar do Conselho de Administração e não tem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis.

2 - Competências

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da CEEE-D, observadas as diretrizes de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

Cabe à empresa de auditoria independente contratada, assegurar que as Demonstrações Contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da CEEE-D, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e da legislação societária, bem como a revisão dos controles internos e dos principais riscos.

Conforme o art. 24, da Lei n. 13.303/16, o CAE deverá monitorar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas pelo Comitê antes da aprovação de sua divulgação pelo Conselho de Administração.

No cumprimento dessa atribuição, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais da CEEE-D sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade dos Auditores Independentes. De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do Comitê não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

As funções do CAE são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna e dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras.

3. Atividades Realizadas:

Desde sua instalação, o CAE se reuniu num total de 14 (quatorze) reuniões ordinárias e extraordinárias na sede da Companhia. As reuniões envolveram profissionais e responsáveis por vários departamentos da Companhia: auditoria interna, riscos e conformidade, ouvidoria, contabilidade, jurídico, financeiro,

tecnologia da informação, comitê de ética, Fundação CEEE, firma responsável pelo cálculo atuarial contratada pela Diretoria, Diretor Presidente e Diretor de Distribuição.

O CAE tomou conhecimento das informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado (informação complementar) e as Notas Explicativas, apresentadas pelo Diretor Presidente e pela Contadora da Companhia na data de hoje, todas acompanhadas da Minuta do Relatório da Auditoria Independente elaborada pela firma Russel Bedford Brasil Auditores Independentes.

O CAE recomenda que a Diretoria da CEEE-D: I) melhore os controles sobre o processo de definição, discussão e aprovação das premissas a serem informadas ao atuário contratado para a realização dos cálculos atuariais; e II) aprimore as atividades de gestão de riscos em toda a Companhia III) mantenha o Comitê e o Conselho de Administração atualizados sobre a avaliação dos riscos para a Companhia e potenciais consequências judiciais para os seus Administradores no tocante a inadimplência recorrente do ICMS devido.

4. Conclusão:

Considerando as informações prestadas pela Companhia e que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras o CAE no uso de suas atribuições legais e estatutárias entende que Conselho de Administração pode aprovar a divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas da CEEE-D relativas ao exercício supracitado.

Porto Alegre, 27 de março de 2020

Maurício Augusto Souza Lopes
Presidente do CAE

